



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1501

Quinta-feira - 05 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Herval d'Oeste	176	Santa Rosa do Sul	329
Alto Bela Vista.....	3	Ibiam	179	São Bento do Sul.....	330
Anchieta	4	Imbituba	186	São Domingos.....	336
Antônio Carlos	5	Iomerê	192	São José.....	338
Arroio Trinta.....	5	Ipumirim	192	São José do Cedro.....	341
Balneário Rincão	7	Irineópolis	193	São Lourenço do Oeste.....	351
Barra Velha.....	10	Itá	197	São Pedro de Alcântara.....	354
Biguaçu	11	Itapiranga.....	199	Schroeder.....	358
Bom Retiro	12	Itapoá	202	Serra Alta	361
Brunópolis	18	Jacinto Machado	206	Siderópolis.....	361
Brusque.....	18	Joaçaba.....	208	Timbó	371
Caçador.....	58	Lages	226	Treze Tilias	373
Camboriú.....	61	Lauro Muller	228	Trombudo Central.....	373
Campo Alegre	63	Lebon Regis	229	Tunápolis.....	374
Campos Novos	64	Lindóia do Sul	229	Videira.....	405
Canelinha	66	Luzerna	233	Vitor Meireles.....	406
Canoinhas.....	68	Macieira.....	238	Xavantina	407
Capinzal	68	Mafra	239	Xaxim.....	408
Caxambu do Sul.....	70	Maracajá	240		
Celso Ramos.....	71	Marema.....	243	Associações	
Chapadão do Lageado	71	Massaranduba.....	244	AMAVI.....	411
Cocal do Sul.....	72	Meleiro	245		
Concórdia	73	Modelo	247	Consórcios	
Cordilheira Alta	77	Navegantes.....	249	CIGA	412
Coronel Freitas.....	79	Nova Trento	281	CIMVI.....	413
Coronel Martins.....	80	Novo Horizonte	283	CIS/AMURES.....	414
Corupá	84	Orleans	283	CISAMA	415
Curitibanos	86	Ouro Verde.....	286		
Dionísio Cerqueira	92	Palhoça	287		
Ermo	95	Palmitos	288		
Ervail Velho	96	Papanduva.....	288		
Forquilha.....	96	Paulo Lopes	289		
Fraiburgo.....	97	Penha.....	289		
Garopaba.....	122	Peritiba.....	291		
Garuva	125	Pinheiro Preto	292		
Gaspar	126	Pomerode.....	323		
Governador Celso Ramos	172	Porto Belo.....	324		
Grão Pará	173	Rio do Sul.....	325		
Guaramirim.....	174	Salto Veloso	328		
Guarujá do Sul.....	175	Santa Cecília	329		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 34/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 34/2014
PREGÃO PRESENCIAL 27/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 34/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 27/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de escavadeira hidráulica e retroescavadeira, o qual será processado e julgado no dia 18 de junho de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 04 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 35/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 35/2014
PREGÃO PRESENCIAL 28/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 35/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 28/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de filtros e lubrificantes, o qual será processado e julgado no dia 18 de junho de 2014 às 15h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 04 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 36/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 36/2014
PREGÃO PRESENCIAL 29/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 36/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 29/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a aquisição de material de construção, o qual será processado e julgado no dia 24 de junho de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 04 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 37/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 37/2014
PREGÃO PRESENCIAL 30/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 37/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 30/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de tubos e derivados de concretos, o qual será processado e julgado no dia 24 de junho de 2014 às 15h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 04 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº. 38/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 38/2014
PREGÃO PRESENCIAL 31/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 38/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 31/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de serviços de conserto de calçamento, o qual será processado e julgado no dia 24 de junho de 2014 às 17h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 04 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 39/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 39/2014
PREGÃO PRESENCIAL 32/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 39/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 32/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de equipamentos de informática, o qual será processado e julgado no dia 25 de junho de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 04 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 19/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 19/2014
PREGÃO PRESENCIAL 15/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 19/2014, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 15/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a selecionar proposta mais vantajosa para aquisição de material de expediente, o qual será processado e julgado no dia 26 de junho de 2014 às 13h30 horas, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 04 de junho de 2014
ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Edital Chamada Pública FMS 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2014
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Edital de Chamada Pública, objetivando o credenciamento de empresa especializada em Exames Laboratoriais, consoante disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os credenciamentos. O Edital encontra-se a disposição na Prefeitura Municipal ou no site: www.altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista - SC, em 02 de Junho de 2014.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal

Aviso de Inexibilidade de Licitação 01-2014

Estado de Santa Catarina
Município de Alto Bela Vista
AVISO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01-2014

O Município de Alto Bela Vista torna pública a contratação realizada em 02/06/2014, através de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2014, fundamentada no Art. 25, inc. III, da Lei 8.666/93, para Apresentação Musical da Banda Choppão no dia 06/07/2014 durante os eventos de comemoração do 19º Aniversário do Município, com a empresa CHOPPÃO SOM E EVENTOS LTDA - ME, CNPJ 12.305.069/0001-02, pelo valor global de R\$ 4.250,00.

Processo de Licitação 19/2014
Inexibilidade de Licitação 01/2014
Contrato: 60/2014

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita do Município

Aviso de Inexibilidade de Licitação 02/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Alto Bela Vista
AVISO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2014

O Município de Alto Bela Vista torna pública a contratação realizada em 02/06/2014, através de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2014, fundamentada no Art. 25, inc. III, da Lei 8.666/93, para Apresentação Musical da Dupla Sertaneja Universitaria Diego e Gabriel no dia 06/07/2014 durante os eventos de comemoração do 19º Aniversário do Município, com a empresa DIEGO MICHEL DE OLIVEIRA (0642514910), CNPJ 97.537.104/0001-71, pelo valor global de R\$ 11.800,00.

Processo de Licitação 20/2014
Inexibilidade de Licitação 02/2014
Contrato: 61/2014

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita do Município

Aviso de Inexibibilidade de Licitação 03/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Alto Bela Vista

AVISO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2014

O Município de Alto Bela Vista torna pública a contratação realizada em 02/06/2014, através de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2014, fundamentada no Art. 25, inc. III, da Lei 8.666/93, para Apresentação Musical da Banda G10 no dia 06/07/2014 durante os eventos de comemoração do 19º Aniversário do Município, com a empresa CAROLINE DAL CASTEL - ME, CNPJ 10.810.812/0001-58, pelo valor global de R\$ 5.300,00.

Processo de Licitação 21/2014

Inexigibilidade de Licitação 03/2014

Contrato: 62/2014

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita do Município

Anchieta**PREFEITURA****Extrato Aviso Pregão Pref - 026_2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 026/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de Galerias Pré-Moldadas e Tubos de Concreto, para o setor de Obras e Serviços Rodoviários, que serão destinados à recuperação e conservação das estradas vicinais, de acordo com o convenio nº 2014TR0001634 celebrado entre o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 18/06/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 04 de maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 090/2013****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 090/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 53/2013 - Pregão Presencial nº. 038/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: EXPLOPOWER PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO LTDA; Objeto: aditar prazo e valor do presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada para prestar serviços de perfuração com perfuratriz manual e desmonte de rochas com uso de explosivo, em diversos locais do Município de Antônio Carlos/SC; Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 06/05/2015. Valor do aditivo: 40.558,08 (quarenta mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oito centavos).

Antônio Carlos, 06 de maio de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 75/2014**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 75/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 49/2014; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preço; Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene, gás e água para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos /SC. Entrega dos envelopes e abertura: 23 de junho de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br ou administração@antonio-carlos.sc.gov.br, ou no site www.antonio-carlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 04 de junho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 0020/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0020/2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO E SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA - CIDASC, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 18/06/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 18/06/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 04 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Lei Nº 1690

LEI Nº 1690, DE 04/06/2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUBVENCIONAR A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARROIO TRINTA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDIR FELCHILCHER Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a subvencionar a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARROIO TRINTA, com sede na Rua Emilio Cividini, Município de Arroio Trinta - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.923.159/0001-40, com a importância financeira de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

§1º. Os recursos deverão ser destinados ao pagamento de despesas com pagamento de despesas com hidromassagem para alunos da APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. §2º. O valor mencionado no caput deste artigo será repassado mensalmente, em 07 (sete) parcelas de R\$ 1.000,00 (um mil reais), após a aprovação da presente Lei.

§3º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas de débito junto ao INSS e FGTS.

§4º. A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, deverá prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de não receber a parcela seguinte.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das seguintes dotações do Orçamento Municipal vigente:

02. CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12 - EDUCAÇÃO

0204.12367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

0204.123671201 - ENSINO PARA TODOS

0204.123671201.2036 - APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

3350.0000 - 0100 - TRANSFERÊNCIAS À INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 04 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 04 de junho de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1613

DECRETO Nº 1613, de 05 de junho de 2014.

Homologa as Inscrições do Processo Seletivo do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições de nº 001 a 014 para o preenchimento das vagas do Processo Seletivo, conforme Edital nº 001/2014 de 14/05/2014.

Art. 2º Fazem parte integrante do presente Decreto, as relações de inscritos para o Processo Seletivo, Anexo I.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

ANEXO I

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
001	Vanessa Aparecida de Britto	5.506.478-7	066.493.179-00	27/07/1989
002	Daiani Cristina Samora Hoff	3.847.547	022.807.539-44	27/12/1978
003	Meliza Sabini	5.928.104	080.435.459-60	01/11/1991
005	Manoel Wanderlei de Moraes	7050010516	50553534068	11/04/1967
Total de Inscritos: 04				

CARGO: FARMACEUTICO

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
004	Alexandre Bahir de Andrade	3.392.547	026.981.529-58	13/01/1979
012	Lisiane Flavia Locatelli	4.784.927	048.155.869-18	27/12/1985
014	Lidiane Ste-dille	4.784.930	053.729.069-95	06/10/1986
Total de Inscritos: 03				

CARGO: ENFERMEIRO

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
006	Ataize Zuffo	5.393.508-0	732.724.779-34	30/05/1972
013	Kamila da Silva	5.173.775	074.969.599-44	29/06/1992
Total de Inscritos: 02				

CARGO: FISIOTERAPEUTA

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
007	Karoline Favero Simioni	3.246.443	027.503.069-57	14/03/1981
009	Marina Morena Seba Muller	4059205999	050.515.559-18	16/09/1985
010	Celina de Bortoli	4.624.543	060.226.869-97	08/04/1987
011	Maria Luisa Cesca	4.182.165	039.806.949-25	25/09/1983
Total de Inscritos: 04				

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL I

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
008	Leomar da Silva	5.747.773	070.134.689-24	29/03/1983
Total de Inscritos: 01				

Arroio Trinta - SC, 05 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

Extrato de Contrato - Pmbr

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 066/PMBR/2014; ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de móveis em geral, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e Playground, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outros aplicáveis, para a adequação dos espaços da sede da Secretaria de Educação, das Escolas, dos Centros de Educação Infantil e da Assistência Social do Município de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 05/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Artedanio Silva Vieira

CONTRATO Nº. 067/PMBR/2014; EQUIPEL COMERCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de móveis em geral, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e Playground, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outros aplicáveis, para a adequação dos espaços da sede da Secretaria de Educação, das Escolas, dos Centros de Educação Infantil e da Assistência Social do Município de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 05/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa a Sra. Franciele Bernardo De Moraes

CONTRATO Nº. 068/PMBR/2014; SV NET COMPUTADORES E CELULARES LTDA. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de móveis em geral, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e Playground, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outros aplicáveis, para a adequação dos espaços da sede da Secretaria de Educação, das Escolas, dos Centros de Educação Infantil e da Assistência Social do Município de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 05/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Renan Sartor Pietsh

CONTRATO Nº. 069/PMBR/2014; RGM METALURGICA - ME. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de móveis em geral, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e Playground, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outros aplicáveis, para a adequação dos espaços da sede da Secretaria de Educação, das Escolas, dos Centros de Educação Infantil e da Assistência Social do Município de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 05/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. João Carlos Guedin

CONTRATO Nº. 070/PMBR/2014; ADMOL OFICINA MECANICA LTDA ME. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota Oficial, pertencente à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 16/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Fernando Soares De Lucca

CONTRATO Nº. 071/PMBR/2014; CARRETRUCK, ACESSORIOS E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota Oficial, pertencente à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 16/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. José Adilor Pavei

CONTRATO Nº. 072/PMBR/2014; CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEÍCULOS EIRELI. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação

de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota Oficial, pertencente à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 16/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa a Sra. Ivete Cardoso

CONTRATO Nº. 073/PMBR/2014; PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota Oficial, pertencente à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 16/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Armando Pereira Filho

CONTRATO Nº. 074/PMBR/2014; PLINIO JOSÉ LOPES GUIMARAES RAMOS ME. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota Oficial, pertencente à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 16/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Plínio José Lopes Guimarães Ramos

CONTRATO Nº. 075/PMBR/2014; TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota Oficial, pertencente à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 16/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Aglaciir Ferreira Machado

CONTRATO Nº. 077/PMBR/2014; GOLD COMPUTADORES LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de moveis, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos e materiais de expediente para cumprimento do Convenio do Contrato Nº. 144/2013 da Fundação Catarinense de Cultura - FCC, "Elisabete Anderle de Estímulo a Cultura", no qual o Município de Balneário Rincão foi contemplado. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 23/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Sandro Pietsch

CONTRATO Nº. 078/PMBR/2014; PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de moveis, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos e materiais de expediente para cumprimento do Convenio do Contrato Nº. 144/2013 da Fundação Catarinense de Cultura - FCC, "Elisabete Anderle de Estímulo a Cultura", no qual o Município de Balneário Rincão foi contemplado. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 23/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa a Sra. Carina Ascari Alberton Gesser

CONTRATO Nº. 079/PMBR/2014; PAULO SERGIO FELI - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de Serviço de Rastreamento veicular, com o fornecimento de equipamentos a titulo de comodato, abrangendo monitoramento via internet, acompanhamento, localização e imobilização automática de veículo, posicionamento por satélite (GPS), para 36 (trinta e seis) veículos, pertencente à frota da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, por um período de 12 (doze) meses. VIGENCIA: 12 MESES; ASSINATURA: 27/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Paulo Sergio Feli

CONTRATO Nº. 080/PMBR/2014; SILVA & SILVA ESTRUTURA METALICA LTDA (COMPLEXO 1001) OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, contratação de empresas do ramo pertinente para locações, montagens e desmontagens de estruturas e sanitários portáteis, para o evento ECOMS ADVENTURE RUNNING que

será realizado no Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 27/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Diomário da Silva

CONTRATO Nº. 081/PMBR/2014; JORGE ARI TETZLAFF - ME. OBJETO: Constitui objeto do presente termo contratual a contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de Assessoria Técnica de apoio administrativo junto a Secretaria de Educação de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, durante o ano de 2014. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 27/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Jorge Ari Tetzlaff

CONTRATO Nº. 082/PMBR/2014; ARMUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME; OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pinturas e ferramentas, para uso das diversas Secretarias na manutenção e reparos dos Prédios Públicos do Município de Balneário Rincão - SC., durante o ano de 2014. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 30/05/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa a Sra. Sirlene Berto Da Silva Zanette

Extrato de Contrato - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 014/FMS/2014; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP; OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Tiras de Glicemia reagentes para medição de glicemia capilar, para uso das Unidades de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC; ASSINATURA: 06/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Adroaldo Machado

CONTRATO Nº. 015/FMS/2014; CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 08/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Vilson Szymanski

CONTRATO Nº. 016/FMS/2014; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP; OBJETO O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 08/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Adroaldo Machado

CONTRATO Nº. 017/FMS/2014; PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP; OBJETO O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 08/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Chistiano Altair Mattana Giordani

CONTRATO Nº. 018/FMS/2014; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; OBJETO O presente contrato tem por objetivo

a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 08/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Maicon Cordova Pereira

CONTRATO Nº. 019/FMS/2014; ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME; OBJETO O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 08/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Cinthia Tobin Golo

CONTRATO Nº. 020/FMS/2014; ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI - EPP; OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 08/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ângelo Follador Sobrinho

CONTRATO Nº. 021/FMS/2014; DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 08/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Gleison Sachet

CONTRATO Nº. 022/FMS/2014; COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA; OBJETO : O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 08/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Walter Prochnow Junior

CONTRATO Nº. 023/FMS/2014; DENTAL MED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA; OBJETO : O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Material Odontológico para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 09/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Luiz Da Silva

CONTRATO Nº. 024/FMS/2014; ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME; OBJETO : O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Material Odontológico para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 09/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Luiz Henrique Alberton

CONTRATO Nº. 025/FMS/2014; SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA EPP; OBJETO : O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Material Odontológico para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 09/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Maria do Carmo Justino

CONTRATO Nº. 026/FMS/2014; PAULO SERGIO FELI - ME; OBJETO : O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de Serviço de Rastreamento veicular, com o fornecimento de equipamentos a titulo de comodato, abrangendo monitoramento via internet, acompanhamento, localização e imobilização automática de veículo, posicionamento por satélite (GPS), para 36 (trinta e seis) veículos, pertencente à frota do Fundo Municipal de Saúde; ASSINATURA: 27/05/2014; VIGÊNCIA: 12 MESES; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa O Sr. Paulo Sergio Feli

CONTRATO Nº. 027/FMS/2014; LABORATORIO DE ANALISES BALNEÁRIO RINCÃO LTDA; OBJETO : Contratação de empresas do ramo pertinente para serviços de análises clínicas (exames laboratoriais) constantes na tabela SUS conforme condições fixadas no Termo de Referência, durante o ano de 2014; ASSINATURA: 28/05/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa O Sr. Ademar Antonio Dal Pont

Extrato de Contrato - SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 017/SAMAE/2014; CONTRATADA: RECICLE TRIAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO LTDA; OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa para a prestação dos serviços de coleta manual e mecanizada, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos residenciais e comerciais produzidos na cidade de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 02/05/2014; VIGENCIA: 12 meses. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Leonardo Pacheco de Souza

CONTRATO Nº. 018/SAMAE/2014; CONTRATADA: SANTECH SANEAMENTO & TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos no Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 23/05/2014; VIGENCIA: 12 meses. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Carlos Alberto Macedo Barboza

CONTRATO Nº. 019/SAMAE/2014; CONTRATADA: COMERCIAL CARLESSI LTDA; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento com montagem de móveis para escritório em geral, equipamentos eletrônicos para uso do SAMAE do Município de Balneário Rincão, correspondente ao Lote 01. ASSINATURA: 27/05/2014; VIGENCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Ricardo Zanette Carlessi

CONTRATO Nº. 020/SAMAE/2014; CONTRATADA: STATION TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME; OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento com montagem de móveis para escritório em geral, equipamentos eletrônicos para uso do SAMAE do Município de Balneário Rincão, correspondente ao Lote 04. ASSINATURA: 27/05/2014; VIGENCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Fernando Germano Selinger

CONTRATO Nº. 021/SAMAE/2014; CONTRATADA: STATION TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME; OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento com montagem de móveis para escritório em geral, equipamentos eletrônicos para uso do SAMAE do Município de Balneário Rincão, correspondente ao Lote 03. ASSINATURA: 27/05/2014; VIGENCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Fernando Germano Selinger

CONTRATO Nº. 022/SAMAE/2014; CONTRATADA: PESSOA

MOVEIS LTDA ME; OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento com montagem de móveis para escritório em geral, equipamentos eletrônicos para uso do SAMAE do Município de Balneário Rincão, correspondente ao Lote 02. ASSINATURA: 27/05/2014; VIGENCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Fernando Schefer Fortuna

Barra Velha

PREFEITURA

Edital

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
DE LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS 001/2014.

A Prefeitura Municipal de Barra Velha, SC, através do seu órgão fiscalizador, em cumprimento da Lei Complementar 067 de 2008, que institui o "Código de Posturas do Município", artigos 38; 42 §3º; 43, 47, capítulo III que dispõe sobre a da "higiene dos terrenos e das habitações", vem a publico notificar os proprietários de terrenos abaixo relacionados para limpeza de seus terrenos, com o prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste edital. Comunicando também que o não cumprimento do presente Edital no prazo estabelecido acarretará aos proprietários, além da multa que pode chegar até a 20 UFM's ou R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais), o pagamento do custo dos serviços executados pelo Município ou por terceiros por ele contratados, acrescidos de 20% (vinte por cento), a título de administração e ainda, não havendo o proprietário ou seu representante procurado a prefeitura para saldar a dívida, o débito será lançado em dívida ativa para imediata cobrança administrativa ou judicial, acumulada de juros e correção monetária.

Essas medidas foram tomadas no sentido de ajudar no controle de insetos e outros animais nocivos à saúde pública e em contribuição para preservar a estética municipal.

PROPRIETÁRIOS NOTIFICADOS	INSC. IMOB.	ENDEREÇO DO IMÓVEL
MC Emp. Imob. Ltda.	01.07.220.0266.001	Rua Francisco P. Correa, Sn, São Cristóvão
Clécio Giacomelli	01.03.010.0254.001	Av. Thiago Aguiar, Sn, JD Icarai, Centro
Ivo Schmeider	01.05.223.0134.001	Rua 1157, Sn, Itajuba
Leoni Salete Fita Cardoso	01.03.093.0202.001	Rua Maria A. dos Passos, Sn, Centro
Valdemar de Amorim	01.03.132.0036.001	Rua Afonso Radun, Sn, Centro
Álvaro Jose Correa Neto	01.03.125.0453.001	Rua Ravache, Sn, Centro
Agostinho Possenti	01.03.252.0422.001	Rua infante Dom Henrique, Sn, Açorianos
Auto Estação Ltda. ME	01.01.031.0292.001	Rua Miranda Coutinho, Sn, Centro
Claudio Colin Vieira	01.07.230.0246.001	Rua Jose Ceará da Costa, Sn, São Cristóvão
Orlando Augusto Gazaniga	01.01.167.0146.001	Rua Jose Quintino Pereira, Sn, Itajuba
Rosália Furlick Damásio	01.03.150.0350.001	Rua Ravache, Sn, Centro
Antonio Severino Wochnik	01.01.068.0247.001	Rua Gustavo Coninks, Sn, Centro
Luiz Jorge Coelho	01.07.290.0082.001	Rua Manoel Jose Rosa, Sn, São Cristóvão
Valdecir Gesser	01.05.229.0134.001	Rua 1163, Sn, bairro Itajuba
Helena Ignez Bremer	01.07.290.0066.001	Rua Manoel José Rosa, Sn, São Cristóvão
Waldir de Souza Serpa	01.03.045.0210.001	Rua Marino A. Pinheiro, Sn, Centro
Rafaela Ferreira de Araujo Fulgencio	01.05.317.0805.001	Rua Blumenau, Sn, bairro Itajuba

HTM Administradora de Bens Ltda.	01.03.336.0108.001	Rua 1966, Sn, bairro Itajuba
Jorge Carlos da Silva	01.04.187.0270.001	Rua Praia do Sol, Sn, bairro Itajuba
Juliana Angeli Buzzi Geffert	01.05.122.0024.001	Rua 1158, Sn, bairro Itajuba
Venicio Domingos de Aviz	01.03.093.0216.001	Rua Maria A. dos Passos, Sn, Centro
Antonio Studzinski	01.03.350.0280.001	Rua Odorico Magalhães, Sn, Centro
Jose Alexandre de Souza	01.07.136.0464.001	Rua Manoel Correa, Sn, São Cristóvão
Rubens Jose Ehrat	01.05.268.0123.001	Rua Biguaçu, Sn, bairro Itajuba
Jose Wilson Alexandre	01.04.079.0985.001	R. Jose Quintino Pereira, Sn, bairro Itajuba
Joana da Rosa Fernandes	01.03.119.0613.001	R. Antonio Jose Heins, Sn, Centro
Durval Cortiano	01.03.103.0112.001	R. Vergilio Vieira Maia, Sn, Vila Nova

Barra Velha, 03 de junho de 2014.

Fiscal de Postura

Agnaldo Paes de Souza

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Ana Carolina Lucena C. Gomes

Biguaçu

PREFEITURA

Errata de Licitação - Pregão Presencial Nº. 44/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL Nº. 44/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 44/2014

O edital de licitação, divulgado em 27 de maio do corrente ano, mencionava no Anexo II o valor unitário máximo com base em galões, no entanto, o preço se referia ao litro. Haja vista alterar o valor total, necessário remarcar da data da sessão, com a devida correção do valor anteriormente apontado. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso - ref. Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 44/2014 - FMS)

(...) Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 27/05/2014, às 13h59min do dia 06/06/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 06/06/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

(...)

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 27/05/2014. (...)

LEIA-SE no Aviso - ref. Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 44/2014 - FMS)

(...) Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 05/06/2014, às 13h59min do dia 18/06/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 18/06/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

(...)

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 05/06/2014. (...)

Onde se lê no Edital - Anexo II (Pregão Presencial nº. 44/2014 - FMS)

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	INSETICIDA BIOLÓGICO PARA CONTROLE AOS BORRACHUDOS. LAVIRCIDA BIOLÓGICO BTI (BACILLUS THURIGIENSIS ISRAELENIS), SORO TIPO H14 CEPA AM65-52 (CONFORME EXIGIDO PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE) 1200 UTI/MG. EMBALAGEM CONTENDO 10 LITROS, COM LACRE INTERNO E REGISTRO NA ANVISA.	GL	20,00	75,30	1506,00
Total					1.506,00

LEIA-SE no Edital - Anexo II (Pregão Presencial nº. 44/2014 - FMS)

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	INSETICIDA BIOLÓGICO PARA CONTROLE AOS BORRACHUDOS. LAVIRCIDA BIOLÓGICO BTI (BACILLUS THURIGIENSIS ISRAELENIS), SORO TIPO H14 CEPA AM65-52 (CONFORME EXIGIDO PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE) 1200 UTI/MG. EMBALAGEM CONTENDO 10 LITROS, COM LACRE INTERNO E REGISTRO NA ANVISA.	GL	20,00	753,00	15.060,00
Total					15.060,00

.As demais informações constantes no aviso e edital vinculativo permanecem inalteradas.

Biguaçu, 04 de junho de 2014.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

Decreto Nº 066/2014

DECRETO Nº 066/2014 DE 30 DE MAIO DE 2014.

Institui, em caráter excepcional, horário de expediente para os órgãos e as entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo MUNICIPAL nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014, no período de 12 de junho a 13 de julho, e visando minimizar os transtornos para a população, agilizar o deslocamento e garantir a segurança das pessoas;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional, horário de expediente para os órgãos e as entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, conforme o seguinte:

I - nos dias 12 e 23 de junho do corrente, das 9 h às 15 h; e

II - no dia 17 de junho do corrente, das 8 h às 14 h.

Parágrafo único. O servidor público municipal impedido, por qualquer motivo, de executar suas atividades nos horários de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, deverá cumprir o seu horário normal de expediente, com justificativa prévia e formalizada.

Art. 2º Ficam excluídos das disposições do art. 1º deste Decreto os serviços considerados essenciais ao interesse público e aqueles que, por sua natureza, cumprem turno especial de trabalho, como as atividades finalísticas da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal da Educação.

Parágrafo único. Cabe aos titulares dos órgãos e das entidades, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e funcionamento dos serviços considerados essenciais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de maio de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Revogação PP 97/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 97/2014 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, por falta de empresas interessadas, do Processo Licitatório PP 97/2014 PMB, que tem por objeto "LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS COM SERVIÇO DE MONTAGEM, DESMONTAGEM E TRANSPORTE DESSES BRINQUEDOS, ALÉM DE MONITORES PARA ACOMPANHAMENTO NOS BRINQUEDOS, PARA EVENTOS DA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER".

Biguaçu, 04 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Retiro

PREFEITURA

43.14 - Dec. Excesso Arrec.Fundam.Rolo E Caminhões

Decreto N.º 43/14 de 30 de maio de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

07.01 - SECR. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
26.782.0050.2038 - MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.24 - Recursos Transf.Conv.Outros(2014TR001083)
..... R\$ 1.071.008,27

Total R\$ 1.071.008,27

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o convênio nº 214TR001083 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o município de Bom Retiro (FUNDAM), fonte de Recurso 01.24 - Transferência de Convênio -Outros, receita: 24.72.05.00.04 - TRANSF. CONV. AQUIS.ROLO E CAMINHÕES- com objetivo de aquisição de 01 (um) rolo compactador e 03 (três) caminhões trucado 6x2 para aprimorar o atendimento dos serviços à população bonretirense.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 30 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

44.14 - Dec. Excesso Arrec.Fundam.Ambulância E Ônibus

Decreto N.º 44/14 de 30 de maio de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.23 - Recursos Transf.Conv.Saúde (2014TR001076)
..... R\$ 368.937,46

Total R\$ 368.937,46

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o convênio nº 214TR001076 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o município de Bom Retiro (FUNDAM), fonte de Recurso 01.23 - Transferência de Convênio -Saúde, receita: 24.72.01.01 - TRANSF. CONV. DO EST.SUS.ONIBUS E AMBUL.- com objetivo de aquisição de 01 (um) ônibus com capacidade mínima de 27 passageiros e 01 (uma) ambulância para ampliar o acesso da população aos serviços de média e alta complexidade na atenção à saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 30 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

473.05.14 - P. Lic. Trat. Ivonete R. B. Vieira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 473/14 de 30.05.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de maio de 2014, a funcionária Ivonete Rodrigues Borges Vieira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

474.05.14 - P. Lic. Trat. Adriana Z. Capistrano

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 474/14 de 30.05.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de maio de 2014, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

475.05.14 - P. Lic. Trat. Maria L. H. Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 475/14 de 30.05.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de maio de 2014, a funcionária Maria Lunalva Hemkmaier de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

476.05.14 - P. Lic. Trat. Maria E. N. Bianchi

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 476/14 de 30.05.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 30 de maio de 2014, a funcionária Maria Eliza Nunes Bianchi, Ocupante do cargo de Fiscal de Tributos - Padrão I - Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

477.05.14 - P. Lic. Trat. Saúde Vanessa Bianchi

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 477/14 de 30.05.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 30 de maio de 2014 a funcionária Vanessa Bianchi, Ocupante do cargo de Odontólogo - Nível 10, do Quadro de Pessoal Contratado em caráter temporário do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

478.06.14 - P. Lic. Trat. Sandra M. V. Pra

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 478/14 de 02.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 02 de junho de 2014, a funcionária Sandra Mara Vieira Prá, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

479.05.14 - P. Lic. Premio Jonas I. Pereira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 479/14 de 02.06.14

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 054/14 de 30.05.14, e despacho em 02.06.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de junho e julho, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); ao funcionário Jonas Inocêncio Pereira, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

480.06.14 - P. Férias Roseli Alves

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 480/14 de 02.06.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) a funcionária Roseli Alves, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I - Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a contar do dia 02 de junho com término no dia 01 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

481.06.14 - P. Férias Ilvânio Flor

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 481/14 de 02.06.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Ilvânio Flor, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos a disposição da Casan, para gozá-las a contar do dia 02 de junho com término no dia 01 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

482.06.14 - P. Nom. Carlos A. Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 482/14 de 02.06.14
Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro e dos art. 9º e 10º da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Nomear por concurso Carlos Alberto da Cruz, em virtude de sua classificação 2º lugar no Concurso Público n.º 002/2012, para exercer o cargo de Operador de Máquinas - Padrão I - Nível - 05, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a contar do dia 02 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

483.06.14 - P. Férias Pecunia Antonio C. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 483/14 de 02.06.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Antonio Carlos Neckel, Ocupante do cargo de Operador de Máquina - Nível 05, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 055/2014 de 02 de junho de 2014, para gozá-las a contar do dia 02 de junho com término no dia 01 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

484.06.14 - P. Lic. Premio Ivonete R. B. Vieira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 484/14 de 02.06.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 050/14 de 02.06.14, e despacho em 02.06.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de junho e julho, correspondente ao quinquênio 2009 (Dois Mil e Nove) a 2014 (Dois Mil e Quatorze); a funcionária Ivonete Rodrigues Borges Vieira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

485.06.14 - P. Lic. Trat. Vitorino L. Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 485/14 de 03.06.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 03 de junho com término no dia 17 de junho de 2014, ao funcionário Vitorino Lídio da Rosa, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

486.06.14 - P. Lic. Trat. Maria C. Peron

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 486/14 de 03.06.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 21 (vinte e um) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 03 de junho com término no dia 23 de junho de 2014, a Conselheira Tutelar Maria Celeste Peron.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

487.06.14 - P. Lic. Trat. Sandra M. V. Pra

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 487/14 de 03.06.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 03 de junho de 2014, a funcionária Sandra Mara Vieira Prá, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

488.06.14 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Pedro P. Jesus

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 488/14 de 03.06.14
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico

dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 25 de junho de 2014, ao funcionário Pedro Paulo de Jesus, Ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola - Padrão I - Nível 05, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

489.06.14 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Dirceu G. Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 489/14 de 03.06.14

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 27 de junho de 2014, ao funcionário Dirceu Gabriel da Cruz, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

490.06.14 - P. Lic. Trat. Elizandre Althoff

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 490/14 de 04.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 04, 05 e 06 de junho de 2014, a funcionária Elizandre Althoff, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

491.06.14 - P. Lic. Trat. Terezinha C. Alves

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 491/14 de 04.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 03 de junho de 2014, a funcionária Terezinha Claudio Alves, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Brunópolis**PREFEITURA****Decreto Nº 52**

DECRETO MUNICIPAL Nº 052 DE 03 DE JUNHO DE 2014.
AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO SITUADO NO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei 6766/1979 e Lei Complementar 031/2009;

DECRETA:

Art.1º. Fica autorizado o desmembramento de um Terreno Urbano, localizado no Perímetro Urbano no Município de Brunópolis, com Escritura Pública matrícula n. 18.907 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos, de propriedade da Senhora Resani Teresinha da Silva, portadora do CPF 016.090.439-01, com área de total de 30.000,00 (trinta mil metros quadrados).

Art 2º. O terreno será desmembrado em 2 (duas) partes, sendo as áreas desmembrada uma de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) e a outra área de 29.550m²(vinte e nove mil quinhentos e cinquenta metros quadrados) conforme croqui e memorial descritivo anexo, parte integrante deste Decreto.

Art. 3o. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Brunópolis, em 03 de junho de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrado e publicado o presente Decreto no DOM.

Brusque**PREFEITURA****Extrato Processo Licitatório Nº 054/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 054/2014

TOMADA DE PREÇOS nº 005/2014

RECURSO ADMINISTRATIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PREVENTIVO DE INCÊNDIO DO PAVILHÃO DE EVENTOS MARIA CELINA VIDOTTO IMHOF.

RECORRENTE: MAGALDI INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA EIRELI LTDA

RESULTADO DO RECURSO: Pelo exposto, recebo o recurso interposto pela empresa MAGALDI INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA EIRELI LTDA., para no mérito considerá-lo IMPROCEDENTE, mantendo-se a desclassificação da proposta apresentada pela Recorrente pelo não cumprimento do item 3.2.1.7, com fundamento nos artigos 41 e 48, I da lei 8.666/93.
03/06/2014.

Rafael Luiz Pinto
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Diretor Geral de Licitações e Contratos

Editais de Notificação de Trânsito - 050 1853/2014 A 1864/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1853/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADV0229	55178496E	6599/2	16/04/2014	230 * V
AKK6164	55180458E	6920/0	10/04/2014	233
ANG0165	55178580E	6637/2	25/03/2014	230 * IX
ASR4151	55180003E	6599/2	02/04/2014	230 * V
AWM0084	55178657E	6599/2	15/04/2014	230 * V
AXI0200	54824802E	6769/1	24/03/2014	230 * XXII
EDV5290	55180455E	6920/0	10/04/2014	233
IEZ4533	54934356E	6599/2	27/04/2014	230 * V
IEZ4533	54934357E	5045/0	27/04/2014	162 * V
IEZ4533	54934358E	5142/0	27/04/2014	164 c/c 162 * V
ILH7019	54933300E	6610/2	22/04/2014	230 * VII
KLF0742	55180485E	6920/0	15/04/2014	233
LCW6465	54933910E	6599/2	13/04/2014	230 * V
LWU5293	55175948E	6920/0	19/03/2014	233
LWV4798	54823992E	6599/2	30/03/2014	230 * V
LXH3227	54632275E	6963/0	11/04/2014	237
LXN4491	55175978E	5010/0	16/04/2014	162 * I
LXN4491	55175979E	5118/0	16/04/2014	164 c/c 162 * I
LYN4190	55180452E	6920/0	06/04/2014	233
LYQ3637	55180023E	7340/0	15/04/2014	252 * IV
LYV6244	54951142E	5045/0	31/03/2014	162 * V
LYW3629	54934359E	6599/2	27/04/2014	230 * V
LYY1850	54933561E	6599/2	27/04/2014	230 * V
LZE0995	55177966E	6726/1	14/04/2014	230 * XVIII
LZY1100	55175943E	6920/0	19/03/2014	233
LZY2499	55179827E	6602/0	14/04/2014	230 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZY4494	55180494E	6920/0	22/04/2014	233
LZZ7567	55180459E	6920/0	11/04/2014	233
MAI1631	54933616E	6599/2	21/04/2014	230 * V
MAS2645	55179964E	6602/0	19/04/2014	230 * VI
MAU1252	55175941E	6920/0	18/03/2014	233
MAV3158	55175939E	6920/0	18/03/2014	233
MAY2979	54933981E	6700/0	24/04/2014	230 * XVI
MAZ0148	55175949E	6920/0	19/03/2014	233
MBA6849	55179856E	6599/2	27/03/2014	230 * V
MBC9674	54824516E	5010/0	14/04/2014	162 * I
MBC9674	54824517E	6599/2	14/04/2014	230 * V
MBE9184	54951079E	6556/3	20/04/2014	230 * I
MBM7035	55180211E	6556/1	14/04/2014	230 * I
MBU4371	55175940E	6920/0	18/03/2014	233
MBU4607	54933426E	6599/2	22/04/2014	230 * V
MBU4607	54933427E	6556/1	22/04/2014	230 * I
MBX1997	55178105E	6661/0	14/04/2014	230 * XII
MCD5659	55180203E	6912/0	11/04/2014	232
MCL0505	54824980E	6661/0	06/04/2014	230 * XII
MCO4205	55533784D	5010/0	04/04/2014	162 * I
MCO4205	55533785D	5118/0	04/04/2014	164 c/c 162 * I
MCO4205	55533786D	6599/2	04/04/2014	230 * V
MCP9341	55180487E	6920/0	15/04/2014	233
MCS5542	54933610E	6912/0	21/04/2014	232
MCW1766	54933648E	6653/1	25/04/2014	230 * XI
MDA3204	54933954E	6670/0	14/04/2014	230 * XIII
MDD1745	55179937E	6920/0	24/03/2014	233
MDD2961	55179830E	6912/0	15/04/2014	232
MDD2961	55179831E	5045/0	15/04/2014	162 * V
MDD2961	55179832E	5142/0	15/04/2014	164 c/c 162 * V
MDN4548	54933984E	5010/0	24/04/2014	162 * I
MDO2904	54933434E	5045/0	26/04/2014	162 * V
MDO2904	54933435E	5142/0	26/04/2014	164 c/c 162 * V
MDS4430	55180020E	5010/0	15/04/2014	162 * I
MDS4430	55180021E	5118/0	15/04/2014	164 c/c 162 * I
MDV8947	55178617E	5010/0	20/04/2014	162 * I
MDX9404	55175950E	6920/0	19/03/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEY8394	54933614E	7340/0	21/04/2014	252 * IV
MFA2274	55175938E	6920/0	19/03/2014	233
MFD7359	55175945E	6920/0	19/03/2014	233
MFF5280	54631996E	6599/2	14/04/2014	230 * V
MFG0701	55180497E	6920/0	22/04/2014	233
MFI2257	54933986E	6912/0	24/04/2014	232
MFI2257	54933987E	6610/2	24/04/2014	230 * VII
MFP8731	55180026E	5010/0	15/04/2014	162 * I
MFP8731	55180027E	5118/0	15/04/2014	164 c/c 162 * I
MFR0890	54933428E	5045/0	22/04/2014	162 * V
MFU0210	55179929E	6920/0	24/03/2014	233
MFZ0801	54933602E	6599/2	21/04/2014	230 * V
MGA6722	54951497E	6599/2	10/04/2014	230 * V
MGL1518	54933222E	7340/0	09/04/2014	252 * IV
MGM0190	54934355E	6599/2	25/04/2014	230 * V
MGP0381	55179847E	6599/2	20/04/2014	230 * V
MGP0381	55179848E	6912/0	20/04/2014	232
MGZ2831	55180495E	6920/0	22/04/2014	233
MHB1805	55533628D	6912/0	16/03/2014	232
MHW4001	55175947E	6920/0	19/03/2014	233
MIG7406	54933603E	5010/0	21/04/2014	162 * I
MJP6888	55180469E	6920/0	14/04/2014	233
MJU3228	54933946E	7340/0	19/04/2014	252 * IV
MKG2618	55179845E	6599/2	18/04/2014	230 * V
MKO2310	55178571E	6912/0	17/03/2014	232
MKX5195	55178497E	7340/0	17/04/2014	252 * IV
NMC6675	55175942E	6920/0	18/03/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1854/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGE5054	54933716E	5541/2	01/04/2014	181 * XVII
ALL1510	54933732E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
ANG0165	55178579E	5185/2	25/03/2014	167
AOP1973	54933907E	5185/1	13/04/2014	167
ARE8234	55534437D	5207/0	05/04/2014	169
AVM4064	55533973D	5444/0	05/04/2014	181 * VII
BBB5352	54933969E	5185/1	16/04/2014	167
DIV2133	54951488E	5185/1	26/03/2014	167
DNS2574	54933216E	5185/1	09/04/2014	167
EAK6685	54933236E	5185/1	13/04/2014	167
HJN2276	54825431E	5185/1	13/04/2014	167
IIE1871	54933256E	7366/2	05/04/2014	252 * VI
INU9589	54933750E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
INU9589	54934451E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
IQO8099	55175778E	5835/0	28/03/2014	195
LCW6465	54933909E	5193/0	13/04/2014	168
LOU7400	54933738E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
LXC1676	54933523E	5185/1	25/04/2014	167
LXG6159	54934368E	5185/1	27/04/2014	167
LXG6159	54934369E	6858/0	27/04/2014	231 * VII
LXI2155	54934401E	5541/6	26/04/2014	181 * XVII
LXS4803	54934460E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
LXZ3792	55180022E	5185/1	15/04/2014	167
LZG0262	54934405E	5193/0	26/04/2014	168
LZK3440	54933296E	6050/1	19/04/2014	208
LZX2582	54934456E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAI0229	55533369D	5193/0	30/03/2014	168
MAN3876	54933729E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
MBB7953	55533057D	5185/1	16/03/2014	167
MCF7418	54933228E	5185/1	11/04/2014	167
MCO9059	55179892E	5207/0	10/04/2014	169
MCQ4667	54933506E	5193/0	19/04/2014	168
MCV2343	55533049D	5380/0	18/03/2014	181 * I
MDB1116	55533055D	7366/2	14/03/2014	252 * VI
MDD2961	55179829E	5835/0	15/04/2014	195
MDI5133	54933513E	5185/1	21/04/2014	167
MDS5006	54934498E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
MDS6756	54934489E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
MDZ2934	55533403D	5541/2	10/03/2014	181 * XVII
MDZ2934	55533445D	5541/2	19/03/2014	181 * XVII
MED7960	54825069E	5185/1	30/03/2014	167
MEK8272	55533431D	5541/2	18/03/2014	181 * XVII
MEO5501	54933229E	5207/0	11/04/2014	169
MEY6756	54933068E	5568/0	22/04/2014	181 * XIX
MFG6351	55533791D	5738/0	05/04/2014	186 * II
MFI3572	55175773E	5460/0	24/03/2014	181 * IX
MFK5216	54933974E	7366/2	22/04/2014	252 * VI
MFL4118	54933226E	5541/1	11/04/2014	181 * XVII
MFR8557	54933926E	5185/1	19/04/2014	167
MGA6722	54951498E	5835/0	10/04/2014	195
MGA6722	54951499E	7048/1	10/04/2014	244 * II
MGG2698	55533061D	6122/0	18/03/2014	214 * I
MGI1389	54933267E	5541/6	05/04/2014	181 * XVII
MGJ2790	54933047E	5541/5	23/04/2014	181 * XVII
MGL8035	54933042E	6050/2	18/04/2014	208
MGM0190	54934354E	5185/1	25/04/2014	167
MGM0236	54933526E	7366/2	25/04/2014	252 * VI
MGM0236	54933527E	5185/1	25/04/2014	167
MGT0046	54933744E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
MGT9179	54933453E	5541/2	24/04/2014	181 * XVII
MGX7485	55533161D	5541/2	11/03/2014	181 * XVII
MHB8575	54933241E	5207/0	15/04/2014	169
MHB8575	54933531E	5207/0	25/04/2014	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHD6921	54933161E	5185/1	31/03/2014	167
MHF3734	54825072E	5185/1	30/03/2014	167
MHG6612	54934458E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
MHY0434	54933297E	6050/1	19/04/2014	208
MIA2058	55533732D	5550/0	26/03/2014	181 * XVIII
MIJ5855	55533157D	5541/2	11/03/2014	181 * XVII
MIM9801	54825430E	5185/1	13/04/2014	167
MIP6844	54933242E	5568/0	15/04/2014	181 * XIX
MIP6844	54933244E	5550/0	15/04/2014	181 * XVIII
MIU1970	54934464E	5541/2	09/04/2014	181 * XVII
MIV4705	55533455D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MJC2114	54933734E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
MJK1358	54934478E	5541/2	11/04/2014	181 * XVII
MJM3377	54933746E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
MJR9878	54933224E	5185/1	11/04/2014	167
MJT9145	54934477E	5541/2	11/04/2014	181 * XVII
MJV2441	55179900E	6050/1	14/04/2014	208
MJW9273	55533404D	5541/2	10/03/2014	181 * XVII
MJX6628	54933742E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
MJY1095	55533196D	5541/2	10/03/2014	181 * XVII
MJZ7050	55533189D	5541/2	11/03/2014	181 * XVII
MKG0154	54933221E	7366/2	09/04/2014	252 * VI
MKJ3341	54933631E	5185/1	23/04/2014	167
MKM0544	54934469E	5541/2	09/04/2014	181 * XVII
MKM3940	55179780E	5207/0	14/04/2014	169
MKP1615	55533030D	7366/2	16/03/2014	252 * VI
MLD3207	54933860E	5185/1	26/04/2014	167
MLG4487	55533742D	5738/0	05/04/2014	186 * II
MLM3473	54933650E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
MLT2621	54933292E	6050/1	19/04/2014	208
MLX9489	54933933E	5185/1	19/04/2014	167
MMA1580	54933609E	5185/1	21/04/2014	167
MMF4510	54933931E	5541/6	19/04/2014	181 * XVII
OAV1719	54933652E	5924/1	21/04/2014	203 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1855/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEI1178	54265300E	5010/0	12/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
AEI1178	54267862E	5118/0	12/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
BKM8346	54950529E	5274/1	03/02/2014	R\$ 191,53	175
BKM8346	54950530E	6637/2	03/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
EJY0033	55178425E	6637/2	13/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYO6732	54951740E	5061/0	26/01/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LYO6732	54951741E	5010/0	26/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZT3731	55525486D	6599/2	26/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZT3731	55525487D	5010/0	26/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZT3731	55525488D	5118/0	26/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAZ2570	55532424D	6670/0	12/10/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MBC6684	54267584E	6599/2	18/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCF4453	54267667E	6637/2	22/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MCM5844	55535366D	6599/2	27/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEA3662	54633190E	5045/0	15/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEA3662	54633191E	6599/2	15/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEP8071	55175918E	6920/0	11/03/2014	R\$ 127,69	233
MEW4260	54951856E	5010/0	09/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEW4260	54951857E	6912/0	09/03/2014	R\$ 53,20	232
MEW4260	54951858E	6599/2	09/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEY2301	55528372D	6599/2	05/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEY2301	55528373D	5010/0	05/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFH9111	55525129D	6599/2	08/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFM7122	54633291E	6610/2	12/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MFZ4458	54952519E	6920/0	29/11/2013	R\$ 127,69	233
MID6593	55529025D	5010/0	30/10/2013	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLA5110	55178562E	6637/2	13/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MMA3777	54825456E	6661/0	16/02/2014	R\$ 127,69	230 * XII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1856/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AML6235	55531389D	7366/2	01/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AUG0237	55527286D	5541/2	06/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BVM3277	55527009D	5185/2	17/08/2013	R\$ 127,69	167
CIS5514	55530505D	5185/1	20/02/2014	R\$ 127,69	167
CNR7594	55530330D	5746/3	01/02/2014	R\$ 85,12	187 * I
DEB1007	55228747C	5185/2	06/10/2013	R\$ 127,69	167
IQN0392	55528861D	5592/0	30/07/2013	R\$ 85,12	1m 182 * III
JTN6585	55528005D	5193/0	28/07/2013	R\$ 191,53	168
LZP4301	54952468E	5835/0	16/01/2014	R\$ 127,69	195
LZP6854	55532663D	5541/2	24/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAJ8512	55530023D	7366/2	01/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBL3827	55530583D	7366/2	05/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBU3287	55533717D	5452/2	15/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCY8709	55528403D	5193/0	03/08/2013	R\$ 191,53	168
MDJ5536	55532340D	5541/3	11/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEP5323	55534266D	5819/7	11/03/2014	R\$ 574,61	193
MER1177	55528918D	5541/6	28/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV1933	55534086D	5550/0	15/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFP2227	55526926D	7366/2	29/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGG7239	55532255D	6041/2	06/10/2013	R\$ 127,69	207
MGK6057	55531885D	5541/2	04/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO1783	55524170D	5193/0	16/02/2013	R\$ 191,53	168
MHH1738	54264483E	7030/1	15/02/2013	R\$ 191,53	244 * I
MIN0975	55536149D	7366/2	29/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIS6093	55523594D	7366/2	20/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIW9123	55533726D	7366/2	23/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIZ1124	55527156D	7366/2	19/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJR9878	55533054D	7366/2	12/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKD8031	55527528D	6050/1	10/09/2013	R\$ 191,53	208
NVS9119	55530387D	5541/3	12/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1857/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ4781	55180670E	5010/0	07/05/2014	162 * I
AFJ4781	55180671E	5118/0	07/05/2014	164 c/c 162 * I
AFJ4781	55180672E	6920/0	07/05/2014	233
AFJ4781	55180673E	6610/2	07/05/2014	230 * VII
ALM9339	55178612E	6599/2	16/04/2014	230 * V
ALM9339	55178613E	6912/0	16/04/2014	232
AME3138	55180220E	5169/1	27/04/2014	165
AME3138	55180221E	6912/0	27/04/2014	232
AOY6980	55175808E	5010/0	04/05/2014	162 * I
AOY6980	55175809E	6556/1	04/05/2014	230 * I
ASF4791	55310284D	5010/0	15/04/2014	162 * I
ASF4791	55310285D	6912/0	15/04/2014	232
ASF4791	55310287D	6599/2	15/04/2014	230 * V
BKM8346	55178492E	5010/0	06/04/2014	162 * I
BKM8346	55178493E	5118/0	06/04/2014	164 c/c 162 * I
BKM8346	55178494E	5169/1	06/04/2014	165
CJS3326	55179907E	6920/0	18/03/2014	233
CVE6770	54933656E	5045/0	01/05/2014	162 * V
DQW5151	55178578E	6637/2	23/03/2014	230 * IX
EBF9368	54934416E	5010/0	27/04/2014	162 * I
EBF9368	54934417E	5118/0	28/04/2014	164 c/c 162 * I
HWI7372	54934064E	6599/2	05/05/2014	230 * V
IHZ5149	55180039E	6599/2	22/04/2014	230 * V
IHZ5149	55180040E	5045/0	22/04/2014	162 * V
JYR0499	55179938E	6920/0	24/03/2014	233
KKE7688	55180677E	6610/2	07/05/2014	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LQB1839	55177917E	6769/2	25/03/2014	230 * XXII
LXD1652	55178842E	6920/0	05/05/2014	233
LXH2695	55178843E	6920/0	05/05/2014	233
LXO7366	55178614E	5010/0	19/04/2014	162 * I
LXO7366	55178615E	5169/1	19/04/2014	165
LXO7366	55178616E	5118/0	19/04/2014	164 c/c 162 * I
LXX6135	55180049E	6602/0	24/04/2014	230 * VI
LYJ9955	55180167E	6920/0	27/03/2014	233
LYO4879	54632346E	5045/0	07/05/2014	162 * V
LYO4879	54632347E	5096/0	07/05/2014	163 c/c 162 * V
LZB9232	54933445E	6599/2	04/05/2014	230 * V
LZE4848	55681839D	7340/0	26/04/2014	252 * IV
LZP9342	55179841E	6912/0	18/04/2014	232
LZP9342	55179842E	5169/1	18/04/2014	165
LZP9342	55179843E	5029/2	18/04/2014	162 * II
LZP9342	55179844E	5126/2	18/04/2014	164 c/c 162 * II
LZU6850	55180498E	6920/0	22/04/2014	233
LZZ8924	54951241E	5010/0	23/04/2014	162 * I
LZZ8924	54951242E	5118/0	23/04/2014	164 c/c 162 * I
LZZ8924	54951243E	6726/1	23/04/2014	230 * XVIII
MAK0158	54934068E	6599/2	09/05/2014	230 * V
MAK5462	55180660E	6599/2	24/04/2014	230 * V
MAL7352	54933661E	5010/0	03/05/2014	162 * I
MAL7352	54933662E	6599/2	03/05/2014	230 * V
MAM4722	55178829E	6920/0	30/04/2014	233
MAU5530	54952883E	5010/0	03/05/2014	162 * I
MAU5530	54952884E	5061/0	03/05/2014	163 c/c 162 * I
MAU5530	54952885E	6599/2	03/05/2014	230 * V
MAW3394	54951249E	6912/0	26/04/2014	232
MAW3394	54951250E	6726/1	26/04/2014	230 * XVIII
MBA7826	55178620E	5045/0	22/04/2014	162 * V
MBA7826	55178621E	5142/0	22/04/2014	164 c/c 162 * V
MBC1872	55180041E	6599/2	22/04/2014	230 * V
MBG6161	54933575E	6599/2	03/05/2014	230 * V
MBI3796	55178832E	6920/0	29/04/2014	233
MBI9453	55176067E	6726/1	03/05/2014	230 * XVIII
MBI9453	55176068E	5118/0	03/05/2014	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBI9453	55176069E	6556/1	03/05/2014	230 * I
MBI9453	55176070E	6920/0	03/05/2014	233
MBM9330	55180493E	6920/0	22/04/2014	233
MBQ8418	55533046D	7340/0	18/03/2014	252 * IV
MDC3565	54951160E	5010/0	26/04/2014	162 * I
MDC3565	54951161E	5061/0	26/04/2014	163 c/c 162 * I
MDG5686	54951406E	5010/0	21/04/2014	162 * I
MDG5686	54951407E	5118/0	21/04/2014	164 c/c 162 * I
MDG5686	54951408E	6599/2	21/04/2014	230 * V
MDG6512	54935554E	6599/2	11/05/2014	230 * V
MDJ0731	55178849E	6920/0	05/05/2014	233
MDO2904	54934409E	6726/1	26/04/2014	230 * XVIII
MDO2904	54934410E	6610/2	26/04/2014	230 * VII
MDO7611	54632340E	5010/0	26/04/2014	162 * I
MDO7611	54632341E	5118/0	26/04/2014	164 c/c 162 * I
MDU3185	55176107E	6610/2	29/04/2014	230 * VII
MDZ1832	54263791E	6912/0	23/04/2014	232
MDZ1832	54976236C	5010/0	23/04/2014	162 * I
MDZ1832	54976239C	5118/0	23/04/2014	164 c/c 162 * I
MEB2191	55178806E	6920/0	23/04/2014	233
MEF9505	55178629E	6912/0	30/04/2014	232
MEQ3851	55180707E	5010/0	01/05/2014	162 * I
MEQ3851	55180708E	6599/2	01/05/2014	230 * V
MEQ3851	55180709E	5118/0	01/05/2014	164 c/c 162 * I
MEV2022	55178639E	6599/2	06/05/2014	230 * V
MEV2022	55178640E	7340/0	06/05/2014	252 * IV
MEW1342	55180652E	5010/0	24/04/2014	162 * I
MEW1342	55180653E	5118/0	24/04/2014	164 c/c 162 * I
MFJ2021	54951976E	6599/2	07/05/2014	230 * V
MFK1494	55178827E	6920/0	29/04/2014	233
MFR7180	54951972E	6599/2	30/04/2014	230 * V
MFT9478	55681840D	5045/0	26/04/2014	162 * V
MGD0323	55176105E	6726/1	25/04/2014	230 * XVIII
MGD0323	55176106E	6769/1	25/04/2014	230 * XXII
MGE8778	55175983E	5010/0	20/04/2014	162 * I
MGE8778	55175984E	5118/0	20/04/2014	164 c/c 162 * I
MGM4732	54933579E	6599/2	03/05/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGO1336	55179917E	6920/0	20/03/2014	233
MGR1601	55178630E	6599/2	30/04/2014	230 * V
MGR9019	55178549E	5010/0	16/04/2014	162 * I
MGR9019	55178550E	5118/0	16/04/2014	164 c/c 162 * I
MGU1791	55180050E	6912/0	24/04/2014	232
MHG3659	54933581E	6912/0	03/05/2014	232
MHU0910	54934255E	6599/2	04/05/2014	230 * V
MIA4082	55176072E	6599/2	06/05/2014	230 * V
MIP6946	54933083E	6599/2	10/05/2014	230 * V
MIP9371	54933013E	6599/2	04/04/2014	230 * V
MIT2714	55178810E	6920/0	25/04/2014	233
MIW9612	54934428E	6599/2	04/05/2014	230 * V
MIW9612	54934429E	5045/0	04/05/2014	162 * V
MJH1736	54632343E	5169/1	01/05/2014	165
MJR1979	54631937E	6912/0	04/05/2014	232
MJR1979	54631938E	6599/2	04/05/2014	230 * V
MJW0751	54933771E	6769/1	09/05/2014	230 * XXII
MKD2571	55180656E	6599/2	24/04/2014	230 * V
MKM6131	55180037E	6599/2	22/04/2014	230 * V
MKN5162	54934056E	5045/0	03/05/2014	162 * V
MKN5162	54934057E	5142/0	03/05/2014	164 c/c 162 * V
MLO4968	54934093E	7340/0	11/05/2014	252 * IV
MLZ9541	54933647E	7340/0	25/04/2014	252 * IV
MUW8931	55180489E	6920/0	22/04/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1858/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHT3541	55178618E	6858/0	20/04/2014	231 * VII
ALQ1067	54933271E	5185/1	07/04/2014	167
BCN5840	55534419D	5444/0	22/03/2014	181 * VII
CHN9051	54934156E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
CNX4689	54934488E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
CPU9279	55180214E	5207/0	22/04/2014	169
CVT9028	54933061E	5193/0	16/04/2014	168
DDC4530	54934166E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
DUR1051	54934170E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
EUP7867	54933882E	5541/6	05/05/2014	181 * XVII
HJR9372	54934152E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
HPP5201	54951576E	5207/0	29/04/2014	169
HWI7372	54934063E	5541/5	05/05/2014	181 * XVII
IQS0259	54933731E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
ITX6036	55533136D	5541/2	06/03/2014	181 * XVII
IUC5315	54933454E	5541/2	24/04/2014	181 * XVII
KKU9192	55533165D	5541/2	12/03/2014	181 * XVII
KYU2726	55180712E	5185/2	04/05/2014	167
LXD4687	55176189E	5835/0	29/04/2014	195
LXG0303	55180664E	5185/1	24/04/2014	167
LXV1496	54933120E	7366/2	04/04/2014	252 * VI
LYD1732	55176103E	6050/1	25/04/2014	208
LYH4612	54952881E	5207/0	22/04/2014	169
LYZ8372	54934484E	5541/2	11/04/2014	181 * XVII
LYZ8408	54933665E	5193/0	03/05/2014	168
LZE4848	55180215E	5835/0	26/04/2014	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZE4848	55180216E	5215/2	26/04/2014	170
LZE4848	55180217E	5720/0	26/04/2014	186 * I
LZE4848	55180218E	5940/1	26/04/2014	203 * III
LZE4848	55180219E	5908/0	26/04/2014	202 * I
LZE4848	55681838D	7056/1	26/04/2014	244 * III
LZP9342	55179840E	7030/1	18/04/2014	244 * I
MAK3217	54933395E	5541/6	14/04/2014	181 * XVII
MAR2322	55533175D	5541/2	12/03/2014	181 * XVII
MBG6161	54933574E	5193/0	03/05/2014	168
MBN8966	54934426E	5452/1	04/05/2014	181 * VIII
MBQ9453	55533236D	5541/1	23/04/2014	181 * XVII
MCI5361	55175996E	5738/0	28/04/2014	186 * II
MCI5361	55175997E	5738/0	28/04/2014	186 * II
MCI5361	55175998E	5738/0	28/04/2014	186 * II
MCI5361	55180706E	5835/0	28/04/2014	195
MCO8751	54933881E	5550/0	05/05/2014	181 * XVIII
MDA8915	55178004E	5185/1	29/03/2014	167
MDC8469	54933246E	5550/0	15/04/2014	181 * XVIII
MDO0794	54933869E	5460/0	29/04/2014	181 * IX
MDO3102	54933572E	5185/1	01/05/2014	167
MDO7611	54632342E	5720/0	26/04/2014	186 * I
MDR3793	54934179E	5541/2	16/04/2014	181 * XVII
MDT2181	54933825E	5550/0	09/05/2014	181 * XVIII
MDZ1832	54263790E	5215/1	23/04/2014	170
MDZ1832	54976237C	5835/0	23/04/2014	195
MEL8858	54934087E	5185/2	11/05/2014	167
MEN8161	54934495E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
MEO9323	54951084E	5738/0	27/04/2014	186 * II
MEW6573	54952882E	5207/0	25/04/2014	169
MEX3544	54825263E	5185/1	28/03/2014	167
MFB9265	54933590E	5185/1	07/05/2014	167
MFV0349	54933254E	6050/1	05/04/2014	208
MGC2574	54934077E	5380/0	09/05/2014	181 * I
MGD0323	55176104E	5835/0	25/04/2014	195
MGE0600	55180262E	6050/1	26/04/2014	208
MGE8778	55175985E	5835/0	20/04/2014	195
MGE8778	55175986E	5738/0	20/04/2014	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGE8778	55175987E	5738/0	20/04/2014	186 * II
MGE8778	55175988E	5738/0	20/04/2014	186 * II
MGI0616	54933569E	5185/1	01/05/2014	167
MGJ5655	54933449E	5541/1	06/05/2014	181 * XVII
MGK4345	55180713E	5193/0	04/05/2014	168
MGM4732	54933577E	5835/0	03/05/2014	195
MGM4732	54933578E	6068/1	03/05/2014	209
MGN7550	54933270E	7366/2	05/04/2014	252 * VI
MGO3013	54933990E	6050/1	24/04/2014	208
MGP6315	55533188D	5541/2	14/03/2014	181 * XVII
MGT0046	54934155E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MGU0525	55178532E	5738/0	23/03/2014	186 * II
MHB0435	54933441E	7366/2	02/05/2014	252 * VI
MHB1908	54951085E	5231/1	30/04/2014	172
MHD4142	54934161E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MHL5017	55180233E	5967/0	05/05/2014	203 * V
MHX9557	54933645E	5185/1	25/04/2014	167
MIA7626	54933583E	5185/1	03/05/2014	167
MIH4286	54933810E	5541/6	29/04/2014	181 * XVII
MIH6610	54933592E	5185/1	07/05/2014	167
MII9210	54933564E	5738/0	29/04/2014	186 * II
MIK7663	54933566E	5193/0	01/05/2014	168
MIP9371	54933012E	7366/2	04/04/2014	252 * VI
MIX8953	54933627E	7366/2	23/04/2014	252 * VI
MIZ5995	55533739D	5967/0	04/04/2014	203 * V
MJB2007	54933663E	7366/2	03/05/2014	252 * VI
MJB8539	55533247D	5185/1	09/05/2014	167
MJD0553	55533090D	5207/0	30/03/2014	169
MJE7422	54934328E	5541/5	08/05/2014	181 * XVII
MJP1513	55175994E	5703/0	23/04/2014	185 * I
MJU1836	55176102E	6050/1	25/04/2014	208
MJV3031	55533237D	5185/1	25/04/2014	167
MJX1856	54632339E	7056/1	23/04/2014	244 * III
MJY1750	54934318E	7366/2	02/05/2014	252 * VI
MKB8854	54933595E	5185/1	09/05/2014	167
MKE1644	54933447E	5541/6	06/05/2014	181 * XVII
MKE6894	55180264E	5738/0	27/04/2014	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKF6853	54952872E	5207/0	22/04/2014	169
MKM4560	54933617E	5185/1	21/04/2014	167
MKR0308	55533288D	5541/2	24/03/2014	181 * XVII
MLB5656	55533241D	5398/0	05/05/2014	181 * II
MLY1071	54934157E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MLZ9100	55178626E	6858/0	25/04/2014	231 * VII
MMA2222	54934053E	5185/1	03/05/2014	167
MMB1818	55180603E	5207/0	07/05/2014	169
MUZ3713	54933760E	5550/0	08/05/2014	181 * XVIII
NEY1501	55176192E	5835/0	29/04/2014	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1859/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAH0123	54823468E	5010/0	05/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
AKL9654	54266908E	6610/2	28/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
APJ2165	54951917E	5010/0	17/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
BGD8486	55176151E	6599/2	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
CAJ7504	55532733D	6599/2	04/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
DEN5345	54632964E	5118/0	07/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
DIM9329	54632576E	6637/2	28/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
DQX6805	55532827D	6599/2	04/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
GRY1201	54633765E	6599/2	11/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
INP4853	55533822D	6769/1	19/03/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
JRR7106	55530526D	5010/0	28/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWT5449	54952695E	6920/0	20/12/2013	R\$ 127,69	233
LYT4565	54633940E	6599/2	16/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZA6248	54951101E	5045/0	07/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
LZA6248	54951102E	5142/0	07/02/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LZA6248	54951132E	5010/0	13/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZD6420	54952313E	6920/0	26/12/2013	R\$ 127,69	233
LZT1939	55528484D	6610/2	05/09/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZW3962	54264446E	6599/2	31/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAD7260	54823916E	6920/0	01/10/2013	R\$ 127,69	233
MAD8728	54952863E	6912/0	07/01/2014	R\$ 53,20	232
MAJ9871	54267449E	5029/1	31/07/2013	R\$ 957,69	162 * II
MAJ9871	54267450E	6912/0	31/07/2013	R\$ 53,20	232
MAR3256	54950985E	6769/1	21/12/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MAW8374	54823029E	6920/0	13/09/2013	R\$ 127,69	233
MBX3066	54950677E	6920/0	29/10/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCF6535	55534077D	6599/2	15/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCF6535	55534078D	5010/0	15/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCF6535	55534079D	5118/0	15/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCJ3707	55533037D	7340/0	16/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MCL8945	54951280E	6920/0	17/02/2014	R\$ 127,69	233
MDA2855	55527748D	6912/0	17/08/2013	R\$ 53,20	232
MDA2855	55680038D	6645/0	16/09/2013	R\$ 127,69	230 * X
MDJ6394	54823814E	5010/0	02/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDJ6394	54823815E	5118/0	02/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDJ6549	54266826E	5010/0	31/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDJ6549	54266827E	5118/0	31/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDS0513	54267984E	6912/0	18/05/2013	R\$ 53,20	232
MEF6621	55527396D	6610/2	31/08/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MEL1278	54632951E	6599/2	15/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MER8798	54951299E	6920/0	19/02/2014	R\$ 127,69	233
MEX5773	54631885E	5169/1	17/08/2013	R\$ 1.915,38	165
MEZ4454	54267580E	5045/0	14/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFO5378	55756497C	6920/0	28/08/2013	R\$ 127,69	233
MFW5667	55551129C	6599/2	14/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGF6420	54263166E	5061/0	05/10/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGF6420	54263167E	5010/0	05/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGQ7642	54267414E	6599/2	22/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGY0341	55532423D	6670/0	12/10/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MGZ4798	54823908E	6920/0	30/09/2013	R\$ 127,69	233
MHA9561	54951294E	6920/0	18/02/2014	R\$ 127,69	233
MHB4975	55535295D	6653/1	02/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MHF9560	54824611E	6599/2	16/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHM6895	54631692E	6912/0	17/06/2013	R\$ 53,20	232
MHS9337	55535411D	5010/0	07/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHS9337	55535412D	5118/0	07/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHW7790	55528342D	6912/0	04/08/2013	R\$ 53,20	232
MHX7855	54823363E	6599/2	15/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHY0754	55535284D	6599/2	30/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIK1702	55525132D	6599/2	08/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIK1702	55525133D	6610/2	08/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MJA6444	55530919D	7340/0	15/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJB9927	55683743D	6599/2	21/04/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJH5352	55525120D	6599/2	06/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJK7113	54633568E	5045/0	09/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
MKA3938	55531059D	6602/0	29/08/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MKA4334	55533022D	6599/2	14/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKB5226	55532371D	6599/2	12/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKQ9940	55534274D	6912/0	17/03/2014	R\$ 53,20	232
OLR8399	54952402E	6920/0	10/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1860/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABP3625	55531866D	5541/2	29/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ABY9980	55522732D	5541/2	09/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ACN2900	55527392D	5541/1	30/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AEA3234	55533133D	5541/2	06/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AEG9669	55533820D	5193/0	17/03/2014	R\$ 191,53	168
AHX3755	55524086D	7366/2	26/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AKW8508	55533594D	5541/2	10/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKX3783	55524754D	5991/0	25/02/2013	R\$ 191,53	206 * I
APJ2165	54951918E	5738/0	17/01/2014	R\$ 191,53	186 * II
AVM4847	55527250D	5541/1	23/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BON5626	55679384D	5185/1	03/05/2013	R\$ 127,69	167
BPQ0009	55533128D	5541/2	07/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BUW9038	55529635D	5541/6	12/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CZD5401	54265722E	6530/0	02/02/2013	R\$ 127,69	228
DQX6805	55532826D	7366/2	04/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DRJ4017	55529195D	5541/2	14/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
GPD5445	54952354E	6530/0	17/01/2014	R\$ 127,69	228
JPC4705	55528003D	5843/3	28/07/2013	R\$ 127,69	196
KKU9192	55528643D	5541/2	09/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KLX1044	55533131D	5541/2	06/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LCR4728	54823795E	5444/0	05/10/2013	R\$ 53,20	181 * VII
LNK3842	55533593D	5541/2	10/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXJ7983	55532293D	6122/0	15/10/2013	R\$ 191,53	214 * I
LYO6034	55528243D	5185/1	11/09/2013	R\$ 127,69	167
LYS7824	55533147D	5541/2	07/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYX5962	54267895E	5444/0	19/10/2013	R\$ 53,20	181 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZO7036	55537523D	5541/2	15/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZW8162	55533146D	5541/2	07/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAE4518	54263200E	5185/1	21/02/2014	R\$ 127,69	167
MAF6980	55532421D	7234/0	10/10/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MAJ7364	55533143D	5541/2	07/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAM6991	55532263D	6041/2	06/10/2013	R\$ 127,69	207
MAR2284	55528995D	5193/0	31/07/2013	R\$ 191,53	168
MAR3256	54950984E	5207/0	21/12/2013	R\$ 53,20	169
MAR3256	54950986E	6050/1	21/12/2013	R\$ 191,53	208
MAT7225	54263319E	6050/1	21/02/2013	R\$ 191,53	208
MAX5690	54267495E	5452/1	27/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBK4942	55535201D	7366/2	29/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBQ0205	55310667D	5550/0	05/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCB3811	55529240D	5541/6	21/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCH6646	55532288D	5967/0	15/10/2013	R\$ 191,53	203 * V
MCL3445	55526936D	5835/0	06/08/2013	R\$ 127,69	195
MCO7268	55536893D	5541/2	01/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ6101	55530523D	5460/0	26/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MDA2855	55527010D	5452/6	17/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MDD3564	55533151D	5541/2	07/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF1952	55534992D	5541/2	22/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF1952	55536794D	5541/3	25/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDH6457	55529668D	5550/0	18/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDK5135	55527370D	5843/4	28/08/2013	R\$ 127,69	196
MDV8338	55531730D	5541/1	13/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDW2778	55532682D	5541/2	25/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEH8599	55533137D	5541/2	06/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ3717	55531709D	5193/0	12/09/2013	R\$ 191,53	168
MEN4329	55526876D	5185/2	30/07/2013	R\$ 127,69	167
MEO9786	55527525D	5452/1	06/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MEU2048	54951834E	7366/2	18/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFB5949	55527805D	5541/2	25/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI0598	55532111D	5550/0	05/10/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFP6477	55534156D	7366/2	19/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFP7880	55532258D	6041/2	06/10/2013	R\$ 127,69	207
MFY8920	55530934D	5967/0	18/02/2014	R\$ 191,53	203 * V
MGA8688	55537532D	5541/2	17/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGH3197	55522327D	7030/2	22/11/2012	R\$ 191,53	244 * I
MGI6531	55533148D	5541/2	07/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK4752	55523728D	5550/0	25/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGT3166	54823983E	5185/1	07/12/2013	R\$ 127,69	167
MHD4142	55533121D	5541/2	05/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG3313	55532671D	5541/2	24/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHI4113	55528892D	5452/6	07/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHS7450	54263529E	7030/2	07/12/2012	R\$ 191,53	244 * I
MXH6072	55528320D	7030/2	03/08/2013	R\$ 191,53	244 * I
MHZ4250	55524663D	5541/1	18/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MID7790	55524235D	5932/0	28/02/2013	R\$ 191,53	203 * II
MIH3152	55531606D	5460/0	11/09/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MIK3923	55532662D	5541/2	24/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP4481	55523732D	5835/0	27/01/2013	R\$ 127,69	195
MIR0143	54263183E	6050/1	16/02/2014	R\$ 191,53	208
MIV4194	55531438D	5550/0	19/09/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJC3057	54825055E	5185/2	16/02/2014	R\$ 127,69	167
MJG4783	55534960D	5541/2	17/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH5352	55531815D	5185/1	02/10/2013	R\$ 127,69	167
MJH5352	55534242D	7366/2	22/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJM1182	54264910E	7030/2	05/05/2013	R\$ 191,53	244 * I
MJW8758	55524110D	5550/0	01/02/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKA4334	55533020D	5835/0	14/03/2014	R\$ 127,69	195
MKA4334	55533021D	7030/2	14/03/2014	R\$ 191,53	244 * I
MKD1183	55530674D	5541/2	31/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKD5267	55531673D	7366/2	02/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKJ0267	54823678E	5550/0	06/10/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKJ4134	55526200D	5541/1	23/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ4134	55535800D	7366/2	26/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKT9014	55531892D	5541/2	02/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT9700	55533127D	5541/2	05/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV2426	55534243D	7366/2	12/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKV9154	55530738D	5550/0	14/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLB4537	55531473D	5541/6	14/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLB6124	55527523D	5541/6	06/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLF3770	55527501D	6122/0	01/08/2013	R\$ 191,53	214 * I
MLF3770	55527503D	5509/0	01/08/2013	R\$ 85,12	181 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLL0674	55534294D	7366/2	25/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLX6220	55528931D	5541/5	29/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX9489	54267742E	5452/1	08/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MUC2142	55530744D	5835/0	16/02/2014	R\$ 127,69	195
MVK0449	55531733D	5185/2	15/09/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1861/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJG4163	55178845E	6920/0	05/05/2014	233
AJT8591	55177758E	6599/2	01/04/2014	230 * V
AKR4701	55179865E	7340/0	29/03/2014	252 * IV
DKE1814	55180186E	6920/0	01/04/2014	233
EFB6293	55178638E	6661/0	04/05/2014	230 * XII
EML2169	55180166E	6920/0	27/03/2014	233
HYX0222	55180195E	6920/0	01/04/2014	233
IJM6742	54934036E	6599/2	03/05/2014	230 * V
IPX7428	54933174E	6602/0	05/04/2014	230 * VI
JUC0052	55180164E	6920/0	27/03/2014	233
LAQ1049	54824872E	6769/1	06/04/2014	230 * XXII
LXM8439	55180507E	6599/2	09/05/2014	230 * V
LXM8439	55180508E	5010/0	09/05/2014	162 * I
LXM8439	55180509E	5118/0	09/05/2014	164 c/c 162 * I
LXP2589	55180154E	6920/0	26/03/2014	233
LXQ1329	55176196E	6610/2	09/05/2014	230 * VII
LYN5734	55178836E	6920/0	29/04/2014	233
LYN9472	54933875E	6599/2	01/05/2014	230 * V
LYR0631	55180173E	6920/0	31/03/2014	233
LYZ4068	55180189E	6920/0	01/04/2014	233
MAM8958	55178207E	6599/2	09/05/2014	230 * V
MAM8958	55178208E	5169/1	09/05/2014	165
MAS7233	54934148E	6599/2	11/05/2014	230 * V
MAS7233	54934149E	6408/0	11/05/2014	221
MBG1466	54934001E	5118/0	01/05/2014	164 c/c 162 * I
MBG1466	54934400E	5010/0	01/05/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBI2106	55180193E	6920/0	01/04/2014	233
MBM3452	55178824E	6920/0	29/04/2014	233
MBO5502	54934396E	5010/0	01/05/2014	162 * I
MBO5502	54934397E	5118/0	01/05/2014	164 c/c 162 * I
MBO5502	54934398E	6912/0	01/05/2014	232
MBO8628	55178807E	6920/0	23/04/2014	233
MBS1387	54631932E	5037/1	05/04/2014	162 * III
MBS1387	54631933E	6912/0	05/04/2014	232
MBT0545	55178012E	5169/1	09/05/2014	165
MBT6998	54825109E	6769/1	09/05/2014	230 * XXII
MBY6381	54934017E	6912/0	03/05/2014	232
MCM1407	54632282E	7285/0	12/04/2014	250 * III
MCM1407	54632283E	6637/1	12/04/2014	230 * IX
MDC4366	55178641E	6610/2	08/05/2014	230 * VII
MDI5778	54633776E	6769/1	09/05/2014	230 * XXII
MDI5778	54633777E	6726/1	09/05/2014	230 * XVIII
MEG7599	55175779E	6599/2	29/03/2014	230 * V
MEG7599	55175780E	5010/0	29/03/2014	162 * I
MEG7599	55175781E	5118/0	29/03/2014	164 c/c 162 * I
MEG7599	55175782E	6726/1	29/03/2014	230 * XVIII
MEJ4718	54934038E	6599/2	03/05/2014	230 * V
MEN0996	54933063E	6408/0	16/04/2014	221
MES6317	55177922E	6912/0	09/05/2014	232
MFW9696	55178595E	6610/2	29/03/2014	230 * VII
MGG5921	54934024E	5010/0	03/05/2014	162 * I
MGG5921	54934025E	5118/0	03/05/2014	164 c/c 162 * I
MGG5921	54934026E	6599/2	03/05/2014	230 * V
MGG7608	55180506E	6726/1	09/05/2014	230 * XVIII
MGM5682	54934015E	6599/2	03/05/2014	230 * V
MGN0509	55178820E	6920/0	28/04/2014	233
MGT5905	55180710E	5010/0	01/05/2014	162 * I
MGT5905	55180711E	5118/0	01/05/2014	164 c/c 162 * I
MHV5642	54631999E	6599/2	08/05/2014	230 * V
MIA5446	54934039E	6653/1	05/05/2014	230 * XI
MJA4466	54933894E	6670/0	07/05/2014	230 * XIII
MJG8389	54933905E	5010/0	13/04/2014	162 * I
MKM2310	55180152E	6920/0	26/03/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKV1678	55180352E	5169/1	09/05/2014	165
MLB2595	54933201E	7340/0	07/04/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1862/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGX4323	54935099E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
ARJ0615	54933049E	5541/5	23/04/2014	181 * XVII
ASD0087	54825076E	5185/2	31/03/2014	167
CIS5514	54933142E	5541/5	16/04/2014	181 * XVII
CKP1670	54934472E	5541/2	11/04/2014	181 * XVII
CLT3647	54934372E	5185/1	27/04/2014	167
CLT3647	54934373E	5193/0	27/04/2014	168
CPR6709	54934310E	5550/0	28/04/2014	181 * XVIII
DHQ3036	54934078E	5541/1	09/05/2014	181 * XVII
DTU0486	54933618E	5185/1	21/04/2014	167
EFX9513	55177852E	5185/1	01/04/2014	167
EUU3536	54935116E	5541/2	30/04/2014	181 * XVII
EUU7765	55177754E	7234/0	29/03/2014	250 * I * a
FEU7791	54933591E	5193/0	07/05/2014	168
IAX2736	54933941E	5185/1	19/04/2014	167
IAX2736	54933942E	7366/2	19/04/2014	252 * VI
IJM6742	54934035E	5193/0	03/05/2014	168
JVK1659	54933596E	5541/6	09/05/2014	181 * XVII
KHJ4652	54934122E	5185/1	09/05/2014	167
KKI1827	54935092E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
KKU9192	55533425D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
LXH2630	55177972E	5185/2	05/04/2014	167
LXJ9547	54825065E	7234/0	30/03/2014	250 * I * a
LYC8628	54632348E	5347/0	09/05/2014	178
LYU2667	54934375E	5193/0	27/04/2014	168
LZI1100	54935081E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZP6854	54933717E	5541/2	01/04/2014	181 * XVII
MAC2245	54934184E	5541/2	22/04/2014	181 * XVII
MBD4771	54934435E	6050/1	08/05/2014	208
MBJ3957	54934014E	5185/1	03/05/2014	167
MBP3304	55533279D	5541/2	21/03/2014	181 * XVII
MCR0277	55534427D	6050/1	30/03/2014	208
MCV2343	54933135E	5541/5	12/04/2014	181 * XVII
MCV8669	54934065E	5185/1	05/05/2014	167
MDD6298	54935093E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
MDE6174	55534442D	5541/1	07/04/2014	181 * XVII
MDI9749	55310691D	5207/0	09/05/2014	169
MDJ9002	54934389E	5185/1	29/04/2014	167
MDN0943	55178153E	5185/1	09/05/2014	167
MEF1593	54934382E	5185/1	24/04/2014	167
MEF4017	55533458D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MEJ4718	54934037E	5185/1	03/05/2014	167
MEK8984	55533393D	7366/2	05/04/2014	252 * VI
MEK9180	55175967E	5185/1	29/03/2014	167
MEN2877	54825110E	5185/2	09/05/2014	167
MER2212	55533974D	5444/0	05/04/2014	181 * VII
MET1340	55533035D	5193/0	16/03/2014	168
MFI2257	54935086E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
MFY4773	55533446D	5541/2	19/03/2014	181 * XVII
MGA3806	55179875E	7366/2	30/03/2014	252 * VI
MGR2081	54935059E	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
MGU9088	55178104E	5185/1	01/04/2014	167
MHF7131	54935062E	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
MHG6785	54631942E	5444/0	04/05/2014	181 * VII
MHS5058	54824804E	5185/1	30/03/2014	167
MHT1693	55533545D	5541/1	08/04/2014	181 * XVII
MHZ7028	54934040E	5193/0	05/05/2014	168
MHZ7852	54825327E	5185/2	05/04/2014	167
MIA3216	54934105E	5541/5	07/05/2014	181 * XVII
MIB7248	55177916E	7234/0	25/03/2014	250 * I * a
MIL1627	54934188E	5541/2	22/04/2014	181 * XVII
MIO4831	54934012E	7366/2	03/05/2014	252 * VI
MIP5694	55178302E	5185/2	09/05/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIP9981	54933824E	7366/2	09/05/2014	252 * VI
MIT0318	54825067E	5185/1	30/03/2014	167
MIT1169	54935112E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
MJD3254	54935065E	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
MJH4360	55310690D	5207/0	09/05/2014	169
MJH5352	55533354D	7366/2	28/03/2014	252 * VI
MJI4472	55533385D	5541/1	03/04/2014	181 * XVII
MJL6195	54951578E	5207/0	02/05/2014	169
MJU7766	55533420D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
MJX6628	54934193E	5541/2	22/04/2014	181 * XVII
MJX9117	54934186E	5541/2	22/04/2014	181 * XVII
MJY8553	54935109E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
MJZ1954	54935056E	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
MKF7415	54934390E	5193/0	29/04/2014	168
MKO7848	54934199E	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
MKY5522	54935073E	5541/2	24/04/2014	181 * XVII
MLB7357	55533449D	5541/2	19/03/2014	181 * XVII
MLM3473	54935083E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
MLT1090	54933025E	5185/1	12/04/2014	167
MQU8481	55533277D	5541/2	21/03/2014	181 * XVII
OLY7096	54933585E	6050/1	07/05/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1863/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHC4119	55534865D	6599/2	17/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
ARE3854	54823138E	5010/0	17/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
ARE3854	54823139E	5118/0	17/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ARE3854	54823140E	6580/0	17/12/2013	R\$ 191,53	230 * IV
ARE3854	54823141E	6599/2	17/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
BTF7502	54824619E	6556/1	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * I
CDL6583	54824418E	6726/1	29/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
CDL6583	54824419E	7340/0	29/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
CQW0806	55530647D	6599/2	01/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
DGK3893	54824865E	6599/2	16/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
GYC2049	55176152E	6700/0	22/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
HCJ1209	54952055E	6637/2	14/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
HMR9014	55534183D	6599/2	13/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
IFY8340	55534379D	6599/2	02/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
IFY8340	55534380D	5010/0	02/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
IFY8340	55534381D	5118/0	02/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
KIQ2877	54950540E	6599/2	16/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
KIQ2877	54950541E	5010/0	16/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
KIQ2877	54950542E	5118/0	16/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
KIU2034	54952290E	6726/1	25/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
KIU2034	54952291E	6637/1	25/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
KIU2034	54952292E	6769/2	25/02/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LNM8578	54951777E	6610/2	22/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LNM8578	54951778E	6637/2	22/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXA4345	54952723E	6548/0	22/02/2014	R\$ 85,12	229
LXR1488	54951287E	6920/0	18/02/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXT4790	54823798E	5274/1	05/10/2013	R\$ 191,53	175
LXT4790	54823821E	5169/1	05/10/2013	R\$ 1.915,38	165
LXT4790	54823822E	6599/2	05/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXT4790	54823823E	5045/0	05/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXT4790	54823824E	6912/0	05/10/2013	R\$ 53,20	232
LXT4790	54823825E	6637/2	05/10/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYF6085	55534406D	6599/2	08/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZA0850	55175754E	5169/1	25/02/2014	R\$ 1.915,38	165
LZT1487	55534361D	6599/2	02/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAW1074	54950626E	5169/1	27/10/2013	R\$ 1.915,38	165
MAW5968	55534236D	6599/2	20/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAW5968	55534237D	5010/0	20/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBF8504	55529076D	6599/2	09/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBO7891	55530837D	5010/0	02/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBR8431	55530592D	6602/0	09/03/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MBZ3608	55534676D	6599/2	14/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCZ3530	55534255D	5045/0	25/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDD5072	54952686E	6920/0	19/12/2013	R\$ 127,69	233
MDH5573	54824233E	6599/2	08/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDP1168	55530941D	6599/2	02/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDP1168	55530942D	6912/0	02/03/2014	R\$ 53,20	232
MDP1168	55530943D	6602/0	02/03/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MDP1168	55530944D	7340/0	02/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MDV6186	54952326E	6920/0	07/01/2014	R\$ 127,69	233
MDZ1169	54824637E	5045/0	25/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDZ1169	54824638E	6700/0	25/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MEE7432	54951308E	5010/0	24/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEE7432	54951309E	5118/0	24/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEI3069	54951362E	6599/2	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MES7930	55534374D	5045/0	02/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MES7930	55534375D	6599/2	02/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFD0824	55530594D	6912/0	09/03/2014	R\$ 53,20	232
MFH3628	55530577D	6769/1	03/03/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MFK6697	55530119D	6599/2	22/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFN1360	55533526D	6599/2	09/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFN1360	55533527D	5010/0	04/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFN1360	55533528D	5118/0	09/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGB5453	55533872D	5045/0	08/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGT1047	55530237D	6599/2	21/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGT1047	55530238D	5010/0	21/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGT1047	55530239D	5118/0	21/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGT7381	55176153E	5274/1	23/02/2014	R\$ 191,53	175
MHC3180	54952323E	6920/0	06/01/2014	R\$ 127,69	233
MHF4381	54952037E	6661/0	16/12/2013	R\$ 127,69	230 * XII
MHF4381	54952038E	6769/1	16/12/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MHG4310	55530249D	6602/0	03/03/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MHK3478	54824247E	6602/0	21/02/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MHK3478	54824248E	6653/2	21/02/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MHS5053	55534250D	7340/0	22/02/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHT3164	55310681D	6599/2	23/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIA4082	55534385D	7340/0	02/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJF4180	55530591D	7340/0	09/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJN7262	55534319D	7340/0	24/02/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJN7262	55534320D	6599/2	24/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJS9950	54952151E	6599/2	21/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJS9950	54952152E	5010/0	21/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJS9950	54952153E	5118/0	21/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJT7004	55534135D	5010/0	10/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJT7004	55534136D	5118/0	10/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJT7004	55534137D	6912/0	10/03/2014	R\$ 53,20	232
MVF1225	54951039E	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1864/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFL0709	55524429D	6050/2	29/03/2013	R\$ 191,53	208
AGU4380	55530534D	5193/0	06/03/2014	R\$ 191,53	168
AMP8830	55530639D	6122/0	21/02/2014	R\$ 191,53	214 * I
ANP3833	55530572D	7366/2	03/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AQC8271	55530845D	5550/0	06/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
BNY6810	55533058D	5568/0	18/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
BXA6017	54824618E	5207/0	22/02/2014	R\$ 53,20	169
CDL6583	54824420E	5185/1	29/12/2013	R\$ 127,69	167
CLP9399	55310663D	5525/0	04/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
CYY5705	55533522D	5185/1	09/03/2014	R\$ 127,69	167
DJE4840	55530590D	6050/1	09/03/2014	R\$ 191,53	208
DPC5545	54824854E	5185/2	15/02/2014	R\$ 127,69	167
IKB9685	55530709D	5193/0	25/01/2014	R\$ 191,53	168
IKW5582	55534130D	5185/2	09/03/2014	R\$ 127,69	167
IPH6476	55533615D	5185/1	06/03/2014	R\$ 127,69	167
JLT5594	55534106D	5541/6	17/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KHJ5743	55533937D	5541/2	14/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KIU2034	54952288E	5207/0	25/02/2014	R\$ 53,20	169
KIU2034	54952289E	5185/1	25/02/2014	R\$ 127,69	167
LWR2296	55533703D	5541/2	10/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWW0067	54823237E	6041/2	18/02/2014	R\$ 127,69	207
LWZ0055	55177751E	7366/2	23/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LXO1214	55533334D	5185/1	25/03/2014	R\$ 127,69	167
LXQ8839	55534453D	5541/2	19/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXT4790	54823797E	5444/0	05/10/2013	R\$ 53,20	181 * VII
LXT4790	54823799E	5835/0	05/10/2013	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXT4790	54823800E	5185/1	05/10/2013	R\$ 127,69	167
LYD0377	54263197E	5207/0	21/02/2014	R\$ 53,20	169
LYF6085	55534405D	5541/5	08/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYK0599	55530242D	5541/6	27/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZA0850	55175755E	7234/0	25/02/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
LZH5358	55534336D	5193/0	26/02/2014	R\$ 191,53	168
LZT1487	55534362D	5193/0	02/03/2014	R\$ 191,53	168
LZV6832	55534456D	5541/2	19/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAM8429	55534046D	5185/1	12/12/2013	R\$ 127,69	167
MAN7587	54951836E	5452/2	22/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MAS5683	55534113D	5185/1	27/02/2014	R\$ 127,69	167
MAZ0441	55530571D	7366/2	03/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBI6137	55533748D	5185/2	06/04/2014	R\$ 127,69	167
MBN7806	55530843D	5541/6	03/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV7008	55529795D	7030/1	05/01/2014	R\$ 191,53	244 * I
MBV7008	55529796D	7056/1	05/01/2014	R\$ 191,53	244 * III
MBY9149	55534112D	5185/2	21/02/2014	R\$ 127,69	167
MCK7906	55533582D	5541/2	07/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCS3031	55534227D	5967/0	18/02/2014	R\$ 191,53	203 * V
MCT6624	55533948D	5541/2	18/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCV7481	55529130D	5479/0	18/12/2013	R\$ 85,12	181 * X
MDA1093	55534229D	5185/1	18/02/2014	R\$ 127,69	167
MDC0220	54950988E	7234/0	26/12/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MDD9505	55533943D	5541/2	18/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDD9604	55534328D	7366/2	26/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDP4653	54933257E	5207/0	05/04/2014	R\$ 53,20	169
MDQ6641	55530491D	7366/2	08/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDY4434	54951357E	5240/0	16/02/2014	R\$ 574,61	173
MEC1542	55530535D	5207/0	06/03/2014	R\$ 53,20	169
MEF9168	54951109E	7030/2	23/02/2014	R\$ 191,53	244 * I
MEH1202	55534349D	5541/5	28/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK9958	55530948D	5185/2	02/03/2014	R\$ 127,69	167
MEP5819	54950999E	5835/0	16/01/2014	R\$ 127,69	195
MEQ8172	55534234D	5185/1	20/02/2014	R\$ 127,69	167
MEW5823	55533578D	5541/2	07/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX6917	55534357D	5185/1	28/02/2014	R\$ 127,69	167
MEY0168	55179808E	5800/0	21/03/2014	R\$ 127,69	192

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEY0168	55179810E	6050/1	21/03/2014	R\$ 191,53	208
MFG5481	55533950D	5541/2	19/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFS6752	55533570D	5541/2	05/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY8905	55530247D	5541/5	03/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE2095	54824625E	5452/1	23/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGL5546	55530581D	7366/2	05/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGM6626	55533706D	6050/1	06/03/2014	R\$ 191,53	208
MGP2352	55534348D	5541/6	28/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR9958	55533864D	6858/0	08/03/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MGV2815	55534330D	5541/5	26/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHA7009	55530938D	5185/1	25/02/2014	R\$ 127,69	167
MHA9475	55534333D	7366/2	26/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHD4142	55533946D	5541/2	18/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE7069	55533600D	5541/2	11/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE8170	54951458E	5800/0	21/02/2014	R\$ 127,69	192
MHP9785	55534208D	5185/1	16/02/2014	R\$ 127,69	167
MHS2832	55534224D	5835/0	18/02/2014	R\$ 127,69	195
MHS2832	55534225D	5967/0	18/02/2014	R\$ 191,53	203 * V
MHS9949	55534251D	7366/2	21/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHX2046	55534422D	5967/0	26/03/2014	R\$ 191,53	203 * V
MIA0042	54823239E	7366/1	22/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIH8934	55534600D	5541/5	02/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ1340	55533587D	5541/2	07/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ2529	55533571D	5541/2	05/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX4534	55534314D	5185/1	24/02/2014	R\$ 127,69	167
MJG2958	55530519D	5550/0	26/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJG7047	55534173D	7366/2	25/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKA2310	55533618D	5541/6	08/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ3341	55534124D	5185/1	05/03/2014	R\$ 127,69	167
MKK8843	55530194D	5410/0	19/12/2013	R\$ 85,12	181 * IV
MKN0878	54824604E	5185/1	16/02/2014	R\$ 127,69	167
MKO7848	55533174D	5541/2	12/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO7848	55533197D	5541/2	10/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO7914	55530367D	5185/1	09/01/2014	R\$ 127,69	167
MKQ3381	55533945D	5541/2	18/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT3600	55533515D	5835/0	03/03/2014	R\$ 127,69	195
MKT3600	55533516D	6050/1	03/03/2014	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLH6675	55530835D	7366/2	22/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLH7556	55530533D	7366/2	06/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLW3101	55534303D	5967/0	22/02/2014	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR - 56/2014- Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LEGALIZAÇÃO JUNTO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO DE OITO CASCALHEIRAS NA CIDADE DE CAÇADOR. O MATERIAL PROVENIENTE DAS REFERIDAS CASCALHEIRAS SERÁ UTILIZADO PARA A RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO. A EMPRESA DEVERÁ PROVIDENCIAR TODA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA A PARTIR DO CONTRATO DE CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO DAS ÁREAS ATÉ A LIBERAÇÃO JUNTO AO ORGÃO COMPETENTE, DNPM

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 23/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 23/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 03 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Chamada Publica - 01/2014- Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: CHAMADA PUBLICA Nº 01/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para Merenda Escolar destinada aos alunos das Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil e Entidades Filantrópicas da rede Básica Pública, através de Agricultores familiares organizados em grupos Formais, (cooperativas e Associações) detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF, DAP Jurídica

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 30/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h30min do dia 30/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 03 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.016

DECRETO Nº 6.016, de 27 de maio de 2014.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Saúde, por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância total de R\$ 87.996,89 (oitenta e sete mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos):

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Bloco Atenção Básica

3.3.90.00.0323 - Aplicações Diretas R\$ 87.996,89

TotalR\$ 87.996,89

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de 87.996,89 (oitenta e sete mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos):

Recurso 23 - Transferências de ConvêniosR\$ 87.996,89

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Fazenda.

*Republicado por Incorreção.

Decreto Nº 6.025

DECRETO Nº 6.025, de 04 de junho de 2014.

Dispõe sobre a reemissão dos talões de IPTU para o exercício de 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições previstas no art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 156, I dispõe que é da competência dos municípios instituir impostos sobre a propriedade territorial e predial urbana;

CONSIDERANDO que o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU é anual, nos termos do disposto no art. 14 do Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO que, nos termos do disposto no art. 17 do Código Tributário Municipal, a arrecadação do IPTU se dará em cota única ou em oito (parcelas mensais);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 270 de 21 de novembro de 2013, que efetuou alterações na base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano do Município de Caçador acha-se com a sua eficácia suspensa, em razão de medida concedida em caráter liminar, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 2013.089448-3, em Trâmite junto ao E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em que são partes o Município de Caçador e a União das Associações de Moradores de Caçador;

CONSIDERANDO que não há perspectiva imediata de julgamento do mérito da referida ação, posto que não se ache na pauta de julgamentos daquela corte, o que implica em prejuízo ao erário, que deixará de receber o crédito decorrente do tributo acima mencionado, bem como aos contribuintes que ainda não recolheram o referido imposto, principalmente no tocante à regularidade junto a Fazenda Municipal, com graves riscos à segurança jurídica;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Federal nº 104, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu artigo 11, dispõe que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 5.809, de 20 de novembro de 2013 corrigiu o Valor de Referência Municipal (VRM), previsto no art. 191 da Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) em 5,27% (cinco vírgula vinte e sete por cento), para fins de cobrança de tributos para o exercício financeiro de 2014;

CONSIDERANDO que o reajuste do Valor de Referência Municipal (VRM), acima mencionado, corresponde à variação do IGP-M/FGV do mês de outubro de 2012 a outubro de 2013;

CONSIDERANDO que não constitui ofensa ao princípio da legalidade a atualização do IPTU limitada ao índice oficial da correção monetária, a teor da Súmula 160 do E. Superior Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO que os cadastros da Secretaria da Fazenda do Município de Caçador contam com o nº de 25.600 (vinte e cinco mil e seiscentos) imóveis, tendo sido recolhido o IPTU do exercício de 2014, incidente sobre 11.099 (onze mil e noventa e nove imóveis), o que representa, em valores, a importância de R\$ 2.528.002,64 (dois milhões quinhentos e vinte e oito mil e dois reais e sessenta e quatro centavos);

CONSIDERANDO que o Código Tributário Municipal em seu art. 17 dispõe que a arrecadação do IPTU se processará durante o exercício fiscal, com pagamento em cota única ou em até 08 (oito) parcelas mensais;

CONSIDERANDO a impossibilidade de efetuar a arrecadação em até 08 (oito) parcelas mensais, face às circunstâncias acima especificadas; e

CONSIDERANDO que a Administração Pública deverá observar em sua atuação os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, tal como disposto no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o vencimento do IPTU para o exercício de 2014, para pagamento em parcela única ou em 07 (sete) parcelas, na forma da tabela a seguir:

Parcela	Desconto	Vencimento
Parcela única	20% (vinte por cento)	23/06/2014
Parcela única	10% (dez por cento)	23/07/2014
1ª Parcela		23/06/2014
2ª Parcela		23/07/2014
3ª Parcela		23/08/2014
4ª Parcela		23/09/2014
5ª Parcela		23/10/2014
6ª Parcela		23/11/2014
7ª Parcela		23/12/2014

Parágrafo único - Após o vencimento incidirá sobre o imposto devido, multa e juros conforme prevê o art. 100, da Lei nº 54/83- Código Tributário Municipal.

Art. 2º Aos valores da planta genérica do exercício de 2013 será aplicado o índice de 5,27% (cinco vírgula vinte e sete por cento), corresponde à variação do IGP-M/FGV do mês de outubro de 2012 a outubro de 2013.

Parágrafo único - A variação referida no caput deste artigo será aplicada ao IPTU incidente sobre os imóveis daqueles contribuintes que não efetuaram o recolhimento do tributo no período em que a Lei Complementar nº 270/2013 não estava com a eficácia suspensa por conta da medida concedida em caráter liminar, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 2013.089448-3.

Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda:

I - A emissão dos talões de IPTU para o exercício de 2014, devendo fazê-lo somente para aqueles contribuintes que não efetuaram o recolhimento do tributo; e

II - A elaboração de planilha contendo:

a) O nome e CPF e número da inscrição imobiliária dos contribuintes que efetuaram o recolhimento do IPTU 2014 durante o período de eficácia plena da Lei Complementar nº 270/2013;

b) O valor do IPTU lançado com base na lei cuja eficácia está suspensa;

c) O valor do IPTU que seria devido com base na atualização monetária referida no art. 2º deste decreto; e

d) O saldo a ser restituído.

Art. 4º Os contribuintes que efetuaram o recolhimento do IPTU durante o período de eficácia plena da Lei Complementar nº 270/2013, poderão pleitear o ressarcimento:

I - Em dinheiro, a partir do dia 15 de agosto de 2014, junto à Prefeitura Municipal de Caçador no horário das 13h:00min às 19h:00min, apresentando o talão quitado e o número do CPF;

II - Em crédito que será utilizado para abatimento do IPTU para o exercício de 2015, corrigido pelo mesmo índice de reajuste aplicada para o IPTU do exercício de 2015.

Parágrafo único - A restituição prevista neste artigo compreende unicamente a diferença entre valor do imposto devido com base na Lei Complementar nº 270/2013, cuja eficácia está suspensa, e o valor do imposto lançado para o exercício anterior, acrescido da correção prevista no art. 2º deste decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

Resolução 03/2014 CMDCA

Resolução 03/2014 de 02 de junho de 2014
Dispõe sobre o repasse de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA para Associação Maria Rosa - AMAR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia dois de junho de 2014, Ata nº 297.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse de recursos do FIA no valor de R\$4.330,00 (quatro mil trezentos e trinta reais) para aquisição de dez cobertores de solteiro, vinte cadeiras de plástico, uma mesa de cozinha e uma mesa de refeitório para a Associação Maria Rosa - AMAR.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 02 de junho de 2014.
MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Resolução 04/2014 CMDCA

Resolução 04/2014 de 02 de junho de 2014
Dispõe sobre o repasse de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA para Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador - APAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia dois de junho de 2014, Ata nº 297.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse de recursos do FIA no valor de R\$1.919,60 (um mil, novecentos e dezenove reais e sessenta centavos) para aquisição de quatro climatizadores para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador - APAS.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 02 de junho de 2014.
MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Resolução 05/2014 CMDCA

Resolução 05/2014 de 02 de junho de 2014
Dispõe sobre o repasse de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA para Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador - APAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia dois de junho de 2014, Ata nº 297.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse de recursos do FIA no valor de R\$991,30 (novecentos e noventa e um reais e trinta centavos) para aquisição de brinquedos pedagógicos para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador - APAS.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 02 de junho de 2014.
MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Decreto Nº 6.021

DECRETO nº 6.021, de 03 de junho de 2014.
Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.860/13, para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro titular da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 5.860, de 17 de dezembro de 2013, para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, na forma que segue:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Gleci do Carmo Niriles Pialla

Suplemente: ...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.022

DECRETO nº 6.022, de 03 de junho de 2014.
Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.802, de 18 de novembro de 2013, para compor a Comissão Organizadora do Baile do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do

Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a servidora MARIA GORETI DE OLIVEIRA LAMERA, designada pelo Decreto nº 5.802, de 18 de novembro de 2013, para compor a Comissão Organizadora do Baile do Idoso, pela Servidora SUSANA RIBEIRO, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços PR 50/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 050/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 031/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO E EXECUÇÃO DE LOMBADAS ELEVADAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 03/06/2015

1ª Publicação.

Ata de Registro de Preços PR 48/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 048/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 029/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE CADEIRAS PARA SEREM UTILIZADAS NOS EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/06/2015

1ª Publicação.

Ata de Registro de Preços PR 49/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 049/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 030/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA/AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender

a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/06/2015
1ª Publicação.

TP 6/14 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2014 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PASSEIOS, RAMPAS, TRAVESSIAS, SINALIZAÇÃO, COM O OBJETIVO DE COMPLEMENTAR E QUALIFICAR O ACESSO AO SISTEMA DE TRANSPORTE; MELHORIA DOS ENTORNOS DOS TERMINAIS: CALÇADAS (LARGURA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO, RAMPAS DE ACESSO), ELIMINAÇÃO/REMANEJAMENTO DE BARREIRAS (TELEFONES PÚBLICOS, ÁRVORES, LIXEIRAS, EXTINTORES DE INCÊNDIO, PLACAS DE COMUNICAÇÃO), CONFORME PROJETO EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 09:30 horas do dia 23 (Vinte e Três) de Junho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 20,00 (VINTE REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 04 de Junho de 2014
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Anulação da TP 4/14 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2014-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 078/2014 cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PASSEIOS, RAMPAS, TRAVESSIAS, SINALIZAÇÃO, COM O OBJETIVO DE COMPLEMENTAR E MELHORIA DOS ENTORNOS DOS TERMINAIS: CALÇADAS (LARGURA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO, RAMPAS DE ACESSO) ELIMINAÇÃO/REMANEJAMENTO DE BARREIRAS (TELEFONES PÚBLICOS, ÁRVORES, LIXEIRAS, EXTINTORES DE INCÊNDIO, PLACAS DE COMUNICAÇÃO), CONFORME PROJETO EM ANEXO, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047

3365-9500.

Camboriú SC, 04 de Junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

Resumo do Convênio 31/2014 - FMS

RESUMO DE CONVÊNIO

FMS

Convênio nº 031/2014

Entidade conveniada: o Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA

Data: 03/06/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados ao Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA, com a finalidade de custear as despesas com a internação e tratamento de até 18 (dezoito) dependentes químicos, adultos do sexo masculino.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Decreto N.º 1.869/2014

DECRETO N.º 1.869/2014

Dispõe sobre o horário de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal durante os jogos do Brasil na Copa do Mundo de 2014.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, durante a Copa do Mundo de 2014, será o seguinte:

I - nos dias em que os jogos forem realizados às 17h (dezessete horas), o expediente será das 9h (nove horas) às 12h (doze horas) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 16h (dezesseis horas);

II - nos dias em que os jogos forem realizados às 16h (dezesseis horas), o expediente será das 9h (nove horas) às 12h (doze horas) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 15h (quinze horas).

Parágrafo único. Não se aplicam os horários diferenciados acima descritos às atividades consideradas de natureza essencial e as prestadas pelas Secretarias Municipais de Saúde, que deverá manter em funcionamento os serviços junto a Policlínica Regional Rosina Carboni Pavan, localizada na Rua Porto Alegre, esquina com a Rua Anastácio Pereira, Centro e a Unidade de Saúde da Família do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC, localizada no Bairro Monte Alegre, bem como o plantão de ambulância; de Educação quanto ao funcionamento das creches; de Saneamento Básico referente aos serviços de plantão, coleta de lixo, limpeza pública e água; e de Desenvolvimento Econômico que manterá em funcionamento o Portal Turístico.

Art. 2º Os serviços de atendimento ao público, burocráticos e afins observarão medidas internas determinadas pelos respectivos secretários, que organizarão plantão de atendimento ao público.

Art. 3º A jornada de trabalho que, por força deste Decreto, foi suspensa, deverá ser compensada ulteriormente, ficando cada Secretária com a atribuição de fazê-la de acordo com sua necessidade e conveniência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 04 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Termo de Errata PR 17/14 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL 017/2014-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 017/2014 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DE TODOS OS DEPARTAMENTOS E UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, sofreu a seguinte alteração:

Foi adicionado na clausula 6.4 os subitens 6.4.6 , 6.4.7 e 6.4.8 no Edital:

6.4.6 - Registro ou inscrição na entidade profissional competente, registro do CREA-SC da empresa licitante, OU visto em certidão emitido pelo CREA-SC possibilitando á empresa a participação em licitações.

6.4.7 - Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, ENGENHEIRO MECANICO devidamente reconhecido pela entidade competente.

6.4.8 - Acervo Técnico e Atestado devidamente registrado no CREA, comprovando que o responsável técnico da proponente tenha sido responsável pela execução de obra com características semelhantes ao objeto licitado. O acervo ou atestado só será aceito se o profissional em pauta integrar o quadro permanente da licitante, comprovado mediante a apresentação da ficha de registro de empregado ou através do contrato de prestação de serviços e, para dirigente de empresa, tal comprovação deverá ser feita através da ata da assembléia de sua investidura no cargo ou contrato social.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 18/06/2014 as 10h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 04 de Junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Tomada de Preços 51/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº. 51/2014 - TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Arte Especial, consistindo em 01 PONTE DE CONCRETO ARMADO, 02 VIAS, COM PASSARELAS PARA PEDESTRE na localidade de São Miguel. Julgamento: Menor Preço Global, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: 310.433,27. Os recursos são provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 23/06/2014, 09 horas e 30 minutos, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 09h15min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre - SC, 05 de junho de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz.

Secretária Municipal de Administração.

Aditivo Contratual Nº 48/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 48/2014.

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A.R.G. INDUSTRIAL LTDA. OBJETIVANDO O ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 43/2014.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre - SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.415.095/0001-65, com sede a Rodovia SC 302, 1860, Cidade Taió - SC, representada por Paulo José da Silva Junior, CPF nº 785.801.889-20 doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado o seguinte (em decorrência a homologação do processo licitatório nº 98/2013, modalidade Tomada de Preços):

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVOS
ACRESCE ao contrato nº 43/2014 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

Item	Serviço	Und.	Quant.	Custo Unitário	Custo Total	Total com BDI
4.0	ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA					
	Estrutura metálica (treliças, terças, travamentos e acessórios), inclui pintura	m²	221,76	78,53	17414,81	21071,92

	Pilares metálicos 4,09mts fixados sobre o último degrau da arquibancada	und	7,00	675,00	4725,00	5717,25
4.3	Telha de aço galvanizado ondulada 0,5mm, inclui pintura - cobertura em arco	m²	205,00	58,45	11982,25	14498,52
4.5	Telha ondulada translúcida fibra de vidro de 1,2mm	m²	16,76	36,82	617,10	746,69
Subtotal Item 4.0						42.034,39
6.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - 220/380V					
6.1	Luva de aço galvanizado 3/4"	un	3,00	3,13	9,39	11,36
6.6	Abraçadeira metálica tipo D de 3/4"	un	10,00	0,73	7,30	8,83
6.8	Condutor unipolar (cobre) isolamento PVC/70°C 2,5mm²	ml	99,00	1,29	127,71	154,53
6.12	Eletroduto aço galvanizado de 3/4"	ml	21,00	4,96	104,16	126,03
6.13	Luminária blindada para alta pressão, linha industrial projeto hermético	un	3,00	76,29	228,87	276,93
6.14	Lâmpada de alta pressão - luz mista de 500W	un	3,00	25,53	76,59	92,67
Subtotal Item 6.0						670,36
7.0	SERVIÇOS DIVERSOS					
7.2	Limpeza geral	m²	221,76	1,04	230,63	279,06
Subtotal Item 7.0						279,06
Custo Total com BDI Incluso						42.983,82

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 43/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 23 de maio de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

CONTRATANTE

PAULO JOSÉ DA SILVA JUNIOR

A.R.G. IDUSTRIAL LTDA

CONTRATADA

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação - TP 01/2014 Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 01/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 24 de junho de 2014 às 09:30, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PINTURA E MÃO DE OBRA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA POR M² (METRO QUADRADO) EM UNIDADES HABITACIONAIS, CONFORME SOLICITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 03 de junho de 2014.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

Aviso PP 04/14 Fhja

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 17/06/2014 às 09h e 30min. na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto a aquisição de MEDICAMENTOS E SOLUÇÕES PARA SOROTERAPIA PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12h e das 13h 30min às 18h diariamente.

Campos Novos, 05 de junho de 2014.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Iracema Trucolo Wilpert

Administradora

Publicação do Extrato do Termo de Convênio Nº 2014Tr001382

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 2014TR001382

Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria de Estado da Casa Civil. EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR001382. CONVENIENTE: Município de CAMPOS NOVOS. OBJETO: Pavimentação e recapeamento de ruas municipais. VALOR DO CONVÊNIO/CONCEDENTE: R\$ 2.718.485,01 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e oitenta e

cinco reais e um centavo). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: SEF/FUNDAM - SUBAÇÃO: 012719 Apoio a projetos municipais de investimentos - Pacto pelos Municípios. Item orçamentário: 44.40.42.02, Fonte de Recursos 0.1.91, Nota de Empenho nº 2014NE000194 de 19/05/2014. PRAZO DE VIGÊNCIA: da publicação no Diário Oficial do Estado até 30/09/2015. SIGNATÁRIOS: Governador do Estado de Santa Catarina JOÃO RAIMUNDO COLOMBO, Secretário de Estado da Casa Civil Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda Antonio Marcos Gavazzoni e Prefeito Municipal Nelson Cruz.

Cod. Mat.: 204539

Aviso de PP Nº48/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014

O Município de Campos Novos de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 25 de Junho de 2014 às 14 h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE JOGOS PEDAGÓGICOS E ESPORTIVOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h 30 min. às 11.00 horas. e das 13h30min às 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 04 de Junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE

Portaria 043/2014

PORTARIA SAMAE CNO 043/2014, DE 04 DE JUNHO DE 2014

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Conceder LICENÇA PRÊMIO, com base no Artigo 99, Seção X, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pelo período de 90 (noventa) dias ao servidor JURANDIR VIEIRA SARMENTO, Encanador, Padrão 5.3.H, referente período aquisitivo de 08/04/1995 à 07/04/2000, sendo que o mesmo já possuía este período adquirido.

O período da licença será de 09/06/2014 a 06/09/2014.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes

Diretor do SAMAE

Ext Pp102014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 19/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014, tipo MENOR PREÇO por item.

2-objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E SERVIÇOS DIVERSOS A SEREM UTILIZADOS NA FROTA DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 26/06/2014, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Ext Ct212014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

TERMO DE PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO CNO Nº. 14/2014
CONTRATO Nº CNO- 21/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº-CNO-08/2014

DATA DE ASSINATURA: 29 de Maio de 2014

OBJETO: Primeiro Aditivo do contrato nº cno-14/2014-Aquisição e montagem de Placas Circulares de PRFV(plástico reforçado com fibra de vidro) para floculação hidráulica dos pré-floculadores da Estação de Tratamento de Água do Tipo Alta Taxa e Modulada.

CONTRATADA: FIBRA CORUPÁ IND. DE PEÇAS DE FIBRA DE VIDRO E MODELAÇÃO LTDA

VALOR R\$: 1.850,00 (HUM MIL, OITOCENTOS E CINCOENTA REAIS)

Campos Novos - SC, 29 de Maio de 2014

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL

Moção Nº 49/2014

MOÇÃO Nº 49/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a homenagem a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos -SC, a pedido do vereador

Adavilson Telles "Mancha", por meio de seus representantes legais, manifesta integral e irrestrita parabenização a

"DANIELI DA SILVA"

Pelo desempenho, preparo e destreza, na última etapa do Campeonato brasileiro no Estádio Ibirapuera, em São Paulo/SP. Competição esta que ocorreu no último dia 25 de maio de 2014. Onde a atleta Camponovense bateu o recorde da competição dos 1.500 metros, com o tempo de 4 minutos e 54 segundos, liderando o Ranking Brasileiro de Atletismo Feminino.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações a senhorita Danieleli da Silva, desejamos sucesso no decorrer de sua carreira, e que essa conquista sirva de estímulo para as próximas competições.

Sala das Sessões, em 27/05/2014.

Adavilson Telles
Vereador

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

Canelinha

PREFEITURA

Resultado Julgamento CV 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
RESULTADO JULGAMENTO
CONVITE Nº 03/2014

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na CONVITE nº 03/2014, a contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para terraplenagem, drenagem, pavimentação e sinalização da Rua: Oscar Santana, da estaca 0=PP à 6+8,299=PF, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando-se vencedora a proposta da empresa Andrade & Amorim Pavimentação e Drenagem Ltda EPP, no valor de R\$ 55.399,82 (cinquenta e cinco mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos).

Canelinha, 27 de maio de 2014
ANTÔNIO DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO

Resultado Julgamento TP 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
RESULTADO JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2014

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 01/2014, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para construção da Unidade Básica de Saúde no Bairro Centro, com área de 596,81 m², no Município de Canelinha/SC, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando-se vencedora a proposta da empresa Rodrigues & Camargo Ltda EPP, no valor de R\$ 658.762,80 (seiscentos e cinquenta e oito mil setecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

Canelinha, 19 de maio de 2014
ANTÔNIO DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO

Resultado Julgamento TP 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
RESULTADO JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2014

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 02/2014, para contratação de empresa visando prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para construção do Terminal Rodoviário do Município de Canelinha/SC, com área de 291,21 m², no imóvel situado na Rua Bento Aragão, s/n, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando-se vencedora a proposta da empresa Rodrigues & Camargo Ltda EPP, no valor de R\$ 499.583,58 (quatrocentos e noventa e nove mil quinhentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Canelinha, 26 de maio de 2014

ANTÔNIO DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO

Resultado Julgamento TP 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
RESULTADO JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2014

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 03/2014, para contratação de empresa visando prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para terraplenagem, drenagem e pavimentação do 5º trecho da Rua Leonel Marcelino Pereira, da estaca 0+PP á estaca 4,00m para Drenagem e da 0+PP à estaca 3,00 pavimentação, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando-se vencedora a proposta da empresa DJP Construções e Comercio Ltda ME, no valor de R\$ 33.446,71 (trinta e três mil quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e um centavos).

Canelinha, 02 de junho de 2014

ANTÔNIO DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO

Extrato Edital 69/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 69/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial 55/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de eletrônicos e eletrodomésticos, para equipar as Creches da Rede Municipal de Ensino Infantil, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 17 de junho de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 04 de junho de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 51/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 51/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 32/2013
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 02/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 51/2014. Data de assinatura: 02/06/2014. Contratada: CONCRETI COMERCIO E SERVIÇOS TECNICOS LTDA, CNPJ n.º 10.746.971/0001-39. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE APOIO A DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 13.358,86 (treze mil trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos). Vigência: 02/06/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação da Homologação do Processo Licitatório N. PMC 58/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 8/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/14
HOMOLOGAÇÃO: 02/06/14

CONTRATADO: SICOL INSTALADORA ELETRICA LTDA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO/EXTENÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NA TRAVESSA MARIO MUSSI, ACESSO AO UPÁ (UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO), COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.232,47 (vinte e um mil duzentos e trinta e dois reais e quarenta e sete centavos)

DATA: 04/06/14
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

Capinzal

PREFEITURA

PMC Processo Licitatório Nº 0103/2014 - Pregão Presencial Nº 0068/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 0103/2014
Pregão Presencial Nº 0068/2014

OBJETO: Aquisição de 3 (três) colhedoras de forragem (ensiladeiras), conforme Proposta nº 0000012900/2014, para uso nas atividades da Patrulha Agrícola Mecanizada, desenvolvida pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00, para abertura da Seção às 09:05 do dia 18/06/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zócoli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 5 de Junho de 2014 .
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

Decreto 080/2014

DECRETO Nº 080, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Estabelece horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais, na forma que especifica.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 20 de junho de 2014, tendo em vista a passagem do feriado nacional religioso de Corpus Christi no dia 19 de junho de 2014.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como atendimento à Saúde, Coleta de Lixo, Transporte Coletivo de Passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente.

Parágrafo único. O atendimento à saúde de que trata este Decreto será prestado através do Sistema de Plantão 24 Horas junto ao Hospital Nossa Senhora das Dores durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 3 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças Interino

PMC Processo Licitatório Nº 00104/2014 - Tomada de Preço Para Obras E Serviços Engenharia Nº 0007/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 00104/2014

Tomada de Preço para Obras e Serviços Engenharia Nº 0007/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada de engenharia para construção de muro de contenção utilizando cortina de concreto armado em terreno urbano, na Rua Carmelo Zócoli e Rua Frei Tito de Olivetto em Capinzal/SC, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma em ANEXO.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 25/06/2014.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 5 de junho de 2014 .

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal de Capinzal

Decreto 078/2014

DECRETO Nº 078, DE 2 JUNHO DE 2014.

Aprova rememoração de área na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o rememoração de área das matrículas a seguir relacionadas em que é requerente o proprietário Município de Capinzal, inscrito no CPNJ nº 82.939.406.0001/07.

I - Lote nº 06 com área de 420,93 m² (quatrocentos e vinte vírgula noventa e três metros quadrados), situado na quadra nº 197, Rua Amélio Gasparetto, Loteamento José Varela, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 24.136, livro nº 2BT, folha 175;

II - Lote nº 07 com área de 421,42 m² (quatrocentos e vinte e um vírgula quarenta e dois metros quadrados), situado na quadra nº 197, Rua Amélio Gasparetto, Loteamento José Varela, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 24.137, livro nº 2BT, folha 176;

III - Lote nº 08 com área de 421,90 m² (quatrocentos e vinte e um vírgula noventa metros quadrados), situado na quadra nº 197,

Rua Amélio Gasparetto, Loteamento José Varela, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 24.138, livro nº 2BT, folha 177;

IV - Lote nº 09 com área de 422,38 m² (quatrocentos e vinte e dois vírgula trinta e oito metros quadrados), situado na quadra nº 197, Rua Amélio Gasparetto, Loteamento José Varela, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 24.139, livro nº 2BT, folha 178;

IV - Lote nº 10 com área de 421,69 m² (quatrocentos e vinte e um vírgula sessenta e nove metros quadrados), situado na quadra nº 197, Rua Amélio Gasparetto, Loteamento José Varela, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 24.140, livro nº 2BT, folha 179;

Art. 2º Os imóveis citados no caput deste art. 1º, ficam remembrados nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área do Terreno Matrícula nº 24.136, lote nº06
. . . 420,93 m²;

II - Área do Terreno Matrícula nº 24.137, lote nº07.
. . . 421,42 m²;

III - Área do Terreno Matrícula nº 24.138, lote nº08.
. . . 421,90 m²;

IV - Área do Terreno Matrícula nº 24.139, lote nº09.
. . . 422,38 m²;

V - Área do Terreno Matrícula nº 24.140, lote nº10.
. . . 421,69 m²;

VI - A área total remembrada - Lote nº 06 da Quadra nº 197. . .
. . . 2.108,32 m²

Art. 3º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterá o rememoração das áreas para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 02 de Junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças Interino

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Decreto 92/2014

DECRETO N. 092/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso II, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado do Concurso Público Edital N. 001/2013 de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, a Senhora ROSANGELA FERREIRA VANIN, brasileira, casada, portadora do RG 4.791.558, CPF - 035.802.869-86 e do Título de Eleitor N. 037603040930, residente e domiciliada na Rua Almirante Barroso, centro, no Município de Caxambu do Sul.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 04 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

IVAN CARLOS BELLEI

Sec. Mun. de Administração, Finanças e Planejamento

Decreto 93/2014

DECRETO N. 093/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso II, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado do Concurso Público Edital N. 001/2013 de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente. da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, a Senhorita FABIELE GARGHETTI, brasileira, solteira, portadora do RG 6.492.989, CPF - 091.381.069-06 e do Título de Eleitor N. 056412590922, residente e domiciliada na Linha Lambedor, interior, no Município de Caxambu do Sul.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 04 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

IVAN CARLOS BELLEI

Sec. Mun. de Administração, Finanças e Planejamento

Decreto 94/2014

DECRETO N. 94/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso II, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado do Concurso Público Edital N. 001/2013 de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada por concurso público para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, a Senhora Vanice Lurdes Pigatto, brasileira, divorciada, portadora do RG 2.651.094, CPF - 951.714.799-68 e do Título de Eleitor N. 0266782809-49, residente e domiciliada na Rua Santa Catarina, 348, centro, no Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 04 de junho de 2014.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Celso Ramos**PREFEITURA****Edital 59/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL 38/2014
PROCESSO: 59/2014

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 38/2014, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a: AQUISIÇÃO DE 03 VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, PARA USO EM TRANSPORTE ESCOLAR TIPO MINIVAN COM 7 LUGARES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME CONVÊNIO COM O FUNDAM (FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS), SOB PROPOSTA NÚMERO: 0000011373.

Entrega da documentação e proposta até as 09H do dia 17/06/2014, na SALA DE LICITAÇÕES
Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 04 de junho 2014
ILDO PELOZATO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****Portaria Nº 233 de 04.06.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 233/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085, de 30.06.99, e Lei Complementar nº 006, de 23.12.99 e tendo em vista o Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

RESOLVE:

Art.1º Alterar a Portaria nº. 118/2014 de 07.03.2014, no que se refere à carga horária, passando a vigorar com a seguinte redação: [...] REGIANE MARQUEZ, professora de Educação Infantil ACT - 25 horas, nível III, na Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 05.06.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato N. 68/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 40/PMCS/2014. Modalidade: Concorrência n. 01/2014/PMCS. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: CONSTRUTORA VITÓRIA LTDA - ME. ASSINATURA: 02/06/2014. VIGÊNCIA: 240 dias corridos. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 0902.1022.4490(148) - FUNDAM. OBJETO: Drenagem pluvial e pavimentação com lajotas em ruas do município de Cocal do Sul - Lote n. 01. VALOR: R\$ 283.713,41(duzentos e oitenta e três mil setecentos e treze reais e quarenta e um centavos)

Extrato de Contrato N. 65/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 40/PMCS/2014. Modalidade: Concorrência n. 01/2014/PMCS. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: ADENIR ANTONIO MENEGON - ME. ASSINATURA: 02/06/2014. VIGÊNCIA: 480 dias corridos. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 0902.1022.4490(148) - FUNDAM. OBJETO: Drenagem pluvial e pavimentação com lajotas em ruas do município de Cocal do Sul - Lotes n. 03; 04 e 06. VALOR: R\$ 1.305.289,82(um milhão trezentos e cinco mil duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos).

Extrato de Contrato N. 67/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 40/PMCS/2014. Modalidade: Concorrência n. 01/2014/PMCS. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: HERAMA CONSTRUÇÕES LTDA. ASSINATURA: 02/06/2014. VIGÊNCIA: 240 dias corridos. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 0902.1022.4490(148) - FUNDAM. OBJETO: Drenagem pluvial e pavimentação com lajotas em ruas do município de Cocal do Sul - Lote n. 05. VALOR: R\$ 354.903,29(trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e três reais e vinte e nove centavos).

Extrato de Contrato 66.14

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 40/PMCS/2014. Modalidade: Concorrência n. 01/2014/PMCS. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: CREMA CONSTRUÇÕES LTDA. ASSINATURA: 02/06/2014. VIGÊNCIA: 240 dias corridos. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 0902.1022.4490(148) - FUNDAM. OBJETO: Drenagem pluvial e pavimentação com lajotas em ruas do município de Cocal do Sul - Lote n. 02. VALOR: R\$ 554.573,19(quinhetos e cinquenta e quatro mil quinhetos e setenta e três reais e dezenove centavos).

Extrato de Contrato N. 64/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 49/PMCS/2014. Tomada de Preço n. 04/2014/PMCS. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S/A. ASSINATURA: 02/06/2014. VIGÊNCIA: 180 dias corridos. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 0902.1022.4490(148);(149). OBJETO: Drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Guy Marcos Nunes de Souza, em Cocal

do Sul. VALOR: R\$ 218.390,87(duzentos e dezoito mil trezentos e noventa reais e oitenta e sete centavos).

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº. 213/14

RESOLUÇÃO Nº 213/14 de 04 de junho de 2014.

NOMEIA MARIA SALETE SARTOR BEZ FONTANA PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, AGENOR BENATI PEDROSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, RESOLVE:

NOMEAR

MARIA SALETE SARTOR BEZ FONTANA, brasileira, casada, portadora do CPF Nº. 415.560.469-87 e Identidade Nº. 2.369.153-0, para ocupar o cargo de, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, a partir desta data, face ao CONCURSO PÚBLICO 001/14.

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, 04 de junho de 2014.
AGENOR BENATI PEDROSO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural da Prefeitura, aos quatro dias do mês de junho dois mil e quatorze.

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Fmc Nº 22/2014

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 22/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I e II do art.1º da Portaria 05/2014 de 30 de janeiro de 2014, que fixa horário especial de trabalho da servidora KELLEN CRISTINA ROGGIA SILVEIRA CASADO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

I - Segunda e sexta-feira: Das 08h às 11h30 e das 13h30 às 17h;

II - Terça-feira: Das 07h30 às 12h e das 13h30 às 17h30;

III - Quarta-feira: 13h às 18h;

IV - Quinta-feira: Das 8h às 12h e das 13h30 às 17h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura - FMC

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretora Geral da Fundação Municipal de Cultura

Edital de Notificação N º 062014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N º 06/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 2.478,23 (dois mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos).

Concórdia SC, 03 de junho de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 04/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 04/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 228.059,41 (duzentos e vinte e oito mil, cinquenta e nove reais e quarenta e um centavos).

Concórdia SC, 03 de junho de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 05/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 05/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 15.765,47 (quinze mil setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Concórdia SC, 03 de junho de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 07/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 07/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 5.894,55 (cinco mil oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Concórdia SC, 03 de junho de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Edital de Chamada Pública Nº 1/2014 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes do Anexo “A”.
Data da realização: 25/06/2014.

Horário: às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (049) 3441-2164.

Concórdia, SC, 04 de junho de 2014.

SAMIRA BU EL HAJE FRULAN

Secretária Municipal de Educação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 22/2014- PMC Obras E Serviços de Engenharia

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014- PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) com recursos de Convênio FEAS. e contrapartida da Prefeitura para reforma no Abrigo Lar Anjo Gabriel, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 24/06/2014.
Abertura: dia 24/06/2014, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 03 de junho de 2014.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Cidadania e Habitação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 69/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para realização de 3 (três) shows musicais, sonorização e locação de palco móvel para a festa de aniversário do Município de Concórdia, no dia 29 de julho de 2014, e para a Festa Nacional do Leitão Assado, no dia 27 de julho de 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/06/2014.

Abertura: dia 24/06/2014, às 8h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de maio de 2014.

MARNIO ALBERTO CADORE

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Extrato do Convênio Nº 17/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 17/2014

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RENOVACÃO PARA INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA - ACRIF, inscrita no CNPJ sob nº 09.479.895/0001-63, representada pela sua Presidenta, senhora VANIA PEDROSO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, possibilitando o acolhimento provisório de moradores de rua, em situação de desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, ou pessoa em trânsito, sem condições de autossustento.

VALOR: R\$ 37.996,00.

PRAZO: Até 31.12.2014, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 28 de maio de 2014.

Adendo 01 ao Edital Concorrência Nº 5/2014 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 5/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de estruturas metálicas, para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para cobertura, em estrutura metálica, da Rua Leonel Mosele, entre as Ruas Dr. Maruri e Marechal Deodoro, de acordo com os Memoriais Descritivos e Projetos Básicos, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Recebimento das propostas: até as 09h00min do dia 03/07/2014.
Abertura: dia 03/07/2014, às 09h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 02 de junho de 2014.

MARNIO ALBERTO CADORE

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Extrato do Edital de Retificação ao Edital de Contribuição de Melhoria Nº 5/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO EDITAL DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 5/2013

JOÃO GIRARDI, Prefeito Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei Municipal nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, e considerando que:

- parte dos imóveis situados no acesso Fioravante Angelo Masolini, que tiveram valorização imobiliária decorrentes da obra de pavimentação asfáltica, tratam-se de áreas não parceladas, e por isso não constantes no cadastro imobiliário urbano do Município;
- após a publicação do Edital de Contribuição de Melhoria nº 5/2013, foram encaminhados os mapas pelos proprietários das áreas, sendo, dessa forma, possível a identificação de todos os

contribuintes e a correção da tabela de acordo com a realidade do local,

faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário, dos valores despendidos nas obras de meio-fio, pavimentação, contenção e/ou drenagem pluvial, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Concórdia, conforme serviços, custo total e valorização dos lotes, constantes no quadro a seguir:

RUA	SERVIÇOS	Custo Total - R\$	Valorização dos Lotes - R\$
Acesso Fioravante Angelo Massolini	MF/PAV ASF/DR/CONT	779.554,82	176.053,90
TOTAL		779.554,82	176.053,90

MF - meio-fio;
PAV ASF - pavimentação asfáltica;
DR - drenagem pluvial;
CONT - contenção (muros).

O valor a ser absorvido pelos beneficiados será correspondente ao total da valorização e o presente Edital poderá ser impugnado no prazo de até 30 (trinta) dias desta publicação.

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 26 dias do mês de maio de 2014.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 70/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a preparação de refeições nas escolas de Ensino Fundamental e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/PNAC. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 25/06/2014.

Abertura: dia 25/06/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 04 de junho de 2014.
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 423/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 423/2014, DE 26 DE MAIO DE 2014.

Nomeia a servidora ELISETE MARIA PEDOTT para responder, interinamente, pelo cargo de Secretária Municipal de Educação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora ELISETE MARIA PEDOTT, ocupante do cargo de Diretora Pedagógica, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Educação, no período de 27 a 29 de maio de 2014, em razão do afastamento da titular, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 424/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 424/2014, DE 28 DE MAIO DE 2014.

Dá nova redação ao item 7 da alínea "a" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 971/2013, de 29 de novembro de 2013 e alteração, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013 e no Decreto nº 5.882, de 8 de abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º O item 7 da alínea "a" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 971/2013, de 29 de novembro de 2013 e alteração, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

7. SONIA MARIA SPRICIGO DA ROCHA;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 425/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 425/2014, DE 28 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre o desligamento do servidor ALCENO JUNG.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, o servidor ALCENO JUNG, ocupante do cargo de Servente Braçal, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Compulsória, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de maio de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 426/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 426/2014, DE 28 DE MAIO DE 2014.

Concede abono de permanência ao servidor JAIR PAGNO DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido ao servidor JAIR PAGNO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Operacional, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos pecuniários retroativos a 12 de maio de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato Edital Aviso de Licitação P.P 36/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 54/2014

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preço n. 36/2014

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa para realização de serviço de perfuração e detonação de rochas.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 17/06/2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17/06/2014.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 05 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Transferências Federais Mês 05/2014**Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 14/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		464.061,86
4.1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	423,99
4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	423,99
4.1.1.1.2.02.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	228,95
4.1.1.1.2.02.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	114,48
4.1.1.1.2.02.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	80,56
4.1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	192,02
4.1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	192,02
4.1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	103,70
4.1.1.1.3.05.02.00.00	Adicional ISS - Fundo Municipal Combate à Pobreza	51,84
4.1.1.1.3.05.03.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	36,48
4.1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	264,32
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	264,32
4.1.2.2.0.29.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.455,80
4.1.6.0.0.04.00.00.00	Serviços de Comunicação	146,16
4.1.6.0.0.04.04.00.00	Serviços de Comunicação	146,16
4.1.6.0.0.41.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	5.827,38
4.1.6.0.0.42.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	580,44
4.1.6.0.0.99.00.00.00	Outros Serviços	115,19
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	224.474,88
4.1.7.2.2.01.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	224.474,88
4.1.7.2.2.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	218.085,12
4.1.7.2.2.01.01.01.00	Cota-Parte do ICMS	117.765,97
4.1.7.2.2.01.01.02.00	Cota-Parte do ICMS	58.882,98
4.1.7.2.2.01.01.03.00	Cota-Parte do ICMS	41.436,17
4.1.7.2.2.01.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	6.389,76
4.1.7.2.2.01.02.01.00	Cota-Parte do IPVA	3.450,47
4.1.7.2.2.01.02.02.00	Cota-Parte do IPVA	1.725,24
4.1.7.2.2.01.02.03.00	Cota-Parte do IPVA	1.214,05
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	22.112,20
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	22.112,20
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	22.112,20
4.1.9.1.1.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	49,66
4.1.9.1.1.38.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	12,70
4.1.9.1.1.38.01.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	6,86
4.1.9.1.1.38.02.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	3,43
4.1.9.1.1.38.03.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	2,41
4.1.9.1.1.99.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	36,96
4.1.9.1.1.99.01.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	36,96
4.1.9.1.9.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	453,96
4.1.9.1.9.15.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	453,96
4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	49,23
4.2.3.0.0.99.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	61,60
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	243.750,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	243.750,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-44.894,97
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-44.894,97
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-43.617,02
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-1.277,95

Coronel Freitas

PREFEITURA

Desmembramento

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
OUTRAS PUBLICAÇÕES
Edital de Desmembramento.

A Prefeitura Municipal e Coronel Freitas, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.021.824/0001-75, estabelecida na Av. Santa Catarina, 1022 em Coronel Freitas, pelo Prefeito Municipal, o Sr. Mauri José Zucco, inscrito no CPF nº 589.592.709-20, depositaram neste ofício os documentos exigidos pela lei federal 6.766/79 visando o registro conforme abaixo:

Objeto: DESMEMBRAMENTO DA CHACARA Nº 80, COM ÁREA DE 10.000,00m², MATRICULADA SOB O Nº 97.221 LIVRO 02, SITA NO MUNICÍPIO E COMARCA DE CORONEL FREITAS SC.

O Edital e o Mapa da presente área poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.0324

Coronel Freitas (SC) 05 de Junho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Rp 24/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital Pregão Presencial Registro de Preço Nº 24/2014
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.
Tipo: Menor Preço Por Item
Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 18/06/2014
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 18/06/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 05 de Junho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Convite Nº 14/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de Convite Nº 14/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PODA VEGETATIVA DE ÁRVORES NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO
Tipo: Menor Preço/Item
Entrega dos envelopes: até as 08:30 h do dia 13/06/2014
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia

13/06/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 05 de Junho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 007/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº.005/2014
AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial FUNSAU n. 005/2013, até às 8:15 horas do dia 18 de Junho de 2014 e fará abertura das mesmas às 08:45 hs do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação contratação de serviços médicos e hospitalares a serem prestados a pacientes do Município de Coronel Martins - SC, previamente autorizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Coronel Martins., tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC com a Comissão de Licitação, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 05 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 006/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº.004/2014
AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial FUNSAU n. 004/2013, até às 8:15 horas do dia 17 de Junho de 2014 e fará abertura das mesmas às 08:45 hs do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação é prestar serviços na área da Medicina, que disponibilize Médico Clínico Geral, atendimento 40 horas semanais e Médico plantonista para trabalharem na unidade de saúde do município, tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC com a Comissão de Licitação, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 05 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 079, de 16 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº. 079, DE 16 DE MAIO DE 2014.
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 80 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. Pedro Sizisnande, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 23 de maio de 2014, em virtude da prestação de seus serviços na Rampa de Lavagem e Lubrificação do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 16 de maio de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº. 091, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 091, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelos artigos 80 a 89 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. Diogo Rodrigo Franchetti, ocupante do Cargo de Médico Veterinário, num percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº. 092, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 092, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelos artigos 80 a 89 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. Elvir Peruzzo, ocupante do Cargo de Operador de Maquina, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 093, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 093, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelos artigos 80 a 89 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade a Servidora Pública Municipal, Sra. Josiane Silvestre, ocupante do Cargo de Auxiliar De Saúde Bucal, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 094, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 094, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelos artigos 80 a 89 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. Rodrigo Paulo Barbosa, ocupante do Cargo de Motorista, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 095, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 095, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelos artigos 80 a 89 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. Sandro Campana, ocupante do Cargo de Operador de Maquina, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 096, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 096, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelos artigos 80 a 89 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade a Servidora Pública Municipal, Sra. Talita Scheffer Gitrone, ocupante do Cargo de Enfermeira, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 097, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 097, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelos artigos 80 a 89 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. Valcir Alvaristo, ocupante do Cargo de Motorista, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 099 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 099 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/06/2014 à 01/06/2014.

Nome	Cargo	Referência
Idacir Francisco Zanco	Motorista	06/05/2013 à 05/05/2014

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

Portaria Nº. 098 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 098 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE ADICIONAL NOTURNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar 040 de 29/04/2014 e pela Lei Orgânica do Município:

- Considerando o disposto no Art. 92 da Lei Complementar 040 de 29 de abril de 2014, que concede adicional noturno aos servidores públicos municipais.

- Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido adicional noturno aos servidores ocupantes do cargo de vigia, num percentual de 20% (vinte por cento), sobre o vencimento de cada servidor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Lei Municipal Nº 627 de 03 de Junho de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 627 DE 03 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR O PAGAMENTO DE DESPESAS DE TRANSPORTE DE TRABALHADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento do transporte de pessoas que residem neste Município e necessitem de deslocamento para trabalhar na Empresa GTB EMPREENDIMENTOS S. A., inscrita no CNPJ sob nº 18.229.784/0004-32, com sede na Linha Liberatto, no Município de Ipuçu/SC.

Art. 2º. O pagamento dos custos do transporte de que trata o artigo primeiro, poderá ser de até 100% (cem por cento), pagos diretamente à empresa que realizará o transporte, selecionada mediante a realização de processo de licitação, ou ainda ser realizado pelo próprio Município.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá expedir Decreto para regulamentar quaisquer omissões da presente lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins em,
03 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Segundo Termo Aditivo Nº. 026/2014 de Contrato de 03 de Junho de 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 026/2014 DE CONTRATO DE 03 DE JUNHO DE 2014.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO CONTRATO: 010/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/04/2013

CLÁUSULA I

DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é para prestar serviço profissional especializado na área médica em Ginecologia e Ultrassonografia, com disponibilização por parte da empresa do Aparelho de Ultrassonografia, com atendimento de 08:00 (Oito) horas semanais, exercendo suas funções junto a Unidade de Saúde da Sede do município, fica por este instrumento de Termo Aditivo, fica prorrogado para 03 de junho de 2015.

CLÁUSULA II.

DO VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato nº 010/2013, firmado em 03 de abril de 2013, fica corrigido a partir de 03 de junho de 2014 no percentual de 7,9837% tendo por base o índice geral de preços do mercado - IGP-M passando a ser de R\$ 92.650.01 (noventa e dois mil seiscentos e cinquenta reais com um centavo), que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014.

CLÁUSULA III.-

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.100.523/0001-59

CONTRATADO: CLINICA DE DIAGNOSTICO SCARIOTI & LONGO LTDA EPP.

VENCIMENTO DO CONTRATO: 03/06/2015

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 717/2014

DECRETO Nº. 717/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.000,00(um mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infra-estrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00	0.0.06.90	Aplicações Diretas	1.000,00
		TOTAL	1.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
4.4.90.00.00.00.00	0.0.06.90	Aplicações Diretas	1.000,00
		TOTAL	1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
30 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos trinta dias do mês de maio de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 718/2014

DECRETO Nº. 718/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 300.000,00(trezentos mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1001		Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física das Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00	0.0.00.29	Aplicações Diretas	300.000,00
		TOTAL	300.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.1007		Modernização Tributária e Constr. Nova Prefeitura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
		Encargos Gerais do Município	
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Despesas Gerais do Município	
004.122.0090.2032		Aplicações Diretas	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
		TOTAL	300.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
30 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos trinta dias do mês de maio de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei Nº 2149/14

LEI Nº 2149/14

AUTORIZA A FAZER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADES QUE MENCIONA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONARIOS PAIS AMIGOS BENFEITORES DA ESCOLA DE MÚSICA JAZZ BAND ELITE, relativo ao exercício de 2014.

§ 1º: Os recursos serão utilizados para realização de evento ou auxiliar no custeio de melhorias, reparos, aquisição de material, aquisição de equipamentos, aquisição de material didático, ou outra afinidade relacionada ao bom funcionamento e desempenho da instituição de ensino.

§ 2º: As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção da Divisão de Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
33.50.0000	01.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	20.000,00
		TOTAL	20.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer novo repasse de recursos financeiros de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para a ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CORUPÁ, relativo ao exercício de 2014, não exetando-se as aprovações realizadas por Leis anteriores.

§ 1º - Os recursos serão utilizados para os serviços de atendimento pré-hospitalar no deslocamento de pacientes, manutenção da frota, combustível, pagamento de pessoal, alimentação e manutenção das atividades do Corpo de Bombeiros Voluntários de Corupá.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção da Divisão de Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
33.50.0000	01.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	18.000,00
		TOTAL	18.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para o CLUBE DE TRILHEIROS BANANALAMA DE CORUPÁ, relativo ao exercício de 2014.

§ 1º: Os recursos serão utilizados para custear despesas equipamentos, vestimentas, uniformes, para a divulgação do clube bem como dos eventos de trilheiros realizados no Município de Corupá.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção da Divisão de Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
33.50.0000	01.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	6.000,00
		TOTAL	6.000,00

Art. 4º - O valor total a ser repassado poderá ser dividido em parcelas mensais, facultando ao poder executivo a liberação até o dia 10 do mês subsequente ao de sua referência.

§ 1º - O repasse de valores fica condicionado a aprovação das contas do mês que antecede.

§ 2º - A beneficiária tem o prazo de 30 dias após o recebimento do repasse anterior para prestar contas dos gastos efetuados no mês.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, 03 de junho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos três dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 160/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE TRATOR, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 795580/2013/MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO/CAIXA PROCESSO N. 2622.1011600-28/2013 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 24/06/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 24/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 28 de maio de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 168/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E TINTAS, PARA A MANUTENÇÃO DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 24/06/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 24/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

I - Objeto

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E TINTAS, PARA A MANUTENÇÃO DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

II - Dotação orçamentária

2.1 A despesa para a aquisição do objeto licitado correrá por conta de Dotações próprias do orçamento da Prefeitura até o valor máximo de 2.834,00 de acordo com o parecer contábil em anexo.
100 - 02.07 2.070 3.3.90.00.00.00.00.00 3.3.90.30.24.00.00.00
100 - 02.07 2.070 3.3.90.00.00.00.00.00 3.3.90.30.26.00.00.00

III - Participação

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital e seus anexos.

IV - Impugnação ao ato convocatório

4.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, no Departamento de Licitações de Curitibanos, situado na Rua Cel. Vidal Ramos, 860 em Curitibanos.

4.2 Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias após o limite de envio de impugnações.

4.3 Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

- a) Anulação ou revogação do edital;
- b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;
- c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

V - Proposta

5.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até o horário e data definido no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 - Proposta

Departamento de Licitações de Curitibanos

Pregão nº 168/2014

5.2 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.3 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome do proponente, endereço completo, telefone, CNPJ;
- b) número do Pregão;
- c) para cada item que o licitante vier a participar, a descrição do objeto ofertado, em conformidade com o Anexo I, contendo a marca do item cotado, o preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- d) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.

5.4 - A Prefeitura, setor de Licitações e demais setores da administração, não se responsabiliza por envelopes encaminhados via Correio, transportadora ou outra forma a não ser os que forem protocolados no Protocolo Central.

VI - Habilitação

6.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 2 - Habilitação

Departamento de Licitações de Curitiba
Pregão nº 168/2014

6.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6.3 O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.4 Quanto à qualificação jurídica:

a) registro comercial, no caso de empresa individual (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.5 Quanto à regularidade fiscal:

a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

b) Certidão Negativa de Débitos - CND (emitida pela Previdência Social);

c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Sessão Pública do Pregão

7.1 No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em sequência:

Credenciamento

7.2 O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

7.3 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, e declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

7.5 Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de

participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

7.6 Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

7.7 - Análise preliminar de aceitabilidade das propostas

7.8 O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexecutável, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

7.9 - Seleção das propostas para a etapa de lances

7.10 O pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

7.11 Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todas as demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;

7.12 Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

Etapa de lances orais

7.13 Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, poderão os autores manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.14 Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

7.15 Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

7.16 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.

7.17 Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.18 Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.18.1 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

7.18.2 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:
I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.18.2 - I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.18.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no

intervalo previsto no item 7.18.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.3. Para as situações previstas nos item 7.18 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.19 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

7.20 Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

Habilitação

7.21 O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

7.22 Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

7.23 Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo o pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

7.24 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.24.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

7.24.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.24.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Recurso

7.25 Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

7.26 Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

7.27 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

7.28 O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Departamento de Licitações de Curitiba, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contrarrazões no prazo de 03 (três) a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

7.29 Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

VIII - Adjudicação e Homologação

8.1 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto lícitado.

8.2 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto lícitado.

8.3 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.4 O Município de Curitiba, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidará os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

IX - Contrato

9.1 O Município de Curitiba disporá do prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o licitante vencedor a assinar o contrato, contados a partir da data da apresentação da proposta vencedora.

9.2 O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.3 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

9.4 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do Anexo I deste Edital.

9.5 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

X - Entrega e pagamento

10.1 A Contratada disporá do prazo de até 30 (trinta) dias para entregar o objeto, contados da solicitação do Departamento Competente;

10.2 A entrega do objeto deste edital será feita na forma prevista na minuta do contrato em anexo.

10.3 Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela Contratada no prazo de 02 (dois) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de aplicação de multa e demais cominações previstas em Lei e neste Edital.

10.4 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

XI - Penalidades

11.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e, será descredenciado nos sistemas de informações publicando a decisão em jornal de circulação municipal, estadual e diário oficial, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das seguintes multas:

a) multa de 1,00% (um por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

11.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos sub itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município

de Curitiba.

11.3 Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

11.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XII - Disposições finais

12.1 Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Departamento de Licitações para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.

12.2 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

12.3 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.4 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

12.5 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.6 No interesse do Município de Curitiba, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

12.7 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Curitiba, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.8 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone: (49) 3245-7200, nos dias úteis, em horário das 13:00 às 19:00 horas.

12.9 Faz parte deste Edital:

a) Anexo I - Especificação do objeto;

b) Anexo II - Minuta de Contrato.

12.10 - E, para que ninguém alegue ignorância foi o presente Edital afixado no mural da Prefeitura Municipal de Curitiba oficializado através do Decreto No. 2142 de 12.08.93, junto a Portaria da Prefeitura Municipal, e publicado em resumo nos site da Prefeitura Municipal de Curitiba, em jornal de circulação Estadual e no Diário Oficial da União.

Curitiba, 02 de junho de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente Edital cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 02 de junho 2014.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2014

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E

Pelo presente instrumento particular de contrato de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, com sede inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Presencial, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E TINTAS, PARA A MANUTENÇÃO DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, conforme autorizações de fornecimento nº que ficam fazendo parte integrante do presente edital.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do presente contrato é 30 (trinta) dias após a solicitação do Departamento Competente, e a vigência é de 1 (um) ano a contar da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba previstos em projeto atividade e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

100 - 02.07 2.070 3.3.90.00.00.00.00.00 3.3.90.30.24.00.00.00

100 - 02.07 2.070 3.3.90.00.00.00.00.00 3.3.90.30.26.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão presencial nº 168/2014 conforme descrito baixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$

a serem pagos à vista após a entrega da máquina e solicitação do Departamento competente, verificação do valor financeiro necessário, para aquisição da solicitação, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão presencial nº 168/2014.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos materiais mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este

CONTRATO;

III. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos

deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 - Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2 - Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a

termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV - No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII

do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Presencial nº 168/2014.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba,

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba,

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

Edital de Pregão Presencial Nº 170/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO HATCH, PARA USO NAS ATIVIDADES TÉCNICAS E OPERACIONAIS DO QUARTEL DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBA. COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO 1 DESTA EDITAL E DEVERÁ SER ENTREGUE LICENCIADO E EMPLACADO, COM TODOS OS PROCEDIMENTOS

E CUSTOS REFERENTES AO LICENCIAMENTO E EMPLACAMENTO SOB A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 25/06/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 25/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 04 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Editais de Pregão Presencial Nº 169/2014**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2014**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVITALIZAÇÃO DA VIATURA AUTO BOMBA TANQUE RESGATE 09 (ABTR 09), EM USO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 25/06/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 25/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 03 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Ata de Registro de Preço N.º 4/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 4/2014**

Aos quatro dias do mês de junho de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente do Fundo Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado simplesmente de FUNDO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 4/2014, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E ESTRUTURA DE PALCO, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO DE ESCOLHA DA RAINHA DA EXPOCENTRO 2014, NO DIA 10 DE JUNHO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no máximo, por igual período, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO
Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo FUNDO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 04 de Junho de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

Edital de Teste Seletivo 02/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo para contratação/admissão, sob o regime Estatutário de servidores por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para as funções a seguir relacionadas, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital.

CAPÍTULO I

1 - DAS FUNÇÕES E DA QUANTIDADE DE VAGAS

1.1- As vagas destinam-se ao processo seletivo público abaixo delineado e deverão ser preenchidos por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente Edital.

1.2- O Processo Seletivo destina-se a ao preenchimento de vagas, para contratação temporária conforme a necessidade e para compor reserva técnica, destinado a prover função, no quadro da categoria funcional dos Servidores Públicos Municipais e do Quadro do Magistério Público Municipal, sob o Regime Estatutário vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

1.3- O Processo Seletivo destina-se a ao preenchimento de vagas, para contratação temporária conforme a necessidade e para compor reserva técnica, destinado a prover função de Nutricionista, sob o Regime Estatutário vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS

1.4- O Processo Seletivo destina-se a ao preenchimento de vagas, para contratação temporária conforme a necessidade e para compor reserva técnica, destinado a prover função de Fonoaudiólogo (a), sob o Regime Estatutário vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS

1.5 - As vagas acima compreendem: vagas que poderão ser preenchidas no decorrer do ano letivo de 2014, podendo ser prorrogado por mais 01 (um) ano.

1.6 - Quadro de vagas

Função	Vencimento	Carga horária	Escolaridade
Professor de Ed. Infantil - Habilitado	1.020,00	20h/sem	Nível Superior completo na área de atuação - Pedagogia
Professor de Ensino Fundamental - Habilitado	1.020,00	20h/sem	Nível Superior completo na área de atuação - Pedagogia
Professor de Ed. Infantil - Não Habilitado	850,00	20h/sem	Habilitação em magistério ou portador de atestado de frequência em Pedagogia específica
Professor de Ed. Infantil - Não Habilitado	850,00	20h/sem	Habilitação em magistério ou portador de atestado de frequência em Pedagogia específica

Fonoaudiólogo	1.376,00	10/20hs	Nível Superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador
Nutricionista	1.195,00	10/20hs	Nível Superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador

1.7 - O valor a ser pago será de acordo com a carga horária cumprida pelo contratado.

CAPÍTULO II

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições estarão abertas do dia 04/06/2014 a 13/06/2014, das 08: 00hs as 12:00hs , junto a Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal, sito à rua Santos Dumont número 413, no Município de Dionísio Cerqueira (SC).

2.1.2 - A inscrição no presente Processo Seletivo Público implicará, desde logo, no conhecimento e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

2.2 São condições para fazer inscrição:

2.2.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

2.2.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data da posse;

2.2.3 - Estar quite com as obrigações eleitorais;

2.2.4 - Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

2.2.5 - Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício da função na data da posse;

2.2.6 - As inscrições poderão ser feitas mediante procuração autenticada em cartório.

2.3 Documentos inscrição:

2.3.1 - Cópia legível, recente e em bom estado de Documento de Identidade;

2.3.2 - Cópia do Título de Eleitor com comprovante de votação da última eleição;

2.3.3 - Cópia do CPF - Cadastro de Pessoa Física;

2.3.4 - Cópia documento militar (quando homem).

2.3.5 - Original e Cópia dos diplomas e certificados de cursos para prova de títulos, para a função de professor;

2.3.6 - Atestado de comprovação do tempo de serviço, na área de atuação , expresso em anos, meses e dias, contados até 30 de abril de 2014.

2.3.7 - Para efetivar a inscrição, o candidato deverá estar munido de Cédula de Identidade, bem como as cópias dos documentos constantes nos itens 2.3.1 a 2.3.6, para então receber o comprovante de inscrição.

2.8 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se dos requisitos exigidos para o preenchimento do cargo/função.

2.9 - Não serão aceitas inscrições via fax, sedex, postal, internet e/ou correio eletrônico.

2.10 - Verificada, a qualquer tempo, inexatidão nas informações, irregularidade, idoneidade ou falta de documentos exigíveis, proceder-se-á a eliminação do candidato, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

CAPÍTULO III

3 - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão homologadas pelo Prefeito Dionísio

Cerqueira - SC, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após o encerramento das inscrições e publicadas em documento afixado em mural próprio, na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC.

3.2 - Os candidatos que tiverem suas inscrições não homologadas, terão prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da publicação, para querendo, impetrar recurso a ser endereçado à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC .

3.3 - Os recursos movidos pelos candidatos deverão, obrigatoriamente dar entrada com protocolo na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC.

CAPÍTULO IV

4 -DAS PROVAS

4.1 Prova de Títulos - Para Professores

TITULO	Nº de Títulos	Valor do Título	Total
Curso completo de Pós-Graduação na área de Educação	02	0,52 pontos	1,04
Curso de aperfeiçoamento na área de Educação, com carga horária igual ou superior a 20 horas	10	0,05 pontos	0,50
Comprovante de conclusão de Graduação ou Declaração a qual refere-se ao período que cursando, (específica na área de atuação).	01	0,12 pontos por período cursado	0,96
Tempo de serviço no município de Dionísio Cerqueira	60 meses	0,02	1,20
TOTAL	13		Total 3,70

4.2 Prova de Títulos - Para Nutricionista/ Fonoaudióloga

TITULO	Nº de Títulos	Valor do Título	Total
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação, com carga horária igual ou superior a 10 horas	10	0,05 pontos	0,50
Tempo de serviço na área de atuação	60 meses	0,01	0,60
Tempo de serviço na área de atuação no município de Dionísio Cerqueira	60 meses	0,02	1,20
TOTAL			Total 2,30

4.3. - Da prova de Títulos:

a) Os pontos destinados às especializações de Pós-Graduação, Graduação, e nº de períodos cursados na graduação e cursos de aperfeiçoamento, somente serão válidos com apresentação de diploma ou certificado de Conclusão da Instituição de Ensino.

b) As cópias dos documentos para a Prova de Títulos deverão ser entregues no ato da inscrição para o processo seletivo.

c) Os Títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pela inscrição.

d) Só serão aceitos documentos para a prova de títulos e tempo de experiência profissional, no ato da inscrição.

CAPÍTULO V

5. NO CASO DE EMPATE

5.1 - Ocorrendo empate na nota final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

5.1.1 - Maior idade

6. DA NOTA FINAL

CAPÍTULO VI

6.1 - Será publicada a relação das notas de todos os candidatos em listas nominais por função, na ordem decrescente de acordo com a média ou nota final obtida nas provas.

CAPÍTULO VII

7. DA ESCOLHA DAS VAGAS PARA PROFESSORES

7.1. A escolha de vagas, será realizada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a qual será obedecida a ordem de classificação por área de inscrição para a chamada de escolha.

7.2. A chamada dos candidatos obedecerá à ordem de classificação, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira(SC).

7.4. O candidato que escolher, confirmando a opção e acabar desistindo da vaga, passará automaticamente para o último lugar da listagem em que está inscrito na referida área.

7.5. Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo para as função de professores e não houver candidato excedente do processo seletivo, as admissões serão feitas pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

CAPÍTULO VIII

8 - DOS RECURSOS

8.1 - É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- c) na pontuação da prova de títulos e tempo de experiência profissional;
- d) da divulgação do resultado Preliminar de Classificação da prova seletiva, para cada função.

8.2 - Os recursos deverão ser interposto à comissão de acompanhamento da Prova Seletiva da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira(SC) no Município de Dionísio Cerqueira(SC), até 03 (três) dias úteis após cada ato.

CAPÍTULO IX

9 . DA ADMISSÃO:

9.1 - No ato da admissão do candidato, serão exigidos os seguintes documentos:

- 9.1.1 - Cópia legível da Carteira de Identidade (RG).
- 9.1.2 - Cópia legível do CPF
- 9.1.3 - Cópia legível do Título de Eleitor.
- 9.1.4 - Cópia legível do Certificado de Reservista (sexo masculino).
- 9.1.5 - Cópia legível do comprovante de voto da última eleição, ou justificativa da Justiça Eleitoral.
- 9.1.6 - Cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função.
- 9.1.7 - Cópia de Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso.
- 9.1.8 - Habilitação profissional mediante o registro no órgão de classe, se for exigido para a função.
- 9.1.9 - Declaração de bens, na forma da Lei.
- 9.1.10 - Apresentar declaração dos cargos públicos que exerce.
- 9.1.11 - Atestado de Saúde Ocupacional
- 9.1.12 - Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP, se possuir.
- 9.1.13 - Certidão de nascimento dos filhos, carteira de vacinação para menores de 7 anos;
- 9.1.14 - Demais documentos que o setor de pessoal solicitar.

9.2 Os candidatos aprovados e classificados no Processo seletivo poderão ser chamados de acordo com a necessidade do serviço e, se admitidos/contratados será sob o regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

CAPÍTULO X

10 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

10.1 - Fica delegada a Secretaria Municipal de Educação para:

- a) Elaborar o Edital, juntamente com a Prefeitura e sua assessoria jurídica.
- b) Avaliar as provas de títulos;
- c) Apresentar o relatório final, com a classificação dos candidatos.

10.2 - É de competência da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira:

- a) Divulgar o edital.
- b) Realizar as inscrições e relação e somatória dos títulos;
- c) Divulgar a classificação final e dar publicidade aos atos do processo seletivo.
- d) Realizar o desempate, quando necessário.

11 - CRONOGRAMA

CAPÍTULO XI

CRONOGRAMA	DATA	HORÁRIO
Recebimento das inscrições	04/06/ a 10/06 2014	8:00 hs as 12:00 hs
Resultado da homologação das inscrições	19/06/2014	11:00hs
Divulgação do Resultado Final	23/06/2014	11:00 hs

CAPÍTULO XII

12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - A aprovação no presente Processo Seletivo não assegura ao candidato sua

nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

12.2 - O candidato somente poderá se inscrever para uma função.

12.3 - Quando o candidato for chamado para assumir vaga existente e desistir da mesma deverá assinar uma declaração de desistência junto ao setor de pessoal.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

Termo de Inexibilidade - Processo Licitatório Nº 23/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
TERMO DE INEXIBILIDADE

Processo Licitatório nº 23/2014

Do Objeto: Contratação de empresa, que detém o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Livro Eletrônico, Nota Fiscal Eletrônica e Atendimento ao contribuinte via web com acessos ilimitados, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional.

Do Contratado: Betha Sistemas Ltda, sito a Rua João Pessoa, nº 134, Bairro centro, Criciúma/SC, inscrita sob CNPJ nº 00.456.865/0001-67.

Do Valor:

Pelo licenciamento dos aplicativos, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 818,00 (oitocentos e dezoito reais), totalizando o valor do presente instrumento em R\$ 31.084,00 (trinta e um mil e oitenta e quatro reais), correspondente à 38 meses.

Pela parametrização e treinamento na operacionalização do APLICATIVO, a CONTRATANTE pagará o valor de R\$ 3.039,60 (três mil e trinta e nove reais e sessenta centavos), e mais R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelo Banco de Dados Sybase SQL Anywhere CPU Model, no prazo de até 15(quinze) dias da conclusão do respectivo serviço e mediante apresentação da nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,60 (sessenta centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 114,00 (cento e quatorze reais) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.

Do Fundamento Legal: A Inexigibilidade de Licitação foi feita com base no Artigo 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93, que reza: "Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda pelas entidades equivalentes".

Da Justificativa: Trata-se de procedimento que visa à dispensa de certame licitatório para a contratação da empresa Betha Sistemas Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.8685/0001-67, com sede na Rua João Pessoa nº 134, Centro - Criciúma/SC, para a prestação de serviços de locação, manutenção e suporte dos aplicativos Fly E-Nota, Cidadão Web Tributos e Livro Eletrônico.

Uma vez que há uma inafastável necessidade de integração do aplicativo que se pretende contratar aos sistemas de tributação municipal e Protocolo atualmente em uso neste município, também desenvolvidos e licenciados pela Betha Sistemas Ltda., integração esta que somente se demonstrará possível com a

identificação precisa das linguagens de comunicação utilizadas, layouts e padrões de tabelas, surge a necessidade de contratação de um software tecnicamente homologado a integrar-se com aquele atualmente licitado, não resta a esta administração outra alternativa se não a realização de processo de inexigibilidade de licitação.

Ermo, 29 de maio de 2014.

LEANDRO FIGUEIREDO FERNANDES
Presidente da CJL

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Erval Velho**PREFEITURA****Extrato de Edital de Pregão 014/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO
Processo Licitatório nº 023/2014

Edital de Pregão Presencial nº 014/2014

Objeto: Aquisição de um transformador novo para poste de 225KVA, 25KV, 380/220V

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 17/06/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Forquilha**PREFEITURA****Extrato de Contrato PMF Nº. 115/2014**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 115/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - UNITA VEICULOS LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de 01 (um) veículo de pequeno porte, 0 km, motor mínimo 1.0, para 05 passageiros, conforme Proposta nº. 11814, Programa nº. 2014002328 da secretaria do Estado de desenvolvimento Regional - Criciúma e Convênio nº 2014TR001638 firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma junto ao Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 380 (trezentos e oitenta) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 14/06/2015.
DOTAÇÃO - 0703.1012.4490 (128) - Proposta nº. 11814, Programa nº. 2014002328 - SDR Criciúma.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial Nº 104/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Fma Nº. 15/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 15/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - VEPASA COMERCIAL DE VEICULOS LTDA EPP

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de 01 (um) caminhão tipo toco (patrulha agrícola) para atender as necessidades do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 797135/2013, Processo nº. 1012295-44/2013, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 148.700,00 (cento e quarenta e oito mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 410 (quatrocentos e dez) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 13/07/2015.

DOTAÇÃO - 1801.1070.4490 (01), (03) - Recurso Vinculado PRO-DESA - MAPA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 10/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 29 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 107/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 107/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de parque infantil a ser instalado em unidade escolar do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 11.610,00 (onze mil seiscentos e dez reais).
VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 15/06/2015.
DOTAÇÃO - 0501.2014.4490 (49).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 98/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 16 de maio de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 95/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 95/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COMERCIAL CARLESSI
OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada, para aquisição de mobiliários para diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais).
VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 06/06/2015.
DOTAÇÃO - Secretaria de Ação Social: 1301.2021.4490 (200).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 84/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 07 de maio de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

At14fms10

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº: AT14FMS10

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO Contratada: POSTO GALO LTDA

Valor: 13.455,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/01/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 11/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM O DESLOCAMENTO DOS PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC.

Fraiburgo, 4 de Junho de 2014
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

At14fms11

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: AT14FMS11

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO Contratada: TRANS ANR LTDA

Valor: 56.250,00 (cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 28/02/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 10/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE FREQUENTAM O CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL), LOCALIZADO NO PARQUE DA MAÇÃ, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO

Fraiburgo, 4 de Junho de 2014
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Ct14fms09

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: CT14FMS09

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO Contratada: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA - EPP Valor: 611,10 (seiscentos e onze reais e dez centavos)
Vigência: Início: 21/05/2014 Término: 21/07/2014

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 4/2014

Objeto: A AQUISIÇÃO DE TABLÓIDES E CARTILHAS EDUCATIVAS DE AUTORIA EXCLUSIVA DA CONTRATADA, CONFORME

DECLARAÇÃO EXARADA DA CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO PARTICIPANTES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA.

Fraiburgo, 4 de Junho de 2014
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Ta14fms04**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº: TA14FMS04 - Contrato Nº: CT10FMS18

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO Contratada: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 30/05/2014

Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº: 1/2010

Objeto: DE COMUM ACORDO CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2014

Fraiburgo, 4 de Junho de 2014
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Ta14fms05

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº: TA14FMS05 - Contrato Nº: CT14FMS08

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO Contratada: FUNILARIA E SERRALHERIA ZANCANARO LTDA - ME Valor: 700,00 (setecentos reais)

Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 30/06/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 5/2014

Recursos: Dotação:

Objeto: EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DE 28 (VINTE E OITO) PONTALETES AO VALOR DE R\$ 25,00 CADA, SOMANDO UM VALOR TOTAL A EMPENHAR DE R\$ 700,00 (SETECENTOS REAIS), DIANTE DA NECESSIDADE DE REFORÇAR A CERCA CONFORME PEDIDO E JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fraiburgo, 4 de Junho de 2014
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Decreto 0154/2014

DECRETO Nº 154, DE 04 DE JUNHO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto

no artigo 18 da Lei Nº 2210, de 05 de dezembro de 2013 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONTSTN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 506.000,00 (quinhentos e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação		
07.01 - Educação Geral		
12.361.0005.1.011 - Aquisição de Veículos para Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	240.000,00
0.1.9315 (295)		
11.00 - Secretaria de Ação Social		
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.1.026 - Aquisição de Veículos para Secretaria de Assistência Social		
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	266.000,00
0.1.9505 (294)		
Total		
	R\$	506.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta dos Convênios TR 1473 e TR 1474, Celebrados entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto, respectivamente a Aquisição de Ônibus Biblioteca e Aquisição de Ônibus para Cadeirantes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 04 DE JUNHO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1097/2014

PORTARIA Nº 1.097, DE 04 DE JUNHO DE 2014.
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0696/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 13 horas semanais a Professora MARIVANI SCHMELING LENZ DILL, que encontra-se afastada em Licença sem Vencimento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 22 (vinte e duas) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora EMANOELI DE FÁTIMA GOMES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.614.259-60, contratada em caráter temporário de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA

INGLESA, pelo período de 11 de junho de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1098/2014

PORTARIA N.º 1.098, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0697/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUZANA CRISTINA DOS SANTOS GENUINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 085.148.559-64, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de junho de 2014 até 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1099/2014

PORTARIA N.º 1.099, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0698/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALESSANDRA MARIA DORNELLES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.238.349-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de junho de 2014 até 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1100/2014

PORTARIA N.º 1.100, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0699/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.681.899-65, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de junho de 2014 até 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1101/2014

PORTARIA N.º 1.101, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0700/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TALITA FABIULA DA SILVA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.754.409-37, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de junho de 2014 até 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1102/2014

PORTARIA Nº 1.102, DE 04 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0702/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIZA ANDREIA MAGNIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.644.929-33, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de junho de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1103/2014

PORTARIA Nº 1.103, DE 04 DE JUNHO DE 2014.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora IDINEZ CATARINA VIEIRA MAZZUCO, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 777.377.509-59, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Autuação I

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1553/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAQ9049	55022377E	6599/2	24/03/2014	230 * V
ADJ4750	54685649E	6920/0	27/02/2014	233
ASY2121	55022602E	6610/2	28/02/2014	230 * VII
CEM1187	55352829D	6610/2	23/03/2014	230 * VII
HQJ7370	55352043D	5010/0	28/02/2014	162 * I
HQJ7370	55352044D	5118/0	28/02/2014	164 c/c 162 * I
HQJ7370	55352045D	6599/2	28/02/2014	230 * V
HQJ7370	55352046D	6610/2	28/02/2014	230 * VII
LWY0012	54685696E	6920/0	31/03/2014	233
LXQ1853	55022495E	7340/0	14/03/2014	252 * IV
LYW3817	54685668E	6920/0	12/03/2014	233
LZK2157	54685670E	6920/0	12/03/2014	233
LZW1959	55352760D	6769/2	02/03/2014	230 * XXII
LZZ0999	55023101E	5169/1	30/03/2014	165
LZZ0999	55023102E	6726/1	30/03/2014	230 * XVIII
MCK0353	55022754E	5010/0	26/02/2014	162 * I
MCK0353	55022756E	6599/2	26/02/2014	230 * V
MCK0353	55022757E	5118/0	26/02/2014	164 c/c 162 * I
MCK0353	55022758E	6912/0	26/02/2014	232
MDW4457	54685653E	6920/0	05/03/2014	233
MEG0148	55022479E	6912/0	25/02/2014	232
MFJ7470	55022790E	6769/1	27/03/2014	230 * XXII
MIT3757	55022709E	6726/1	12/03/2014	230 * XVIII
MLR2878	55022761E	5010/0	06/03/2014	162 * I
MLR2878	55022762E	5118/0	06/03/2014	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JUNHO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

Autuação II

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1557/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIL4718	54685707E	6920/0	09/04/2014	233
LZA3092	54685702E	6920/0	03/04/2014	233
LZE9590	54685704E	6920/0	08/04/2014	233
MBM0102	55022799E	6769/1	05/04/2014	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

Autuação III

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1560/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABF2669	55023062E	6912/0	02/04/2014	232
ABF2669	55352342D	6769/1	02/04/2014	230 * XXII
ABF2669	55352343D	6726/1	02/04/2014	230 * XVIII
CKD9536	54685673E	6920/0	17/03/2014	233
EZQ5433	54685685E	6920/0	26/03/2014	233
LWW3219	54685719E	6920/0	15/04/2014	233
LZE0980	54685676E	6920/0	18/03/2014	233
LZN4102	54685706E	6920/0	09/04/2014	233
MBL8959	54685672E	6920/0	17/03/2014	233
MDL5621	55023014E	6599/2	11/04/2014	230 * V
MHB0391	54685674E	6920/0	17/03/2014	233
MHX7597	54685677E	6920/0	18/03/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JUNHO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

Autuação IV

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1564/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJA6451	55023018E	6599/2	25/04/2014	230 * V
AJA6451	55023019E	6610/2	25/04/2014	230 * VII
BLU3980	54685730E	6920/0	25/04/2014	233
CLJ7286	55023059E	6556/1	26/03/2014	230 * I
ILM5848	55022726E	6599/2	01/04/2014	230 * V
ILM5848	55022729E	6726/1	01/04/2014	230 * XVIII
ILM5848	55022730E	5118/0	01/04/2014	164 c/c 162 * I
ILM5848	55022731E	6769/2	01/04/2014	230 * XXII
ILM5848	55022732E	6653/2	01/04/2014	230 * XI
LWT3231	54685689E	6920/0	28/03/2014	233
MAH4900	55352836D	6637/2	27/03/2014	230 * IX
MAQ9891	55022712E	6610/2	17/03/2014	230 * VII
MAQ9891	55022713E	5118/0	17/03/2014	164 c/c 162 * I
MAQ9891	55022714E	5010/0	17/03/2014	162 * I
MAQ9891	55022715E	6599/2	17/03/2014	230 * V
MAQ9891	55022716E	6726/1	17/03/2014	230 * XVIII
MAQ9891	55022717E	6769/2	17/03/2014	230 * XXII
MAQ9891	55022718E	6912/0	17/03/2014	232
MDV1002	55352834D	6769/1	27/03/2014	230 * XXII
MVQ2582	54685725E	6920/0	24/04/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JUNHO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

Autuação V

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1567/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILB5874	54685738E	6920/0	29/04/2014	233
ILM5848	55022727E	5010/0	01/04/2014	162 * I
LXA6370	55022861E	6599/2	26/04/2014	230 * V
LXM4483	54685709E	6920/0	09/04/2014	233
LXX1969	54685739E	6920/0	30/04/2014	233
MDH1715	54685708E	6920/0	09/04/2014	233
MDR9580	55022381E	5169/1	05/04/2014	165
MDR9580	55022382E	5177/0	05/04/2014	166
MFO6070	55352841D	5169/1	06/04/2014	165
MFO6070	55352842D	5177/0	06/04/2014	166
MIP3531	55023013E	6599/2	03/04/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JUNHO DE 2014

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

Penalidade I

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1555/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRJ7680	55352180D	6912/0	17/01/2014	R\$ 53,20	232
JTK7022	55352508D	6556/1	12/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
LJB8158	55352977D	5118/0	28/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LJB8158	55352978D	6599/2	28/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LJB8158	55352979D	5010/0	28/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LJB8158	55352980D	6769/1	28/01/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LXA8941	55352165D	5045/0	08/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXA8941	55352166D	5096/0	08/11/2013	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
LXE0889	55352662D	6599/2	30/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXE0889	55352664D	5274/1	30/11/2013	R\$ 191,53	175
LXE0889	55352706D	5010/0	30/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXE0889	55352707D	5118/0	30/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYJ8051	55352412D	6920/0	05/11/2013	R\$ 127,69	233
LYX7829	55350413D	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JUNHO DE 2014

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLÍCIA

Penalidade II

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1559/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJA6451	55351048D	6610/2	13/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
AJA6451	55352625D	6769/1	13/01/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
CXZ6557	54685565E	6920/0	23/12/2013	R\$ 127,69	233
LWU2391	55352919D	5118/0	29/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LWZ7635	55352628D	6599/2	15/01/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JUNHO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

Penalidade III

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1562/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIC9901	54685646E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
CAG5484	55351045D	5010/0	10/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
DEX2797	55352953D	5010/0	12/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
DEX2797	55352954D	5118/0	12/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
DEX2797	55352955D	5177/0	12/01/2014	R\$ 191,53	166
DEX2797	55352956D	5169/1	12/01/2014	R\$ 1.915,38	165
DEX2797	55352957D	6637/1	12/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZZ2331	55022258E	5118/0	13/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZZ2331	55352909D	6599/2	13/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAV1906	55352816D	6599/2	03/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDR5937	55022421E	6912/0	03/02/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JUNHO DE 2014

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLÍCIA

Penalidade IV

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1569/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IGG5106	54602792C	5010/0	15/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
IGG5106	54602793C	5118/0	15/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IGG5106	54685570E	6920/0	26/12/2013	R\$ 127,69	233
LXL6980	55352663D	6599/2	30/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXL6980	55352704D	5010/0	30/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXL6980	55352705D	5118/0	30/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYD1264	55352590D	6653/2	28/12/2013	R\$ 127,69	230 * XI
LYS2106	55352604D	5010/0	16/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZJ1896	55350410D	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233
MBD7617	55352606D	5010/0	20/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBD7617	55352607D	5118/0	20/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBR3002	55352321D	5061/0	09/12/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCW9064	54602795C	6599/2	24/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCW9064	54602797C	5010/0	24/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCW9064	54602798C	5118/0	24/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JUNHO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

Decreto Nº 0155/2014

DECRETO Nº. 155, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0026, DE 07 DE MAIO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0026, de 07 de maio de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. O código 4 não está divulgado por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 04 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0026 DE 07 DE MAIO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Bela Vista**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º	6º
----	----	----	----	----	----

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	CRISTIANA ALVES DO PRADO	12	0	0	5	2	NÃO	18/8/1986
2	2	ANA LUCIA GUEDES FERREIRA	7	0	0	0	1	NÃO	5/3/1989

quarta-feira, 4 de junho de 2014

Página 2 de 2



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0026 DE 07 DE MAIO DE 2014

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO
Código:	2	Área de Atuação:	Geral
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santa Monica		

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
1	ANDREA DENICE PONTE		Não preenche os requisitos do Edital

quarta-feira, 4 de junho de 2014

Página 2 de 2



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0026 DE 07 DE MAIO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Faxinal dos Carvalhos**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	DANIELA VANESSA LEANDRO	11	1	2	1	1	NÃO	23/6/1992
2	6	VALMIR DE OLIVEIRA	10	0	0	3	1	NÃO	26/3/1985
3	5	CRISTIANE ALMEIDA CARVALHO	7	0	0	0	0	NÃO	6/2/1996

quarta-feira, 4 de junho de 2014

Página 2 de 2

Decreto Nº 0156/2014

DECRETO Nº. 156, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0027, DE 09 DE MAIO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0027, de 09 de maio de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. O código 2 não está divulgado por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 04 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0027 DE 09 DE MAIO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de Saúde** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Localidade Linha Baia**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	NEUSA BASSANI SILVA	16	2	2	5	0	NÃO	9/9/1990
2	1	ALICE APARECIDA PEREIRA RODRIGUES	9	0	0	2	0	NÃO	21/3/1996
3	4	NORACI DA MAIA VANZ	7	0	0	0	2	NÃO	10/7/1973
4	3	GENI APARECIDA MOREIRA DE ANDRADE LEMOS	7	0	0	0	0	NÃO	3/11/1961

quarta-feira, 4 de junho de 2014

Página 2 de 2

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 43/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2014

FMS

Ata nº. 43/2014; Processo nº. 78/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: MODELO PNEUS LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada, conforme a necessidade, de pneus e câmara incluindo o serviço de montagem, balanceamento e geometria, para atender os veículos que compõe a frota da Secretária de Saúde. Valor: R\$ 46.728,00; Data da Assinatura: 05/06/2014.

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 12/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com inciso III do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 115/2014; IL nº. 12/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: BANDA MUNICIPAL UNIDOS DE IMARUÍ; CNPJ nº: 78.625.407/0001-00; Objeto: Contratação da banda Unidos do Imaruí para realizar a tocata durante as procissões do evento 'Festa do Divino', que acontecerá entre os dias 06 e 08 de junho de 2014; Data da Assinatura: 04/06/2014.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Decreto N.º 071

DECRETO N.º 071, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 201.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 201.000,00 (duzentos e um mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 110.000,00

12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil 110.000,00

4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 110.000,00

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 17.000,00

26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura 17.000,00

3.3.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas 10.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 7.000,00

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO 5.000,00

27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador 5.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 69.000,00

10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade 30.000,00

3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

10301252.077 - Manutenção da Assistência Farmacêutica 20.000,00

3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde 19.000,00

3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

3.1.90.0.2.14.000062 - Aplicações Diretas 5.000,00

3.1.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas 4.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 201.000,00 (duzentos e um mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Portaria N.º 500/2014.

PORTARIA N.º 500, DE 29 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, bem como pelos ditames da Lei 8.666/93, da Lei Federal nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e:

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado ao Secretario Municipal de Administração o Ofício SMS n.º 003/2014, da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a abertura de Sindicância para apurar irregularidades nos prazos de entrega e fornecimento de materiais de copa e cozinha;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante os servidores designados pela Portaria n.º 085/2014, RAFAEL DE SOUZA, LUCIANA MACHADO TEIXEIRA E FERNANDO DA SILVA FERREIRA, com a presidência do primeiro e secretariado por SIMONE VERA WOLFF.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 29 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 503/2014.

PORTARIA N.º 503, DE 30 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, bem como pelos ditames da Lei 8.666/93, da Lei Federal nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e:

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado ao Secretario Municipal de Administração o Requerimento de nº. 3125, encaminhado através do servidor Neri Joelso da Silva, lotado na Secretaria Municipal Planejamento Territorial e Meio Ambiente, solicitando a abertura de Sindicância para apurar os fatos referente a destrata, difamação e ameaça ;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante os servidores, RICHARD MACIEL HABERLEHNER, GABRIELA BERNARDI ZUGLIANELLO E LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL, com a presidência do primeiro e secretariado por SIMONE VERA WOLFF.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 30 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 504/2014.

PORTARIA N.º 504, DE 30 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, bem como pelos ditames da Lei 8.666/93, da Lei Federal nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e:

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado ao Secretário Municipal de Administração o Ofício SME n.º 125/2014, da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a abertura de Sindicância para apurar os fatos referente ao acidente de trânsito, ocorrido em 17/03/2004;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante os servidores designados pela Portaria n.º 085/2014, SANDRA APARECIDA AMARAL, LUIZ ALBERTO LAZZARIN E PATRICIA SCHOTT, com a presidência da primeira e secretariado por SIMONE VERA WOLFF.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 30 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 508/2014.

PORTARIA N.º 508, DE 30 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, bem como pelos ditames da Lei 8.666/93, da Lei Federal nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e:

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado ao Secretário Municipal de

Administração o Ofício n.º 035/2014, do Setor de Licitação e Compras da Secretaria Municipal Administração, solicitando a abertura de Sindicância para apurar irregularidades no cumprimento de prazos de entrega referente às Autorizações de fornecimento de nº. 1507 e 1508/2013;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante os servidores designados pela Portaria n.º 085/2014, RAFAEL DE SOUZA, LUCIANA MACHADO TEIXEIRA E FERNANDO DA SILVA FERREIRA, com a presidência do primeiro e secretariado por SIMONE VERA WOLFF.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 30 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Licitação PMG Nº 041/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial PMG nº 041/2014

Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática, televisores, condicionadores de ar, refrigeradores e forno micro ondas, para atender as necessidades da administração municipal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 18/06/2014 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 03 de junho de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 030/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 030/2014

MODALIDADE: Tomada de Preços PMG nº 033/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATADA: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, para a execução de pavimentação asfáltica das Ruas: José Romão Filho, Nicolau Costa e Nereu Ramos, numa extensão total de 450,00 metros, incluindo terraplenagem, Drenagem Pluvial, pavimentação asfáltica, sinalização viária e obras complementares, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Contrato de Repasse nº 2626.390.165-29/2012 - Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal/Município de Garuva, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha orçamentária e projetos anexos.

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias a partir da ordem de serviço

VALOR TOTAL: R\$ 362.692,44 (trezentos e sessenta e dois mil seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 04/06/2014

Extrato de Contrato PMG Nº 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 029/2014

MODALIDADE: Tomada de Preços PMG nº 032/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATADA: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, para a execução de pavimentação asfáltica da Rua Duque de Caxias, trecho entre a Avenida Celso Ramos e a Rua José Bonifácio, numa extensão de 382,00 metros, incluindo terraplenagem, pavimentação asfáltica, sinalização viária e obras complementares, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Contrato de Repasse nº 2626.386.164-32/2012 - Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal/Município de Garuva, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha orçamentária e projetos anexos.

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias a partir da ordem de serviço
VALOR TOTAL: R\$ 239.668,12 (duzentos e trinta e nove mil seiscentos e sessenta e oito reais e doze centavos)

DATA DE ASSINATURA: 04/06/2014

Gaspar

PREFEITURA

Edital de Notificação Nº 147



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1692/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AME9546	54828092E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
APN4711	54828124E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
AQQ4322	54828103E	5541/2	11/04/2014	181 * XVII
AVR0220	54828027E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII
BBC0313	54828143E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
BYF7495	54828045E	5541/2	11/04/2014	181 * XVII
CAV3599	54828025E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII
CQD6067	54827661E	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
DDM0119	8147005087	7463/0	02/04/2014	218 * II
DRT6737	54827749E	5541/2	27/03/2014	181 * XVII
HDT5324	54536733E	5541/1	22/04/2014	181 * XVII
HOW4963	54828175E	5541/2	19/04/2014	181 * XVII
IBP0251	54828154E	5541/2	16/04/2014	181 * XVII
JPF6151	54827664E	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
JPF6151	54827767E	5541/2	28/03/2014	181 * XVII
KLO6746	54828099E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
LUZ3000	54828162E	5541/2	16/04/2014	181 * XVII
LWY5630	54828173E	5541/2	19/04/2014	181 * XVII
MAN5224	54827724E	5541/2	26/03/2014	181 * XVII
MAU0001	54828035E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII
MBI9780	55591015D	5479/0	06/04/2014	181 * X
MBN3862	54828184E	5541/2	16/04/2014	181 * XVII
MBU6426	54827703E	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MCD5408	55591150D	7234/0	06/04/2014	250 * I * a
MEE7707	54827785E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
MET5883	54827698E	5541/2	25/03/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEY7428	54536749E	5835/0	28/04/2014	195
MFF5613	54827764E	5541/2	28/03/2014	181 * XVII
MFG4372	54828120E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MFO8399	54828031E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII
MGF0819	54828172E	5541/2	19/04/2014	181 * XVII
MGQ2158	8147005069	7455/0	25/03/2014	218 * I
MHP2537	54828107E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
MHW6034	54827719E	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MIJ4032	54827080E	5541/2	17/01/2014	181 * XVII
MIQ0650	54828088E	5541/2	11/04/2014	181 * XVII
MIW3858	54827662E	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MJC4877	8147005064	7455/0	25/03/2014	218 * I
MJD2385	8147005027	7455/0	13/03/2014	218 * I
MJX1390	54828129E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MJY5441	54827758E	5541/2	28/03/2014	181 * XVII
MKA6485	54536383E	5568/0	29/04/2014	181 * XIX
MKK5056	55117490C	7234/0	06/04/2014	250 * I * a
MKK5056	55117491C	5185/2	06/04/2014	167
MKP6717	55591619D	5878/0	03/05/2014	199
MKP6717	55591620D	5835/0	03/05/2014	195
MKP6717	55591621D	6297/0	03/05/2014	220 * IV
MKP6717	55591623D	5207/0	03/05/2014	169
MKP6717	55591626D	5819/1	03/05/2014	193
MKS1515	54828126E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MKV1832	54536374E	5991/0	04/04/2014	206 * I
MKW4570	54827903E	5541/2	05/04/2014	181 * XVII
MLP0047	54827769E	5541/2	27/03/2014	181 * XVII
MNK9159	54828060E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1693/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJE8875	54536497E	6920/0	10/03/2014	R\$ 127,69	233
AWW3006	55591052D	5274/1	15/03/2014	R\$ 191,53	175
BQQ9141	54536422E	6920/0	07/02/2014	R\$ 127,69	233
HNK3416	54536417E	6920/0	07/02/2014	R\$ 127,69	233
LXG6159	54536419E	6920/0	07/02/2014	R\$ 127,69	233
LZE5468	54536414E	6920/0	07/02/2014	R\$ 127,69	233
MAS2309	54536444E	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
MEC6302	54536437E	6920/0	13/02/2014	R\$ 127,69	233
MEW5598	55591285D	6637/2	18/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEW5598	55591286D	6637/2	18/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEX4357	54536439E	6920/0	13/02/2014	R\$ 127,69	233
MGY9966	54536068E	6920/0	11/12/2013	R\$ 127,69	233
MHA6984	55590715D	5010/0	08/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHX9490	54535657E	6599/2	20/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MID6050	55117472C	6599/2	12/02/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1694/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AWW3006	55591051D	5835/0	15/03/2014	R\$ 127,69	195
AWW3006	55591053D	5258/3	15/03/2014	R\$ 957,69	174
AWW3006	55591054D	5819/1	15/03/2014	R\$ 574,61	193
AWW3006	55591055D	5819/7	15/03/2014	R\$ 574,61	193
BRC6987	54827176E	5541/2	30/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CLB2454	54827226E	5541/2	05/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKS9466	54827254E	5541/2	10/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IQB2968	54535592E	5746/3	18/11/2013	R\$ 85,12	187 * I
LWT9481	55590801D	5185/1	20/01/2014	R\$ 127,69	167
LYA1208	55590023D	5835/0	05/12/2013	R\$ 127,69	195
MAR7874	54826850E	5541/2	06/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAU7076	55590105D	5185/1	18/03/2014	R\$ 127,69	167
MBT3923	54827268E	5541/2	11/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCE0782	55273700B	5185/1	13/12/2013	R\$ 127,69	167
MCS0227	54827261E	5541/2	11/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL6730	54827227E	5541/2	05/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU1639	54827221E	5541/2	05/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV3840	54827248E	5541/2	08/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV3840	54827386E	5541/2	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD5188	54535904E	5819/1	07/12/2013	R\$ 574,61	193
MGE5293	54826944E	5541/2	20/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX5558	54827013E	5541/2	08/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA2546	55590789D	5908/0	21/03/2014	R\$ 127,69	202 * I
MJF8307	54826869E	5541/2	09/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL8316	55590778D	5185/1	17/03/2014	R\$ 127,69	167
MKA5043	54826870E	5541/2	09/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKL7920	54826920E	5541/2	16/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMJ7800	54827086E	5541/2	18/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MUU2572	54827253E	5541/2	10/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1695/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IKV3221	54536764E	6920/0	07/05/2014	233
LXD4848	55591040D	5169/1	01/05/2014	165
LXH6751	55591209D	6610/1	10/04/2014	230 * VII
LXH6751	55591210D	5010/0	10/04/2014	162 * I
LXH6751	55591211D	6599/2	10/04/2014	230 * V
LYS8575	55591589D	6912/0	02/05/2014	232
LYS8575	55591616D	5010/0	02/05/2014	162 * I
LYS8575	55591617D	5061/0	02/05/2014	163 c/c 162 * I
LYS8575	55591618D	6599/2	02/05/2014	230 * V
MBD3094	55590111D	7340/0	15/04/2014	252 * IV
MBZ3407	55591215D	5169/1	04/05/2014	165
MDD0673	55591549D	6637/2	07/05/2014	230 * IX
MDJ8582	55591661D	5010/0	07/05/2014	162 * I
MDP8799	55591598D	5010/0	07/05/2014	162 * I
MDP8799	55591599D	5061/0	07/05/2014	163 c/c 162 * I
MDP8799	55591600D	6599/2	07/05/2014	230 * V
MEM0653	55591181D	5029/1	04/04/2014	162 * II
MJL0426	54536389E	6912/0	04/05/2014	232
MJL0426	54536390E	5053/1	04/05/2014	162 * VI
MJL0426	54536391E	5150/1	04/05/2014	164 c/c 162 * VI
MKM5102	54536714E	6920/0	11/04/2014	233
MLC7362	54536767E	6920/0	06/05/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1696/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKF7145	54827808E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
AMI5980	54827787E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
COB4152	54828001E	5541/2	09/04/2014	181 * XVII
CQD6984	54536623E	5541/6	07/04/2014	181 * XVII
CVB2822	54536829E	5541/2	02/05/2014	181 * XVII
DIN7938	8147005023	7463/0	13/03/2014	218 * II
DQI6449	54827788E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
DTB9546	54827914E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
GLH8269	54827878E	5541/2	04/04/2014	181 * XVII
HBFO855	54827919E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
HDT5324	54536801E	5541/3	29/04/2014	181 * XVII
HLP7486	54828280E	5541/2	26/04/2014	181 * XVII
JLU9955	54828122E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
LUZ3000	54828309E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
LWT6569	54828203E	5541/2	22/04/2014	181 * XVII
LWV3473	54828004E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII
LXG7946	54828320E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
LXH5478	54828313E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
LXK3038	54828169E	5541/2	19/04/2014	181 * XVII
LXL9500	55590993D	6050/1	13/04/2014	208
LYP4432	54828211E	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
MAC5199	54828067E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
MAQ0046	54827782E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
MBL0669	54536708E	5908/0	14/04/2014	202 * I
MBP0593	54828359E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
MBP8361	54828295E	5541/2	26/04/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBU8106	54828285E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
MCB2535	54827632E	5541/2	14/03/2014	181 * XVII
MCB8428	54827795E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
MCN3334	54828283E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
MDA8755	54828342E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
MDO8426	54828206E	5541/2	22/04/2014	181 * XVII
MDP3632	54536273E	5541/6	07/04/2014	181 * XVII
MDW7038	54828225E	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
MEB8800	54827930E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
MEJ4443	54828290E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
MER9654	54828294E	5541/2	26/04/2014	181 * XVII
MFE3414	54827802E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
MFM0163	54536862E	6122/0	07/05/2014	214 * I
MFP4841	54827838E	5541/2	01/04/2014	181 * XVII
MFV5676	54828331E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
MGC6310	54828269E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
MGP1916	54828229E	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
MGQ9194	54827709E	5541/2	26/03/2014	181 * XVII
MHC8133	54828345E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
MHP4093	54827828E	5541/2	01/04/2014	181 * XVII
MIA6978	54536656E	5967/0	08/04/2014	203 * V
MIC2957	54827807E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
MIC8687	54536298E	5541/6	28/04/2014	181 * XVII
MIR0990	54536624E	5541/1	07/04/2014	181 * XVII
MIR5400	55591197D	5193/0	12/04/2014	168
MIW8138	54828125E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MIX3271	54828119E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MJF8307	54827849E	5541/2	02/04/2014	181 * XVII
MJL0426	54536387E	5819/7	04/05/2014	193
MJL0426	54536392E	5185/1	04/05/2014	167
MKO4211	54828355E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
MKP5723	54827810E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
MKS0012	54536707E	5541/1	14/04/2014	181 * XVII
MLO3945	55590809D	5819/7	07/05/2014	193
NFI0942	55591361D	5185/1	11/04/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1697/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAZ4029	54536208E	6920/0	20/12/2013	R\$ 127,69	233
MBC2535	54536577E	6920/0	21/03/2014	R\$ 127,69	233
MCD4539	54536083E	6920/0	19/12/2013	R\$ 127,69	233
MDL2882	55590670D	5010/0	23/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDL2882	55590671D	6912/0	23/02/2014	R\$ 53,20	232
MDY1968	54536572E	6920/0	25/03/2014	R\$ 127,69	233
MEP5149	55590031D	5010/0	29/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFP6714	54536096E	6920/0	16/12/2013	R\$ 127,69	233
MGG3473	55590742D	5274/1	19/02/2014	R\$ 191,53	175
MIN2614	54536564E	5045/0	21/03/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1698/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JNP3253	54827206E	5541/2	01/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGG3473	55590741D	5835/0	19/02/2014	R\$ 127,69	195
MHF0517	54827478E	5541/2	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN2542	54827011E	5541/2	08/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO9597	54534558E	5185/1	30/07/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1699/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABZ8276	55591371D	5010/0	10/05/2014	162 * I
ABZ8276	55591372D	5061/0	10/05/2014	163 c/c 162 * I
AJA4075	55590350D	6912/0	12/05/2014	232
IBT7841	55591366D	6599/2	10/05/2014	230 * V
IBT7841	55591369D	5029/2	10/05/2014	162 * II
IBT7841	55591370D	6637/2	10/05/2014	230 * IX
LYK2284	55591667D	5274/1	19/05/2014	175
LYO3405	55591562D	6912/0	24/04/2014	232
MAP3291	54536713E	6920/0	11/04/2014	233
MBB9635	54536781E	6920/0	14/05/2014	233
MBF2359	54536631E	6599/2	08/04/2014	230 * V
MDY1968	54536902E	6408/0	13/05/2014	221
MDY2138	54536786E	6920/0	09/05/2014	233
MGL6267	55591631D	7340/0	19/05/2014	252 * IV
MKJ9614	55591458D	5010/0	20/05/2014	162 * I
MKJ9614	55591459D	5118/0	20/05/2014	164 c/c 162 * I
MKJ9614	55591460D	6912/0	20/05/2014	232
MKJ9614	55591461D	6610/1	20/05/2014	230 * VII
MKJ9614	55591462D	6408/0	20/05/2014	221
MKJ9614	55591463D	6556/1	20/05/2014	230 * I
MML2910	54536789E	6920/0	09/05/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1700/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGC1071	54827979E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
AIZ0401	54828356E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
ANF7041	54828498E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
APC9013	54828438E	5541/2	05/05/2014	181 * XVII
ATZ1998	54828576E	5541/2	08/05/2014	181 * XVII
ATZ1998	55591455D	5185/1	19/05/2014	167
AVB4113	54828499E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
CRH8594	54828364E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
CVB2822	54828391E	5541/2	02/05/2014	181 * XVII
CVB2822	54828393E	5541/2	02/05/2014	181 * XVII
DNS8353	54828414E	5541/2	03/05/2014	181 * XVII
DQL3763	54828249E	5541/2	24/04/2014	181 * XVII
DUF1441	54828563E	5541/2	08/05/2014	181 * XVII
HDT5324	54828226E	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
HDT5324	54828324E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
HMC2078	54827922E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
IDT0844	54828447E	5541/2	05/05/2014	181 * XVII
IDT0844	54828456E	5541/2	05/05/2014	181 * XVII
IMD2384	54827974E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
KKJ7866	54828381E	5541/2	30/04/2014	181 * XVII
LXA5555	55591046D	5185/1	15/05/2014	167
LXF5193	54828417E	5541/2	03/05/2014	181 * XVII
LXH4127	54828349E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
LYN9422	54828485E	5541/2	07/05/2014	181 * XVII
LZO0011	54827798E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
LZO0011	54827800E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZO0011	54827819E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
LZW0139	54827884E	5541/2	05/04/2014	181 * XVII
LZW4194	54827911E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
MAP3790	54827926E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
MAP3790	54827977E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
MAS8487	54828264E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
MBI6881	54828455E	5541/2	05/05/2014	181 * XVII
MBS7200	54828350E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
MCH2068	54828363E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
MCQ2071	54828471E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
MCS8609	54828496E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
MCT0422	54828587E	5541/2	08/05/2014	181 * XVII
MDA8755	54828486E	5541/2	07/05/2014	181 * XVII
MDK1430	54828449E	5541/2	05/05/2014	181 * XVII
MDY1968	54536903E	5541/1	13/05/2014	181 * XVII
MEE9834	54828446E	5541/2	05/05/2014	181 * XVII
MET8498	54828582E	5541/2	08/05/2014	181 * XVII
MEZ8038	54827927E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
MFG0407	54828375E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
MFG5118	54828405E	5541/2	02/05/2014	181 * XVII
MFH2765	54827984E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
MGC1798	54828337E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
MGH2030	54828358E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
MGL1721	54828332E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
MGT2220	54828450E	5541/2	05/05/2014	181 * XVII
MGY9349	54828571E	5541/2	08/05/2014	181 * XVII
MHM1775	54828367E	5541/2	29/04/2014	181 * XVII
MHT8207	54828515E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
MID6797	54828191E	5541/2	22/04/2014	181 * XVII
MIO9722	55591077D	6084/1	16/04/2014	211
MJR2526	55591751D	5835/0	17/05/2014	195
MJR2526	55591752D	5207/0	17/05/2014	169
MJY2626	54828397E	5541/2	02/05/2014	181 * XVII
MKA3794	54828464E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
MKA3794	54828491E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
MLI3540	55591554D	5185/1	16/04/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1701/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABX6476	54536613E	6920/0	26/03/2014	R\$ 127,69	233
AEO1999	54536598E	6920/0	28/03/2014	R\$ 127,69	233
AGR8011	55590646D	6912/0	05/03/2014	R\$ 53,20	232
BCJ0068	55590653D	6599/2	20/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
BCJ0068	55590654D	6912/0	20/12/2013	R\$ 53,20	232
BUW7602	55590736D	6599/2	13/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
BUW7602	55590737D	6912/0	13/02/2014	R\$ 53,20	232
LXN8952	55591188D	6912/0	06/04/2014	R\$ 53,20	232
LYL0430	55590442D	5010/0	01/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYL0430	55590443D	6599/2	01/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYL0430	55590444D	6610/1	01/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LYL0430	55590445D	6556/2	01/03/2014	R\$ 191,53	230 * I
LZI8517	54536224E	6920/0	23/12/2013	R\$ 127,69	233
LZT8007	54535689E	5010/0	18/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZT8007	54535690E	6599/2	18/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZW8704	55590678D	6912/0	05/03/2014	R\$ 53,20	232
LZW8704	55590679D	6599/2	05/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZW8704	55590680D	5045/0	05/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAB5614	55590672D	6599/2	23/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAY3546	55591137D	7340/0	01/04/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MAY3546	55591138D	6408/0	01/04/2014	R\$ 85,12	221
MBY5057	55590446D	5045/0	03/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBY5057	55590447D	6637/2	03/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBY5057	55590448D	6408/0	03/03/2014	R\$ 85,12	221
MBY5057	55590449D	6637/2	03/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBY5057	55590450D	6726/1	03/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCK9629	55117475C	6599/2	09/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDG2215	54536469E	6920/0	06/03/2014	R\$ 127,69	233
MEG0719	55590879D	5010/0	08/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEG0719	55590880D	5061/0	08/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEJ8637	55590666D	5010/0	23/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEJ8637	55590667D	6912/0	23/02/2014	R\$ 53,20	232
MEJ8637	55590668D	6599/2	23/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEJ8637	55590669D	6408/0	23/02/2014	R\$ 85,12	221
MEX7955	55590044D	6599/2	06/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEX7955	55590046D	6912/0	06/02/2014	R\$ 53,20	232
MFA8640	54536484E	6599/2	11/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFD5305	54536478E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MFL3368	55590608D	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFL3368	55590610D	7340/0	01/02/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MGO5959	55590512D	5010/0	03/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGO5959	55590513D	5061/0	03/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGO5959	55590514D	6912/0	03/03/2014	R\$ 53,20	232
MGV0268	54536471E	6920/0	05/03/2014	R\$ 127,69	233
MGX3457	54536457E	6920/0	21/02/2014	R\$ 127,69	233
MGY0720	54536605E	6920/0	28/03/2014	R\$ 127,69	233
MHB9394	55590964D	5169/1	10/03/2014	R\$ 1.915,38	165
MHB9394	55590965D	5010/0	10/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHB9394	55590966D	6599/2	10/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHD6717	54536456E	6920/0	21/02/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1702/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGR8011	55590644D	7234/0	05/03/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
AGR8011	55590645D	5185/1	05/03/2014	R\$ 127,69	167
AIM4067	54536466E	5568/0	01/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
BQD9710	55590971D	7234/0	13/03/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
CJP8800	54827297E	5541/2	19/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DTB4359	54827338E	5541/2	28/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DTB4359	54827345E	5541/2	01/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LUZ3000	54827536E	5541/2	21/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXG8956	54827277E	5541/2	13/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZT8669	54536461E	5541/1	26/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAB5614	55590673D	7048/1	23/02/2014	R\$ 191,53	244 * II
MAL6501	54827631E	5541/2	24/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAY3546	55591136D	5835/0	01/04/2014	R\$ 127,69	195
MBC2535	54827315E	5541/2	24/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN3862	54827308E	5541/2	22/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ5971	54827323E	5541/2	25/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI8145	54827311E	5541/2	24/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDO3107	55590642D	7234/0	01/03/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MDO4253	54827307E	5541/2	21/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI6267	54827128E	5541/2	23/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEO7660	8147005014	7463/0	13/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MER0347	54535698E	5460/0	07/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MEV2998	55589162D	5967/0	13/03/2014	R\$ 191,53	203 * V
MFA8076	8147005082	7455/0	02/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL3368	55590607D	5835/0	01/02/2014	R\$ 127,69	195
MFL3368	55590609D	5185/1	01/02/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFL6339	54827186E	5541/2	31/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC6310	54827071E	5541/2	17/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF7993	55590963D	5819/7	08/03/2014	R\$ 574,61	193
MHA9747	54827329E	5541/2	26/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB9394	55590967D	5835/0	10/03/2014	R\$ 127,69	195
MHF2366	54536262E	5746/3	08/03/2014	R\$ 85,12	187 * I
MHT8207	54827321E	5541/2	25/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA4986	54827203E	5541/2	01/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK8447	55590049D	5185/1	31/03/2014	R\$ 127,69	167
MJS2649	54536369E	6041/2	13/02/2014	R\$ 127,69	207
MJY5926	54827587E	5541/2	20/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY6175	54827543E	5541/2	20/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKU5600	55590683D	5541/5	13/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW5771	55590516D	5185/1	07/03/2014	R\$ 127,69	167
MLV4441	54826904E	5541/2	13/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMJ0593	54826785E	5541/2	28/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 872/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGL8645	8590061603	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGL9513	8590061319	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIA3096	8590058999	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
BFK0929	8590062115	7463/0	06/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
CPA6895	8590061034	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
DJF9776	8590062480	7455/0	12/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DKR3117	8590062008	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DZA3498	8590062276	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
FAU8877	8590061917	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
HBM1238	8590061934	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
HLI4506	8590062060	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ILX4463	8590062474	7455/0	12/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
IMC8759	8590060271	7455/0	08/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
INH0240	8590059900	7455/0	01/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
JQA1992	8590062335	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
KKB1630	8590062304	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWW1801	8590057870	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA9576	8590058680	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXG5658	8590062296	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZC7511	8590061544	7455/0	28/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZD1713	8590061853	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZJ8624	8590062162	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZP6854	8590059146	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZV4005	8590058843	7455/0	17/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZY0010	8590062428	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAC9818	8590062457	7455/0	12/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAI2752	8590061890	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAK7700	8590061708	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL5588	8590061952	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAN5224	8590062180	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBC0857	8590061893	7463/0	02/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBC0857	8590062063	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBP0421	8590062119	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCA2416	8590062447	7463/0	11/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCA2416	8590062479	7471/0	12/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
MCA8106	8590061619	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCO5239	8590062159	7463/0	07/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDH2870	8590062129	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP0386	8590062123	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF6290	8590062269	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MES2169	8590058358	7455/0	08/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFE9640	8590062356	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFI0457	8590061750	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM5350	8590063649	7455/0	13/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM5930	8590062036	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR8816	8590063421	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC4418	8590062336	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGM2960	8590062200	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU5608	8590061793	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG9459	8590061769	7463/0	01/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHL0176	8590058886	7455/0	18/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHO2522	8590061612	7463/0	29/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHO2522	8590061983	7463/0	04/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHT8207	8590062400	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHT9119	8590062007	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN5487	8590062281	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIO4920	8590060315	7455/0	09/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIR8044	8590062349	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV4085	8590061864	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA5875	8590058805	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJG5014	8590062059	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ4110	8590061870	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ4110	8590061904	7463/0	02/02/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJU5030	8590061880	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW0751	8590061948	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJY2742	8590061834	7463/0	02/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKN7139	8590058821	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
NAN2925	8590062888	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
NHQ4047	8590058056	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
NKI5660	8590062383	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 873/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAV0378	8590065193	7455/0	19/04/2014	218 * I
ACC1331	8590065239	7455/0	20/04/2014	218 * I
AHF4554	8590064966	7455/0	13/04/2014	218 * I
AHF4554	8590064984	7463/0	13/04/2014	218 * II
AHF4554	8590064994	7455/0	13/04/2014	218 * I
AHR1404	8590065297	7455/0	26/04/2014	218 * I
AHR1404	8590065324	7455/0	26/04/2014	218 * I
AIS1033	8590065343	7455/0	27/04/2014	218 * I
AJP0446	8590065149	7455/0	18/04/2014	218 * I
AJS6124	8590064935	7455/0	10/04/2014	218 * I
ALN1303	8590065339	7455/0	27/04/2014	218 * I
AND0424	8590065386	7455/0	21/04/2014	218 * I
APQ2765	8590065066	7455/0	16/04/2014	218 * I
APQ2765	8590065074	7455/0	16/04/2014	218 * I
APT6262	8590065154	7455/0	18/04/2014	218 * I
ASD9597	8590065325	7455/0	26/04/2014	218 * I
ATZ1998	8590065652	7455/0	28/04/2014	218 * I
AUG3877	8590065263	7455/0	25/04/2014	218 * I
BAL2212	8590065367	7455/0	21/04/2014	218 * I
BBC0313	8590065657	7455/0	28/04/2014	218 * I
BHL4684	8590065399	7455/0	22/04/2014	218 * I
BRC6987	8590065281	7455/0	25/04/2014	218 * I
CQC6220	8590065322	7455/0	26/04/2014	218 * I
CWP9192	8590064643	7455/0	04/04/2014	218 * I
DFH3191	8590065162	7455/0	18/04/2014	218 * I
DRA1619	8590065379	7455/0	21/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DWQ2010	8590064630	7455/0	04/04/2014	218 * I
DWQ2010	8590064716	7455/0	06/04/2014	218 * I
ETP7129	8590065496	7463/0	29/04/2014	218 * II
HEI3284	8590065018	7455/0	14/04/2014	218 * I
HGG3650	8590065257	7455/0	20/04/2014	218 * I
HNF7781	8590065358	7455/0	21/04/2014	218 * I
IPE4260	8590065013	7455/0	14/04/2014	218 * I
IPE4260	8590065059	7463/0	16/04/2014	218 * II
ITA1627	8590064784	7455/0	07/04/2014	218 * I
ITA1627	8590064792	7455/0	07/04/2014	218 * I
JOL7853	8590065244	7455/0	20/04/2014	218 * I
JVN6058	8590065484	7455/0	29/04/2014	218 * I
KPS2319	8590065100	7455/0	17/04/2014	218 * I
LWX4064	8590065155	7455/0	18/04/2014	218 * I
LXG5918	8590065366	7455/0	21/04/2014	218 * I
LXT0345	8590065429	7455/0	24/04/2014	218 * I
LYC2897	8590065436	7455/0	24/04/2014	218 * I
LYW7490	8590064441	7463/0	29/03/2014	218 * II
LZC2502	8590065110	7455/0	18/04/2014	218 * I
LZC2980	8590065106	7455/0	17/04/2014	218 * I
LZG5422	8590065493	7455/0	29/04/2014	218 * I
LZU0812	8590065430	7455/0	24/04/2014	218 * I
MAC5199	8590065240	7455/0	20/04/2014	218 * I
MAE2747	8590065450	7455/0	27/04/2014	218 * I
MAH5087	8590065030	7455/0	14/04/2014	218 * I
MAH5087	8590065039	7455/0	14/04/2014	218 * I
MAN7951	8590065368	7463/0	21/04/2014	218 * II
MBI7177	8590065131	7455/0	18/04/2014	218 * I
MBO5593	8590065222	7455/0	20/04/2014	218 * I
MBT0644	8590065645	7455/0	03/05/2014	218 * I
MCF8123	8590063938	7455/0	18/03/2014	218 * I
MCG1185	8590065390	7455/0	21/04/2014	218 * I
MCG5218	8590065231	7463/0	20/04/2014	218 * II
MCG8658	8590065581	7455/0	02/05/2014	218 * I
MCL0565	8590065086	7455/0	17/04/2014	218 * I
MCR7809	8590065323	7455/0	26/04/2014	218 * I
MCX6312	8590064644	7463/0	04/04/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDC9751	8590064815	7463/0	08/04/2014	218 * II
MDC9751	8590064916	7455/0	12/04/2014	218 * I
MDM0642	8590065419	7455/0	23/04/2014	218 * I
MDM0642	8590065426	7455/0	23/04/2014	218 * I
MEB2306	8590065172	7455/0	19/04/2014	218 * I
MEH4685	8590065455	7455/0	27/04/2014	218 * I
MEQ0672	8590065488	7455/0	29/04/2014	218 * I
MER1676	8590064594	7455/0	03/04/2014	218 * I
MEV4956	8590064667	7455/0	05/04/2014	218 * I
MFP4812	8590065241	7463/0	20/04/2014	218 * II
MFP7984	8590064712	7455/0	06/04/2014	218 * I
MFQ4953	8590065321	7455/0	26/04/2014	218 * I
MFU0164	8590065463	7455/0	27/04/2014	218 * I
MFV5776	8590064710	7455/0	06/04/2014	218 * I
MFW8866	8590065428	7455/0	23/04/2014	218 * I
MGK5510	8590065307	7455/0	26/04/2014	218 * I
MGK5510	8590065351	7455/0	27/04/2014	218 * I
MGL5468	8590065302	7463/0	26/04/2014	218 * II
MGM2958	8590065360	7455/0	21/04/2014	218 * I
MGR0007	8590064693	7455/0	05/04/2014	218 * I
MHC0595	8590065624	7455/0	03/05/2014	218 * I
MHF7888	8590065152	7463/0	18/04/2014	218 * II
MHI3448	8590064749	7455/0	06/04/2014	218 * I
MHK2351	8590065424	7455/0	23/04/2014	218 * I
MHL9057	8590065186	7455/0	19/04/2014	218 * I
MHM7205	8590065397	7455/0	21/04/2014	218 * I
MHM9647	8590065523	7455/0	01/05/2014	218 * I
MHO1306	8590065056	7463/0	16/04/2014	218 * II
MHP3428	8590065090	7455/0	17/04/2014	218 * I
MHW1676	8590065449	7455/0	27/04/2014	218 * I
MHW8706	8590064796	7471/0	07/04/2014	218 * III
MII4188	8590065259	7455/0	20/04/2014	218 * I
MIO8296	8590064536	7455/0	01/04/2014	218 * I
MIP1681	8590065446	7463/0	27/04/2014	218 * II
MIS1789	8590065119	7455/0	18/04/2014	218 * I
MIS9233	8590065167	7455/0	19/04/2014	218 * I
MJS1557	8590065422	7455/0	23/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJT8352	8590064262	7455/0	25/03/2014	218 * I
MKC2888	8590065398	7455/0	22/04/2014	218 * I
MKF2003	8590065407	7455/0	22/04/2014	218 * I
MKN0420	8590064210	7463/0	23/03/2014	218 * II
MKX5671	8590065212	7455/0	19/04/2014	218 * I
MLB8429	8590065364	7463/0	21/04/2014	218 * II
MLK6413	8590065224	7455/0	20/04/2014	218 * I
MLQ0860	8590064626	7455/0	04/04/2014	218 * I
MLQ9301	8590065282	7463/0	25/04/2014	218 * II
MMB1233	8590064758	7455/0	06/04/2014	218 * I
MMF8130	8590064300	7455/0	26/03/2014	218 * I
MTH5008	8590065121	7463/0	18/04/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 874/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARQ3694	8590061610	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AYY1421	8590061752	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
BBB8561	8590062866	7463/0	21/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
DFG5835	8590063414	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DLL1700	8590062242	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DTW8171	8590061221	7455/0	23/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
HLH2395	8590062597	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
IGX5757	8590059376	7455/0	26/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IOQ4593	8590058878	7455/0	18/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IRA5742	8590062740	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ISY1308	8590062098	7463/0	06/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
ISY1308	8590062170	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
JKT7534	8590059334	7455/0	26/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
JQC4898	8590058648	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
KWI3084	8590059960	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWZ4354	8590059240	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZF6108	8590059619	7463/0	28/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZS0493	8590062520	7463/0	13/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAK8687	8590060975	7463/0	19/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAX2305	8590063900	7455/0	17/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBN8470	8590059207	7463/0	23/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MBQ0366	8590061354	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBR7827	8590064102	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBW6764	8590059340	7463/0	26/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCH7365	8590062610	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCJ7599	8590063528	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDA9834	8590064004	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDE1930	8590061436	7463/0	27/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDU0241	8590061642	7455/0	30/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDU0241	8590061716	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE9692	8590062046	7463/0	05/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEK3038	8590063748	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM7591	8590062710	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP4240	8590061885	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ8905	8590061341	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM3056	8590061327	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGN0440	8590061988	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGP6695	8590062071	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGP6695	8590062081	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL7766	8590062525	7463/0	13/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHL7766	8590062544	7455/0	13/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHS8712	8590063437	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA5081	8590059684	7463/0	29/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MID2370	8590063943	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW3384	8590062026	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW2501	8590064044	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX1469	8590059361	7455/0	26/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKA7188	8590061531	7463/0	28/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKG4615	8590063512	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI0708	8590061995	7471/0	04/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
MKN5183	8590062664	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO8815	8590058046	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKY3255	8590062530	7463/0	13/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLB5283	8590059291	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMA2102	8590062165	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MVX1546	8590063238	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
OYA7707	8590060638	7463/0	14/01/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 875/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW0789	8590065668	7455/0	30/04/2014	218 * I
ABF9495	8590065774	7455/0	07/05/2014	218 * I
ADW8551	8590065739	7463/0	04/05/2014	218 * II
AJN8729	8590064950	7455/0	13/04/2014	218 * I
AQW1243	8590064952	7455/0	13/04/2014	218 * I
ATK8247	8590064965	7463/0	13/04/2014	218 * II
AWD6119	8590065497	7455/0	29/04/2014	218 * I
BOR4243	8590065504	7455/0	29/04/2014	218 * I
BPK3019	8590065853	7455/0	09/05/2014	218 * I
CNE7373	8590065207	7455/0	19/04/2014	218 * I
CNW8692	8590064770	7455/0	06/04/2014	218 * I
DJG7357	8590065468	7455/0	05/05/2014	218 * I
DRP7851	8590065689	7463/0	04/05/2014	218 * II
DST5114	8590065614	7455/0	03/05/2014	218 * I
EIX4463	8590065924	7455/0	11/05/2014	218 * I
IEU8173	8590065666	7455/0	30/04/2014	218 * I
IEU8173	8590065677	7455/0	30/04/2014	218 * I
INN0264	8590065829	7463/0	09/05/2014	218 * II
JOD2576	8590065634	7455/0	03/05/2014	218 * I
KVP6338	8590065361	7463/0	21/04/2014	218 * II
LXD7199	8590065769	7455/0	07/05/2014	218 * I
LXD7199	8590065897	7455/0	10/05/2014	218 * I
LYE5567	8590065878	7455/0	10/05/2014	218 * I
LYV1758	8590064877	7455/0	11/04/2014	218 * I
LZO5313	8590065552	7455/0	01/05/2014	218 * I
LZQ2760	8590065675	7463/0	30/04/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAJ9738	8590065885	7455/0	10/05/2014	218 * I
MAT8145	8590065873	7455/0	10/05/2014	218 * I
MAY7239	8590065667	7455/0	30/04/2014	218 * I
MBC8762	8590065548	7463/0	01/05/2014	218 * II
MBF6239	8590065875	7455/0	10/05/2014	218 * I
MBJ7593	8590065898	7455/0	10/05/2014	218 * I
MCL7048	8590065894	7455/0	10/05/2014	218 * I
MCQ0158	8590065564	7455/0	02/05/2014	218 * I
MCR4513	8590064763	7455/0	06/04/2014	218 * I
MDC8765	8590064889	7455/0	11/04/2014	218 * I
MDT5204	8590065765	7455/0	06/05/2014	218 * I
MDT5215	8590064890	7455/0	11/04/2014	218 * I
MDW2110	8590064898	7455/0	12/04/2014	218 * I
MEB9081	8590065587	7455/0	02/05/2014	218 * I
MEE2882	8590065832	7455/0	09/05/2014	218 * I
MEF8194	8590064918	7463/0	12/04/2014	218 * II
MEJ7097	8590065821	7455/0	08/05/2014	218 * I
MEN5741	8590065679	7455/0	30/04/2014	218 * I
MEW7582	8590064900	7455/0	12/04/2014	218 * I
MEW9846	8590065539	7455/0	01/05/2014	218 * I
MFB5058	8590064622	7455/0	04/04/2014	218 * I
MFB8040	8590065858	7455/0	10/05/2014	218 * I
MFD0765	8590065482	7455/0	29/04/2014	218 * I
MFD9107	8590065473	7455/0	05/05/2014	218 * I
MFJ0967	8590065723	7455/0	04/05/2014	218 * I
MFK0085	8590065798	7455/0	08/05/2014	218 * I
MFL0346	8590065781	7463/0	07/05/2014	218 * II
MFY4382	8590065933	7455/0	11/05/2014	218 * I
MGC6969	8590065698	7463/0	04/05/2014	218 * II
MGE8514	8590064309	7455/0	26/03/2014	218 * I
MGH9278	8590064847	7455/0	10/04/2014	218 * I
MGI6646	8590064856	7455/0	10/04/2014	218 * I
MGP7866	8590065576	7455/0	02/05/2014	218 * I
MGU7272	8590064822	7455/0	08/04/2014	218 * I
MGV1105	8590064778	7455/0	06/04/2014	218 * I
MGW0892	8590065839	7455/0	09/05/2014	218 * I
MGX3607	8590065655	7455/0	28/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGX4234	8590065785	7455/0	07/05/2014	218 * I
MHE8858	8590064706	7455/0	05/04/2014	218 * I
MHP5914	8590065896	7455/0	10/05/2014	218 * I
MHP7717	8590064646	7455/0	04/04/2014	218 * I
MIO1084	8590065138	7463/0	18/04/2014	218 * II
MIS6880	8590065871	7455/0	10/05/2014	218 * I
MIW1078	8590065620	7455/0	03/05/2014	218 * I
MJI4203	8590065513	7455/0	29/04/2014	218 * I
MJL5109	8590065491	7463/0	29/04/2014	218 * II
MJS4887	8590063851	7455/0	16/03/2014	218 * I
MKC8596	8590065534	7455/0	01/05/2014	218 * I
MKD3952	8590064839	7455/0	09/04/2014	218 * I
MKK8200	8590064828	7463/0	09/04/2014	218 * II
MKM1054	8590065777	7455/0	07/05/2014	218 * I
MLJ3951	8590065792	7455/0	07/05/2014	218 * I
MLN5078	8590064926	7455/0	08/04/2014	218 * I
MLP9336	8590064449	7463/0	29/03/2014	218 * II
MLQ0760	8590065670	7455/0	30/04/2014	218 * I
MLV8139	8590065665	7455/0	30/04/2014	218 * I
MMJ8042	8590065778	7463/0	07/05/2014	218 * II
MTY2616	8590065574	7455/0	02/05/2014	218 * I
NRY6871	8590065715	7463/0	04/05/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 876/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACL3481	8590062643	7463/0	15/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
ADU2146	8590063205	7463/0	02/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
AEB4700	8590060362	7455/0	10/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AET9292	8590061730	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIS1033	8590062153	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIS1033	8590062459	7455/0	12/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALC7341	8590061807	7463/0	01/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
AOE3010	8590061217	7455/0	23/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOI0201	8590060567	7463/0	13/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
AOL4459	8590060970	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AQM2798	8590062067	7463/0	05/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
ARH1328	8590062267	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARW6521	8590062920	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUQ2592	8590062516	7455/0	13/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVB4113	8590060484	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXJ0659	8590064124	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AYY1421	8590061767	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
BDR0009	8590062719	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
BHE4577	8590063279	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
BHE4577	8590063301	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
BOC6543	8590062829	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
BOC6543	8590062931	7463/0	23/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
BYB8377	8590061239	7455/0	23/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
BYF7495	8590063249	7463/0	02/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
BZC2381	8590059045	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
CKM8265	8590060633	7463/0	14/01/2014	R\$ 127,69	218 * II

1 / 7

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CME3013	8590064404	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CNA3406	8590062488	7463/0	12/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
CPZ5657	8590061315	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
CPZ5657	8590061403	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
CVS5955	8590063012	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DAS7517	8590060853	7455/0	18/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
DER9359	8590062708	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DID2303	8590062640	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DIF3277	8590060065	7455/0	03/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
DKO9778	8590063613	7463/0	11/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
DKS5526	8590062923	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DRA1973	8590063230	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DUF1441	8590063198	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DYF5588	8590062790	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ENK5445	8590062932	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
EPI5225	8590063798	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
HMC3027	8590062761	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
HOI6736	8590062797	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
HTA5813	8590059308	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IAV3890	8590059690	7455/0	29/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IAV3890	8590059742	7455/0	29/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
ILA6567	8590063244	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IOC1670	8590060042	7463/0	03/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
IOV6864	8590063034	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
JKU9857	8590061375	7463/0	26/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
JKU9857	8590061392	7463/0	26/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
JKU9857	8590061394	7463/0	26/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
JLV8551	8590062324	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
KDD8111	8590063125	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
KMP5637	8590062382	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
KMQ9603	8590062872	7463/0	22/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LSJ2054	8590063080	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWK7062	8590062875	7463/0	22/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LWV1124	8590064295	7455/0	26/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXJ1649	8590063302	7463/0	03/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXK0676	8590062632	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYA6711	8590062727	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYD3448	8590062904	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYE4588	8590062554	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYG9813	8590060306	7455/0	09/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYJ6512	8590062602	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYL8494	8590059141	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYN7199	8590062375	7463/0	10/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYP9359	8590061088	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYS9632	8590061195	7463/0	22/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYX5962	8590062206	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA2330	8590062633	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZD2057	8590063100	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZG5422	8590062218	7463/0	08/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZG5422	8590062234	7463/0	08/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZG5422	8590062284	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZU8651	8590062025	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZX9017	8590060519	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAB7622	8590063194	7463/0	01/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAB7622	8590063195	7463/0	01/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAC1223	8590062881	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAH2480	8590062101	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAK7700	8590063323	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAO4733	8590062804	7463/0	21/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAR1161	8590062806	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBA2368	8590060874	7463/0	18/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBC0857	8590062102	7463/0	06/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBD8436	8590060161	7455/0	06/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBI7768	8590062673	7463/0	16/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBJ1327	8590061106	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL5263	8590061621	7463/0	30/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBR6297	8590059694	7463/0	29/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MBU3287	8590063102	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBY5849	8590063594	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCC4890	8590062662	7463/0	16/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCC4890	8590062680	7463/0	16/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCG1185	8590062570	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI8973	8590062439	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI9469	8590062745	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCT6668	8590063330	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCX4901	8590062079	7463/0	06/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCY6782	8590061402	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCZ8083	8590062147	7463/0	07/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDD0274	8590063099	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDL0010	8590062625	7471/0	15/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
MDN6681	8590059352	7463/0	26/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDO9314	8590059025	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDO9314	8590059031	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDQ0161	8590060003	7455/0	04/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ0161	8590060037	7455/0	04/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ8389	8590063272	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDS2789	8590062283	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDY2138	8590061493	7463/0	28/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MED0149	8590060145	7455/0	06/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEG3852	8590063043	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEH5497	8590062198	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM9550	8590062784	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN5247	8590062722	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ1794	8590059397	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEQ8905	8590061324	7463/0	25/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MES0456	8590061556	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MES6598	8590063190	7463/0	01/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MET4642	8590062879	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU3854	8590062545	7455/0	13/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU3854	8590062776	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU3854	8590062858	7463/0	21/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEU3854	8590063098	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEV4442	8590062380	7463/0	10/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFB9355	8590063227	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFF0086	8590062778	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFF5124	8590063327	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL3368	8590060940	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFQ0843	8590062209	7463/0	08/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFT1278	8590059320	7455/0	26/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFT1744	8590062753	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFY7394	8590063224	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFY8367	8590063233	7463/0	02/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFZ2823	8590063069	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC8819	8590062971	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGE0627	8590061852	7471/0	02/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
MGH2213	8590062989	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ4312	8590062661	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGN4240	8590062657	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGO7939	8590063072	7463/0	26/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHF3406	8590062649	7463/0	15/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHG2051	8590062557	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI2703	8590062566	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL0176	8590059136	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHN3278	8590062430	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHO2522	8590062791	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHQ0077	8590062533	7455/0	13/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHR6622	8590063030	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHT8207	8590062967	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU1229	8590060809	7455/0	17/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV6136	8590062225	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHW8869	8590060237	7463/0	08/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHX5049	8590062717	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ1381	8590063231	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIG0092	8590063157	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIK5360	8590062802	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL3197	8590063033	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO7402	8590059804	7455/0	30/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIP3236	8590063011	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIP6187	8590061737	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIR8403	8590059897	7463/0	01/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIY7454	8590063258	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ1532	8590062628	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJB2585	8590059075	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJH1630	8590062803	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ8540	8590061683	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN5599	8590062831	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP9584	8590063097	7463/0	27/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJQ4110	8590062257	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJQ4110	8590062333	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ4110	8590062361	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJS6485	8590062988	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT3185	8590063053	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU2449	8590062363	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU4438	8590061378	7471/0	26/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
MJV7769	8590062317	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW3921	8590060217	7455/0	07/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKA1294	8590063181	7463/0	01/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKC3702	8590063013	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC3702	8590063071	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKE5083	8590062952	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI9956	8590061433	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI9956	8590061451	7463/0	27/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKI9956	8590061784	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ0735	8590062772	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO0412	8590063196	7471/0	01/03/2014	R\$ 574,61	218 * III
MKQ1009	8590062585	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS0096	8590062901	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV6020	8590062107	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV7195	8590062800	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY4102	8590062939	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY5278	8590061163	7455/0	22/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD4618	8590062151	7463/0	07/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLF0012	8590063247	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLF0012	8590063261	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLJ7420	8590064326	7455/0	27/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP9546	8590059218	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLS2998	8590059174	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMD0737	8590063036	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMI0341	8590062997	7463/0	24/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMM0927	8590062773	7463/0	19/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MYS1802	8590062969	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
OIR5081	8590061213	7463/0	23/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
OIR5081	8590061242	7463/0	23/01/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO

SAMAE**Portaria N. 37 de 02 de Junho de 2014**

PORTARIA Nº37 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DESTINADO A APURAR SUPOSTA RESPONSABILIDADE DE EMPRESA CONTRATADA PELO SAMAE

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146 de 15 de outubro de 2009, e no com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância instaurada para apurar suposta responsabilidade da empresa Projesan Saneamento Ambiental Ltda.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de junho de 2014.

Gaspar, em 02 de junho de 2014

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Aviso do Pregão Presencial Nº 34/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.34/2014

OBJETO: Aquisição de equipamento eletromecânico (gerador).

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 18/06/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 18/06/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 2 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial Nº 26/2014 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014

Aos quatro dias do mês de junho do ano de 2014, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 26/2014, conforme registradas

na Ata de Sessão homologada em 04/06/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos em geral, material de limpeza e higiene, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 26/2014. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

DIAL DEPARTAMENTOS LTDA. - ME (09.008.570/0001-00)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
7	un BALDE PLÁSTICO - 15 LITROS Com as seguintes características: - Feito com matéria virgem; - Com alça de metal.	13	R\$ 3,34	R\$ 43,42
10	fr ÁLCOOL EM GEL DE LIMPEZA Com as seguintes características: - Embalagem plástica de 500 gramas (que não estoure no empilhamento); - Com concentração de 70º INPM - Embalagem contendo: especificações, indicações, precauções e modo de usar, nome, endereço, CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, nome e registro do técnico ou profissional responsável na entidade profissional competente; - Data de fabricação e data de validade, código de barras indicados no produto e na caixa; - Validade mínima: 24 (vinte e quatro) meses;	48	R\$ 3,30	R\$ 158,40
13	un ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO TIPO BOLA Com as seguintes características: - Com cabo plástico e suporte suspenso.	28	R\$ 3,40	R\$ 95,20
14	un ESCOVA DE MÃO Com as seguintes características: - Para limpeza em geral; - Com cerdas de nylon e base de plástico.	22	R\$ 1,40	R\$ 30,80

15	pct ESPONJA DE LÁ DE AÇO CARBONO. Com as seguintes características: - Embalagem com 08 (oito) unidades.	32	R\$ 0,83	R\$ 26,56
17	pct FÓSFORO Com as seguintes características: - Embalagem contendo 10 (dez) caixas com 40 (quarenta) unidades em cada caixa.	30	R\$ 1,52	R\$ 45,60
20	fr LUSTRA MÓVEIS BRILHO SECO PERFUMADO. Com as seguintes características: - Cera microcristalina, óleo parafínico, silicone, alcalinizante, espessante, tensoativo, formaldeído, solvente alifático, perfume e água; - Embalagem com 200ml.	2	R\$ 1,25	R\$ 2,50
29	un VASSOURA DE MILHO Com as seguintes características: - Com no mínimo 05 (cinco) feixes amarrados com 05 (cinco) fios; - Cabo de madeira resistente.	75	R\$ 11,15	R\$ 836,25
41	cx FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ -com as seguintes características: Referência: 103; - com costura dupla e microfuros ; - Embalagem com 30 (trinta) unidades	25	R\$ 1,75	R\$ 43,75
44	un RODO DE BORRACHA DUPLA, Com as seguintes características: - Com cabo e base de alumínio; - Medida da base: 50cm.	16	R\$ 10,00	R\$ 160,00
49	pct FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Com as seguintes características: - Referências: 102 - Com costura dupla e microfuros; - Embalagem contendo 30 (trinta) unidades.	2	R\$ 1,74	R\$ 3,48

50	un LIXEIRA 50 LITROS Com as seguintes características: Material: Plástico; Cor: branco; Com capacidade para 50 (cinquenta) litros; Com pedal.	5	R\$ 90,96	R\$ 454,80
----	---	---	-----------	------------

Valor total homologado do Licitante: R\$ 1.900,76 (Um mil, novecentos reais e setenta e seis centavos).

J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. EPP
(05.785.417/0001-20)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
12	fr DESODORIZADOR DE AMBIENTE EM SPRAY. Composição: quartenário de amônio, solubilizantes, coadjuvantes, perfume/essência e butano/propano. Ingrediente ativo: quartenário de amônio 0,07 %. Embalagem contendo 400ml.	16	R\$ 5,35	R\$ 85,60
18	fr INSETICIDA EM SPRAY. Com as seguintes características: - Mata barata; - Embalagem contendo 300ml; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	60	R\$ 4,65	R\$ 279,00
21	fr ÓLEO DE PEROBA Com as seguintes características: - Embalagem com 200ml.	5	R\$ 5,35	R\$ 26,75
22	un PANO DE LIMPEZA FELPUDO Com as seguintes características: - Com no mínimo 200g; - Com medidas de (aproximadamente) 1,40cm x 0,75cm.	190	R\$ 3,80	R\$ 722,00
23	un PANO DE LIMPEZA, TIPO SACO - ALGODÃO CRU - com as seguintes características: -Medida: 50 x 70 cm	130	R\$ 1,45	R\$ 188,50
24	un PÁ P/ LIXO Com as seguintes características: - De plástico resistente; - Qualquer cor.	6	R\$ 0,95	R\$ 5,70

25	un PEDRA SANITÁRIA - Embalagem de 35g.; - Com fragrância agradável e com suporte.	50	R\$ 0,80	R\$ 40,00
28	un SABONETE EM BARRA. Com as seguintes caracte- rísticas: - Embalagem de 90gr; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	70	R\$ 0,85	R\$ 59,50
32	fd PAPEL TOALHA INTERFOLHA Com as seguintes caracte- rísticas: - Cor: branco; - Com 03 (três) dobras; - Tamanho: 22x23cm.; - Gramatura entre 29 e 31 gramas; - Embalagem com 2.400 folhas.	190	R\$ 19,90	R\$ 3.781,00
39	un SAPONÁCEO LÍQUIDO Com as seguintes caracte- rísticas: - Embalagem com 300ml.; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	60	R\$ 1,90	R\$ 114,00
42	un LIXEIRA 30 LITROS - com as seguintes caracte- rísticas: - Plástico; - Cor branco; - Com capacidade para 30 (trinta) litros; - com pedal.	8	R\$ 55,05	R\$ 440,40
45	un SABONETEIRA Com as seguintes caracte- rísticas: - Para sabonete líquido; - Com reservatório interno (depósito); - Capacidade de 800ml; - Cor: branco; - Para ser fixada na parede.	3	R\$ 16,60	R\$ 49,80
46	un COADOR DE PANO Com as seguintes caracte- rísticas: - Para café; - Tamanho grande; - Em material resistente.	20	R\$ 2,90	R\$ 58,00
47	un LIMPA VIDROS Com as seguintes caracte- rísticas: - Embalagem com 500ml; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	15	R\$ 1,43	R\$ 21,45

48	un ESPANADOR Com as seguintes caracte- rísticas: - De pêlos; - Com cabo.	4	R\$ 3,85	R\$ 15,40
53	rl PANO MULTIUSO Pano descartável de limpeza multiuso. Rolo: 300 metros c/ picote (33x50 cm) Composição: 70% Viscose 30% Poliéster.	2	R\$ 90,70	R\$ 181,40

Valor total homologado do Licitante: R\$ 6.068,50 (Seis mil, ses-
senta e oito reais e cinquenta centavos).

TAYU QUÍMICA ME. (97.493.407/0001-30)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
30	un VASSOURA DE NYLON Com as seguintes caracterís- ticas: - Cerdas com 13cm de com- primento; - Largura da vassoura de 30cm com capa de proteção; - Cabo rosqueável resistente de 1,20m.	50	R\$ 3,78	R\$ 189,00

Valor total homologado do Licitante: R\$ 189,00 (Cento e oitenta
e nove reais).

COMERCIAL MULTIVILLE LTDA. ME (06.220.022/0001-43)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitá- rio registra- do:	Valor total registrado:
4	cx COPOS PLÁSTICOS DESCAR- TÁVEL 80ML Padrão ABNT. Reforçado. Embalagem com 2.500 unidades.	20	R\$ 57,30	R\$ 1.146,00
8	Bb DETERGENTE CONCENTRA- DO NEUTRO. Com as seguintes caracterís- ticas: - Para limpeza em geral, com excelente eficiência na remo- ção de gorduras e óleos; - Bombona com 05 (cinco) litros, com diluição de no mínimo 1,250 litros (1:250); - Princípio ativo: tensoativos biodegradáveis; - Testado dermatologica- mente; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	30	R\$ 8,40	R\$ 252,00

16	un ESPONJA DUPLA FACE P/ LOUÇA, VERDE/AMARELA Com as seguintes caracterís- ticas: - Para louça, de ótima durabilidade, verde/amarela, medindo 75x110x20mm, composta de espuma de poliuretano com bactericida e fibra sintética com mineral abrasivo; - Uma face fibrosa abradi- va para limpeza pesada e outra macia para superfície delicada; - Validade mínima de 12 (doze) meses.	300	R\$ 0,40	R\$ 120,00
19	fr LIMPADOR MULTI USO Com as seguintes caracterís- ticas: - Ingrediente ativo: Nonil Fenol Etoxiliado com 9,5 moles de óxido de eteno. Composição: Coadjuvantes, 1,2-Benzisotiazolin-3-Ona/ Dimethylolurea, Ativo, Solvente, Sequestrante, Essência, Corante, Água. - Embalagem com 500ml.; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	230	R\$ 1,27	R\$ 292,10
26	pct SABÃO EM BARRAS Com as seguintes caracterís- ticas: - Glicerinado, amarelo; - Composição básica: car- bonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina, corante e outras substâncias químicas permitidas; - Embalado em saco plástico com validade de 02 (dois) anos; - Embalagem com 05 (cinco) unidades de 200g cada; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	32	R\$ 4,00	R\$ 128,00
27	un SABÃO EM PÓ Com as seguintes caracterís- ticas: - Composição: tensoativo aniônico, taponantes, coadju- vantes, sinergista, branquea- dor óptico, enzima, corante, essência, água e carga; - Embalagem contendo 01kg.; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	55	R\$ 3,18	R\$ 174,90

33	un SABONETE GEL Com as seguintes caracterís- ticas: - Refil para saboneteira; - Embalagem com 800ml.; - Antibactericida, termo- ativo não iônico, espessante, essência aromática, coadju- vante e corante; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	42	R\$ 6,30	R\$ 264,60
34	pct SACO DE LIXO 20 LT. Com as seguintes caracterís- ticas: - Medida: 39x52cm.; - Com 04 (quatro) micras de espessura; - Resistente; - Embalagem com 100 (cem) unidades.	20	R\$ 5,50	R\$ 110,00
35	pct SACO DE LIXO 30 LT Com as seguintes caracterís- ticas: - Medida: 59x62cm.; - Com 04 (quatro) micras de espessura; - Resistente; - Embalagem com 100 (cem) unidades.	4	R\$ 8,08	R\$ 32,32
36	pct SACO DE LIXO DE 50 LITROS Com as seguintes caracterís- ticas: - Medida: 63x80cm.; - Com 04 (quatro) micras de espessura; - Resistente; - Embalagem com 100 (cem) unidades.	1	R\$ 11,30	R\$ 11,30
37	pct SACO DE LIXO, 40L Com as seguintes caracterís- ticas: - Medida aproximada de 50x60cm.; - Espessura: 8 micras - Resistente; Pacote com 100 unidades.	20	R\$ 7,95	R\$ 159,00
38	pct SACO DE LIXO, 60 LITROS Com as seguintes caracterís- ticas: - Medida aproximada de 70 x 80cm.; - Espessura: 7 micras - Resistente; Pacote com 100 unidades.	40	R\$ 12,80	R\$ 512,00

40	pct SACO DE LIXO, 100 LT Com as seguintes características: - Medida: 75x90cm.; - Com 10 (dez) micras de espessura; - Resistente; - Embalagem com 100 (cem) unidades.	20	R\$ 27,20	R\$ 544,00
43	un PANO DE COPA FELPUDO Com as seguintes características: - Medindo no mínimo 42cmx-65cm; - Com no mínimo 90g.	55	R\$ 1,34	R\$ 73,70
51	un PASTA CRISTAL Com as seguintes características: - Pasta para limpeza pesada; - Composição: sabão de côco, tensoativo aniônico, carboidrato, quato, corante, óleo de eucalipto e água; - Tipo "pasta cristal"; - Pote plástico contendo 500 gramas; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	24	R\$ 2,75	R\$ 66,00

Valor total homologado do Licitante: R\$ 3.885,92 (Três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

EXPRESSÃO COM. DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME (06.314.098/0001-38)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
3	pct CAFÉ ARÁBICA, EM PÓ HOMOGÊNEO, EXTRA-FORTE, TORRADO E MOÍDO Tipo exportação, com nível mínimo de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, contendo Selo ABIC, embalado a vácuo, em pacote de 500g (quinhentos grammas), com proteção externa, no qual deve constar no rótulo o registro de identificação do lote, data de fabricação, prazo de validade (superior a três meses a partir da data da entrega) e código de barras. Não deve apresentar sujidade, umidade, rendimento e peso insatisfatórios.	870	R\$ 6,75	R\$ 5.872,50

Valor total homologado do Licitante: R\$ 5.872,50 (Cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA (81.264.111/0001-07)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	fd PAPEL HIGIÊNICO Com as seguintes características: - Branco, neutro, folhas duplas de alta qualidade, 100% fibras celulósicas, picotado; - Embalagem contendo 64 (sessenta e quatro) unidades de 30mt. cada.	20	R\$ 46,80	R\$ 936,00
2	kg AÇÚCAR REFINADO Produto processado da cana de açúcar com moagem refinada. Não apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento e peso insatisfatórios, coloração e misturas. A embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 01 (um) kg, contendo o número de registro no Ministério da Saúde. Apresentar validade superior a 03 (três) meses a partir da data de entrega.	700	R\$ 1,88	R\$ 1.316,00
5	CX COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEL 200ML Padrão ABNT. Reforçado. Embalagem com 2.500 unidades.	20	R\$ 58,40	R\$ 1.168,00
6	lt LEITE INTEGRAL LÍQUIDO. Leite integral esterilizado homogeneizado tipo longa vida. Sem conservantes. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica e sabor ácido intenso. Acondicionada em embalagem Tetra Pak ou Tetra Brik Aseptic de 01 (um) litro, contendo o número de registro em órgão competente, o modo de conservação, características gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. As bordas do fecho de vedação da embalagem devem estar perfeitas, sem orifícios ou defeitos que prejudiquem a qualidade e o valor nutricional do produto. Apresentar validade superior a 02 (dois) meses a partir da data de entrega.	1.000	R\$ 2,78	R\$ 2.780,00

9	It ÁGUA SANITÁRIA Com as seguintes características: - Composição: carbonato de sódio e água, teor de cloro ativo: 2,0 e 2,5% PP, componente ativo: hipoclorito de sódio; - Embalagem contendo 1.000ml.; - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	200	R\$ 1,21	R\$ 242,00
11	un DESINFETANTE PARA USO EM GERAL Com as seguintes características: - Usado na desinfecção e limpeza de superfícies em geral; - Embalagem contendo 02 (dois) litros; - Diversas fragâncias, com perfume agradável. - Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	75	R\$ 2,99	R\$ 224,25
31	rl PAPEL ALUMÍNIO 45 CM X 4M	60	R\$ 1,94	R\$ 116,40
52	un BALDE PLÁSTICO - 08 LITROS Com as seguintes características: - Feito com matéria virgem; - Com alça de metal.	2	R\$ 2,78	R\$ 5,56

Valor total homologado do Licitante: R\$ 6.788,21 (Seis mil, setecentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos).

Valor total homologado da Licitação: R\$ 24.704,89 (Vinte e quatro mil, setecentos e quatro reais e oitenta e nove centavos).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Na sede do SAMAE, sito na Rua: Barão do Rio Branco, nº. 500 - Bairro: Centro, Gaspar/SC. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo Almoxarife e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 04 de junho de 2014.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER LUCHTENBERG
Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA
Equipe de Apoio

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA
Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

SAMAE

Portaria Nº 037/2014

PORTARIA Nº 37 /2014

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio, de direito adquirido para o funcionário EZEQUIEL COSTA, matrícula nº 63, sendo convertido em dinheiro, dividido em 03 (Três) parcelas, conforme Lei nº 478/92.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 04 de Junho de 2014.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

Grão Pará

PREFEITURA

Resolução 2/2014 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GRÃO-PARÁ - SC

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 03 DE JUNHO DE 2014

APROVA A COMISSÃO INTERSETORIAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições e em atendimento ao Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira do Termo de Ajuste de Conduta nº0006/2014/03PJB, firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o Município de Grão-Pará e o CMDCA, RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar os nomes para a Comissão Intersectorial de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo, abaixo descritos:

JANE BONIN - Presidente do CMDCA;

CINTHIA CAROLINA DE SOUZA - Vice-Presidente do CMDCA;

SÔNIA MARIA BRUNING ASCARI Membro do CMDCA - Representante da AGRADES.

Artigo 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Grão-Pará/SC, 03 de junho de 2014.

JANE BONIN

Presidente do CMDCA

CINTHIA CAROLINA DE SOUZA

Vice Presidente do CMDCA

SÔNIA MARIA BRUNING ASCARI

Representante da AGRADES no CMDCA

VALDILÉIA BÚSSOLO BALLMANN

Representante do LIONS no CMDCA

SOLANGE KULKAMP KUNTZ WEBER

Representante da APP no CMDCA

SERGIO LEANDRO ASCARI

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no CMDCA

DENISE REDIVO BUSSOLO

Representante da Secretaria da Saúde e Saneamento no CMDCA

ROSILDA PERIN BOGER

Representante da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda no CMDCA

Decreto 11/2014 Pref

DECRETO N. 11 DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"HOMOLOGA AVALIAÇÕES DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADAS PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO CONSTITUÍDA PELA PORTARIA 224/2013, DE 06 DE SETEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará,

DECRETA

Artigo 1º. Ficam homologadas as Avaliações de Servidores em

Estágio Probatório, realizadas pela Comissão Municipal de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, constituída pela Portaria 224/2013, de 06 de setembro de 2013.

Artigo 2º. As avaliações de que trata o caput do artigo 1º referem-se aos Servidores:

Alcione Maira Furtado

Aliel da Silva Dacoreggio

Eder Dacoregio Weber

Elisandra de Oliveira Bonoti

Emerson Jose Schmidt Heidemann

Iolanda Antunes Mattos

Izoleide Henkel Pickler das Silva

jilseli Kons

Juliana Mirian Macieski Kafka

Julio Cesar da Silva Dacoreggio

Lucia Blasius

Luciana Blasius Michels Raske

Luciano Amelia Soares

Marcia da Silva dos Santos Geraldi

Marcio Leandro

Marcos Alexandre Guizone Blazius

Maria Aide Naiz Becker

Moacir de Souza Perin

Rita Michels Schlickmann Della Giustina

Rodolfo Berto Dacoreggio

Rosana Guizone

Vanessa Kuhnén Oenning

Vilmar de Oliveira Schmitz

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
04 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 04 de junho de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pregão Presencial 5/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 9/2014

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 5/2014-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 18/06/2014, às 12h30min. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 4 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 251/2014

PORTARIA Nº 251/2014

SUBSTITUI membro da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 002/2014, nomeada através da Portaria nº. 244/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir Luana Marangoni como membro da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 002/2014, nomeada através da Portaria nº. 244/2014, pela servidora Ariane Cristina Soares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 252/2014

PORTARIA Nº 252/2014

PRORROGA LICENÇA concedida à Carla Simone Borgmann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença concedida à Carla Simone Borgmann, na função de Técnica em Enfermagem, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 09 de maio de 2014, pelo período de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de maio de 2014.

Guaramirim/SC, 03 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 253/2014

PORTARIA Nº 253/2014

PRORROGA Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº. 194/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o artigo 58 da Lei Complementar nº. 007/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº. 194/2014, em face do servidor A. F. de S., pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

Licitação Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

CÂMARA DE VEREADORES DE GUARAMIRIM

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO

PROCESSO LICITATORIO Nº 001/2014

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, de acordo com a legislação vigente, torna público, para conhecimento dos interessados, de acordo com a Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010 e Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo TÉCNICA E PREÇO, conforme Processo Interno nº 001/2014, com o seguinte objeto:

Objeto:

Contratação de empresas para prestação de serviços de publicidade e propaganda, englobando as atividades de planejamento, criação de layouts e roteiros, produção de peças gráficas e eletrônicas, supervisão técnica junto aos fornecedores contratados, administração de mídia para veiculação das peças publicitárias em jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, bem como junto aos demais meios de comunicação de acordo com as necessidades e planos da Câmara Municipal, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, observados os termos da Lei Federal nº 4.680, de 18 de junho de 1965; do Decreto nº 57.690, de 01 de fevereiro de 1966; do Decreto nº 4.563, de 31 de dezembro de 2002; das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão), e de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante, para todos os efeitos.

Os documentos referentes à PROPOSTA TÉCNICA e à PROPOSTA DE PREÇOS serão recebidas no dia 24 de Junho de 2014, às 14:00 horas, na Câmara de Vereadores de Guaramirim.

O edital e demais elementos da licitação, bem como outras informações, poderão ser obtidas junto à Câmara Municipal, localizada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, Bairro Centro nesta cidade de Guaramirim, de segundas às sextas-feiras, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas e pelo telefone (47) 3373.0002.

Guaramirim/SC, 03 de Junho de 2014.

Aurélio Tadeu Tomaselli

Presidente da Comissão de Licitação

PASSO FUNDO

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Decreto Municipal 082_2014

Decreto n. 082/2014.

Designa Leiloeiro, e adota outras providências.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal do município de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade ao Inciso VII, Art. 63, Seção II Capítulo II da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em especial o Art. 53, da Lei Municipal 8.666 com alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º. Designa e adjudica as incumbências de Leiloeiro para o cumprimento dos atos pertinentes aos Processos Licitatórios, na Modalidade Leilão, nos exercícios de 2014 a 2016, a Funcionária Pública Municipal Claudenice Caramori, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Compras, nomeada através da Portaria Executiva nº.0104/2008.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 04 de Junho de 2014

62º ano da Fundação e 52º ano da Instalação

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária de Administração e Fazenda

Lei Complementar 013_2014

LEI COMPLEMENTAR N. 013/2014.

Acrescenta 01 cargo de Psicóloga a Lei Complementar n.2002/2009, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica acrescentado 01(um) cargo de Provimento efetivo de Psicóloga, com carga horária de quarenta horas semanais, pertencendo ao Grupo I - Ocupações de Nível Administrativo Superior, do Anexo II do Quadro de Pessoal Permanente, da Lei Complementar n. 2002/2009 que, Dispõe sobre a reforma e modernização administrativas, quadro de pessoal, matéria correlata e dá outras providências de 28 de outubro de 2009, com alterações superiores.

Art. 2º. Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 04 de junho de 2014.

62º ano da Fundação e 52º da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATO
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N. 013/2014

ANEXO II - QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE

GRUPO I - OCUPAÇÕES DE NÍVEL ADMINISTRATIVO SUPERIOR

CARGO	QTIDADE	PROVIDO	VAGO(v)	Nível
1 - Médico	02	02	00	NAS-1
2- Médico Veterinário	02	01	01	NAS-3
3- Engenheiro Civil	01	00	01	NAS-2
4 - Odontólogo	02	02	00	NAS-2
5- Assistente Social	02	02	00	NAS-4
6 - Psicólogo	02	01	01	NAS-7
7- Engenheiro Agrônomo	01	0	01	NAS-6
8 - Contador	01	01	00	NAS-4
09 - Nutricionista	01	00	01	NAS-7
10 - Auditor	01	01	00	NAS-5
11-Farmacêutico/Bioquímico	02	01	01	NAS-2
12 -Fonoaudiólogo	01	00	01	NAS-7
13 - Fisioterapeuta	01	01	00	NAS-7
32 - Enfermeiro	02	02	00	NAS-05

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 04 de junho de 2014.

62º ano da Fundação e 52º da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 61

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 61/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 34/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MAQUINAS E MOTORES SPERANDIO LTDA

OBJETO: na Aquisição de Trator Agrícola de Pneus (rodas) novo, para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em execução ao Termo de Compromisso nº. 799366/2013 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul, (Marca Massey Ferguson / Modelo 4292/4 K)

VALOR: R\$ 164.000,00

VIGENCIA: 31/12/2014.

Guarujá do Sul, SC, 04 de junho de 2014.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 010/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2014
OBJETO

Locação de Salas de Aula da FUNOESC para realização do concurso público nº 001/2014 previsto para o dia 15/06/2014.
CONTRATADO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA.

VALOR R\$ 6.700,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso X da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 05 de junho de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 012/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
TIPO: Menor preço por Lote

OBJETO
Aquisição de Móveis, Equipamentos de informática e Equipamentos de copa e cozinha para a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas UPA.

ENTREGA DOS ENVELOPES
Até às 08:00 horas do dia 17/06/2014

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 05 de junho de 2014.
NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 754/2014

PORTARIA Nº 754/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria nº 222/2014, a qual designava a Servidora MARIZETE APARECIDA DALMEDICO (Matr. 386), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/B, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2, junto ao CMEI Valdete de Souza Nodari, a contar de 28 de maio de 2014.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 755/2014

PORTARIA Nº 755/2014

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe faculta a Legislação Pertinente, e tendo em vista o que consta no processo de Aposentadoria,

RESOLVE,

Transformar o Benefício de Aposentadoria Compulsória, concedido através da Portaria nº.509 de 20.04.2012, com fundamento no art. 40º, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ao servidor inativo Leonildo Rech, matrícula de aposentado sob o nº 2281, em Pensão por Morte aos Dependentes, sem paridade, à Senhora Janalda Gemelli Rech, na qualidade de cônjuge e única dependente legal, com fulcro no artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal e nos artigos 46 a 52 da Lei Complementar nº 179/2005; equivalente ao valor global do último provento percebido em vida, a partir da data do óbito ocorrido em 21 de maio de 2014.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), em 02 de junho de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 756/2014

PORTARIA Nº 756/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora JESSICA ZUFFO

HACKBARTH (Matr. 3885), a contar de 29 de maio de 2014 até o término do ano letivo de 2014, para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, Ensino Fundamental, 40 horas semanais, turno matutino em substituição à Servidora Lídia Salete Cervelin e turno vespertino em substituição à Servidora Naiara Segalin junto a EBM Cruz e Sousa, aprovada e classificada em 60º lugar pelo Processo Seletivo 001/2013 - SMECE/HO de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ata 001 - Concorrência 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE CNPJ: 82.939.430/0001-38 Rua Nereu Ramos, 389 C.E.P.: 89610-000 - Herval d'Oeste - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2014 - CC Processo Administrativo: 10/2014 Processo de Licitação: 24/2014 Data do Processo: 04/04/2014 Folha: 1/1
---	--

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO EM CBUQ DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 4 de Junho de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 3246, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 24/2014, Licitação nº. 1/2014 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Protocolaram junto ao setor de compras e licitações os documentos de habilitação os seguintes licitantes PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA; SETEP CONSTRUÇÕES S/A E VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA. Nenhuma das empresas enviou representante para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes. Inicialmente foram rubricados todos os envelopes dos licitantes, na sequência foram abertos os envelopes dos documentos de habilitação, sendo imediatamente rubricado pelos membros da comissão, ato contínuo foram verificados todos os documentos apresentados e a sua conformidade com o edital, sendo que após conferência restou dúvida quanto ao Balanço Patrimonial da empresa PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, a qual apresentou o documento relativo ao exercício 2012 sendo que o edital em seu item 8.1.4.3 solicita "Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social assinados por contador responsável e pelo representante legal da licitante, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerradas há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da Proposta. O balanço deverá conter os termos de abertura e encerramento" O Código Civil (Lei Federal nº 10406/2002) estabelece que o balanço deverá ser apresentado até o quarto mês seguinte ao término do exercício social, em seu artigo 1078, logo, em regra, entendemos então que o prazo limite para elaboração do balanço patrimonial é até o final do mês de abril do exercício subsequente, porém no ano de 2007 foi instituído através da Instrução Normativa RFB nº 787/2007 o SPED - Sistema Público de Escrituração Digital e a ECD - a Escrituração Contábil Digital em que todas as empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no Lucro Real são obrigadas a adotá-las, e em seu artigo Art. 5º diz que a ECD será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração. Por entender que uma Instrução Normativa é hierarquicamente inferior a uma Lei Federal (Código Civil) e a referida I.N. tem finalidade fiscais e previdenciárias conforme o artigo 1º, que diz: "Art. 1º Fica instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários, de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa." Assim entendendo que as regras relativas ao balanço digital são tributárias, instituídas para fins de fiscalização dos tributos a serem recolhidos e não podem ser adotadas para fins de licitação, sendo necessário observância do Código Civil o qual estabelece-se prazo até o quarto mês do exercício subsequente para apresentação do Balanço Patrimonial. Neste entendimento a Comissão de Licitação decide: INABILITAR A licitante PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA. por não atender o disposto no item 8.1.4.3 do edital e HABILITAR as licitantes: SETEP CONSTRUÇÕES S/A e VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA. Abre-se prazo de cinco dias úteis para possível interposição de recurso quanto as habilitações e inabilitação, contados da publicação da presente ata no DOM/SC no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Herval d'Oeste, 4 de Junho de 2014

COMISSÃO:

MARCELO CRIPPA - - Presidente da Comissão de Licitação
 GEISA TROMBETTA BERNARDI - - Membro
 GILMAR CARMO KICH - - Membro

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2648/2014

DECRETO Nº 2648, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

“REGULAMENTA A LEI Nº 547 DE 23 DE ABRIL DE 2014 QUE INSTITUI O LIVRO ELETRÔNICO COMO DECLARAÇÃO MENSAL PARA LANÇAMENTO DAS BASES TRIBUTÁVEIS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS, PARA A APURAÇÃO DO ISSQN MENSAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.

Considerando a necessidade de regulamentar a Escrituração e Declaração de Informações Fiscais; e,

Considerando que o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN será apurado mensalmente pelo Contribuinte;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica criado o Livro Eletrônico informatizado e disponibilizado no sitio da página web desta municipalidade www.ibiam.sc.gov.br, para Escrituração e Declaração mensal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, decorrente de serviços prestados e tomados por empresas sediadas no Município de Ibiam ou por tomadores de serviços executados neste município.

Art. 2º. Os prestadores e tomadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias previstas neste Decreto e na legislação tributária em vigor.

CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISSQN

Art. 3º. Ficam obrigados a declararem, mensalmente, na página da web, os serviços prestados e/ou contratados, os contribuintes e tomadores de serviços, a saber:

I - As pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as MEs e EPPs, optantes do Simples Nacional ou não;

II - As pessoas jurídicas de direito público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município de Ibiam;

III - Os prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, ainda que não cadastrados como contribuintes do ISSQN neste Município, salvo os legalmente dispensados da retenção do ISSQN;

Parágrafo Único. Ficam dispensados da Declaração previstas neste artigo os prestadores de serviços que recolhem o ISSQN na modalidade Fixa.

Art. 4º. A declaração de ISSQN Próprio e a Declaração de ISSQN Retido, com a apuração deste imposto, é uma obrigação tributária

acessória e serão geradas por programa de software específico, denominado LIVRO ELETRÔNICO, disponibilizado no endereço eletrônico do Município de Ibiam, www.ibiam.sc.gov.br.

§ 1º. O LIVRO ELETRÔNICO conterá:

I - As informações cadastrais do responsável legal e contábil da pessoa jurídica declarante;

II - As informações cadastrais do responsável pelas declarações, contador ou pessoa por ele indicada;

III - Os dados de identificação do prestador e/ou tomador dos serviços;

IV - Todos os serviços prestados e tomados pelo declarante, baseados ou não em documentos fiscais ou gerenciais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos ou não a incidência do ISSQN, ainda que não devido ao Município de Ibiam;

V - O item da lista de serviços, o valor e o mês de competência dos serviços tomados ou prestados;

VI - O registro das deduções na base de cálculo, quando admitidas pela legislação do ISSQN deste Município;

VII - O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;

VIII - O registro do imposto devido, inclusive sobre regime de estimativa, e do imposto retido na fonte ou por substituição de responsabilidade tributária;

IX - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

§ 2º. Ao processar a Declaração, automaticamente será gerado o imposto devido e disponibilizado na mesma ferramenta, o documento de arrecadação do ISSQN apurado conforme as informações prestadas na mesma Declaração;

§ 3º. A Declaração de ISSQN Próprio e a Declaração de ISSQN Retido, de que trata o caput deste artigo, formaliza o lançamento e constitui confissão a obrigação tributária, tornando-se, também, instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISSQN Próprio e Retido de terceiros resultante das informações nela prestadas que não tenha sido recolhido no prazo regulamentar.

Art. 5º. Ficam substituídas as guias e os “carnês” de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN pela Guia de Pagamento do ISS, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico após o registro da Declaração Mensal, a partir da publicação do presente ato, no endereço supramencionado, inclusive para as empresas prestadoras de serviços, não optantes do Simples Nacional e enquadradas no regime de recolhimento do ISSQN calculado pela receita bruta mensal.

Art. 6º. O descumprimento ao disposto neste Decreto sujeita o infrator às sanções previstas na legislação tributária Municipal em vigor, sem prejuízo de outras cominações legais aplicáveis, em especial se:

I - deixar de remeter à Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo previsto no caput do art. 7º, a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido, independentemente do pagamento do imposto;

II - apresentar a Declaração de ISS próprio e/ou Declaração de ISS Retido de terceiros com omissões ou dados inexatos ou inverídicos.

Art. 7º. A Declaração, que trata o artigo 4º deste Decreto, deverá ser feita e enviada a partir da publicação do presente ato, mensalmente, com ou sem movimento, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fato gerador do tributo.

Art. 8º. O contribuinte e/ou o substituto tributário, além de observar as obrigações constantes do artigo 4º, deverá entregar Declaração retificadora, no caso de erro na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata.

Parágrafo Único. A retificação de dados ou informações constantes do Livro Eletrônico, e já apresentadas, somente está protegida da aplicação de penalidade se realizada e entregue até o último dia útil anterior ao início de qualquer medida de fiscalização relacionada à verificação ou apuração do imposto devido e declarado.

Art. 9º. A retificação da Declaração poderá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de nova declaração.

§ 1º. A Declaração retificadora mencionada no caput deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, e conterá todas as informações, inclusive os itens não alterados, servindo para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISS já informados.

§ 2º. Não será aceita a retificação que tenha por objeto alterar os débitos fiscais relativos ao ISS:

I - cujos saldos a pagar já tenham sido inscritos em Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;

II - cujos valores das diferenças apuradas em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações inexatas ou incompletas das notas fiscais dos prestadores, intermediários e tomadores registrados no Livro Eletrônico, já tenham sido inscritos em Dívida Ativa;

III - em relação ao o sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.

§ 3º. A retificação de valores da Declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa do Município, somente poderá ser efetuada pelas entidades competentes nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da Declaração.

Art. 10. Os comprovantes de Pagamento do ISS ou de retenção feita pelo tomador do serviço, os documentos fiscais, emitidos ou não, ou recebidos em razão de serviços prestados, tomados ou vinculados, das deduções legais e demais comprovantes dos dados e informações contidas na declaração, deverão ficar em poder do responsável legal, para imediata exibição ao Fisco sempre que solicitados, pelo período de 05 (cinco) anos contados da data prevista para apresentação da declaração de cada competência à Secretaria Municipal da Fazenda.

CAPÍTULO III DOS LIVROS FISCAIS

Art. 11. O Livro de Registro de Serviços Prestados e o Livro de Registro de Serviços Tomados deverão, no final de cada exercício, ser processados eletronicamente com os dados fornecidos nas declarações mensais, constantes do endereço mencionado no art. 4º, pelos contribuintes prestadores e tomadores de serviços, sendo facultativa sua impressão.

Art. 12. Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil,

estabelecidos no Município de Ibiam, deverão apresentar mensalmente ao Fisco Municipal as informações fiscais sobre os serviços prestados, podendo estes cadastrar seu próprio plano de contas, vinculando as contas aos seus respectivos COSIFs.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal, da Declaração mensal dos serviços tomados prevista no artigo 3º deste Decreto.

Art. 13. Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários estão dispensados da emissão de notas fiscais de serviços e escrituração de livros fiscais, ficando, porém, obrigados, a manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 1º. Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

§ 2º. Como contratante de serviços, os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos de todos os serviços contratados, na forma dos artigos 3º e 4º deste Decreto.

Art. 14. O recolhimento do imposto, retido na fonte ou por substituição de responsabilidade Tributária, far-se-á em nome do responsável pela retenção ou do substituto da responsabilidade, através de documento de arrecadação emitido mediante a Declaração prevista no artigo 4º deste Decreto, observando-se o prazo de pagamento previstos nos incisos I e II do artigo 107-AG da Lei Complementar Municipal nº 011, de 03 de maio de 2007.

§ 1º. O não recolhimento do ISSQN retido, no prazo estabelecido, será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas no artigo 107-AX da Lei Complementar Municipal nº 011, de 03 de maio de 2007, sem prejuízo da responsabilidade cível e criminal.

§ 2º. Consideram-se substituto da responsabilidade tributária, independente da retenção na fonte do ISS, todos os tomadores de serviços previstos no artigo 86 da Lei Complementar nº 011, de 03 de maio de 2007.

§ 3º. O pagamento do ISSQN, somente dar-se-á por meio do documento hábil, DAM previsto no artigo 5º deste Decreto, sendo vedado o pagamento por qualquer outro meio.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. A apuração do ISSQN a pagar será feita, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis em sua escrita fiscal e sua movimentação financeira e bancária, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º. O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, todas as receitas decorrentes da prestação de serviços, com seus respectivos valores do imposto que sofreu retenção na fonte ou que seja devido a outro Município conforme artigo 3º da Lei Complementar 116/03, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISS para recolhimento do imposto devido.

§ 2º. O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet,

mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN devidas, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISSQN para recolhimento do valor apurado com vencimento no dia 10 (dez) de mês subsequente à sua competência.

§ 3º. Fica o tomador dispensado da retenção na fonte do Imposto sobre Serviços - ISSQN, comprovado através de Nota Fiscal Avulsa, emitida pela Prefeitura Municipal de Ibiã.

Art. 16. Os contribuintes do ISSQN, que comprovadamente não prestaram serviços sujeitos ao ISSQN, deverão informar através do LIVRO ELETRÔNICO, a ausência de movimentação econômica por não auferir receita decorrente da prestação de serviços naquele período.

§ 1º. A falta de emissão de nota fiscal de prestação de serviços não comprova que não houve prestação de serviços prevista no caput deste artigo tampouco o desobriga do pagamento do ISSQN devido sobre a receita bruta mensal auferida com esta operação.

§ 2º. Fica o tomador do serviço dispensado de efetuar a declaração mensal de serviços tomados quando houver previsão legal para dispensa da retenção do ISSQN do prestador.

Art. 17. Aos prestadores de serviços fica vedado o recolhimento da Guia de Pagamento do ISSQN com valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

Parágrafo Único. Quando o valor do imposto resultar inferior a R\$ 10,00 (dez reais), deverá ser acumulado com o imposto correspondente ao período ou períodos subsequentes, até que o somatório seja igual ou superior a R\$ 10,00, (dez reais), ocasião em que será pago ou recolhido, obedecido o prazo estabelecido na legislação para este último período de apuração, sem os acréscimos de mora.

Art. 18. Os responsáveis contábeis, de todas as pessoas jurídicas mencionadas no caput do artigo 3º deste Decreto, deverão efetuar os seus respectivos cadastros no site do Município www.ibiam.sc.gov.br, PORTAL DO CIDADÃO no link LIVRO ELETRÔNICO, para obter permissão e liberação da senha e a chave de integridade para acesso ao sistema.

Art. 19. O suporte técnico desta ferramenta eletrônica, o cadastramento de cada usuário e a liberação da Chave de Fidelidade, bem como o manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contabilistas, dos contribuintes ou qualquer outro obrigado, no endereço eletrônico constante do art. 4º deste regulamento e pelo Departamento de Tributação da Secretaria da Administração e da Fazenda do Município de Ibiã.

Art. 20. A solicitação para "Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF", bem como sua homologação, poderão, a qualquer tempo, ser disponibilizadas e autorizadas pela Administração, por meio desta ferramenta eletrônica, no site do endereço eletrônico deste município www.ibiam.sc.gov.br, desde que cumprida às determinações da Lei Complementar Municipal nº 011, de 03 de maio de 2007.

Parágrafo Único. A liberação da AIDF de que trata o caput deste artigo somente será concedida após verificada a regularidade fiscal e cadastral do contribuinte requerente perante a Fazenda Pública do Município de Ibiã.

Art. 21. As infrações cometidas a este regulamento serão punidas com as sanções previstas na legislação tributária municipal

vigente.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 03 DE JUNHO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Portaria Nº 115/2014

PORTARIA Nº 115, DE 21 DE MAIO DE 2014
"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando o Decreto nº 2.534, de 02 de setembro de 2013, que adotou o LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para o exercício de 2013;

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 52, inciso III e art. 61 e SS, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor FRANCISCO DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o adicional de insalubridade em grau médio de 40% (quarenta por cento) do piso salarial dos funcionários do município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 21 DE MAIO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 116/2014

PORTARIA Nº 116, DE 21 DE MAIO DE 2014
"CONCEDE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando o Decreto nº 2.534, de 02 de setembro de 2013, que adotou o LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para o exercício de 2013;

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal,

c/c art. 52, inciso III e art. 61 e SS, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor DAMIR JOSE CARDOSO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, o adicional de periculosidade em grau médio de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do seu cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 21 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 117/2014

PORTARIA Nº 117, DE 21 DE MAIO DE 2014

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, a existência de vaga não ocupada em concurso público;

Considerando, o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 002/2014, homologado pelo Decreto nº 2628/2014;

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 2º, § 1º, inciso VII, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, o Sr. ROBERTO DANIELEWICZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, para exercer as funções do cargo de Operador de Máquinas - Nível 4 - Referência A, com vencimentos conforme Anexo 2, da Lei Municipal nº 044/1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023/2011.

Art. 2º. O prazo da contratação será de conformidade com o item 7, do Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 3º. O contratado será regido pelo regime jurídico especial de que trata a Lei Municipal nº 112/1999 e filiado ao regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de maio de 2014.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 21 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 118/2014

PORTARIA Nº 118, DE 26 DE MAIO DE 2014

“NOMEIA O SR. WILSON ANTUNES PARA O CARGO COMISSIÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE: Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos - Nível CC-2 - Anexo 1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, o Sr. WILSON ANTUNES, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 26 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Pregão 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014

SRP: 008/2014

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial visando futuras possíveis contratações parceladas de espaço em rádio AM com boa sintonia no Município de Ibiã, para divulgar as atividades realizadas, bem como informar a população de campanhas e outros assuntos de interesse da comunidade, por um período de doze meses.

Entrega dos envelopes: 18/06/2014 até as 13:30 horas

Abertura dos envelopes: 18/06/2014 às 13:45 horas

Tipo de Avaliação: Menor preço Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 as 11:30 horas, e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiã, 04 de Junho de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

Portaria Nº 119/2014

PORTARIA Nº 119, DE 02 DE JUNHO DE 2014

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, a existência de vaga não ocupada em concurso público;

Considerando, o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 002/2014, homologado pelo Decreto nº 2628/2014;

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 2º, § 1º, inciso VII, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, a Sra. LUCIANA DE FÁTIMA GONÇALVES DOS SANTOS, brasileira, separada, residente e domiciliada neste Município, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível 1 - Referência A, com vencimentos conforme Anexo 2, da Lei Municipal nº 044/1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023/2011.

Art. 2º. O prazo da contratação será de conformidade com o item 7, do Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 3º. A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei Municipal nº 112/1999 e filiada ao regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 120/2014

PORTARIA Nº 120, DE 02 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ires Teresinha Tragansin	26.01.2012 a	09.06.2014 a
de Oliveira Xavier	25.01.2013	18.06.2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 121/2014

PORTARIA Nº 121, DE 02 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Joana Céla Becker	01.10.2012 a	04.06.2014 a
Rinaldi	30.09.2013	18.06.2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Pregão 021

MUNICÍPIO DE IBIAM

Fundo Municipal de Saúde - CNPJ:11.250761/0001-18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014

SRP 009/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Ibiã/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de Medicamentos para distribuição gratuita pela Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã, pelo período de doze meses de medicamentos de Farmácia Básica, Medicamentos Diversos e Medicamentos que necessitam de receita médica (psicotrópicos e antibióticos), compreendendo todos os itens constantes na tabela Brasília e Atualizações. Somente serão aceitos medicamentos Éticos/referencia ou Genéricos; não serão aceitos medicamentos

Similares. Tipo de Avaliação: maior desconto sobre a tabela Bra-síndice.

Entrega dos envelopes: 18/06/2014 até às 07:45 horas

Abertura dos envelopes: 18/06/2014 às 08:00 horas

Base legal: Lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiã, 04 de Junho de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

Portaria Nº 122/2014

PORTARIA Nº 122, DE 02 DE JUNHO DE 2014

“CONCEDE FÉRIAS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar a membro do Conselho Tutelar, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Marilene Ribeiro Salvadori	07.06.2012 a 06.06.2013	02.06.2014 a 01.07.2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Contrato Nº 15/2014 - RH

CONTRATO Nº 015/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiã, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, o Sr. ROBERTO DANIELEWCZ, brasileiro, casado, Operador de Máquinas, CI 2.633.628, CPF nº 746.026.919-00, residente neste Município, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no inciso VII, do § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; e, considerando a existência de vaga não ocupada em concurso público; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 002, de 17.02.2014, homologado pelo Decreto nº 2628, de 07.04.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata o Sr. ROBERTO DANIELEWCZ, para exercer as funções do cargo de Operador de Máquinas, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Cláusula Segunda - O contratado receberá os vencimentos de R\$ 1.523,52 (hum mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos), conforme o Anexo 2, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997 e alterações posteriores.

Parágrafo único - O contratado será regido pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiado ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto para 31.12.2014.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade orçamentária: 0204 - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 2001 - Assistência ao Produtor Rural

Projeto/atividade: 2021 - Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor

Elemento de Despesa: 31900000 - 0100 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de Janeiro de 1999 e alterações posteriores, Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 14 de maio de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CPF - 497.720.319-49

ROBERTO DANIELEWCZ

CPF - 746.026.919-00

TESTEMUNHAS:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

CPF - 807.451.729-20

SELMO LUIZ LAIDNES

CPF - 017.840.919-79

Contrato Nº 16/2014 - RH

CONTRATO Nº 016/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiã, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra LUCIANA DE FÁTIMA GONÇALVES DOS SANTOS, brasileira, separada, Agente de Serviços Gerais, CI 5.127.996-7, CPF nº 055.818.099-09, residente neste Município, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no inciso VII, do § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; e, considerando a existência de vaga não ocupada em concurso público; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 002, de 17.02.2014, homologado pelo Decreto nº 2628, de 07.04.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. LUCIANA DE FÁTIMA GONÇALVES DOS SANTOS, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria da Educação.

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 758,20 (setecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), conforme o Anexo 2, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997 e alterações posteriores.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto para 31.12.2014.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional

Projeto/atividade: 2026 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de Janeiro de 1999 e alterações posteriores, Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 02 de junho de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÃ
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

LUCIANA DE FÁTIMA GONÇALVES DOS SANTOS
CPF - 055.818.099-09

TESTEMUNHAS:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
CPF - 807.451.729-20

LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 042.307.839-90

Imbituba

PREFEITURA

Extrato: PMI Sdr Norte 2014/88 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 2014/88 A00
Contratada: JÚLIO SILVESTRE FILHO ME
C.N.P.J: 15.608.150/0001-50
Objeto: AQUISIÇÃO DE LÂMINAS, PARAFUSOS COM PORCA E AR-
RUELA DE PRESSÃO PARA NIVELADORA PERTENCENTE À SECRE-
TÁRIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.
Valor: R\$ 8.738,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 59/2014 Pregão 44/2014

Imbituba, 27 de maio de 2013.
Nivaldo Marques Gabriel
Secretário de desenvolvimento regional norte - SDR NORTE
Contratante

Júlio Silvestre Filho ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Norte 2014/89 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 2014/89 A00
Contratada: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP
C.N.P.J: 01.098.455/0001-54
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FUNCIONÁRIOS DA
SEINFRA E SDR-NORTE.
Valor: R\$ 5.931,20 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 62/2014 Pregão 46/2014

Imbituba, 27 de maio de 2013.
Nivaldo Marques Gabriel
Secretário de desenvolvimento regional norte - SDR NORTE
Contratante

Publiciti Distribuidora de Livros LTDA EPP
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2014/91 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/91 A00
Contratada: IMBIMOLDE PRE-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA
C.N.P.J: 10.975.264/0001-14
Objeto: IMPLANTAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL, COM PEÇAS
PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC, DA RUA PEDRO INÁCIO
PACHECO, SITUADA EM VILA NOVA
Valor: R\$ 25.071,84 Prazo: 90 dias

Fundamento: Processo nº. 68/2014 Carta Convite 03/2014

Imbituba, 29 de maio de 2014.

José Afonso de Carvalho
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

Imbimolde pré-moldados & construção LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: DEMUTRAN 2014/08 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DEMUTRAN 2014/08 A00
Contratada: EMPRESA J.L CONSTRUTORA LTDA
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67
Objeto: CONTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE TRATAMENTO
DE ESGOTO DO TERMINAL RODOVIÁRIO SITUADO NA RUA VE-
READOR NICOLAU BARTOLOMEU DA ROSA MATOS - CENTRO -
IMBITUBA/SC
Valor: R\$ 25.544,07 Prazo: 30 dias

Fundamento: Processo nº. 16/2014 Carta Convite 01/2014

Imbituba, 28 de maio de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

Empresa J.L construtora LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FUNREBOM 2014/10 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/10 A00
Contratada: POSTO OFICINAS LTDA
C.N.P.J: 78.867.769/0002-80
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE
COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DAS VIATURAS DO COR-
PO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA/SC QUE AINDA NÃO ESTÃO
CADASTRADAS NA FROTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Valor: R\$ 14.511,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 09/2014 Pregão 07/2014

Imbituba, 27 de maio de 2014.
Rafael Fortunato Camilo
Comandante da 2ª/8º BBM
Contratante

Posto Oficinas LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sefaz 2013/109 A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEFAZ 2013/109 A/02
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA
C.N.P.J: 00.456.865/0001-67

Objeto: ACRÉSCIMO DE 1,9471% (UM INTEIRO E NOVE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E UM DÉCIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS) DEVIDO A INCLUSÃO DE SISTEMAS DE NOVOS FUNDOS MUNICIPAIS.

Valor: R\$ 820,00

Fundamento: Processo nº. 81/2013 Pregão Presencial 56/2013

Imbituba, 30 de maio de 2014.
Ivan Vitório
Secretário Municipal da Fazenda
Contratante

Betha Sistemas Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/144 A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/144 A/01
Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA
C.N.P.J: 07.185.611/0001-09
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL POR 120 DIAS.
Fundamento: Processo nº. 119/2013 Tomada de Preços 04/2013

Imbituba, 08 de abril de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretário Municipal de Infraestrutura
Contratante

Castelo Engenharia Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: Semusa 2013/55 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2013/55 A01
Contratada: JL CONSTRUTORA LTDA ME
C.N.P.J: 12.587.530/001-67
Objeto: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL POR 60 (SESSENTA) DIAS (ATÉ 05 DE JULHO DE 2014)
Fundamento: Processo nº. 51/2014 Tomada de Preço 03/2013

Imbituba, 22 de maio de 2014.
Maria Martins dos Passos
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

J.L Construtora Ltda ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2011/04 A06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2011/04 A06
Contratada: ADELIR PEREIRA DOS SANTOS
C.P.F: 507.258.749-53
Objeto: REAJUSTE DE 5,7677%(CINCO INTEIROS E SETE MIL, SEISCENTOS E SETENTA E SETE DÉCIMOS DE MILÉSIMOS), ÍNDICE DOS ÚLTIMOS 12(DOZE) MESES ATRAVÉS DO IGPM.
Valor: R\$ 8.834,83

Fundamento: Processo nº. 05/2011 Dispensa 01/2011

Imbituba, 15 de maio de 2014.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Adelir Pereira dos Santos
Representante Legal
Contratada

Editais de Notificação por Autuação de Trânsito E Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - Zona Azul - Editais 257/2014 A 258/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria de Mobilidade Urbana de Imbituba

Editais de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – ZONA AZUL **Editais 257/2014 a 258/2014**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 257/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDU0614	55065821E	5541/1	23/04/2014	181 * XVII
MEJ4570	55065886E	5452/2	05/05/2014	181 * VIII
MHZ4169	55065889E	5541/6	06/05/2014	181 * XVII
MIO0373	55065797E	5541/6	22/04/2014	181 * XVII
MKB9339	55065779E	5541/6	11/04/2014	181 * XVII
MKI7548	55065796E	5541/1	22/04/2014	181 * XVII
MLG5110	55065816E	5452/2	11/04/2014	181 * VIII
MLU7062	55065815E	5452/2	11/04/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 258/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFP5420	55065581E	5541/1	20/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHA1482	55065526E	5541/1	19/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL0526	55065710E	5185/1	28/02/2014	R\$ 127,69	167
MJL6494	55065578E	5541/1	20/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLE7170	55065706E	5436/0	27/02/2014	R\$ 85,12	181 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 03 DE JUNHO DE 2014

Carlos Fernando Demétrio
Diretor de Mobilidade Urbana
Autoridade de Trânsito

Editais de Notificação por Autuação de Trânsito E Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba - Edital 1682/2014 A 1685/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria de Mobilidade Urbana de Imbituba/SC

Editais de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA

Editais 1682/2014 a 1685/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1682/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIN8724	55029060E	5045/0	17/05/2014	162 * V
BWF0322	55029248E	6920/0	14/05/2014	233
DJF2488	54705697E	6912/0	14/05/2014	232
LXC0749	55032140E	6599/2	18/04/2014	230 * V
LXC0749	55032141E	5010/0	18/04/2014	162 * I
LZY2024	55032548E	6912/0	21/04/2014	232
MCI2911	55029102E	6599/2	24/04/2014	230 * V
MCI2911	55029103E	5010/0	24/04/2014	162 * I
MDZ6177	55028991E	6912/0	25/04/2014	232
MEA2765	55029245E	6920/0	13/05/2014	233
MEJ3972	55028822E	5010/0	15/04/2014	162 * I
MFB4381	55029454E	6912/0	16/05/2014	232
MGV3348	55028988E	6912/0	25/04/2014	232
MLI0138	55031638E	5010/0	16/04/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1683/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AID8064	55028956E	5525/0	20/04/2014	181 * XV
CUB8670	55678736C	5460/0	30/04/2014	181 * IX
IPK7982	55028980E	5550/0	21/04/2014	181 * XV/III
ISY3955	55028840E	5525/0	19/04/2014	181 * XV
IWP0753	55028969E	5525/0	20/04/2014	181 * XV
LXR0970	54705836E	5541/1	26/04/2014	181 * XVII
MAF5806	54707993E	5541/4	17/04/2014	181 * XVII
MAJ9935	55028849E	5541/4	23/04/2014	181 * XVII
MGR2950	55678731C	5835/0	26/04/2014	195
MGR2950	55678733C	7030/1	26/04/2014	244 * I
MGW2479	55028669E	5541/1	18/04/2014	181 * XVII
MJI6778	55028972E	5550/0	20/04/2014	181 * XV/III
MKB7046	55029455E	5460/0	16/05/2014	181 * IX
MKG0394	55031634E	5541/4	15/04/2014	181 * XVII
MLB9555	55029004E	5525/0	19/04/2014	181 * XV
MMM2674	54705840E	5550/0	26/04/2014	181 * XV/III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1684/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DNO4087	55032061E	6599/2	12/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
FDN2852	55028475E	6920/0	24/03/2014	R\$ 127,69	233
HUY8850	54707337E	6912/0	21/12/2013	R\$ 53,20	232
IAV3880	55028488E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
IBD6410	54708255E	6599/2	23/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
IBD6410	54708257E	5010/0	23/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
KZT0683	55032105E	6637/2	05/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
KZT0683	55032106E	6637/1	05/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LWW4070	55031380E	6599/2	09/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWW4070	55031381E	5010/0	09/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXV2690	54706966E	6920/0	20/12/2013	R\$ 127,69	233
MEW4189	54706969E	6920/0	20/12/2013	R\$ 127,69	233
MFV4125	54706968E	6920/0	18/12/2013	R\$ 127,69	233
MFZ3071	55030137E	6599/2	02/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGN1770	55030965E	6599/2	24/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHK6880	54706269E	7358/0	08/03/2014	R\$ 85,12	252 * V
MHW3049	54706516E	6599/2	08/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJB9360	55028654E	6599/2	07/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKV9979	54705963E	6700/0	20/12/2013	R\$ 127,69	230 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1685/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
FHL0852	55028721E	5525/0	03/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
HEM4664	55028713E	5525/0	02/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
ILP7708	55031780E	5541/1	04/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IOI7442	54706599E	5541/1	07/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ITI2995	55028565E	5541/1	15/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYP5331	54706226E	5541/1	22/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBT5269	55031375E	5452/2	06/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBU7303	54706261E	5835/0	13/02/2014	R\$ 127,69	195
MBU7303	54706262E	7030/2	13/02/2014	R\$ 191,53	244 * I
MBU7303	54706263E	7056/1	13/02/2014	R\$ 191,53	244 * III
MCR5332	54707621E	5460/0	04/04/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MDZ7736	54706670E	5487/0	20/12/2013	R\$ 127,69	181 * XI
MEY5280	54708406E	5541/1	24/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN1770	55030964E	5541/1	24/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO4726	54706734E	5541/1	18/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV7421	54706680E	5541/1	23/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK6880	54706270E	5185/1	08/03/2014	R\$ 127,69	167
MHP8142	55796144D	5452/5	03/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MHV7143	54705907E	5452/2	06/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHY6363	55028607E	5550/0	01/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHZ0776	55031530E	5525/0	26/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MIS6175	54707973E	5428/1	03/03/2014	R\$ 191,53	181 * V
MJU1892	54706697E	5541/4	24/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJV3208	54707963E	5428/1	03/03/2014	R\$ 191,53	181 * V
MJX3220	54706669E	5541/1	20/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MPL2004	54708270E	5525/0	24/12/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MLU6862	55678728C	5185/1	09/03/2014	R\$ 127,69	167
MLX1955	54708380E	5541/1	23/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD1661	55028627E	5525/0	02/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MMK7680	54707347E	5541/1	21/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

IMBITUBA, 03 DE JUNHO DE 2014

Carlos Fernando Demétrio
Diretor de Mobilidade Urbana
Autoridade de Trânsito

Iomerê**PREFEITURA****Inexigibilidade Nº 07/2014 - PMI**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 0007/2014

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show musical para Festa de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: DKS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

Valor: R\$ 19.380,00 (dezenove mil trezentos e oitenta reais).

Iomerê, 04 de junho de 2014

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 9/2014, Pregão Presencial Nº 5/2014/FMS**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 9/2014

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com entrega dos envelopes fixada para às 13:45:00 horas do dia 23/06/2014, e abertura prevista para às 13:45:00 do dia 23/06/2014. Objeto da licitação: o registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados, conforme normas da ANVISA, para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 04/06/2014

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo de Licitação Nº 41/2014, Pregão Presencial Nº 22/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2014

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 23/06/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 23/06/2014. Objeto da licitação: Registro de preço, para possível aquisição de condicionadores de ar, destinados a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos da Administração Pública. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 04/06/2014
Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

1º Termo Aditivo Ata de Registro Nº 46/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2014

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 08/2014

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa E. Kozowski e Cia Ltda. A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões nº 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade nº 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa E. Kozowski & Cia Ltda- ME, estabelecida na Avenida Agostinho de Souza, 760- Paula Freitas- PR, CNPJ 18.217.217/0001-13, pelo seu representante, Sr. Eder Kozowski, sob nº de CPF 044.606.829-23 e RG 4.074.854, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 04/2014, modalidade Pregão Presencial nº. 3/2014, e Ofício nº. SME 139/2014, da Senhora Lillian Eliane Batschauer Ferreira - Secretária Municipal da Educação, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, suas alterações posteriores tem, justo e aditado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA Facultado pelo artigo 65, inciso II, e §1º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Quinta da Ata de Registro de Preços nº. 08/2014, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 08/2014. CLÁUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 6.457,00 (Seis mil quatrocentos e cinquenta e sete reais) conforme abaixo discriminado:

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário	Valor total
11	600	Quilo	Banana Verde Características Técnicas: A banana deve ser de tamanho grande, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação, sua coloração deve ser de verde para amarelo, não deve estar completamente madura. Embalagem: o produto deve estar acondicionado em caixas de 20 kg. Entrega: Semanal	Ceasa	1,52	912,00
29	100	Quilo	Cenoura Características Técnicas: Cenoura de 1ª qualidade, classe média Tipo especial deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho muito pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg. Entrega: Semanal	Ceasa	1,88	188,00
63	100	Quilo	Laranja Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A laranja deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg. Entrega: Semanal	Ceasa	1,70	170,00
65	1100	Quilo	Maçã vermelha Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A maçã deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg. Entrega: Semanal	Ceasa	4,45	4.895,00
74	50	Quilo	Mamão Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. O mamão deve ser entregue pronto para a degustação, não estando verde e nem muito maduro, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade. Entrega: Semanal	Ceasa	3,28	164,00
79	40	Unidade	Óleo de Soja Ingredientes: Óleo de soja, antioxidantes TBHQ e Ácido cítrico. Embalagem: Deve estar intacta, em embalagens transparentes atóxicas tipo pet não apresentando amassamento ou vazamento, apresentando conteúdo de 900 ml. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: Mensal	Soya	3,20	128,00

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, para que este Contrato passe a produzir seus direitos jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 02 de junho de 2014.

Município de Irineópolis	MK Construções Ltda. EPP
Juliano Pozzi Pereira	Renato Moecke
Contratante	Contratada

1º Termo Aditivo Ata de Registro Nº 47/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2014

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 09/2014

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa LECH E CIA LTDA - EPP. A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Lech & Cia Ltda, estabelecida na Avenida 22 de Julho, 780,- Irineópolis, CNPJ 02.420.892/0001-05, pelo seu representante, Sra Jussara Lech, sob nº de CPF 584.138.989-00 e RG 1.794.230, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 04/2014, modalidade Pregão Presencial nº. 03/2014, e Ofícios SME n.º 138/2014 e 151/2014, da Senhora Lillian Eliane Batschauer Ferreira - Secretária Municipal da Educação, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, suas alterações posteriores tem, justo e aditado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA Facultado pelo artigo 65, inciso II, e §1º., da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Quinta da Ata de Registro de Preços nº. 09/2014, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 09/2014. CLÁUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 4480,10 (Quatro mil quatrocentos e oitenta reais e dez centavos) conforme abaixo discriminado:

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário	Valor total
12	100	Quilo	Batata Inglesa Características Técnicas: Batata de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg. Entrega: Semanal	Ceasa	2,77	277,00
16	240	Pacote	Biscoito Leite Embalagem: Deve estar intacta, pacotes de polietileno transparente com peso de 400g. Embalagem primária deve estar em caixa de papelão. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: Mensal	Orquidea	3,25	780,00
41	70	Unidade	Extrato de Tomate Embalagem: embalagem de 1,02kg Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: Mensal	Quero	3,94	275,80
57	600	Quilo	Frango Congelado - Coxa e Sobre-coxa: Característica Técnicas: Coxa e sobre-coxa de frango congelado. A ave deve estar firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente, sem odores; Deverão ser transportados de acordo com as normas da Vigilância Sanitária; Embalagem: Deve estar intacta. O produto deve estar acondicionado em bandejas ou sacos de polietileno leitoso ou transparente de 1 Kg. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: Mensal	Lar	5,06	3.036,00
73	190	Pote	Margarina cremosa, com redução de 50% teor de lipídeos Embalagem: deve estar intacta, contendo 500 grs. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses; Data de Fabricação: Máximo de 30 dias. Entrega: Mensal	Primor	3,71	111,30

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus direitos jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 02 de junho de 2014.

Município de Irineópolis	MK Construções Ltda. EPP
Juliano Pozzi Pereira	Renato Moecke
Contratante	Contratada

1º Termo Aditivo Ata de Registro Nº 48/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2014

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Luiz Fernando Cunha Grenier - ME. A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Luiz Fernando Cunha Grenier - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Camões, nº 971, conjunto 302, bairro Hugo Lage, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.162.386/0001-17, neste ato representada pelo senhor Luiz Fernando Cunha Grenier, portador do CPF nº 027.727.119-35 e RG nº 6.850.989-0, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 23/2014, modalidade Pregão Presencial nº. 19/2014, e Ofício n.º SME 141/2014, da Senhora Lillian Eliane Batschauer Ferreira - Secretária Municipal da Educação, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, suas alterações posteriores tem, justo e aditado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA Facultado pelo artigo 65, inciso II, e §1º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Quinta do Contrato nº. 37/2014, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula Primeira do Contrato nº. 37/2014. CLÁUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 1.590,00 (Um mil quinhentos e noventa reais) conforme abaixo discriminado:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
27	01	Unidade	Impressora Multifuncional Laser Colorida Funções: Imprimir, Copiar, Digitalizar Velocidade de Impressão em preto: Até 16 ppm, Velocidade da Impressão Colorida: 4 ppm, Resolução de Impressão ótima para preto e colorido: 600 x 600 dpi. Processador: 600 Mhz, Memória: 128MB, Display LCD informativo, Ciclo de serviço mensal: Até 20000, Conectividade: Interface USB 2.0, 1 Ethernet 10/100, 1 Sem Fio 802.11b/g/n. Bandeja de entrada para 150 folhas, bandeja para saída de folhas: 50, Especificação do Scanner: Base plana, alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade de 35 folhas, Formatos dos arquivos digitalizados, JPEG, TIF, BMP, PDF, PNG, Resolução de digitalização, óptica: Até 1200 dpi, Configurações de redução/ampliação de cópia de 25 até 400%, Compatível com Windows 8, Windows 7, XP. Acompanhando transformador de 110 para 220 com potencia compatível com o equipamento.	HP	1.590,00	1.590,00
Valor Total R\$						1.590,00

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus direitos jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam. Irineópolis (SC), 02 de junho de 2014.

Município de Irineópolis	MK Construções Ltda. EPP
Juliano Pozzi Pereira	Renato Moecke
Contratante	Contratada

Itá

PREFEITURA

Adendo 02 PL 023/2014, PP 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014

ADENDO Nº. 02

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, SC torna público que houve alteração na descrição do item nº 01, do anexo "E", do edital de licitação, para a aquisição de um trator agrícola, novo, e uma ensiladeira colhedora de forragens em linha, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 783944/2013/MAPA/CAIXA. Em consequência das alterações do Edital as propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 18 de junho de 2014 e abertas as 08h30min na mesma data. O edital e o Adendo encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508 ou 9528.

Itá SC, 04 de Junho de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Adendo 02 PL 024/2014, PP 019/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

ADENDO Nº 02

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que houve alteração na descrição do item 01, do anexo "E", do edital de licitação, para a aquisição de um trator agrícola, duas ensiladeiras colhedoras de forragens em linha, um distribuidor de adubo líquido, um arado subsolar, uma grade aradora e uma carreta basculante para trator, todos os bens/equipamentos novos, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 799357/2013/MAPA/CAIXA. Em consequência das alterações do Edital as propostas serão recebidas até as 10h00min do dia 18 de junho de 2014 e abertas as 10h00min nesta mesma data. O edital e o adendo encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508, 3458-9528.

Itá SC, 04 de Junho de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Adendo 02 PL 026/2014, PP 021/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014

ADENDO Nº 02

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que houve alteração na descrição do item 01, do anexo "E", do edital de licitação, para a aquisição de dois tratores agrícolas, uma ensiladeira colhedora de forragens em linha, um distribuidor de adubo líquido, uma grade aradora e uma carreta basculante para trator, todos os bens/equipamentos novos, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 795856/2013/MAPA/CAIXA. Em consequência das alterações do Edital as propostas serão recebidas até as 14h00min do dia 18 de junho de 2014 e abertas as 14h00min nesta mesma data. O edital e o adendo encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508, 3458-9528.

Itá SC, 04 de Junho de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Adendo 01 PL 030/2014, TP 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº030/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014

ADENDO Nº 01

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC torna público que houve alteração na data de recebimento das propostas de preços do presente processo licitatório, visando a contratação de empresa para execução de reforma e ampliação do Terminal Rodoviário Municipal. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 23 de junho de 2014 e abertas as 08h30min do dia 23 de junho de 2014. O edital e o adendo encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" Mais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508 ou 9528.

Itá SC., 04 de Junho de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o artigo 145, III da Constituição Federal, artigos 1º a 3º, do Decreto-lei 195/67 e artigos 81 e 82 da Lei n. 5.172/66 Código Tributário Nacional, especialmente a Lei Complementar Municipal nº 105, de 10 de dezembro de 2013, faz saber, que por meio do presente EDITAL traz ao conhecimento dos munícipes interessados os custos relativos a execução de obra pública de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA que será executada em vias localizadas no perímetro urbano do Município, para fins de ressarcimento ao erário público dos valores despendidos com sua execução, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

Os passeios públicos a serem pavimentados e que é objeto do presente edital, compreendem os trechos da Avenida Tancredo Neves entre as Ruas 03, 19, 04, 32, 01, 02, 18, 08, 06, 09, 16, 15, 14, 13, 35 e 29 ; A Rua 01 da Avenida Tancredo Neves até a continuação com a Avenida Tancredo Neves; A Rua 02 da Avenida Tancredo Neves até a continuação com a Avenida Tancredo Neves;

A Rua 06 entre a Avenida Tancredo Neves e as ruas 07 e 17 até a continuação da Avenida Tancredo Neves e a Rua 18 entre a Rua 05 e a Avenida Tancredo Neves, tendo como confrontação os lotes relacionados no Anexo III deste edital.

1 - DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

Em atenção à alínea "a", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66, o memorial descreve normas para a execução dos serviços de "pavimentação dos passeios públicos" sobre o existente no local, compreendendo todos os serviços e materiais necessários à execução da obra, conforme termos definidos no memorial descritivo Anexo I deste Edital.

2 - DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Atendendo exigência descrita na alínea "b", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66, o custo total da obra corresponde a R\$ 538.718,41 (quinhentos e trinta e oito mil, setecentos e dezoito reais e quarenta e um centavos). A área total da obra corresponde a 6.284,67 m², o custo estimado por metro quadrado da obra será de R\$ 85,72. As demais especificações do projeto constam no Anexo I deste Edital, disponível na sede da Municipalidade.

3 - DA DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A determinação do valor da contribuição de melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel beneficiado pela obra não podendo ser superior ao seu custo, obedecendo ao previsto no art. 198 da Lei Complementar Municipal nº 105/2013 e nos termos da alínea "c", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66.

4 - DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, conforme mapa constante do Anexo IV, ou seja, dos imóveis confrontantes ou beneficiados com as vias especificadas tendo como confrontação os lotes relacionados no Anexo III deste edital, conforme determina a alínea "d", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66.

5 - DA DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento) dos valores constantes nos itens do Orçamento Quantitativo e Financeiro conforme Anexo III, do presente Edital.

6 - DA PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES:

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 264.296,33 (duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos). Considerando que a área total da obra corresponde a 6.284,67 m², o custo estimado por metro quadrado da obra será de R\$ 42,05 (quarenta e dois reais e cinco centavos).

7 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

Para Pagamento à vista (até 30 dias após a opção) com desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor lançado. Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte em até 18 (dezoito) parcelas sobre o valor lançado, desde que a parcela seja igual ou superior a 60 (sessenta) UMRf.

8 - DA IMPUGNAÇÃO:

Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas tem o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do presente Edital para interpor impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova indicando os fatos e fundamentos. O prazo impugnação é de 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil

seguinte à data da publicação do presente edital.

9 - DO ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

O índice de Valorização individual de cada imóvel é de 100% (cem por cento), sobre o valor total aplicado em cada lote, tendo como parâmetro o custo da obra por metro quadrado, na sua área de abrangência.

Os interessados terão acesso a este Edital na íntegra, bem como seus Anexos, por meio do endereço eletrônico www.ita.sc.gov.br, ou pelo E-mail administracao@ita.sc.gov.br

Itá, SC, 28 de maio de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.916, de 3 de Junho de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.916, DE 3 DE JUNHO DE 2014.

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de expedição de receitas médicas digitadas em computador ou datilografadas, e atestados e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º. É obrigatória a expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas ou datilografadas nos postos médicos, nas unidades básicas de saúde, hospitais, clínicas, consultórios médicos da rede pública e privada do Município, bem como a expedição de atestados.

Parágrafo único: A obrigatoriedade da expedição de receitas, de acordo com o disposto no caput deste artigo, exclui a utilização de códigos ou abreviaturas.

Art.2º. A receita médica ou odontológica conterá, obrigatoriamente, as seguintes informações:

I. Nome, endereço e telefone do posto médico, da unidade básica de saúde, clínica ou consultório onde foi expedida a receita ou atestado;

II. Nome do paciente;

III. Nome do medicamento indicado, e seu correspondente genérico;

IV. Concentração, dosagem e sua periodicidade, forma de apresentação, quantidade prescrita; via de administração, prescrição;

V. Período de tratamento;

VI. Carimbo com assinatura do médico/odontólogo com o numero de inscrição no respectivo Conselho.

Art. 3º. Fica a cargo do Poder Executivo a regulamentação, a fiscalização e a determinação de penalidades para o não cumprimento desta lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 3 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Extrato do Contrato Nº 94/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 94/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e GRACIELI KRAWCZAK.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013

OBJETO: Segundo Termo Aditivo do contrato nº 34/2014 onde altera a Carga Horaria do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 20 horas para 30 horas, como Professor de Ensino

Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: B-01

VIGÊNCIA: 02/06/2014 a 12/12/2014.

Itapiranga - SC, 02 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Portaria Nº 141/2014

Portaria nº 141 de 2 de junho de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 7% (sete por cento) incorporado no vencimento base, da servidora municipal Lisete Stein Melz matrícula nº 15029/01, tendo em vista a conclusão do Ensino Médio, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 2 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 143/2014

Portaria nº 143 de 2 de junho de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 5% (cinco por cento) incorporado no vencimento base, da servidora municipal Andréia Fátima Wathier matrícula nº 14636/01, tendo em vista a conclusão do Curso de Especialização Lato Sensu em Fisioterapia Dermato Funcional, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 2 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 144/2014

Portaria nº 144 de 2 de junho de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 7% (sete por cento) incorporado no vencimento base, do servidor municipal Hilário Luiz Strack matrícula nº 14262/02, tendo em vista a conclusão do Ensino Médio, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 2 de junho de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 142/2014

PORTARIA Nº 142 de 2 de junho de 2014
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL (GE)

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 02/2006, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 60/2013;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação Especial (GE) no percentual de 40% (quarenta por cento) ao servidor Paulo José Theobald, matrícula nº 10281/01, para atuar como responsável pela retirada de macadame, em conformidade com o anexo I da Lei Complementar nº 60 de 6 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 145/2014

Portaria nº 145 de 2 de junho de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Irani Haas Scholz, matrícula nº 4092/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 1º/6/2014 até 31/8/2014, referente o período aquisitivo de 18/2/2007 até 17/2/2012.

Art. 2º. Converter o período de 1º/7/2014 até 31/8/2014 correspondente a 2/3 (dois terços) da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 146/2014

Portaria nº 146 de 2 de junho de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Lenice Maria Back, matrícula nº 4035/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 1º/6/2014 até 31/8/2014, referente o período aquisitivo de 4/3/2001 até 3/3/2006.

Art. 2º. Converter o período de 1º/7/2014 até 31/8/2014 correspondente a 2/3 (dois terços) da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 147/2014

Portaria nº 147 de 2 de junho de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Idrania Casagrande, matrícula nº 10128/02 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 1º/6/2014 até 31/8/2014, referente o período aquisitivo de 22/12/2006 até 21/12/2011.

Art. 2º. Converter o período de 1º/7/2014 até 31/8/2014 correspondente a 2/3 (dois terços) da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 148/2014

Portaria nº 148 de 2 de junho de 2014.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Guerti Kroetz Vogt matrícula nº 14679/01, no período de 2/6/2014 até 28/11/2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC, 2 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 149/2014

Portaria nº 149 de 2 de junho de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de junho de 2014, Daniela Paula Foletto, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 512 classe A-02.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 138/2014

Portaria nº 138 de 2 de junho de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de junho de 2014, Dienifer Strack, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 512 classe A-02.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 53/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: VON STEIN REFRIGERAÇÃO LTDA, com sede á Av. Arthur Thomas, nº559, Londrina/PR, CEP: 86.065-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.442.327/0001-30, e Inscrição Estadual: 90506174-72, representada neste ato por administrador, o Sra. RENATA VON STEIN GONÇALVES, portador do CNPF/MF nº 029.930.709-32, e do CI.RG nº 6.297.953-4/SSP-PR

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014 - PROCESSO Nº 67/2014;

Objeto: Aquisição de eletroeletrônicos, equipamentos industriais, e equipamentos de cozinha, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.

Valor total: R\$ 40.500,00 (QUARENTA MIL E QUINHENTOS REAIS).

Data da assinatura: 03/06/2014;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2014.

Itapoá, 04 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 54/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: NARCEL REFRIGERAÇÃO COMERCIAL LTDA EPP, com sede á Travessa José Zilliotto, nº65, São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.005-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 81.406.746/0001-00, e Inscrição Estadual: 10504851-33, representada neste ato por administrador, o Sr. NARCISO KRASNIAK, portador do CNPF/MF nº 553.167.869-04, e do CI.RG nº 3.389.723-5/SSP-PR.

Objeto: Aquisição de eletroeletrônicos, equipamentos industriais, e equipamentos de cozinha, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.

Valor total: R\$ 26.110,00 (VINTE E SEIS MIL CENTO E DEZ REAIS).

Data da assinatura: 03/06/2014;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2014.

Itapoá, 04 de junho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 55/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA, com sede á Rua Germano Frederico Timm, nº22, sala A-Santa Catarina, Joinville/SC, CEP: 89233-840, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.729.372/0001-03, e Inscrição Estadual: 256.420.556, representada neste ato por administrador, o Sr. RANGEL BREMEM, portador do CNPF/MF nº 003.751.299-44, e do CI.RG nº 3.603.506/SSP-SC.

Objeto: Aquisição de eletroeletrônicos, equipamentos industriais, e equipamentos de cozinha, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.

Valor total: R\$ 1.300,00 (MIL E TREZENTOS REAIS).

Data da assinatura: 03/06/2014;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2014.

Itapoá, 04 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Pregão Nº 33/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 04/06/2014, a partir das 09h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Ad Hoc do Município, a Sra. ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, VALERIO PACHECO e MARIZA APARECIDA FILLA nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzir a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 000033/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
JMS SERVICOS DE TRANSITO LTDA
SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ARAQUARI IMPRESSOES LTDA ME
SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME

VICENTE CELESTINO POLONI ME
VIA D'ÁGUA COM. DE PRODUTOS DE MEDICAÇÃO HIDRAULICA E SANE-
AMENTOS LTDA
SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA
JP DUQUE IRULEGUI
SINCO SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INDUSTRIAL E COMER-
CIO LTDA

Representantes (Credenciados)
RUBENS SERGIO MACHADO
LICELE WESTPHAL
PAULO ROBERTO ZIMMER
SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME
VICENTE CELESTINO POLONI
IDOLAR EV
FAGNER RODRIGO PASSIG
ANDRE FABRIS BRANCO
SERGIO MAIA DE OLIVEIRA

Analizados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas a(s) empresa(s):

Empresas (Não Credenciadas)	Motivo:
ANDRE RAMOS LEO	Descumpriu o item 5.6 do edital

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme, restando desclassificada apenas a(s) empresa(s):

Empresas (Desclassificadas)	Motivo:
VICENTE CELESTINO POLONI ME	Descumpriu o item 6.2 alínea a do edital
JP DUQUE IRULEGUI	Descumpriu o item 6.2 alínea a do edital

Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	SINCO SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INDUSTRI	63.480,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que, a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
SINCO SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INDUSTRI	63.480,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos

termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 04/06/2014.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Pregoeira Ad Hoc

Equipe de Apoio
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK
VALERIO PACHECO
MARIZA APARECIDA FILLA

Assinantes	Assinatura
Representantes	
JMS SERVICOS DE TRANSITO LTDA	
SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	
ARAQUARI IMPRESSOES LTDA ME	
SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	
SINCO SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INDUSTRI	

Termo Aditivo Nº 26/2014

TERMO ADITIVO N.º 26/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 86/2011. (3º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado neste ato representado Secretária de Administração e Finanças, Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, inscrita no CNPJ/MF: 248.71.419-34 e portadora da CI. RG. 2/R 037.212-2/SC, e pelo Prefeito Municipal SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI. RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa IPÊ INFORMATICA LTDA, com sede á Rua Nunes Machado, nº 1797, Bairro: Rebouças, na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.263.321/0001-30 e Inscrição Estadual nº 90277191-36, representada neste ato pelo Sr. EDUARDO CHI TSE WEI, brasileiro, empresário, portador do CNPJ/MF nº 875.343.809-44 e do CI. RG nº 3.692.833-6-SSP/PR, residente e domiciliado a Rua Floriano Essenfelder, nº 426, apto 502, ajustam o presente termo aditivo a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) link dedicado com velocidade de 10MBPS FULL, contínuo e ininterrupto, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2011 - PROCESSO Nº 97/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo n.º 86/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/06/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Altera cláusula terceira "Do Preço", acrescentando o valor fixo mensal de R\$ 8.950,00 (oito mil novecentos e cinquenta reais), totalizando o valor para o período de 12 (doze) meses de 107.400,00 (cento e sete mil e quatrocentos reais), conforme descrito:

Item	Descrição	Valor Mensal	Valor Total (06 meses)
1	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) link dedicado com velocidade de 10MBPS FULL, contínuo e ininterrupto.	R\$ 8.950,00	R\$ 107.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato n.º 86/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 86/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita. Itapoá/SC, 30 de maio de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA IPÊ INFORMÁTICA LTDA EDUARDO CHI TSE WEI P.P/ PAULO QUADROS GUIMARÃES
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	RAFAEL VIDA ALMEIDA TÉCNICO EM INFORMÁTICA
TESTEMUNHAS:	
NOME:	NOME:
CNPJ/MF:	CNPJ/MF:

Termo Aditivo Nº 28/2014

TERMO ADITIVO N.º 28/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 104/2013 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominado CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPJ/MF nº 791.929.639-00 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa EMPREITEIRA

DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, com sede à Rodovia SC 495, 2.034, Areias Pequenas, na cidade de Araquari/SC, CEP: 89.245-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.574.370/0001-20 e Inscrição Estadual n.º 254.407.951, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. MARCELO BENVENUTTI, portador do CNPJ/MF nº 024.368.779-63 e CI.RG nº 2/R 4.017.012, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência do objeto da Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada para fornecimento, transporte, espalhamento com máquina niveladora e compactação com rolo vibratório de 13.500 m3 de saibro de cava, classificação até 2" (polegadas) visando recuperação de estradas rurais, sendo que o leito das estradas deverá se preparado com nivelamento e sarjeta para saída de água pluvial e o granding de 5% a 6% (abaulamento), conforme especificações constantes no Anexo I, projeto básico, memorial descritivo, ART, e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 13/2013 - PROCESSO Nº 122/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 104/2013 em 90 (noventa dias) contados a partir do dia 10 de junho de 2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 104/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 104/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 03 de junho de 2014.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

JEFERSON RUBENS GARCIA
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA MARCELO BENVENUTTI

Testemunhas:
NOME: CNPJ/MF:

NOME: CNPJ/MF:

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 34/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2014
Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: FERRAZZA & FERRAZZA LTDA- ME, com sede á

Avenida Celso Ramos, nº 1516, Bairro: Brasília, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.881.317/0001-96 e Inscrição Estadual n.º 255.410.980, representada neste ato pelo sócio o Sr. DIOGO JOSE FERRAZZA, portador do CNPF/MF sob o nº: 038.035.129-30, e do CI. RG nº3. 763.871

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2014, PROCESSO Nº 49/2014.

Objeto: Contratação de empresa especializada para lavagem dos veículos da frota municipal, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 17.218,00 (Dezesseite mil duzentos e dezoito reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 04 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Termo Aditivo Nº 27/2014

TERMO ADITIVO N.º 27/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 60/2013 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e a empresa ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO-1833573099, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.325.014/0001-90 e Inscrição Estadual: 256.553.130, com sede à Estrada Geral, 1º de julho, Bairro Sai Mirim, CEP: 89249-000, na cidade de Itapoá/SC, representada neste ato por sócio, o Sr. Antonio dos Santos Pinheiro, portador do CNPF/MF nº 183.357.309-97 e do CI.RG 5288697, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de gêneros alimentícios para preparação da Alimentação Escolar dos alunos da Rede Municipal de ensino, conforme especificações constantes no anexo V do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º 50/2013 - PROCESSO Nº 29/2013 - REGISTRO DE PREÇO Nº 92/2013 de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O presente aditivo totaliza o valor de R\$ 25.775,00 (vinte e cinco mil setecentos e setenta e cinco reais) o qual corresponde a 25% do valor do item da respectiva ata de registro de preço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação, em caráter de complementação, conforme abaixo descrito:

Item	Sub.	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
21		Produtos de Panificação					
	21.1	Bolo Cenoura com cobertura, pronto para consumo. Produto íntegro, sem partes mofadas ou sujas. Embalados um a um, acondicionados em caixas próprias para alimentos.	Pão Helena	kg	125	R\$ 14,51	R\$ 1.813,75
	21.2	Bolo Chocolate com cobertura pronto para consumo. Produto íntegro, sem partes mofadas ou sujas. Embalados um a um, acondicionados em caixas próprias para alimentos.	Pão Helena	kg	125	R\$ 15,29	R\$ 1.911,25
	21.3	Pão Chineque com farofa, peso unitário de 80g.	Pão Helena	unid	2500	R\$ 0,70	R\$ 1.750,00
	21.4	Pão de fôrma fatiado para lanche. Embalagem de 500g cada de polietileno transparente. Data de fabricação máxima de 1 dia.	Pão Helena	unid	375	R\$ 5,50	R\$ 2.062,50
	21.5	Pão de hambúrguer sem gergelim, peso unitário 50g. Data de fabricação máxima de 1 dia.	Pão Helena	unid	3750	R\$ 0,65	R\$ 2.437,50
	21.6	Pão de queijo assado pronto para o consumo, peso unitário 100g. Produto íntegro (não amassados).	Pão Helena	unid	3750	R\$ 1,52	R\$ 5.700,00
	21.7	Pão francês, 50 gramas cada.	Pão Helena	unid	13750	R\$ 0,38	R\$ 5.225,00
	21.8	Pão massinha, para cachorro quente, peso unitário de 50g.	Pão Helena	unid	7500	R\$ 0,65	R\$ 4.875,00
Total							R\$ 25.775,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n.º 60/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 60/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 03 de junho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO-1833573099 ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO
TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Extrato do Contrato Nº 56/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2014
Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: D-GEO GEOLOGIA E ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA-EPP, com sede á Rua Aralu, nº 43, Bairro Vila Gomes Cardim, na cidade de São Paulo/SP, CEP: 03319-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.460.120/0001-13, representada neste ato por empresário, o Sr. DIEGO ANDRIGHETTI PEREIRA, portador do CNPJ/MF nº 293.671.818-09, e do CI.RG nº 33516592 SSP/SP

Licitação: CONVITE Nº 11/2014 - PROCESSO Nº 57/2014;
Objeto: Contratação de empresa de mão de obra especializada para execução de estudos hidrogeológicos e implantação de postos de monitoramento no antigo aterro sanitário no Município de Itapoá, conforme termo de referencia e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.
Valor total: R\$ 58.913,00(cinquenta e oito mil reais novecentos e treze reais).
Data da assinatura: 04/06/2014;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura e a sua vigência esta condicionada a entrega total do objeto e serviço, ou 180 (cento e oitenta) dias corridos.

Itapoá, 04 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Jacinto Machado

PREFEITURA

Decreto Nº 058, de 23 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 058, DE 23 DE MAIO DE 2014.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO SAMAE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DAS TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 728 de 22 de maio de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do SAMAE, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), como segue:

ÓRGÃO 13: SAMAE

UNIDADE 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do SAMAE

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0040(09) - Aplicações Diretas.R\$ 110.000,00
TOTAL: R\$ 110.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior ocorreram por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

ÓRGÃO 13: SAMAE

UNIDADE 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Projeto 1.044: Ampliação Sistema Abastecimento de Água - Sede e Comunidades

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(02) - Aplicações Diretas...R\$ 60.000,00

Projeto 1.045: Implantação e Ampliação Sistema de Esgotamento

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(04) - Aplicações Diretas...R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 110.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado, 23 de maio de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 059 de 30 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 059 DE 30 DE MAIO DE 2014.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO DURANTE OS JOGOS DO BRASIL NA COPA DO MUNDO FIFA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 7º, inciso XIV, da Constituição Federal, combinado com o Art. 18, da Lei nº. 245, de 20.03.2000, e posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Durante a Copa do Mundo FIFA 2014, nos dias de jogos do Brasil, a Prefeitura Municipal de Jacinto Machado e suas Secretarias e Autarquias adotarão o horário de expediente das 07:00 h às 13:00 h.

Art. 2º - Os serviços de limpeza pública, água, saúde, educação e outros serviços entendidos como de natureza essenciais e inadiáveis serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade do Secretário ou do Diretor da respectiva pasta.

Art. 3º - Considerando que a jornada de trabalho normal é de 08 (oito) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, havendo a necessidade, os servidores (as) enquadrados no horário estabelecido, poderão ser convocados para o trabalho em horário integral, sem que lhes sejam atribuído pagamento de horas extras.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 30 de maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 2, de 20 de Maio de 2014**

PORTARIA Nº 2, DE 20 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre concessão de progressão funcional, por mérito, aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, combinado com o disposto nos arts. 15, 16, inc. I, 17, inc. II e 20, da Lei nº 483, de 08 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder progressão funcional, por mérito, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado, por desempenho profissional no exercício do cargo mediante resultado satisfatório, com a passagem de uma referência para a imediatamente seguinte, conforme disposto no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de maio de 2014.

Jacinto Machado, 20 de maio de 2014; 55º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)

Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador JOSÉ TALAÚ (PP)

Primeiro Secretário

ANEXO ÚNICO

(PORTARIA Nº 2, DE 20 DE MAIO DE 2014)

CARGOS EFTIVOS	CLASSE	NIVEL	REFERENCIA ANTERIOR	REFERENCIA ATUAL
Auxiliar de Serviços Legislativos	I - CPE	1 a 4	1 - I	1 - J
Secretário-Geral	III - CPE	6 a 9	6 - J	7 - A
Contador	IV - CPE	6 a 9	7 - A	7 - B

Resolução Nº 6, de 30 de Maio de 2014

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 30 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre concessão de licença ao Vereador Moacir Candiottto (PP), por motivo de doença.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe os arts. 24, inc. V, e 28, inc. I, da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 93, inc. I, do Regimento Interno da Câmara, faz saber que o Plenário aprovou o Requerimento nº 6/2014 e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedido ao Vereador MOACIR CANDIOTTO (PP), nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara, licença, por motivo de doença, no período de 1 a 30 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de junho de 2014.

Jacinto Machado, 30 de maio de 2014; 55º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)

Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador JOSÉ TALAÚ (PP)

Primeiro Secretário

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato PL 42/2014/PMJ - PP 31/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014/PMJ

Objeto: Serviços especializados para a realização de Concurso Público para a admissão de servidores de provimento efetivo para preenchimento de vagas para a Administração Pública Municipal. Forma de Julgamento: Menor preço global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 26/06/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 26/06/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 04 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Ata Registro de Preços 1/2014/FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2014/FMAS

COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE VIAGENS ESPECIAIS PARA O TRANSPORTE DOS USUÁRIOS E ALUNOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE EDUCAÇÃO, NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, AÇÕES OU PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS MESMAS.

Aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.247.113/0001-11, como órgão gerenciador, a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como órgão participante e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu estatuto social, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada DETENTORA, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 4.388/2013, Decreto Municipal nº 2.879/2006 e alterações, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Pregão Presencial nº 02/2014/FMAS, Processo de Licitação nº 03/2014/FMAS, mediante termos e condições que seguem.

DETENTORA (S):

1ª	RAZÃO SOCIAL:	REUNIDAS TURISMO S.A.
	ENDEREÇO:	RUA HERCULANO COELHO DE SOUZA, 555 - CAÇADOR
	CNPJ/MF:	04.176.082/0001-80
	REPRESENTANTE LEGAL:	RUI CARAMORI
	ENDEREÇO:	RUA DR. HERCULANO COELHO DE SOUZA, 555 - CAÇADOR - SC
	CPF:	170.895.909-25
	RG:	6.642.236

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Os preços ora REGISTRADOS, de acordo a proposta apresentada pela DETENTORA no Processo de Licitação, correspondem à expectativa de contratação dos seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	7.000	Km	Transporte descontinuado de passageiros, em percursos de 01 a 500 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo micro ônibus, de capacidade mínima para 25 passageiros sentados, dotado de calefação.	R\$ 4,43	R\$ 31.010,00

2	2.400	Km	Transporte descontinuado de passageiros, em percursos acima de 501 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo micro ônibus, de capacidade mínima para 25 passageiros sentados, dotado de calefação.	R\$ 4,30	R\$ 10.320,00
3	9.000	Km	Transporte descontinuado de passageiros, em percursos de 01 a 500 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	R\$ 5,00	R\$ 45.000,00
4	3.200	Km	Transporte descontinuado de passageiros, em percursos acima de 501 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	R\$ 4,90	R\$ 15.680,00
5	6.200	Km	Transporte descontinuado de passageiros, em percursos acima de 501 quilômetros, em viagens interestaduais, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	R\$ 5,27	R\$ 32.674,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

2.2. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto da presente licitação se dará de forma descontinuada, de acordo com as especificações da cláusula primeira deste instrumento e conforme a necessidade do órgão requisitante.

3.2. Havendo a necessidade do transporte, o órgão requisitante emitirá a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas à DETENTORA.

3.2.1. O órgão requisitante informará a DETENTORA quando da necessidade da realização das viagens, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

3.2.2. O embarque e o desembarque dos passageiros deverão ocorrer em local previamente estabelecido pelo órgão requisitante.

3.2.3. O órgão requisitante informará o dia, o local e o horário de saída, bem como, as demais informações para a realização da viagem.

3.3. Na execução do objeto, a DETENTORA deverá:

a. Permanecer com o veículo na cidade onde estiver ocorrendo o evento, bem como realizar o transporte interno entre os locais que se fizerem necessário.

b. Observar e cumprir com as normas do Código Brasileiro de Trânsito, pertinentes à espécie;

c. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos de boa conduta, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, observando-se todas as exigências da legislação de trânsito relativa aos condutores dos veículos;

d. Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

e. Cumprir, a legislação vigente.

f. Submeter os veículos às vistorias técnicas determinadas pela legislação;

g. Utilizar, para a execução dos serviços durante a vigência da Ata, veículos com, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação.

h. Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

i. Manter o serviço de forma regular e contínua, substituindo temporariamente, em caso de problemas, o veículo previamente destinado ao serviço, por outro, em condições melhores ou iguais aos do primeiro.

j. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários e diárias (hospedagem e alimentação) do pessoal porventura empregado para a execução dos serviços, bem como pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de gerenciamento, indenizações devidas a terceiros, seguros de pessoas e bens, resultantes da execução do objeto, sem custos adicionais.

k. Manter pessoal uniformizado e identificado através de crachás, com fotografia recente, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

3.4. Não serão pagas diárias, nem ao motorista e nem ao veículo, quando os mesmos estiverem parados na cidade onde estiver ocorrendo o evento.

3.5. Os veículos a serem disponibilizados pela DETENTORA deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção, bem como, deverão possuir seguro obrigatório e seguro por danos pessoais para os ocupantes dos mesmos.

3.6. Por ocasião do recebimento dos serviços o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a DETENTORA a promover a devida regularização.

3.6.1. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

3.7. Nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 4.388/2013, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência da Secretaria Municipal de Assistência Social, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no § 4º do art. 21 do mesmo diploma legal.

3.7.1. Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social, como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, verificar junto a DETENTORA a capacidade de fornecimento dos serviços solicitados pelo órgão ou entidade aderente.

3.7.2. Caberá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação do fornecimento dos serviços ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.7.3. Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do registro de preços o quádruplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

4.1. O pagamento será efetuado após a realização de cada viagem, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, importando os valores conforme a quantidade de quilômetros rodados e a característica do veículo utilizado, mediante apresentação do documento de controle da quilometragem atestado por servidor competente e pelo motorista que a executou.

4.1.1. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do artigo 31, da Lei nº 9.032/1995, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

4.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, CNPJ nº 02.247.113/0001-11, Av. XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba (SC), ou PREFEITURA DE JOAÇABA, CNPJ nº 82.939.380/0001-99, Av. XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba (SC), conforme o caso, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

4.2.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a DETENTORA.

4.3. Os preços não serão reajustados.

4.4. A Secretaria Municipal de Assistência Social fará, periodicamente, levantamento dos preços praticados no mercado visando aferir se os preços registrados apresentam-se vantajosos.

4.5. Os preços poderão ser revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos da alínea "d", inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela DETENTORA.

4.5.1. Mesmo comprovada a ocorrência prevista na alínea "d", inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e promover outro processo licitatório.

4.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de

fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

4.7. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.7.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.7.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.8. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberá-lo do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.8.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A Secretaria Municipal de Assistência Social e os órgãos participantes consignarão, inclusive no próximo exercício, em seus orçamentos, os recursos necessários ao atendimento das eventuais aquisições.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

6.1. Responsabilidades da DETENTORA:

6.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula terceira (Da Forma de Execução) da presente Ata.

6.1.2. Manter, durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

6.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

6.1.5. Exigir do órgão requisitante a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva liberação dos serviços solicitados.

6.1.6. Exigir do órgão requisitante a conferência da quilometragem, antes da realização e no retorno de cada viagem.

6.2. Responsabilidades da Secretaria Municipal de Assistência Social / órgãos participantes:

6.2.1. Tomar todas as providências necessárias à execução e à fiscalização do objeto;

6.2.2. Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com a cláusula quarta do presente instrumento;

6.2.3. Providenciar a publicação resumida da presente Ata até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

6.2.4. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para que a DETENTORA proceda ao transporte solicitado.

6.2.5. Convocar a DETENTORA via fax, e-mail ou telefone, para a retirada da Solicitação e da respectiva Nota de Empenho.

6.2.6. Controlar a quilometragem percorrida, realizando conferência

da mesma antes da realização e no retorno da viagem.

6.2.7. Comunicar à DETENTORA qualquer falha apresentada nos serviços fornecidos, exigindo-lhe a imediata correção.

6.2.8. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a DETENTORA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

7.2. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a DETENTORA à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), por dia de atraso, até o limite de 20% do valor total registrado.

7.2.1. A multa aludida acima não impede que o Município aplique as outras sanções previstas em Lei.

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

8.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O sistema de registro de preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações junto as DETENTORA(S) desta Ata.

9.2. A existência de preços registrados não obriga o Município a adquirir os serviços objeto desta Ata, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, a DETENTORA do registro terá sempre preferência.

9.3. Para fins deste registro de preços aplicar-se-á o disposto no Decreto Municipal nº 4.388/2013 e Lei nº 8.666/93 e alterações, e

ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

9.4. A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

9.5. Os casos omissos serão resolvidos à luz do Decreto Municipal nº 4.388/2013, e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes, a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 04 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

REUNIDAS TURISMO S.A.

RUI CARAMORI

DETENTORA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Termo de Homologação PP 2/2014/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2014 - PR Processo Administrativo: 3/2014 Processo de Licitação: 3/2014 Data do Processo: 08/05/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 3/2014
b) Licitação Nr.: 2/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/06/2014
e) Objeto da Licitação Registro de Preços para a contratação eventual e futura de viagens especiais para o transporte dos usuários e alunos das Secretarias Municipais de Assistência Social e de Educação, na participação em eventos, ações ou projetos desenvolvidos pelas mesmas.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

REUNIDAS TURISMO S.A. - (6370)

1	Transporte descontinuado de passageiros, em percursos de 01 a 500 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo micro ônibus, de capacidade mínima para 25 passageiros sentados, dotado de calefação.	KM	7.000,00	0,0000	4,43	31.010,00
2	Transporte descontinuado de passageiros, em percursos acima de 501 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo micro ônibus, de capacidade mínima para 25 passageiros sentados, dotado de calefação.	KM	2.400,00	0,0000	4,30	10.320,00
3	Transporte descontinuado de passageiros, em percursos de 01 a 500 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	KM	9.000,00	0,0000	5,00	45.000,00
4	Transporte descontinuado de passageiros, em percursos acima de 501 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	KM	3.200,00	0,0000	4,90	15.680,00
5	Transporte descontinuado de passageiros, em percursos acima de 501 quilômetros, em viagens interestaduais, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	KM	6.200,00	0,0000	5,27	32.674,00

Total do Fornecedor: 134.684,00

Total Geral: 134.684,00

Joaçaba, 4 de Junho de 2014.

Rafael Laske - Prefeito

SIMAE**Ata Registro de Preços - Escavação**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2013

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0048/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Serviços de Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matações de valas onde executar redes de água e esgoto, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0048/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - Quantidade - 100 - Unidade de medida - HORAS.

1º. Colocado - Empresa: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, no valor de R\$165,00 (Cento e sessenta e cinco reais);

Item 02 - SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO - Quantidade: 100 - Unidade de medida - HORAS.

1º. Colocado - Empresa: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, no valor de R\$ 285,00 (Duzentos e oitenta e cinco reais);

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos serviços de escavadeira hidráulica, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela

estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0048/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

4.1 O Serviço de Escavadeira Hidráulica deverá ser executado conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

4.2 Após o recebimento da AF-Autorização de Fornecimento e/ou NE-Nota Empenho, por parte do fornecedor, o serviço deverá ser iniciado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na AF e/ou NE.

4.2.1 Serão solicitados serviços na área urbana ou rural dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna.

4.3 Cada AF e/ou NE deverá conter no mínimo:

- a) Data de Expedição;
- b) Indicação de Local ou dos locais onde serão prestados os serviços;
- c) Tipos de serviços que serão prestados.

4.4 Após a conclusão dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal / Fatura correspondente à quantidade de horas trabalhadas, que será submetida à aprovação do Gerente responsável pela solicitação dos serviços.

4.5 Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:

- a) provisoriamente: A recepção provisória dos serviços será feita por responsável, designado pelo SIMAE, sendo que deverá verificar se os serviços foram executados adequadamente "in loco";
- b) definitivamente: A recepção definitiva dos serviços será feita por servidor designado, que será incumbido da fiscalização direta do contrato após vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados e assinatura do Comprovante de Inspeção comprovando que a empresa executou os serviços e liberando o pagamento (se for o caso), em um prazo máximo de até 05 (cinco) dias após apresentação da nota fiscal.

4.5.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do serviço, cujo pagamento se dará em até 5 (cinco) dias após a liberação do pagamento.

4.6 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, por conta e risco da mesma, sem qualquer ônus ao SIMAE.

4.7 Se os serviços não forem realizados no prazo estipulado, a licitante vencedora estará sujeita às sanções previstas no Edital de Pregão Presencial JHL 0048/2013, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.

4.8 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade com as especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter os serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetivado em até 05(cinco) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo Gestor do Contrato, mediante apresentação de nota fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes da contratação dos Serviços de Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matações de valas onde executar redes de água e esgoto correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 1051 e 1052

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

d) Manter, durante toda a vigência da presente Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na Licitação (art.55, XII da Lei 8.666/93);

e) Permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo SIMAE, na execução dos serviços;

f) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;

g) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

b-1)- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

b-2)- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 05 de Dezembro de 2013.

Ana Paula Pereira

Pregoeira

Equipe de Apoio

Eliane Aparecida Ceron Vier

Ligia Adriane Darold da Silva

EMPRESA

Rodrigo Secchi

SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

Portaria JHL 093/2014

PORTARIA n.º JHL 093/2014, de 04/06/2014.

Institui Comissão para Concurso Público.

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto - SIMAE, de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1)- Designar os Srs. Aluir Flemming, João Carlos Ungericht, Paulo César Lamin e Giane Maria Marqueze Lecher, ambos servidores do SIMAE, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Especial do Concurso Público responsável por auxiliar a Empresa ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E PRIVADA EIRELI em questões relacionados ao Concurso Público no que diz respeito as competências do SIMAE e o estabelecido no Edital SIMAE/JHL/01/2014.

Joaçaba, 05 de junho de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Portaria JHL 092/2014

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 092/2014 DE 04/06/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º) DESIGNAR os servidores Aluir Flemming, Eliane Aparecida Ceron Vier, João Carlos Ungericht e Patricia Callegari Warken, para sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão incumbida de proceder a vistoria, avaliação e exame de melhor destinação, no caso de vendas, destruição e ou incineração dos bens arrolados pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio no exercício de 2014.

Art. 2º) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba-SC, 04 de junho de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Resumo Contrato JHL 0049/2014 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0049/2014

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0022/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2014

PROTOCOLO Nº 1244/2014

Data: 04/06/2014

Objeto: Aquisição de 1.000 hidrômetros Volumétricos, Vazão máxima 1,5m³/h, DN ¾", comprimento 165 mm, sem conexões.

Contratado: ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E AGUA LTDA

Valor Contratado: R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

Programa: 14.01.

Projeto/Atividade: 1.051

Elemento De Despesa: 4.4.90.52.04

Prazo de vigência: 04/06/2014 a 07/10/2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

Resumo do Contrato Jhl0048/2014

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0048/2014

TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0021/2014

TOMADA DE PREÇOS JHL0003/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2014

PROTOCOLO Nº 0350/2014

Data: 28/05/2014

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, da Lei 8.666/93, fica suprimido ao contrato o valor de R\$17.567,25(dezessete mil quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos)

Contratado: CIC FLORESTA LTDA

Valor Contratado: R\$74.976,95(noventa e quatro mil novecentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos)

Programa: 17.512.0029

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.58

Contratado: CIC FLORESTA LTDA - ME

Prazo de vigência: 90 DIAS, CONTADOS DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

Nota de Empenho Jhl0773/2014 Ata de Registro de Preços 01/2014**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/06/2014

Nº do empenho : **773/14**

Estimativa

Processo :

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.122.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE
 Elemento: 3.3.90.30.96.00.00.00.01.0000 - Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000003

Dotação Inicial:	960.000,00	Empenhos anteriores :	769.915,84
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.500,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	960.000,00	Total (B) :	771.415,84
		Saldo (A - B) :	188.584,16

Credor: **6594 ELIANE APARECIDA CERON VIER**

Endereço: RUA TIRADENTES, 123

Cidade: JOACABA SC

UF: SC

C.P.F.: 596-843-999/87

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco: 027 - BESC S/A

Agência: 090-6

Fone:

Conta Corrente: 11543-2

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	------------	----------------	-------------

Histórico:

ADIANTAMENTO PARA ATENDER DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO NO MÊS DE JUNHO DE 2014.

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	1.500,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Fundamento legal : ART25 LEI8666/93

Data : 21/06/1993

Modal. licitação : Inexigibilidade de Licitação

Processo Lic. :

Data :

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Contadora CRC SC 029205/O-3

Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/06/2014

Nº do empenho : **774/14**

Estimativa

Processo :

Órgão: 14 - Órgão 14
Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
Funcional: 17.122.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
Projeto/Atividade: 2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE
Elemento: 3.3.90.39.96.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec
Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
Código reduzido: 000003

Dotação Inicial:	960.000,00	Empenhos anteriores :	771.415,84
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.000,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	960.000,00	Total (B) :	772.415,84
		Saldo (A - B) :	187.584,16

Credor: **6594 ELIANE APARECIDA CERON VIER**

Endereço: RUA TIRADENTES, 123

Cidade: JOACABA SC

UF: SC

C.P.F.: 596-843-999/87

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco: 027 - BESC S/A

Agência: 090-6

Fone:

Conta Corrente: 11543-2

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	------------	----------------	-------------

Histórico:

ADIANTAMENTO PARA ATENDER DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO NO MÊS DE JUNHO DE 2014.

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	1.000,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Fundamento legal : ART25 LE18666/93

Data : 21/06/1993

Modal. licitação : Inexigibilidade de Licitação

Processo Lic. :

Data :

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
		Contadora CRC SC 029205/O-3	Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/06/2014

Nº do empenho : **775/14**

Global

Processo : 0070/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00.01.0000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	1.964.506,25
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	9.000,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	1.973.506,25
		Saldo (A - B) :	693.083,76

Credor: **6052 ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT**

Endereço: RUA SANTOS DUMOT 1090

Cidade: Herval d'Oeste

UF: SC

C.N.P.J.: 84-590-124/0001-64

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.498.197

Banco:

Agência:

Fone: 35540353

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM - (Cód. 02-09-0001) Marca: BRANCA	LT	1.845,020	2,7100	5.000,00
2	ÓLEO DIESEL - (Cód. 02-09-0003) Marca: BRANCA	LT	1.626,018	2,4600	4.000,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL PARA ABASTECER OS VEÍCULOS DO SIMAE: MOTOS PARATI LYF-2528, SAVEIRO MAL-3704, GOL POWER MCR-4695 (ÁLCOOL E GASOLINA), ZAFIRA MHM-8126 (ÁLCOOL E GASOLINA), MOTO BROS NXR MDV-5038, SAVEIRO MCR-7035 (ÁLCOOL E GASOLINA), MOTOS XR 200R MAY-8031, MAY-8121, CG 125 MKR-0083, MKR-0093 E MKR-0133, MAY-8221, MAY-8311, FIORINO MGR-3980, FIAT DOBLÔS MCI-9034 E MCI-9064, FIAT STRADAS MJB-5617 E MBH-0317, BEM COMO OS EQUIPAMENTOS ROÇADEIRAS HUSQVARNA E STHIL E MÁQUINA DE CORTAR ASFALTO, TOYOTAS MBC-1206 E MBC-1236, RANGER LZW-4084, DUCATO MDS-4409, F-4000 LZN-4621, FORD CARGO MEB-8131, CAMINHÃO LXU-6273, CAMINHÃO MHH-4895, BEM COMO OS EQUIPAMENTOS: COMPRESSOR E MÁQUINA HIDROJATEADORA.

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.

PGTO QUINZENAL

FICARÁ SUJEITO A APLICAÇÃO DE MULTA CFE EDITAL DE PREGÃO 0052/2013.

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0430/2014.

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	9.000,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Fundamento legal : LEI1520/02 DEC2879

Data : 05/12/2006

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

SIMAE - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/06/2014

Nº do empenho : **776/14**

Global

Processo : 0070/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00.01.0000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	1.973.506,25
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	2.000,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	1.975.506,25
		Saldo (A - B) :	691.083,76

Credor: **8191 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARAULDI LTDA**

Endereço: ARMINDO HEBERLE, 113

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 06-123-549/0001-50

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 49 35225105

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	BIODIESEL EVOLUX FÓRMULA S-10 - (Cód. 02-09-0004) Marca: LATINA	LT	816,325	2,4500	2.000,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE DIESEL S-10 PARA ABASTECER O VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MCK9994 E CAMINHÃO IVECO TECTOR 170E22 DE PLACAS MKJ1354 DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 52/2013-PR).

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.

PAGAMENTO QUINZENAL

FICARÁ SUJEITO A APLICAÇÃO DE MULTA CFE EDITAL DE PREGÃO 0052/2013.

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0431/2014.

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	2.000,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Fundamento legal : LE10520/02 DEC2879

Data : 05/12/2006

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
		Contadora CRC SC 029205/O-3	Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - J H O

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/06/2014

Nº do empenho : 777/14

Global

Processo : 0070/2014

Órgão:	14	- Órgão 14
Unidade:	14.01	- SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
Funcional:	17.512.0028	- SANEAMENTO RESPONSÁVEL
Projeto/Atividade:	1.052	- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO
Elemento:	4.4.90.30.01.00.00.00.01.0000	- Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
Cód. Detalham.:	0 - Sem detalhamento das destinações de recursos	
Código reduzido:	000016	

Dotação Inicial:	1.689.000,00	Empenhos anteriores :	654.431,62
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	2.500,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	1.689.000,00	Total (B) :	656.931,62
		Saldo (A - B) :	1.032.068,38

Credor: 6052 ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT

Endereço: RUA SANTOS DUMOT 1090

Cidade: Herval d'Oeste

UF: SC

C.N.P.J.: 84-590-124/0001-64

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.498.197

Banco:

Agência:

Fone: 35540353

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	ÓLEO DIESEL - (Cód. 02-09-0003) Marca: BRANCA	LT	1.016,260	2,4600	2.500,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL PARA ABASTECER OS VEÍCULOS DO SIMAE: MOTOS PARATI LYF-2528, SAVEIRO MAL-3704, GOL POWER MCR-4695 (ÁLCOOL E GASOLINA), ZAFIRA MHM-8126 (ÁLCOOL E GASOLINA), MOTO BROS NXR MDV-5038, SAVEIRO MCR-7035 (ÁLCOOL E GASOLINA), MOTOS XR 200R MAY-8031, MAY-8121, CG 125 MKR-0083, MKR-0093 E MKR-0133, MAY-8221, MAY-8311, FIORINO MGR-3980, FIAT DOBLÔS MCI-9034 E MCI-9064, FIAT STRADAS MJB-5617 E MBH-0317, BEM COMO OS EQUIPAMENTOS ROÇADEIRAS HUSQVARNA E STHIL E MÁQUINA DE CORTAR ASFALTO, TOYOTAS MBC-1206 E MBC-1236, RANGER LZW-4084, DUCATO MDS-4409, F-4000 LZN-4621, FORD CARGO MEB-6131, CAMINHÃO LXU-6273, CAMINHÃO MHH-4895, BEM COMO OS EQUIPAMENTOS: COMPRESSOR E MÁQUINA HIDROJATEADORA.

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.

PGTO QUINZENAL

FICARÁ SUJEITO A APLICAÇÃO DE MULTA CFE EDITAL DE PREGÃO 0052/2013.

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0429/2014.

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	2.500,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Fundamento legal : LEI10520/02 DEC2879

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 05/12/2006

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/06/2014

Nº do empenho : **778/14**

Ordinário

Processo : 0258/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.122.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE
 Elemento: 3.3.90.39.48.00.00.00.01.0000 - Serviços de Seleção e Treinamento
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000003

Dotação Inicial:	960.000,00	Empenhos anteriores :	772.415,84
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	280,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	960.000,00	Total (B) :	772.695,84
		Saldo (A - B) :	187.304,16

Credor: **6476 SEBRAE-S.DE APOIO A MICRO/PEQ.EMPR.DE SC**

Endereço: AV. RIO BRANCO, 611

Cidade: FLORIANOPOLIS

UF: SC

C.N.P.J.: 82-515-859/0001-06

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone:

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	INSCRIÇÃO DE CURSO - (Cód. 81-01-0008)	SV	7,000	40,0000	280,00

Histórico:

INSCRIÇÃO PALESTRA "A ARTE DE FAZER SUA EQUIPE EXPERIMENTAR O SEU MÁXIMO" PARA OS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DO SIMAE, A SER REALIZADA NO DIA 03/05/2014 NO CLUBE CRUZEIRO, EM JOAÇABA. (Compra Direta Nº 258/2014)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

SOLICITAÇÃO Nº 0258/2014

PROTOCOLO Nº 1495/2014

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0432/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	280,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)

Fundamento legal : ART24 INCI II LEI8666

Data : 21/06/1993

Modal. licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Processo Lic. :

Data :

Justificativa Lic. : 02 - Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
		Contadora CRC SC 029205/O-3	Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/06/2014

Nº do empenho : **779/14**

Ordinário

Processo : 0258/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.48.00.00.00.01.0000 - Serviços de Seleção e Treinamento
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	1.975.506,25
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	160,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	1.975.666,25
		Saldo (A - B) :	690.923,76

Credor: **6476 SEBRAE-S.DE APOIO A MICRO/PEQ.EMPR.DE SC**

Endereço: AV. RIO BRANCO, 611

Cidade: FLORIANOPOLIS

UF: SC

C.N.P.J.: 82-515-859/0001-06

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone:

Conta Corrente:

Fax:

Item Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1 INSCRIÇÃO DE CURSO - (Cód. 81-01-0008)	SV	4,000	40,0000	160,00

Histórico:

INSCRIÇÃO PALESTRA "A ARTE DE FAZER SUA EQUIPE EXPERIMENTAR O SEU MÁXIMO" PARA OS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DO SIMAE, A SER REALIZADA NO DIA 03/05/2014 NO CLUBE CRUZEIRO, EM JOACABA. (Compra Direta Nº 258/2014)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL
 compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOACABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

SOLICITAÇÃO Nº 0258/2014
 PROTOCOLO Nº 1495/2014
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0433/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	160,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais)

Fundamento legal : ART24 INCI II LEI8666,

Data : 21/06/1993

Modal. licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Processo Lic. :

Data :

Justificativa Lic. : 02 - Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93

Obra :

Data :

Contrato :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
		Contadora CRC SC 029205/O-3	Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

SIMAE - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/06/2014

Nº do empenho : **780/14**

Ordinário

Processo : 0258/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.062 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO
 Elemento: 3.3.90.39.48.00.00.00.01.0000 - Serviços de Seleção e Treinamento
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000022

Dotação Inicial:	500.000,00	Empenhos anteriores :	287.742,08
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	40,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	500.000,00	Total (B) :	287.782,08
		Saldo (A - B) :	212.217,92

Credor: **6476 SEBRAE-S.DE APOIO A MICRO/PEQ.EMPR.DE SC**

Endereço: AV. RIO BRANCO, 611

Cidade: FLORIANOPOLIS

UF: SC

C.N.P.J.: 82-515-859/0001-06

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone:

Conta Corrente:

Fax:

Item Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1 INSCRIÇÃO DE CURSO - (Cód. 81-01-0008)	SV	1,000	40,0000	40,00

Histórico:

INSCRIÇÃO PALESTRA "A ARTE DE FAZER SUA EQUIPE EXPERIMENTAR O SEU MÁXIMO" PARA OS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DO SIMAE, A SER REALIZADA NO DIA 03/05/2014 NO CLUBE CRUZEIRO, EM JOACABA. (Compra Direta Nº 258/2014)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL
 compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOACABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

SOLICITAÇÃO Nº 0258/2014

PROTOCOLO Nº 1495/2014

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0434/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	40,00
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 40,00 (quarenta reais)

Fundamento legal : ART24 INCI II LEI8666

Data : 21/06/1993

Modal. licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Processo Lic. :

Data :

Justificativa Lic. : 02 - Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93

Obra :

Data :

Contrato :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
		Contadora CRC SC 029205/O-3	Diretora Presidente

Página:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/06/2014

Nº do empenho : **781/14**

Ordinário

Processo : 0007/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00.01.0000 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	1.975.666,25
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.765,40
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	1.977.431,65
		Saldo (A - B) :	689.158,36

Credor: **8106 SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA**

Endereço: RDV BR-153 KM 55 - TRECHO IRANI, S/N

Cidade: Vargem Bonita

UF: SC

C.N.P.J.: 14-779-384/0002-88

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4934915721

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ASFALTO (CBUQ) - (Cód. 80-01-3099) Marca: SETEP	TN	6,790	260,0000	1.765,40

Histórico:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO DE ASFALTO E CALÇAMENTO EM VIAS PÚBLICAS, NOS LOCAIS ONDE É EFETUADO SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO PELO SIMAE. (Licitação Nº: 5/2014-PR)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOACABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

SOLICITAÇÃO Nº 0022/2014

PROTOCOLO Nº 0114/2014

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0435/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	1.765,40
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 1.765,40 (um mil setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos)

Fundamento legal : LEI10520/02 DEC2879

Data : 21/12/1993

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 7/2014

Data : 14/02/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN


ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Contadora CRC SC 029205/O-3

Diretora Presidente

Pagina:

Homologação Pp22/2014 SIMAE

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2014 - PR	
	Processo Administrativo: 30/2014 Processo de Licitação: 30/2014 Data do Processo: 02/05/2014	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 30/2014
b) Licitação Nr.: 22/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/06/2014
e) Data da Adjudicação: 04/06/2014 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ADEQUAÇÃO DO PARQUE DE HIDROMETROS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA DO SIMAE.

						(em Reais R\$)				
g) Fornecedores e Itens Vencedores:						<u>Unid.</u>	<u>Qtde</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
<u>ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA (7862)</u>										
1 HIDROMETRO VOLUMETRICO, VAZAO MAX. 1,5M3/H, DN 3/4", COMPRIMENTO 165 MM SEM CONEXOES. - Marca: ITRON						PÇ	1000	-	120,00	120.000,00
									Total do Fornecedor:	120.000,00
									Total Geral:	120.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 939.665,21

Joaçaba, 4 de Junho de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução 019/2014- Expediente - Jogos Seleção**

RESOLUÇÃO Nº 019/2014 DE 04 DE JUNHO DE 2014
"ESTABELECE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), QUE ESPECIFICA."

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, no uso de suas atribuições regimentais, em especial o art. 32, II do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - Fica fixado que nos dias de jogos da Seleção Brasileira o expediente da Câmara de Vereadores de Joaçaba será das 08hs às 13hs.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 4 de junho de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PL 10/2014 - Poltronas Auditório

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente Senhor FRANCISCO MOREIRA LOPES, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL nos termos Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes: OBJETO: A aquisição de poltronas retráteis de auditório, incluindo montagem e instalação, destinadas à nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

CREDENCIAMENTO: Até as 14 horas do dia 18 de junho de 2014, no Setor de Protocolo da Câmara de Vereadores.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 18 de junho de 2014, às 14h30min na Câmara de Vereadores Av. XV de Novembro 378, Joaçaba-SC.

O Edital na íntegra se encontra disponível no site www.cmj.sc.gov.br e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3522-0524, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 04 de junho de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Lages**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 155/2013 FMAS 2º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 155/2013 - 2º TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: VALÉRIA SCHMITZ inscrita no CPF sob n.º 425.569.299-87, residente e domiciliada nesta cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação é de R\$ 1.236,34 (hum mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos) mensais a partir de Janeiro/2014, conforme índice de reajuste IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Prefeito Municipal
Elizeu Mattos.

Extrato de Contrato Nº 004/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 004/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: MICROCABLE SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA ME, sob CNPJ n.º 17.101.531/0001-73 com sede a Avenida Duque de Caxias, 1540 na cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Equipamentos para Pronatec.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 Da Vigência: da data da assinatura do Contrato até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O (valor acertado pelas partes é de R\$ 2.375,00 (dois mil trezentos e setenta e cinco) reais) mensais,

Lages. 10 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 11/2013 PML 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 11/2013 - 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 84.950.633/0001.50, com sede à Rua Correia Pinto, 247 - Lages - SC, 88502-900.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel, sito à Rua Bom Jesus n.º 336, Bairro Ipiranga, este de propriedade da Mitra Diocesana de Lages, que será usado como cede do Centro de Educação Infantil Municipal Adotai da Secretaria de Educação de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O valor da locação é de R\$ 1.028,82 (hum mil, vinte oito reais e oitenta e dois centavos) mensais a partir de Janeiro/2014, conforme índice de reajuste IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Janeiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 10/2013 PML 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 10/2013 - 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 84.950.633/0001.50, com sede à Rua Correia Pinto, 247 - Lages - SC, 88502-900.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

A Mitra Diocesana de Lages cede os dois espaços físicos nos Salões das Capelas:

- a) Capela São José, localidade de Três Árvores;
- b) Capela Rancho de Tábuas, localidade Rancho de Tabuas;
- c) Capela Santo Antonio, localidade de Índios;
- d) Capela Nossa Senhora Aparecida, localidade Caetano Verza;
- e) Capela Imaculada Conceição, Bairro Vila Maria;
- f) Capela Sagrada São Jorge, localidade Morrinhos, que serão usadas como Núcleo da Escola Itinerante.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação é de R\$ 857,34 (oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos) a partir de Janeiro/2014, conforme índice de reajuste IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

PP 12-2014 SEMASA; PP 59-2014 PML; TP 30,31,32,33,34 E 35-2014 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 12-2014 SEMASA Objeto: Aquisição de Automação de Comportas e Esteira Mecanizada

Tipo: Menor Preço Por Item Abertura: 24/06/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 29.227,65

Modalidade: PP 59-2014 PML Objeto: Aquisição de Materiais para Ampliação, Manutenção e Recuperação de Brinquedos de Ferro

Tipo: Menor Preço Por Lote Abertura: 18/06/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 20.423,99

Modalidade: TP 30-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Reforma do CEIM Marieta Camargo dos Santos

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 24/06/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 50.561,59

Modalidade: TP 31-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Reforma do CEIM Nelson Martins de Almeida

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 26/06/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 26.978,62

Modalidade: TP 32-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Recapeamento da Av. Luiz de Camões

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 24/06/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 1.040.285,02

Modalidade: TP 33-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Recapeamento da Av. Presidente Vargas

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 24/06/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 911.012,82

Modalidade: TP 34-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Recapeamento das Ruas Correia Pinto e Presidente Vargas

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 25/06/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 505.410,30

Modalidade: TP 35-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Pavimentação da Avenida das Torres

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 25/06/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 1.311.138,21

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br" www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 04 de junho de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Emenda Aditiva Nº 044/2014

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 002/2014
À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC
De 07 de abril de 2014.

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 32 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LAGES.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta o seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA

Art. 1º. O artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Lages, passa a ser acrescido do parágrafo único, que terá a seguinte redação:

“Art. 32- ...

Parágrafo único - As denominações de que trata o inciso XVI só poderão ocorrer após a conclusão da execução dos próprios, vias e logradouros públicos.”.

Sala das Sessões, 08 de abril de 2014.

GERSON OMAR DOS SANTOS PROFESSOR DOMINGOS
Vereador/PMDB Vereador/PT

JULIANO POLESE VONE SCHEUERMANN
Vereador/PP Vereador/PSC

AIDA HOFFER
Vereadora/PSD

Lauro Muller

PREFEITURA

Edital de Pregao Nº79/2014 - Pmlm

EDITAL DE PREGAO Nº79/2014 - PMLM
PROCESSO Nº79/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 17 de junho de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para aquisição e instalação de duas academias ao ar livre no Município de LAURO MULLER/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 4 de junho de 2014.

ALAN CROSETTA
Pregoeiro Municipal

Retificação do Edital de Pregao Nº21/2014 - FMS

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGAO Nº21/2014 - FMS
PROCESSO Nº21/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes que houveram alterações no item 4.2, que ocorrerá no dia 05 de junho de 2014 às 14:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para contratação de empresa do ramo pertinente para realização de projeto ocupacional, tendo como contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de fornecimento de materiais e equipamentos e uniformes para reequipar do SAMU, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, sendo os mesmos, voltados aos 36 grupos de inclusão Social do município de Lauro Muller/SC através da Secretaria de Assistência Social, para o ano de 2014.

Lauro Muller, 03 de junho de 2013.

ALAN CROSETTA
Pregoeiro Municipal

Lebon Régis**PREFEITURA****Edital de Retificação Processo de Licitação Nº. 5/2014 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 5/2014
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2014

O Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, através do setor de Compras e Licitações, torna público a RETIFICAÇÃO ao Item 10 do Edital supra citado, que trata de certame destinado ao Fornecimento de Oxigênio Medicinal, que passa a ter a redação a seguir especificada:

Onde lê-se:

10.1 - A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuado no endereço constante no preâmbulo deste edital, no prazo máximo de 24 Horas após a solicitação formal da Contratante.

Leia-se:

10.1 - A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuado no endereço constante no preâmbulo deste edital, no prazo máximo de 72 Horas após a solicitação formal da Contratante.

Ficam ratificados os demais itens do Edital nº. 2/2014.

Lebon Régis, 03 de Junho de 2014.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Extrato Pregão Presencial Nº 15/2014 - Processo Licitatório Nº 31/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item. Objeto: Elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de serviços de mão de obra de mecânica leve e pesada, auto elétrica em geral, conserto de pneus com montagem e desmontagem, balanceamento, geometria e serviço de torno e de solda, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 14h do dia 18/06/2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 14h10min do dia 18/06/2014. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 04 de Junho de 2014.
Adair da Silva Mattos
Pregoeiro.

Lindóia do Sul**PREFEITURA****Extrato do Contrato 63/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 63/2014 - 1º TA 12/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERMERCADO FAMA LTDA ME

Licitação: PREGÃO Nº 01/2014

Objeto: Acréscimo quantitativo de gêneros alimentícios previstos no contrato original, para composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 216,07

Vigência: 31 de julho de 2014.

Assinatura: 09 de maio de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 64/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 64/2014 - 1º TA 11/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FRARE & CIA LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 01/2014

Objeto: Acréscimo quantitativo de gêneros alimentícios previstos no contrato original, para composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 1.113,95

Vigência: 31 de julho de 2014.

Assinatura: 09 de maio de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 65/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 65/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RAMPAZZO AUTO CENTER LTDA

Licitação: CONVITE 01/2014

Objeto: Conserto do motor do micro ônibus Volare 2003/2004.

Valor: R\$ 5.487,04

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 12 de maio de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 66/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 66/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

Objeto: Prestação de serviço de seguro de veículos da frota da prefeitura.

Valor: R\$ 11.875,00
Vigência: 01 de junho de 2015.
Assinatura: 26 de maio de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 67/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 67/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GENTE SEGURADORA S/A
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

Objeto: Prestação de serviço de seguro de veículos da frota da prefeitura.

Valor: R\$ 3.100,00
Vigência: 01 de junho de 2015.
Assinatura: 26 de maio de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 68/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 68/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

Objeto: Prestação de serviço de seguro de veículos da frota da prefeitura.

Valor: R\$ 5.350,00
Vigência: 01 de junho de 2015.
Assinatura: 26 de maio de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 69/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 69/2014 - 2º TA 12/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERMERCADO FAMA LTDA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014

Objeto: Alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência da recomposição de preços e do aumento quantitativo de gêneros alimentícios para composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 766,86
Vigência: 31 de julho de 2014.
Assinatura: 28 de maio de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 70/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 70/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EPAGRI- EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2014
Objeto: Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Valor: R\$ 15.960,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 30 de maio de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 42/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2014 - 2º TA 45/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME
Licitação: CONCORRENCIA SRP Nº 01/2013
Objeto: Alteração do valor inicialmente registrado, com o acréscimo quantitativo de alguns itens, relacionados a execução da manutenção e instalação da iluminação pública no município de Lindóia do Sul.
Valor: R\$ 1.673,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 07 de maio de 2014

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 25/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 25/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ÁGUAS DO ALTO URUGUAI CONVENTION & VISITORS BUREAU

Lei: Lei nº 1.209/2014 de 07 de maio de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para execução do Projeto Roteiro Turístico Integrado Regional "O Contestado do Alto Uruguai Catarinense".

Valor: R\$ 8.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 13 de maio de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 26/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 26/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA PALMEIRAS

Lei: Lei nº 1.208/2014 de 07 de maio de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para aquisição de móveis e utensílios.

Valor: R\$ 12.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 20 de maio de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 27/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 27/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE LINHA JOANA BAI-XA

Lei: Lei nº 1.208/2014 de 07 de maio de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para aquisição de equipamento agrícola, e também repasse de

insumos.

Valor a ser repassado: R\$ 6.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 20 de maio de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 28/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 28/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA FLOR DA SERRA

Lei: Lei nº 1.208/2014 de 07 de maio de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para efetuar reformas nos banheiros do Centro Comunitário.

Valor a ser repassado: R\$ 6.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 22 de maio de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 29/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 29/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ESPORTE CLUBE GUARANI

Lei: Lei nº 1.208/2014 de 07 de maio de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para aquisição de bancos e mesas para utilização no Centro Comunitário

Valor a ser repassado: R\$ 6.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de maio de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 30/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 30/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA APARECIDA

Lei: Lei nº 1.208/2014 de 07 de maio de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para

aquisição de cadeiras.

Valor a ser repassado: R\$ 6.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de maio de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 31/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 31/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ESPORTE CLUBE MÉXICO

Lei: Lei nº 1.208/2014 de 07 de maio de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para aquisição de um trator cortador de grama.

Valor a ser repassado: R\$ 6.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 29 de maio de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato - Casa Lar Pequeno Príncipe 07/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 07/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FRARE & CIA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.

Valor: R\$ 7.547,40

Vigência: 30 de junho de 2014.

Assinatura: 20 de maio de 2.014.

Pedro Ari Parizotto

Presidente

Extrato do Contrato - Casa Lar Pequeno Príncipe 08/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 08/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERMERCADO FAMA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.

Valor: R\$ 2.975,30

Vigência: 30 de junho de 2014.

Assinatura: 20 de maio de 2.014.

Pedro Ari Parizotto

Presidente

Luzerna

PREFEITURA

1º Termo Aditivo - Contrato PML Nº 0045.2014 - PL PML Nº 0026.2014 - TP PML Nº 0004.2014 - Sinaltec Tecnologia Em Sinalização Ltda Me

1º TEMO ADITIVO

CONTRATO - PML Nº 0045.2014.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0026.2014.

TOMADA DE PREÇO - PML Nº 0004.2014.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PML nº 0045.2014, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0026.2014, Tomada de Preço PML nº 0004.2014, com validade inicial de 12 (doze) meses, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA ME, com o fito de aditar o valor total contratado em aproximadamente 15,13%, em face de alterações do projeto básico inicial, que implicaram em acréscimos dos serviços a serem executados.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.898.145/0001-87, sediada na Rua Leoberto Leal, nº 176, Bairro São Vicente, em Herval D'Oeste/SC, neste ato representada por seu procurador, Sr. DIRCEU JOSÉ LAMPERTI, brasileiro, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 2631924, inscrito no CPF sob o nº 811717229-15, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DO ADITIVO E DO PREÇO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a o aditamento do contrato referido no preâmbulo, para acréscimo do seu valor total em aproximadamente 15,13%, para que o valor global dos serviços passe de R\$ 21.776,90 (vinte e um mil setecentos e setenta e seis reais e noventa centavos) para R\$ 25.070,52 (vinte cinco mil e setenta reais e cinquenta e dois centavos), em função de alterações do projeto básico inicial, que implicaram em ampliação dos serviços a serem executados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 20 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC
CONTRATANTE

DIRCEU JOSÉ LAMPERTI
SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

1º Termo Aditivo - Arp PML Nº 0109.2013 - PL PML Nº 0048.2013 - PP Rp PML Nº 0036.2013 - Conserto de Meio Fio - Fábrica de Ladrilhos Luzerna Ltda Me

1º TEMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0109.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0048.2013

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0036.2013

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços PML nº 0109.2013, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0048.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0036.2013, com validade inicial de 12 (doze) meses, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA e FÁBRICA DE LADRILHOS LUZERNA LTDA ME, com o fito de aditar o quantitativo do item "8", da Ata susomencionada.

Presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e de outro FÁBRICA DE LADRILHOS LUZERNA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.770.138/0001-20, com endereço na Av. Caetano Natal Branco, nº 5530, Centro, na cidade Luzerna/SC, CEP 89609-000, neste ato representada por seu sócio-administrador, o Sr. DIRCEU ANTONIO BEAL, brasileiro, empresário, casado, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 1.303.772, expedido pela SSP/SC, e inscrito no CPF sob nº 436.518.109-25, residente e domiciliado Av. Caetano Natal Branco, nº 5530, Centro, na cidade Luzerna/SC, doravante simplesmente denominada FORNECEDOR; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o item "8" (Serviços de conserto e reposição de meio-fio no município de Luzerna), da Ata em epígrafe, celebrada entre as partes em 16 de setembro de 2013, em seu quantitativo, no importe de 10% (dez por cento), representando um aumento de 30 (trinta) metros lineares, em relação ao quantitativo original

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste aditivo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 02 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

ÓRGÃO GERENCIADOR

DIRCEU ANTONIO BEAL

FÁBRICA DE LADRILHOS LUZERNA LTDA ME

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

3º Termo Aditivo - Arp PML Nº 0028.13 - PL PML Nº 0011.2013 - PP Rp PML Nº 0009.2013 - Limpeza Pública - Transcavalheiro Transportes Ltda

3º TEMO ADITIVO.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0028.13.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0011.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0009.2013.

Terceiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços PML nº 0028.13, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0011.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0009.2013, com validade inicial de 12 (doze) meses, que entre si celebraram o MUNICÍPIO DE LUZERNA e TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA, com o fito de prorrogar o prazo de vigência da Ata susomencionada, por mais 02 (dois) meses.

Presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e doutro TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.730.156/0001-70, com sede na Rua Avelino Volpato, nº 365, Bairro Jardim Cidade Alta, em Joaçaba/SC, representada neste ato por seu sócio-proprietário, PAULO JAIR CAVALHEIRO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade do tipo RG, de nº 3.343.464-6, expedido pela SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 018.582.889-24, residente e domiciliado à Linha Ferreirinha, Interior, em Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominado FORNECEDOR; RESOLVEM, com

supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA VIGÊNCIA:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto nova prorrogação do prazo de vigência estabelecido na Cláusula Nona, da Ata em epígrafe, celebrada entre as partes em 05 de abril de 2013, com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogada por dois meses, através do 2º Termo Aditivo.

1.2. Fica prorrogada a vigência susomencionado pelo íterim de mais 02 (dois) meses, a contar de 05 de junho do corrente ano, findando-se em 05 de setembro do ano em curso.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 04 de abril de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

PAULO JAIR CAVALHEIRO TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

Pregão Presencial - PL 074.2014 - PP 043.2014 - Mobiliário - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0074/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0043/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de mobiliários destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, conforme discriminados em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08 horas do dia 17 de junho de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 17 de junho de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Aviso de Retificação - PL 068/2014 - 037/2014 - Aquisição de Caminhão Traçado- PML

AVISO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório nº 0068/2014

Pregão nº 0037/2014

O Município de Luzerna torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial 037.2014, cujo objeto é o "aquisição de 01 (um) veículo novo, caminhão traçado (6x4) destinados à manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços do Município de Luzerna (SC), cujas características e especificações encontram-se no Anexo I que integra este Edital."

1) O MÍNIMO DE 286 CV DE POTÊNCIA do item nº 01 fica alterado de MÍNIMO DE 275 CV DE POTÊNCIA.

2) Em virtude desta mudança a data e horário do processamento do pregão do dia 06.06.2014, a partir das 08h fica alterado para o dia 23.06.2014, às 8h; A data e horário para o credenciamento dos participantes fica alterado de até as 08h do dia 06.06.2014 para até as 8h do dia 23.06.2014.

As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site www.luzerna.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso

Luzerna (SC), 04 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Receitas Federais do Dia 03/06/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 03/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		24.399,24
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	22.184,87
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	18.892,08
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	13.410,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	11.210,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	2.200,00
4.1.7.2.1.33.11.30.08	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade	2.200,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Vigilância em Saúde	3.100,80
4.1.7.2.1.33.13.20.00	Vigilância Sanitária	3.100,80
4.1.7.2.1.33.14.00.00	Assistência Farmacêutica	2.381,28
4.1.7.2.1.33.14.10.00	Componente Básico da Assistência Farmacêutica	2.381,28
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	3.292,79
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	3.292,79
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.214,37
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.214,37
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.328,62
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	885,75

Luzerna, 04/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Balancete Financeiro FMAS 05.14**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	19.521,76	Despesa Orçamentária	42.193,82
RECEITA PATRIMONIAL	1.753,93	Despesas exceto Intra-orçamentárias	42.193,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.767,83	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.742,13
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.451,69
Receita Extra - Orçamentária	66.549,06	Despesa Extra - Orçamentária	46.549,06
DEPÓSITOS	2.635,86	DEPÓSITOS	2.635,86
CONSIGNAÇÕES	2.635,86	CONSIGNAÇÕES	2.635,86
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.860,46	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.860,46
TESOURO NACIONAL	464,56	TESOURO NACIONAL	464,56
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	45,25	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	45,25
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	243,87	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	243,87
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	21,72	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	21,72
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	43.913,20	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	43.913,20
OBRIGAÇÕES A PAGAR	43.913,20	OBRIGAÇÕES A PAGAR	43.913,20
FORNECEDORES	21.931,07	FORNECEDORES	21.931,07
PESSOAL A PAGAR	16.552,11	PESSOAL A PAGAR	16.552,11
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.430,02	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.430,02
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	20.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	20.000,00		
REPASSE RECEBIDO	20.000,00		
Saldos anteriores	275.999,47	Saldos atuais	273.327,41
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	28.802,25	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	14.212,14
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	9.890,41
BANCOS C/ VINCULADAS	247.197,22	BANCOS C/ VINCULADAS	249.224,86
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	362.070,29	Total	362.070,29

Luzerna, 04/06/2014

WALMOR S. DRESCH N. STROHER
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAÚDE

DREONE FELSKI MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação_ Processo Nº 0028/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0028/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0028/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0022/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 17 de junho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de horas máquina (com máquina e operador qualificado), a serem realizados com trator de esteiras, com lâmina anilha para limpeza de terrenos, destocques e demais serviços, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, destinado ao atendimento dos produtores rurais do município, conforme Lei Municipal nº 546/2011 e Decreto nº 1394 de 02 de junho de 2014, com descrições da máquina e demais especificações contidas no anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 17/06/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0022/2014, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 04 de junho de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Publicação Resumida _Contrato Administrativo Nº 0021/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE CONTRATO

Processo Licitatório nº 0022/2014.

Pregão Presencial nº 0018/2014.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 0021/2014.

Objeto: Aquisição de um trator de esteiras novo, com peso operacional mínimo de 14.000 kg, no mínimo 130 HP de potência líquida, a ser adquirido através de recursos de Convênio nº 2014TR000756, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Macieira, a ser entregue conforme exigências e demais

características especificadas no anexo I do Edital, normas do BRDE e Plano de Trabalho do convênio.

Contratada: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.
Prazo de entrega: Em até 15 (quinze) dias após emissão de Autorização de Fornecimento.

Vigência do Contrato: O presente contrato terá vigência por 12 meses de acordo com a vigência da garantia do equipamento, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8666/93.

Valor Total do Contrato: R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais).

Pagamento: Após a entrega, emissão da Nota Fiscal e após a liberação dos recursos do convênio nº 2014TR000756.

Macieira, 30 de maio de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 270/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 270/2014.
FORNECEDOR: MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
CNPJ: 79.420.873/0001-03.

OBJETO: Aquisição de peças para realização da troca de óleo dos veículos Pálio Weekend placas MLL-4077, MLL-4097 e MLL-4667, pertencentes à Polícia Militar de Mafra, considerando o período de garantia dos veículos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 566,73 (Quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos).

Mafra, (SC) 30 de maio de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.601.745/0001-60

BJCG COM DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Nota Fiscal nº. 5142 R\$ 1.290,01

Nota Fiscal nº. 5095 R\$ 3.870,00

Nota Fiscal nº. 5102 R\$ 2.580,00

Nota Fiscal nº. 5111 R\$ 2.772,75

Nota Fiscal nº. 5228 R\$ 2.580,00

Nota Fiscal nº. 5227 R\$ 136,95

Nota Fiscal nº. 5203 R\$ 5.160,00

Nota Fiscal nº. 4750 R\$ 153,20

Nota Fiscal nº. 5094 R\$ 6.032,66

Valor Total: R\$ 24.575,57

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas das Secretarias de obras e Desenvolvimento Urbano e dos veículos de transporte escolar da Secretaria de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 05 de junho de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 08.055.125/0001-20

NEIMANN E SILVA LTDA.

Nota Fiscal nº. 4703 R\$ 2.014,84

Nota Fiscal nº. 4702 R\$ 1.944,96

Nota Fiscal nº. 4701 R\$ 13.860,00

Nota Fiscal nº. 4706 R\$ 7.560,00 Valor Total: 25.379,80

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de combustível as Secretarias do Município, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 05 de junho de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 10/2014

RESOLUÇÃO Nº 10/2014

3 de junho de 2014

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O Vereador Hebert Gilso Werka, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso XIII da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

Resolve:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 20 de junho de 2014, sexta-feira, nas repartições da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 3 de junho de 2014.
VER. HEBERT GILSO WERKA
Presidente

Resolução Nº 11/2014

RESOLUÇÃO Nº 11/2014

3 de junho de 2014

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO DE 2014

O Vereador Hebert Gilso Werka, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

Resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente da Câmara Municipal de Mafra, nos dias de jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2014, como segue:

- 12 de junho (quinta-feira) - das 8h00 às 12h00
- 17 de junho (terça-feira) - das 8h00 às 12h00
- 23 de junho (segunda-feira) - das 8h00 às 12h00

Parágrafo único As matérias das sessões ordinárias que seriam realizadas nos dias 17 e 23 de junho serão apreciadas nas sessões ordinárias dos dias 16 e 24 de junho, respectivamente.

ART. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

Decreto 47/2014

DECRETO Nº 47 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

APROVA E HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARACAJÁ.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 960 de 04 de Novembro de 2013, e;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 960, sancionada em 04 de Novembro de 2013,

CONSIDERANDO, que o Parágrafo Único do Artigo 4º, da Lei 960 de 04 de Novembro de 2014, determina que o Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR seja homologado pelo prefeito municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado e homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Maracajá - CMDR, que acompanha o presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
02 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 02 de Junho de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - CMDR DE MARACAJÁ/SC.

CAPÍTULO I

AS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno trata da organização, da atuação, finalidade e competência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Maracajá, definindo sua estrutura e atribuições funcionais.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 2º Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR compete:

I - Estabelecer diretrizes para a política agrícola municipal;

II - Promover a integração dos vários segmentos do setor agrícola, vinculados à produção, comercialização, armazenamento, industrialização e transporte;

III - Elaborar, aprovar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o Plano

Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e anualmente o Programa de Trabalho Anual e acompanhar a sua execução;

IV - Manter intercâmbio com os conselhos similares, visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum;

V - Assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas aos agronegócios;

VI - Sugerir proposta orçamentária para o desenvolvimento do meio rural no Município;

VII - Discutir sobre ações a serem executadas pelo Poder Executivo no qual se refere a projetos que visem o desenvolvimento rural;

VIII - Incentivar o melhoramento da qualidade de vida dos habitantes da zona rural.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído de 14 (quatorze) membros, sendo:

I - Um representante titular e um suplente da Prefeitura Municipal;
II - Um representante titular e um suplente do Departamento de Agricultura, pela mesma indicados;

III - Um representante titular e um suplente do Departamento de Obras Habitação e Serviços Urbanos, pela mesma indicados;

IV - Um representante titular e um suplente da Câmara Municipal de Vereadores de Maracajá;

V - Um representante titular e um suplente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, pela mesma indicados;

VI - Um representante titular e um suplente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, pela mesma indicados;

VII - Um representante titular e um suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maracajá, pelo mesmo indicados;

VIII - Um agricultor titular e um suplente, da Comunidade de Espigão Grande, indicado através de reunião realizada na comunidade;
IX - Um agricultor titular e um suplente, da Comunidade de Encruzo do Barro Vermelho, indicado através de reunião realizada na comunidade;

X - Um agricultor titular e um suplente, da Comunidade de Espigão da Toca, indicado através de reunião realizada na comunidade;

XI - Um agricultor titular e um suplente, da Comunidade de Sangão Madalena, indicado através de reunião realizada na comunidade;

XII - Um agricultor titular e um suplente, da Comunidade de Cedro, indicado através de reunião realizada na comunidade;

XIII - Um agricultor titular e um suplente, da Comunidade de Vila Beatriz, indicado através de reunião realizada na comunidade;

XIV - Um agricultor titular e um suplente, da Comunidade de Garajuba, indicado através de reunião realizada na comunidade;

Art. 4º Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serão designados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 5º Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, na condição de agricultor representante de comunidade, deverão ter pelo menos 50% da sua renda oriunda da exploração agropecuária.

Art. 6º O representante de cada comunidade e seu suplente, deverão ser escolhidos através de votação, pré-estabelecida pelo Conselho vigente, após toda a comunidade estar devidamente convocada para tal fim, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias e informada sobre as funções e as responsabilidades do cargo.

CAPÍTULO IV

DOS MEMBROS

Art. 7º Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural terão mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a recondução mediante confirmação expressa da entidade que representa.

Parágrafo Único - os representantes de cada comunidade observarão o disposto no artigo 6º deste Regimento.

Art. 8º O trabalho dos membros do Conselho Municipal será considerado relevante e não remunerado, porém os custos originados por viagens, hospedagem, alimentação, quando à serviço do Conselho, serão reembolsados, quando aprovados pelo próprio Conselho e Prefeitura Municipal.

Art. 9º São deveres dos membros:

I - Cumprir pontualmente os compromissos que contrair com o Conselho Municipal;

II - Zelar pelos interesses do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

III - Cumprir fielmente as disposições deste Regimento;

IV - Comparecer, quando convocado, às reuniões ordinárias e/ou extraordinárias;

V - Solicitar por escrito o desligamento do Conselho Municipal quando de seu interesse.

Art. 10 São direitos dos membros:

I - Tomar parte das reuniões, discutir, deliberar, votar e ser votado;

II - Propor ao Conselho medidas de interesse ao setor primário do Município.

CAPÍTULO V

DA DIRETORIA

Art. 11 A Diretoria é o órgão de execução e de direção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Maracajá - CMDR.

Art. 12 A Diretoria será constituída por 03 (três) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Geral e seu mandato será de 02 (dois) anos, facultada a recondução.

Art. 13 A Diretoria será eleita através de votação entre os conselheiros do CMDR, em assembléia ordinária, lavrada em ATA própria, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos integrantes do conselho.

Art. 14 Compete à Diretoria:

I - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento;

II - Prever e prover as necessidades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

III - Propor reformas regimentais;

IV - Criar subcomissões, quando assim parecer oportuno para melhorar a eficiência na execução das ações;

V - Resolver os casos omissos no presente Regimento Interno.

Art. 15 Compete ao Presidente:

I - Presidir as reuniões do Conselho;

II - Convocar e dirigir as reuniões do Conselho;

III - Representar o Conselho em todos os atos jurídicos em que o mesmo seja a parte interessada;

IV - Submeter à apreciação do Conselho, o ingresso ou saída de membros em caso de substituição ou desistência, e, promover as devidas alterações.

Art. 16 Compete ao Vice-Presidente:

I - Substituir o presidente em sua ausência;

II - Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;

III - Realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 17 Compete ao Secretário Geral:

I - Secretariar e lavrar as atas de reuniões;

II - Elaborar a correspondência e organizar o arquivo;

III - Identificar as necessidades de apoio da comunidade rural, mantendo o Presidente constantemente informado;

IV - Acompanhar e supervisionar a aplicação dos recursos;

V - Elaborar o relatório anual;

VI - Realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 18 As Assembleias Gerais serão soberanas em suas resoluções, respeitando as disposições deste Regimento Interno.

Art. 19 As reuniões serão formadas pelos membros constituídos, cabendo-lhe direito de voz e voto;

Parágrafo Único - As reuniões serão dirigidas pelo Presidente auxiliado pelo Secretário e Vice-Presidente.

Art. 20 As reuniões serão ordinárias ou extraordinárias;

§ 1º - as reuniões ordinárias ou extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Municipal;

§ 2º - as reuniões extraordinárias poderão ser convocadas ainda por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal.

Art. 21 As reuniões serão realizadas bimestralmente com a

presença da maioria simples dos membros para decidir a respeito de todo e qualquer assunto de interesse da agropecuária municipal, apresentar e votar emendas no regimento e planejar as principais atividades a serem executadas.

Art. 22 As reuniões serão convocadas mediante convite individual a todos os membros titulares com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

§ 1º - as reuniões extraordinárias serão convocadas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

§ 2º - no convite deverá constar data, hora e local de realização, ordem do dia a ser apreciada e outras observações julgadas convenientes pela presidência;

§ 3º - na impossibilidade de o conselheiro titular comparecer à reunião, o suplente deverá ser convocado.

Art. 23 Nas reuniões extraordinárias, as deliberações serão tomadas em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) do número total dos membros e, em segunda e última, convocação após trinta minutos com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros.

Art. 24 Nas reuniões ordinárias, as deliberações serão tomadas com a aprovação da maioria dos presentes através do voto, secreto ou por aclamação;

§ 1º - em caso de empate o voto de qualidade será dado pelo Presidente do Conselho Municipal;

§ 2º - cada membro do Conselho só terá direito a 01 (um) voto, não sendo permitido votar por procuração;

§ 3º - o suplente só terá direito a voto, quando o titular não estiver presente.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 25 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, a quem compete submeter à aprovação do Chefe do Poder Executivo, por Decreto, as modificações julgadas necessárias.

Art. 26 Na ocorrência de vacância ou não preenchimento de funções serão obedecidos os dispositivos do presente Regimento quanto à indicação e homologação de nomes, obedecendo ao disposto no Artigo 6º, para os representantes comunitários.

Art. 27 Será considerada vaga a cadeira do membro que não comparecer à 03 (três) reuniões consecutivas ou 04 (quatro) alternadas durante o ano sem justificativa formal escrita aceita pela Diretoria;

Parágrafo Único - A Vacância prevista neste artigo é automática e independente de deliberação, salvo casos específicos analisados pelo Conselho.

Art. 28 O Conselho Municipal deverá realizar em Assembléia Geral, avaliação anual das metas previstas e resultados alcançados do Plano Municipal.

Art. 29 O presente Regimento foi aprovado em Assembléia Geral realizada no dia 19 de Maio de 2014.

Art. 30 Este Regimento poderá ser alterado, no todo ou em partes mediante deliberação tomada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observando o disposto do

Artigo 22º deste Regimento.

Art. 31 Será vedada a ingerência política partidária sobre os membros do Conselho, bem como sobre a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 32 O Conselho só poderá ser dissolvido por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observando o disposto no Artigo 22º deste Regimento.

Maracajá/SC, 02 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Tiago Hercílio de Souza
Presidente do CMDR

Decreto 41/2014

DECRETO Nº 41 DE 23 DE ABRIL DE 2014.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal Nº 962 de 04 de Dezembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.475,22 (doze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais, vinte e dois centavos), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.4.50.00.00.00.00.00.0080 (88) - Aplicações Diretas R\$ 10.725,22
4.4.50.00.00.00.00.00.0080 (88) - Aplicações Diretas R\$ 1.750,00

TOTAL R\$ 12.475,22

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fonte de Recurso: 40 - FIA R\$ 1.750,00

Fonte de Recurso: 208 - FNAS - IGD SUAS R\$ 10.725,22

TOTAL R\$ 12.475,22

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 23 de Maio de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 23 de Maio de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Marema

PREFEITURA

Decreto Nº 0085 /2014

DECRETO Nº 0085 /2014

De 19/05/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado dotações orçamentárias no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 74

Código	Secretaria/departamento	
09.01	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
13.392.1301	2.039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	3.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 75

Código	Secretaria/departamento	
09.01	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
13.392.1301	2.039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
Modalidade	Fonte	Dotação
44.90.00.00	01.00	3.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, em 19 de maio de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Massaranduba

CÂMARA MUNICIPAL

Balancete Financeiro Maio 2014

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA Balanco Financeiro Anexo AN - 5 PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio /2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	0,00	ORÇAMENTÁRIA	92.133,06
Receitas Orçamentárias	0,00	Despesas Correntes	89.998,06
Receitas Correntes	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	77.490,55
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	12.507,51
Receitas Patrimoniais	0,00	Despesas de Capital	2.135,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	2.135,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	130.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	130.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	11.593,14	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	12.689,35
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	14.391,32	Depósitos	12.689,35
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	14.391,32	Depósitos em Diversas Origens	12.689,35
Restos a Pagar	(2.798,18)	Restos a Pagar	0,00
Obrigações a Pagar	(2.798,18)	Obrigações a Pagar	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	182.387,96	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	219.158,69
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	182.387,96	Bancos Conta Movimento	219.158,69
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	323.981,10	TOTAL	323.981,10

Fonte: 023 024000



Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 223/2014

PORTARIA n.º 223/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhorita FLÁVIA VENSON BÚRIGO, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 098/2013 e nº 466/2013.

Meleiro, 04 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 224/2014

PORTARIA n.º 224/2014

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 084/2014 da Senhorita CRICHELE SALVARO, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, até o término das aulas, em virtude do Pedido de Exoneração da servidora Flávia Venson Búrigo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/06/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 04 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Errata Processo Seletivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2014

ERRATA 01

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna pública a retificação do edital de Processo Seletivo Simplificado de pessoal para atuação na Secretaria Municipal de Saúde de número 001/2014 nos seguintes Itens:

ALTERAÇÃO 01: DA REALIZAÇÃO DA PROVA NOS SEGUINTE ITENS:

A prova será realizada no dia 13 de Julho de 2014, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, situada na Rua Coronel Vital Ramos, nº 20, Centro, no município de Meleiro/SC. Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 09:00h. O candidato que chegar após o horário estabelecido, terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

A prova terá início às 09h:30min e durará até às 11:00h.

Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).

Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 minutos.

ALTERAÇÃO 02: REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO DO ANEXO I:

Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 09:00h.

A prova terá início às 09h:30min e durará até as 11:00h.

Não será admitida a entrada de Candidato após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento de Identidade Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena de eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores da escola.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do processo seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

MELEIRO/SC, em 04 de Junho de 2014.

ANA DA COSTA OSTETTO

Secretária Municipal de Saúde

Fica homologadaa ERRATA 01 do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Termo de Homologação Pregão Presencial Nº 045/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PRE-GÃO PRESENCIAL Nº 045/2014.

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 045/2014

Modalidade: Pregão Presencial

Data da homologação: 04/06/2014

Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS (Plantadeiras) NOVAS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

Empresa Vencedora: CASA DO PICA PAU LTDA EPP

Valor do Objeto: R\$ 121.000,00

Meleiro/SC, 04 de junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Termo de Homologação Tomada de Preço Nº 038/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 038/2014

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 038/2014

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Data da homologação: 03/06/2014

Objeto da licitação: Contratação de empresa para prestação de serviço de obra e serviço de engenharia na reforma e readaptação do Pavilhão do Arroz de Meleiro sito a Avenida Antonio Walmor Canela, bairro centro Meleiro/SC, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto básico e planilhas orçamentárias.

Empresa Vencedora: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Valor do Objeto: R\$ 677.508,65

Meleiro/SC, 03 de junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº 183/2014

DECRETO Nº 0183/2014 DE 02.06.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.132/2014, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à rede municipal de Ensino,

Considerando o afastamento por um período de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde da Servidora Margarete Schlintwein Turella, bem como não haver mais aprovados para o cargo no Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: JOSEFINA SCATOLIN CPF: 753.318.299-53 RG nº 1.499.555	
CARGO	Professora Ensino Superior - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller
TURMA	4º Ano
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular do cargo Margarete S. Turella afastada para tratamento de saúde por um período de 60 (sessenta) dias conforme Portaria nº 089/2014.
VIGÊNCIA CONTRATO	02.06.2014 a 18.07.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 02 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 184/2014

DECRETO Nº 0184/2014 DE 03.06.2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ELIZETE GAMBA FRANA, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE MODELO, EDITAL Nº 001/2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.132/2014, em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2013 homologado pelo Decreto nº 244/2013 em 21.11.2013, do Município de Modelo - SC, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 04.06.2014, a Sra. ELIZETE GAMBA FRANA, portadora do CPF nº 050.003.139-84, RG nº 6.697.313, aprovada no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2013, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, do Município de Modelo/SC, nível 13 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 horas semanais, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 03 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE Nº 025/2014 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2013

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 0184/2014
CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais Internos

Aos quatro de junho de dois mil e quatorze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC compareceu a Sra. ELIZETE GAMBA FRANA, portadora do CPF nº 050.003.139-84, RG nº 6.697.313, nomeada a fim de tomar posse no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, conforme especificado pelo Decreto 0184/2014.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 04 de junho de 2014.
ELIZETE GAMBA FRANA
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

Que não existe incompatibilidade legal e há compatibilidade de horário, para o exercício do cargo.

Eu, ELIZETE GAMBA FRANA, portadora do CPF nº 050.003.139-84, RG nº 6.697.313,

Declaro pelo presente, sob a minha inteira responsabilidade, para fins de comprovação Junto ao Município de Modelo - SC para posse no cargo de: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS e demais disposições contidas na Lei do Regime Jurídico do Município de Modelo - SC, e demais determinações legais pertinentes a matéria, que conforme estabelecido em Lei, não existe incompatibilidade legal para o exercício do cargo para o qual estou sendo nomeada e há compatibilidade, com a respectiva carga horária.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração.

Modelo/SC, aos ____/____/____.

ELIZETE GAMBA FRANA
CPF nº 050.003.139-84, RG nº 6.697.313

Portaria Nº 099/2014

PORTARIA Nº 099/2014 de 03.06.2014
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DE SUA GENITORA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando o disposto no Art. 114, Inciso III, Alínea "b" da Lei Municipal nº 1.513/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Modelo/SC,
Considerando a Declaração/Certidão de Óbito apresentada, atestando o falecimento da mãe da Servidora adiante nominada,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento do serviço à Servidora LUCIA ILETE KIRCH FRANDOLOSO, ocupante do cargo efetivo de Professora, pelo prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de falecimento de sua mãe, ocorrido em 29 de maio de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29.05.2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 03 de junho de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Portaria Nº 0100/2014

PORTARIA Nº 0100/2014 de 04.06.2014
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZETE GAMBA FRANA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.132/2014 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal ELIZETE GAMBA FRANA, nomeada pelo Decreto nº 184/2014, o exercício das funções do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, com lotação no Departamento Municipal de Educação, e atribuição de exercício no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar do Município de Modelo/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 04 de junho de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Extrato de Contrato Adm. 030/14

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 030/2014

Cedente: Associação Esportiva e Cultura Janguta

Termo de Cessão de uso de bem público.

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 030-2014, objetivando a cessão gratuita de uso e gozo para utilização de imóvel do Município, consistente em: Parte do Lote Rural nº 180-B, da seção Araçá, com área de 3.025 m², com um prédio escolar, em alvenaria, com área construída de 63,55m², cobertos com folhas de Eternit situado em Linha Janguta, interior do Município de Modelo - SC, matriculada no Ofício de Registro de imóveis da Comarca de Pinhalzinho - SC, sob nº 3.115. a presente cessão de uso restringe-se apenas ao uso e gozo dos bens identificados acima, nas atividades da Cessionária e nos termos do Código Civil. O prazo do presente contrato é de 10 anos podendo ser prorrogado pelo mesmos período.

Modelo (SC), 04 de junho de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Navegantes**PREFEITURA****Edital de Notificação 01/2014 de Cobrança de Dívida Ativa**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Avenida João Emilio, 100,
Centro - 88370-446 - Navegante - SC
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2014 DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA REFERENTE À IPTU, CM, RECDI, RD, TXCER, MSUR, TXSUR, TXCER, TXFO, SERV

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita do Município de Navegantes, comunica a todos os Contribuintes, devedores da Fazenda Pública Municipal referente a IPTU, CM, RECDI, RD, TXCER, MSUR, TXSUR, TXCER, TXFO, SERV

O não pagamento da Dívida com o Município até o dia 04 de julho de 2014 implicará em cobrança Judicial.

O Contribuinte que quiser quitar seu débito ou parcelá-lo, antes da propositura da ação judicial deve procurar a Prefeitura Municipal, no Atendimento do Setor de IPTU, ou pelo telefone 047 3342 9553.

EXECUÇÃO FISCAL 2014

RECEITA	CADASTRO	NOME	ANOS
IPTU	15613	ABEL ALVES DA SILVA	2010 A 2013
IPTU	22459,74087, 38268, 74088, 22457, 24601 E 74080	ABERCIO HERNES-TO EMILIO	2011 A 2013
IPTU	30923, 30925, 30924, 30923	ACCIOLY LUIZ PETERLIN	2012 E 2013
IPTU	14855	ACIRLENE GARCIA EMILIO	2011 A 2013
IPTU	20808 E 71474	ADALBERTO CID-NEI DE MENEZES	2012 A 2013
IPTU	913	ADALBERTO GOE-DERT	2008 A 2013
IPTU	22628	ADALBERTO JOSE MADALENA	2010 A 2013
IPTU	13474	ADALBERTO SE-MANN	2012 E 2013
IPTU	34514	ADAO DE OLIVEIRA	2010 A 2013
IPTU	25629 E 72555	ADAUTO LUCIO A GUEDES	2012 E 2013
IPTU	20297	ADECIO CARLOS DIAS	2012 E 2013
IPTU	14801	ADELIA MARIA DAMAZIO	2012 E 2013
RECDI E IPTU	30887 E 34589	ADELIR GALVAO	2010 E 2013
IPTU	27297	ADELIR THOMAZ	2011 A 2013
IPTU	26963	ADEMAR BRAGA-NHOLI	2012 E 2013
IPTU	14995	ADEMAR JORGE	2012 E 2013

IPTU	26550	ADEMIR EWALDO MELCHELT	2011 A 2013
IPTU	19111	ADEMIR FELICIO	2011 A 2013
IPTU	1264	ADEMIR FIAMONCINI	2007 A 2013
IPTU	1317	ADEMIR HAMMES EWALD	2009 A 2013
IPTU	25104 E 4425	ADEMIR JOSE VALLER	2011 E 2013
IPTU	6416	ADEMIR PEREIRA DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	5889	ADEMIR SCHULTZ	2010
IPTU	40669	ADEMIRO BORCHARDT	2012
IPTU	27207, 36730	ADILCEU HAUER	2012 E 2013
IPTU	20404	ADILIA CAROLINA SCHNEIDER	2012 E 2013
IPTU	5713	ADILSON CESAR BORGES	2009 A 2013
IPTU	27020	ADILSON BASIL	2009 A 2013
IPTU	21108	ADILTON FELICIDADE COSTA	2009 A 2013
IPTU E RD	27743, 27816, 27708, 27746, 25408 E 27709	ADMINISTRADORA DE BENS COELHO GAYA LTDA	2010 A 2013
IPTU	17117	ADOLAR KUHN	2012 E 2013
IPTU	4828	ADOLFO BRUNS	2012 E 2013
IPTU	22814	ADOLFO MACHADO FILHO	2012 E 2013
IPTU	9621 E 59733	ADOLFO WARME-LING	2010 A 2013
IPTU	6990	ADRIANA RODRIGUES	2012 E 2013
IPTU	26857, 26917, 24896, 26849, 26848, 26857	ADRIANA VANELLI	2011 A 2013
IPTU	27932 E 70997	ADRIANE GONÇALVES RODRIGUES MADUREIRA	2012 E 2013
IPTU	527	AFONSO REUTER	2012 E 2013
IPTU	12906	AGENOR DE AGUIAR	2009 E 2013
IPTU	39488 E 39487	AGNALDO SHOEPPING E HEITOR CARLOS PURIM	2012 E 2013
IPTU	24967	AGRIPINO DE PAULA E SILVA	2012 E 2013
IPTU	2522	AILTON DA SILVA SOARES	2010 A 2013
IPTU	4838	AIRTO DE MELO	2012
IPTU	4072	AIRTON JAIME VOLTOLINI	2012 E 2013
IPTU	10709	AIRTON PEREIRA	2012 E 2013
IPTU	2104	ALAERTE LUIS SALVADOR	2012 E 2013
IPTU	16495	ALBA NATALINA DOS SANTOS	2011 E 2013
IPTU	5641	ALBERTINA CARDOSO COSTA	2011 A 2013
IPTU	33304	ALBERTO KUMMERLOEWE	2012 E 2013
IPTU	15671	ALCEMAR FRANCO RIBEIRO	2010 A 2013

IPTU	15515	ALCEONIR DA SILVA	2010 A 2013
IPTU	74320	ALCIDES RAMPELOTTI	2008 A 2013
IPTU	21949	ALCIDIO REIS PERA	2012 E 2013
IPTU	11356	ALCIOMAR ROMA MACHADO	2010 A 2013
IPTU	134	ALCIONI MAURILIO DO ROSARIO	2010 A 2013
IPTU	1948	ALDUIR EUGENIO CRIVELETTO	2012 E 2013
IPTU	26135	ALESSANDRA REGINA HILARIO	2012 E 2013
IPTU	41122, 15608, 34344	ALESSANDRO RIBEIRO GONÇALVES	2010 E 2013
IPTU	50088 E 26990	ALEX SANDRO DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	29962	ALEXANDRA ROVER	2011 A 2013
IPTU	11296	ALEXANDRE POFAHL	2007 A 2013
IPTU	6921	ALEXSANDRO MAFRA	2009 A 2013
IPTU	27468	ALFREDINA LOPES	2008 A 2013
IPTU E TXCER	33719	ALICE DE OLIVEIRA	2010 A 2013
IPTU	20313 E 20314	ALINE WANA DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	27129	ALMO ALVISIO DE OLIVEIRA	2007 A 2013
IPTU	24212	ALTAIR DA COSTA	2008 A 2013
IPTU	28480	ALTAMIR NASCIMENTO	2012 E 2013
IPTU	29775	ALTINO KIENEN	2011 A 2013
IPTU	25783	AMANTINO DIMENES	2009 A 2013
IPTU	15321	AMARILDO USINGER	2011 E 2013
IPTU	34469	AMAURI GARCIA	2011 E 2013
IPTU	17344	AMBROSINA APARECIDA ABREU MIRANDA DE ANDRADE	2012 E 2013
IPTU	21177	AMELIA FABRICIO VOGEL	2012 E 2013
IPTU	5939	ANA CLAUDIA DE FREITAS	2010 A 2013
IPTU	8788	ANA MARIA DA SILVA COSTA	2012 E 2013
IPTU	20198	ANA PAULA BAPTISTA	2012 E 2013
IPTU	28865	ANA PAULA E FERNANDA C. SCHWARTZ	2010 E 2013
IPTU	37382	ANA PAULA MASSIROLI	2011 E 2012
IPTU	29890	ANA ROSA PERES RIBEIRO	2010 E 2013
IPTU	19714	ANADIR MASS BOM	2010 A 2013
IPTU	33390	ANDERSON DIEGO RAMOS LEBER	2011 A 2013
IPTU	28586	ANDERSON JOAVERTE ROEPCKE E RENATO ROEPCKE	2010 A 2013

IPTU	31740, 50439, 14425	ANDRE FELIPE RODRIGUES DA LUZ	2012 E 2013
CM	2284 E 2285	ANDRE FERREIRA ALVES MACHADO	2012
IPTU	6669	ANDRE LUIZ PACHECO	2011 A 2013
IPTU	37464	ANDREA ALVES GOES	2010 A 2013
IPTU	37757	ANDREA CURSEL	2012 E 2013
IPTU	8963	ANDREA SOARES CLAUDINO	2012 E 2013
IPTU	18405 E 49771	ANDRESSA FAIM	2009 A 2013
IPTU	20140	ANGELA MARIA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	27937	ANGELO SARTORI	2010 A 2013
IPTU	2553	ANIBAL HENRIQUE AFONSO	2011 A 2013
IPTU	7141	ANILDO GRACILIANO FURTADO	2012 E 2013
IPTU	31088	ANILTO PEDRINI	2010 E 2011
IPTU	12208	ANISIO DIEL	2012 E 2013
IPTU E CM	5970	ANITA DE ALMEIDA	2012
IPTU	18918	ANIZIO VECCHIETTI	2011 A 2013
IPTU	20102 E 20101	ANNA BONOMINI WESTPHAL	2010 A 2013
IPTU	37343 E 17030	ANTONIA FRANCISCA MACIEL DA SILVA	2010 A 2013
IPTU	1464	ANTONIEL CLAUDINO	2012 E 2013
IPTU	17036	ANTONIO ALVES CORDEIRO FILHO	2011 A 2013
IPTU	28712	ANTONIO ALVES DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU	27132, 27107 E 36281	ANTONIO AMANDIO	2010 A 2013
IPTU	28988	ANTONIO CABRAL DE OLIVEIRA	2007 A 2013
IPTU	28466	ANTONIO CARDOSO DOS SANTOS	2009 A 2013
IPTU	35155	ANTONIO CARLOS	2012 E 2013
IPTU	16658	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	2011 A 2013
IPTU	8732	ANTONIO CLAUDIO BATISTA FERREIRA	2010 A 2013
IPTU	29744	ANTONIO CORREA	2010 A 2013
IPTU	31965	ANTONIO DE JESUS	2012 E 2013
IPTU	1558	ANTONIO GERALDO LAURENTINO	2012 E 2013
IPTU	10980	ANTONIO GEYER	2011 A 2013
IPTU	15531	ANTONIO LIMOIRO	2006 A 2013
IPTU	18265	ANTONIO LUZIMAR DE ALMEIDA	2010 A 2013
IPTU	19410, 61258, 61255, 61256, 61254 E 61253	ANTONIO JOSE BENTO	2012 E 2013
IPTU	8556	ANTONIO MARTINHO FERNANDES	2012 E 2013
IPTU	25582 E 7802	ANTONIO PETRY	2011 E 2012

IPTU	8274, 50333, 8273, 39716, 49581, 37141, 50329, 6383, 2053, 50327, 164, 21358, 40219, 171, 20671, 6383, 40217, 40215, 37141, 50331, 5912, 1601, 2054, 50330, 32695 E 8274	ANTONIO CARLOS SACAVEM	2012 A 2013
IPTU	40759 E 40757	ANTONIO CARLOS WOHL	2012 E 2013
IPTU	2710	ANTONIO ROBERTO CORREA	2012 E 2013
IPTU	15588	ANTONIO TELES	2010 A 2013
IPTU	19919	ANTONIO TOBIAS BITTENCOURT	2011 A 2013
IPTU	20087	ANTONIO ZAGARI	2012 E 2013
IPTU	27022	APARECIDA BELO CARDOSO	2007 A 2013
IPTU	19569	APARECIDA ELETTERIO DALMARCO	2010 A 2013
IPTU	28163	ARCELINA ELLER	2009 A 2013
IPTU	15772	ARCINDINA RAMOS ZIMERMANN	2011 A 2013
IPTU	31410, 19002 E 61153	ARGEMIRO ORLANDO DA CRUZ	2011 E 2013
IPTU	24304	ARGENTIL JOAO CIDRAL	2012 E 2013
IPTU	26816	ARI GODOIS	2010 A 2013
IPTU	4538	ARI PIVATTO JUNIOR	2012 E 2013
IPTU	16945	ARIANE PAOLA FELICIO SANTOS	2009 A 2013
IPTU	16181	ARLENE DA LUZ MONTAGNA	2012 E 2013
IPTU	49974	ARLESON FLORES	2012 E 2013
IPTU	32713	ARLINDO FRANCISCO DOS REIS	2011 A 2013
IPTU	2147	ARMIN PAUL WORTMEYER	2011 A 2013
IPTU	6238	ARMINDO BUCHE - ESPOLIO	2012
IPTU	16584	ARNALDO SCATOLINO DE OLIVEIRA	2012 A 2013
IPTU	322	ARNO WASCHBURGER	2011 A 2013
IPTU	40263, 21191, 40262, 40264 E 52649	ASTROGILDO DOS SANTOS FILHO	2012 E 2013
IPTU	51236	ATAIDE MAFRA	2012 E 2013
IPTU	27237	AUDETE DA SILVA	2011 A 2013
IPTU	49994	AUDREY HORMANN BORNECHE CARDOSO	2012 A 2013
IPTU	30088	AUGUSTO CAMILLO	2011 A 2013
IPTU	11529	AUGUSTO DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	20473 E 73557	AUGUSTO MANOEL ALEXANDRE	2012 E 2013
IPTU	26579	AUREA INES REITER	2012 E 2013

IPTU	7171	AUREA MARIA BECKER	2012 E 2013
IPTU	11642 E 11643	AUTO PECAS ENGRENACO CORAL LTDA	2012 E 2013
IPTU	5127	AUTOBOX IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA	2012
IPTU	25204	AVELINO LAURO RUDNICK	2012 E 2013
IPTU	15990	AYLTON MUNARI SCHEIDEMANTEL	2009 A 2013
IPTU E CM	2808	AZEVEDO ALVINO ADAO	2012 E 2013
IPTU	16168	BASELAU SALVADOR	2012 E 2013
IPTU	19113	BERNARDETE FELICIO	2011 A 2013
IPTU E RECDI	15118	BERNARDETE MARIA VIEIRA CORREIA	2011 A 2013
CM	3523	BISLEI PEREIRA	2012
IPTU	19479	BRUNO ALEXANDRE CORDEIRO	2012 E 2013
IPTU	29199	CACILDA LESSA	2010 A 2013
IPTU	15831 E 15805	CAMILA LUCHTENBERG ME	2010 E 2013
IPTU	8579	CARLA NETO COUTO GALVES	2012 E 2013
IPTU	6973	CARLOS ALBERTO DA CUNHA	2010 E 2013
IPTU	14216 E 74437	CARLOS ALBERTO GALVEZ	2012 E 2013
IPTU	32171, 32170 E 32169	CARLOS ALBERTO MORETTO	2012 E 2013
IPTU	19016, 25276, 25277 E 69181	CARLOS ALBERTO VIEIRA	2010 E 2013
IPTU	8981	CARLOS LUDUVICO WITZKE	2011 E 2013
IPTU	6474	CARLOS ROBERTO WESTPHAL	2011 A 2013
IPTU	29810	CARMELITA CANI	2012 E 2013
IPTU	11148	CARMELITA VOIGT HOSCH	2012 E 2013
IPTU	35259 E 69719	CAROLINA DA CONCEICAO	2010 A 2013
IPTU	37295, 70078 E 70076	CAROLINA MARIA SPENBER	2010 A 2013
IPTU	1856, 1671, 16196, 28336, 21869 E 16196	CASAN CIA CAT DE AGUA E SANEAMENTO	2010 E 2013
IPTU	37476	CASSIO ROBERTO MARTINI	2012 E 2013
IPTU	26352	CATARINA AMARFELINA DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	22374	CATARINA YACHTS ESTALEIRO NAVAL LTDA	2010 A 2013
IPTU	15625	CATIA SIRLENE DE SOUZA	2011 A 2013
IPTU	13590	CELESTINO FILAGRANA	2012 A 2013
IPTU	33128	CELI AMANDIO	2010 A 2013
IPTU	18984	CELIA MARIA MARTINS TORRES	2012 E 2013

IPTU	31345	CELIA ROSALINA DA ROCHA	2010 A 2013
IPTU	9837 E 9836	CELIO F SALM	2010 a 2013
IPTU	2283	CESAR MOLLERI	2005 a 2013
IPTU	14860	CESARUA C FERREIRA	2012 a 2013
IPTU	50374	CEZAR AUGUSTO BRAGAGNOLO	2012 e 2013
IPTU	28634	CHARLENE OLIVEIRA BRAZ	2011 a 2013
IPTU	16578	CHARLES DA LUZ	2010 A 2013
IPTU	1840	CHARLIE GILBERTO SILVA	2012 E 2013
IPTU	34416	CHARLY FLORES JAQUES	2010 A 2013
IPTU	15674	CIDICLEI PROVENCY	2009 A 2013
IPTU	49980	CIPRIANO MANOEL VIEIRA NETO	2012
IPTU	3056 E 9677	CLACI SILVANA BUENO	2011 A 2013
IPTU	26888	CLAIR RIOS	2006 A 2013
IPTU	27329	CLAUDECIR DA SILVA	2012 A 2013
IPTU	21821 E 21822	CLAUDECIR RAMOS	2012 E 2013
IPTU	27040 E 20407	CLAUDEMIR JOSE SCHNEIDER	2010 A 2013
IPTU	15641	CLAUDEMIR NUNES	2010 A 2013
IPTU	37324	CLAUDIMAR TITON	2007 A 2013
IPTU	15442	CLAUDINEI ANDREIKO	2009 A 2013
IPTU	13992, 5910 E 53587	CLAUDIO CHIMINELLI	2012 A 2013
IPTU	8998	CLAUDINO ZAMO VARGAS	2012 A 2013
IPTU	13992, 5910 E 53587	CLAUDIO CHIMINELLI	2012 A 2013
IPTU	11718	CLAUDIO LUIZ MIRANDA DE LIMA	2012 A 2013
IPTU E CM	8936	CLAUDIO RODERLEI DAHER	2009 A 2013
IPTU	22943	CLEA RODRIGUES	2012 A 2013
IPTU	2932	CLEBER DE SOUZA	2012
IPTU	16674 E 66232	CLESIO AMORIM	2011 A 2013
IPTU	12724	CLESIO FRANCISCO CASAS	2012 e 2013
IPTU	24909	CLEUSA SENER CAMPESTRINI	2012 e 2013
IPTU	2449, 2450 E 2451	CLOVIS GUERREIRO WOSNIAK	2010 e 2011
IPTU	18518 E 33916	CLOVIS PEDRO CONCEICAO	2008 e 2013
IPTU	20631	COLETA ANACLETO GAZANIGA	2011 a 2013
IPTU	32848, 32865, 32870, 32866, 32875 E 8193	COLONIA DOS PESCADORES Z6 DE NAVEGANTES	2009 a 2013
IPTU	27155	COMUNIDADE EVANGELICA UNIVERSAL EL SCHAD	2012
IPTU	30284 E 30287	CONSTRUTORA E INCORPORADORA AVANTE LTDA	2012 e 2013

IPTU	24566 E 33423	CONSTRUTORA E INCORPORADORA CATIA LTDA	2010 a 2012
IPTU	7336	CONT E COM ITAI-PU IMP CCI LTDA	2012 E 2013
IPTU	24544	CREUSA RODRIGUES BARRETO	2011 A 2013
IPTU	2395	CRISTIANE MAGDALENA CARBALLO	2012 E 2013
IPTU	6987	CRISTIANO LEMOS RODRIGUES	2012 E 2013
IPTU	17317	CRISTIANO PEREIRA	2010 A 2013
IPTU	18217 E 53017	CRISTINA HEDWIG DE ANDRADE PIAZERA	2012 E 2013
IPTU	22634	CRISTINA NAFIEN	2010 A 2013
IPTU	11823	DAIANE GESSNER	2012 E 2013
IPTU E CM	5969	DALCINEIA CATARINA DE ALMEIDA	2012 E 2013
IPTU	26339	DALILA MARIA PEREIRA	2010 A 2013
IPTU	24330	DALMO ANTONIO INACIO	2012 E 2013
IPTU	6455	DANILO BOMVECHIO	2012 E 2013
IPTU	15611	DARCI VUST	2012 E 2013
IPTU	35626	DARCISO ANTONIO WAGNER	2010 A 2013
IPTU	20105	DARGELIO GONCALVES	2012 E 2013
IPTU	34865	DARLI GOETZCKE BARCELLOS FERREIRA	2010 A 2013
IPTU	14872	DARTANA FABRICIO FERREIRA	2010 A 2013
IPTU	17531	DAUTH EMMENDORFER	2010 A 2013
IPTU	14578	DAVID DE AZEVEDO	2012 A 2013
IPTU	19360	DAVINO TAVARES	2012 A 2013
IPTU	3313	DAYLTON NATOBA MENEZES	2012 A 2013
IPTU	21467	DAYWERTON DELLAGIUSTINA SOUZA	2010 A 2013
IPTU E TXFO	38736	DEIVID RANGHETTI	2012 E 2013
IPTU	38246	DENILSON BERNADO	2012 E 2013
IPTU	3545	DENILSON BRAATS	2012 E 2013
IPTU	33762	DENILSON REGIS	2011 A 2013
IPTU	27467	DENISON CARLOS DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU	40846	DEOCILDA ANTUNES CORREA	2011 A 2013
IPTU	22911	DEOCLIDES LOURENCO ALVES	2012 E 2013
IPTU	17011	DEOMAR DA CONCEICAO RIO	2012 E 2013
IPTU	18695	DG ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	2012 E 2013
IPTU	6666, 20942 E 36943	DIANA DA SILVA LOPES	2011 A 2013

IPTU	19061, 22594, 27543, 25305, 30004, 30011, 29990, 30001, 25986, 30010, 6838 E 27713	DIOCESE DE BLUMENAU	2011 A 2013
IPTU	4710	DIONISIO BARCELLO	2009 A 2013
IPTU	13240	DIONISIO TIDIMO REINERT	2012
IPTU E MSUR	7262	DIONYSIOS TROUPOS	2012 E 2013
IPTU	31718	DIRCEU GOMES	2011 A 2013
IPTU	2010 A 2013	DORCILIA NEPOMUCENO DA COSTA	2010 A 2013
IPTU	25403	DORIVALDO DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	4939	DORVALINA ANTONIO MORLO	2012
IPTU	7536	DOUGLAS MONTE CRISTO LOPES	2012 E 2013
IPTU	3831	DULCE IRMA SCHLINDLER	2012 E 2013
IPTU	20814	DULCILENI SANTHIAGO	2012 E 2013
IPTU	11013	DURVALINA FRANCO DE MORAES ORTIZ	2011 A 2013
IPTU	17086	ECKEHARD BARTEL	2009 A 2013
IPTU	464	EDELBERT KLUGE	2011 E 2013
IPTU	40153	EDESIO DA SILVA	2011 A 2013
IPTU	11876	EDESIO RODRIGUES	2011 E 2013
IPTU	40883	EDGAR JOSE OURIQUES E VANESSA CARDOZO OURIQUES	2011 A 2013
IPTU	15609	EDGAR SCHNEIDER NETO	2012 E 2013
IPTU	6603	EDI TEREZINHA DE SOUZA	2011 A 2013
IPTU	14536	EDINETE ADRIANO	2012 E 2013
IPTU	28528	EDITH SOARES DA SILVA	2011 A 2013
IPTU	38183 E 15483	EDIVALDO CESAR SANTOS	2008 A 2013
IPTU	13981	EDIVALDO DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	118	EDJANE MARA DOMINGOS CORREA	2012 E 2013
IPTU	1703	EDMUNDO BARTNIKOCFKI	2012 E 2013
CM	2368	EDNA BAUGARTNER	2012
IPTU	28826	EDNA FORTUNATO ROCHA	2007 A 2013
IPTU	15462	EDSON GONDO URBANO	2009 A 2013
IPTU	12990	EDSON LUIZ PEREIRA DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	22808 E 71200	EDUARDO ADRIANO CORREIA	2011 A 2013
IPTU	10083	EDUARDO COELHO E OUTROS	2012 E 2013

IPTU	2328	EDUARDO DE MAN- NIS TORRES	2012 E 2013
IPTU	14769	EDUARDO LUIZ DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	2363	EGELSON MEISTER	2012 E 2013
IPTU	5102	EGIDIO KRETZER	2012 E 2013
IPTU	542, 541, 540 E 543	ELCIDIOMAR TE- DESCO	2012
IPTU	35195	ELCIO JOSE DE OLIVEIRA	2010 A 2013
IPTU	3123	ELIANE MARIZE C CORDEIRO	2012 E 2013
IPTU	27391	ELIAS QUIRINO DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU	8094, 8097 E 22300	ELIO DAUFENBACH FERNANDES	2012
IPTU	663	ELISABETE PE- REIRA DE SOUZA KARSTEN	2012
IPTU	28863	ELISABETE ZAR- CHERT E NICOLAU NEVES	2012 E 2013
IPTU	26889	ELISEU CORREIA	2010 A 2013
IPTU	35290	ELIZABETE DA SILVA	2010 A 2013
IPTU	4603	ELIZANGELA DOS SANTOS DA SILVA	2011 A 2013
IPTU	12970	ELKE MARIA KEL- LERMANN	2009 E 2013
CM	4266	ELOIR SONNENS- TRHL	2012
IPTU	4573	ELVA BAEHR DA SILVA	2011 A 2013
IPTU	14494	ELZA FERREIRA ALVES	2012 E 2013
IPTU	10501	ELZILENE NEUSA DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	11265	EMERSON MICHEL- MANN	2009 A 2013
IPTU	29060	EMERSON VILMAR DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	18812, 37896, 38201, 70343, 70344 E 21802	EMPREENDIMEN- TOS DAL RI LTDA - ME	2011 A 2013
IPTU E CM	1626, 4234, 24382, 3550, 5993, 59563, 59564, 59583, 59562, 9838, 59584, 59915, 59916, 61695, 59560, 39810, 38489, 38434, 38487, 60129, 59567, 40436, 38488, 38486, 59568, 59912, E 59565	EMPREENDIMEN- TOS NARCISO LTDA	2012 E 2013
IPTU	38487, 38488, 38489	EMPREENDIMEN- TOS NARCISO LTDA	2009 A 2012
IPTU	27959	ENEDIR FERREIRA CAMARGO	2012 e 2013
IPTU	5797	ENIO JUNKES	2012 e 2013
IPTU	21101	ERCIO JOAO BEBER	2012 e 2013
IPTU	12152	ERICO STRUTZ	2011 a 2013
IPTU	32745	ERLITA HONORIO	2010 a 2013

IPTU	24234	ERNALDO SELVIO DA LUZ	2008 a 2013
IPTU	16689	ERNESTINA DA ROCHA SANTOS	2011 a 2013
IPTU	39293	EROTIDES FREITAS	2007 a 2013
IPTU	34549 E 74588	EROTIDES VITOR DOS SANTOS	2011 a 2013
IPTU	26826	ESEQUIEL MACHA- DO REIS	2009 e 2013
IPTU	14652 E 65875	ESP IRINEU WER- NER	2012 a 2013
IPTU E TXSUR	27986	ESQUADRO CONSTRUTORA E INCORPORADORA	2011 E 2013
IPTU	12513	ESTER DE FREITAS DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	19778, 39342 E 19778	ESTEVAO MACHA- DO	2012 E 2013
IPTU	14445	ETEL SOARES GUT- TERRES	2012 E 2013
IPTU	5543,6547, 6839,6544, 6539 E 6545	EUCLIDES ANTO- NIO DOS PASSOS	2012 E 2013
IPTU	16166	EUCLIDES JOSE LOPES	2012 E 2013
IPTU	22309	EUGENIO GATELLI	2012 E 2013
IPTU	24910	EUNICE MANDUCA CENSI	2012 E 2013
IPTU	19603	EURICO CORDEIRO	2012 E 2013
IPTU	33173	EVA APARECIDA SOUZA DE MATTOS	2012 E 2013
IPTU	27423	EVA DE FATIMA DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU	32725	EVA FATIMA COR- DEIRO DE LIMA E ESPOSO	2011 A 2013
IPTU	15633	EVA RODRIGUES	2010 A 2013
IPTU E TXCER	53933 E 6628	EVALDO BAUER	2011 A 2013
IPTU	838	EVALDO RENATO PALM	2012 E 2013
IPTU	28924	EVERALDO DOS SANTOS	2009 A 2013
IPTU	12924 E 65705	EVILASIO JOSE PAMPLONA	2012 E 2013
IPTU	8476	EWALDO MANOEL FERREIRA	2012 E 2013
IPTU	22641	EZEQUIEL VENAN- CIO	2009 A 2013
IPTU	13823	FABIANA NATALI HUBES	2012 E 2013
IPTU	6982	FABIANO LEMOS RODRIGUES	2010 A 2013
IPTU	12493	FABIANO ORLANDO COGHI	2012 E 2013
IPTU	25235	FABIO DE OLIVEI- RA RODRIGUES	2011 A 2013
IPTU	41006	FABRICIO SERAFIM JORGE	2010 A 2013
IPTU	12486 E 12712	FELICIO REGINAL- DO DA COSTA	2012 E 2013
IPTU	9498	FELIPE ROTA	2010 E 2013
IPTU E TXCER	49775	FELIPPE PILOSIO BOTELHO	2012 E 2013

IPTU	3152	FELISBERTO EDMUNDO DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	6459	FELIX GAYA	2012 E 2013
IPTU	24943	FERNANDA ARLETE SOUZA IGNACIO	2011 A 2013
IPTU	8734	FERNANDA DA SILVA MAIA	2010 A 2013
IPTU	32040	FERNANDA FRANCISCO	2009 A 2013
IPTU	15739	FERNANDO DA COSTA	2010 A 2013
IPTU	14406, 14407 E 14404	FERNANDO DAVILA VIEIRA	2009 A 2013
IPTU	50698	FERNANDO DAVILA VIEIRA JUNIOR	2012 E 2013
IPTU	40500	FERNANDO LUCHTENBERG	2010 A 2013
IPTU	14768	FERNANDO PAULO DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	11576	FLORENAL RODRIGUES DE CARVALHO- IDALINA B. DE CARVALHO	2012 E 2013
CM	4301	FLORI BARBOSA DO NASCIMENTO	2012
IPTU	9608 E 59754	FLORINDO TESTONI FILHO	2012 E 2013
IPTU	5218	FLORISVALDA CUSTODIO FRANCISCO	2012 E 2013
IPTU	29589	FRACIANE REGINA DA SILVA I	2010 A 2013
IPTU	33534	FRANCISCA DOS SANTOS NEVES NUNES - ESPÓLIO	2010 E 2013
IPTU	6732	FRANCISCO CELSO BENASSI	2011 A 2013
IPTU	27380 E 36056	FRANCISCO DA SILVA LIMA	2012 E 2013
IPTU	20789, 20788 E 37185	FRANCISCO DE ASSIS GAZANIGA	2010 A 2013
IPTU	16981 E 69115	FRANCISCO DE PAULA SEARA JUNIOR	2011 E 2013
IPTU	19540	FRANCISCO INTHURN	2012 E 2013
IPTU	8036	FRANK RICARDO VAN DER VELDEN	2012 E 2013
IPTU	13496 E 3283	FREDOLINO ALFREDO BENTO	2011 A 2013
IPTU	4656	GELSON JOAO NASCIMENTO	2011 A 2013
IPTU	4600	GELSON LEMOS	2011 E 2013
IPTU	18963	GENIVALDO SOUZA	2012 E 2013
IPTU	7241 E 7238	GENTIL DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	19815	GENY VITALINA DA LUZ	2011 A 2013
IPTU	20162	GERCINO DA SILVA LOPES	2012 E 2013
IPTU	13067	GERSON GEYER E OUTROS	2011 A 2013
IPTU	18615	GERSON LUIZ BORGES	2010 A 2013
IPTU E CM	19378	GERSON RODRIGUES	2009 A 2013

IPTU	34289	GETULIO CABRAL PEREIRA	2010 A 2013
IPTU	12032	GILBERTO ZEN	2012 E 2013
IPTU	20665	GILDA DE FREITAS VIEIRA	2011 A 2013
IPTU	35185	GILMAR	2010 A 2013
IPTU	17288 E 33506	GILMAR CARLOS FOLLE	2012 E 2013
IPTU	18220	GILSON GUNTHER	2012 E 2013
IPTU	6060	GILSON LUIZ MARTINS	2012 E 2013
IPTU	291	GIOVANA CECILIA NEPOMUCENO	2012 E 2013
IPTU	11241	GIOVANA REGINA DIAS MATTOS	2011 A 2013
IPTU E CM	5079, 2198 E 30365	GIOVANA SOARES DA CUNHA	2012 E 2013
IPTU	38148	GISELI LUIZA REGIS	2012 E 2013
IPTU	21740	GLAUCIENE LUCAS DA SILVA PAES	2011 A 2013
IPTU	7077	GRACINTO RAFAEL GOETZ	2011 A 2013
IPTU	15460 E 61132	GRAZIELI AMARAL	2010 A 2013
IPTU	15045	GRIMARIA REINLEIN AYMONE	2012 E 2013
IPTU	27259 E 22621	GUIMARVAN CONRADO	2011 a 2013
IPTU	12720	GUSTAVO JACOMO	2009 a 2013
IPTU	5415, 6369, 6393 E 51175	HAMILTON LUIZ SANTIAGO	2012 e 2013
IPTU	29579	HARRY KREUTZFELD JUNIOR	2012 e 2013
IPTU	4064	HEINZ GORISCH	2012 e 2013
IPTU	14068	HEINZ KRETZSCHMAR	2012 e 2013
IPTU	12000	HEITOR TOMASI	2012 e 2013
IPTU	24643	HELIETE ASSINI	2012
IPTU	3108	HELIO DAS NEVES	2012 e 2013
IPTU	28233	HELIO ERNESTO FERREIRA	2012 e 2013
IPTU	18186	HELIO SALVADOR	2012 e 2013
IPTU	2607	HELMUTH HENSEL	2012 e 2013
IPTU	18254	HELOISA HELENA PEREIRA DOGNINI	2009 A 2013
IPTU	13678 E 64975	HENRIQUE STRAY	2012 e 2013
IPTU	10012	HERBERT BARG	2012
IPTU	5036	HERBERT KUWLMANN	2010 A 2013
IPTU	22201	HERCILIO FRANCISCO REGIS FILHO	2012 e 2013
IPTU	4347, 7430, 63,62 E 61	HERIVALDO HERCILIO DA SILVA	2012 e 2013
IPTU	9614, 59744 E 59742	HERMES BRAATZ	2010 A 2013
IPTU	9694	HIGINO ESPINDOLA	2010 A 2013
IPTU	15465, 61141, 61140 E 61138	HIPER MERCADO VITORIA	2012 e 2013
IPTU	19692 E 67333	HOMERO PEREIRA NUNES	2010 A 2013

IPTU	13113	HORACIO DE SOUZA	2010 A 2013
IPTU	13207	HORST KLOTH	2010 e 2013
IPTU	725	HUGO ROQUE BRAUN E OUTROS	2012 e 2013
IPTU e CM	29234, 29190, 21238, 29193, 29234 E 29191	HUMBERTO DA SILVA BORBA	2009 a 2013
IPTU	7309	IGREJA DE DEUS COMUNIDADE DE DEUS	2010 A 2012
IPTU	17283 E 66979	ILDA SOARES LUIZ	2009 A 2013
IPTU	2093	ILSON CARLOS SCHULER SOBRINHO	2012 e 2013
IPTU	11101	ILTON CESAR GAMBA	2010 A 2013
IPTU	15610, 15497, 1770 E 17706	IMOBILIARIA JARDIM AEROPORTO	2010 A 2013
IPTU	5703	INACIO PASSOS PEREIRA	2012 e 2013
IPTU	8301 E 24383	IND PRODUTOS ALM STA CAT LTDA	2012 e 2013
IPTU	9841 E 9840	INES A COETZINGER	2011 A 2013
IPTU	10909	INES DE FREITAS REIS	2012 e 2013
IPTU	9588 E 9587	INWALDO RAASCH	2010 A 2013
IPTU	6610	IOLANDA APARECIDA INOCENCIO CAMARGO DA SILVA	2012 e 2013
IPTU	25767	IONAR DE SOUZA ECHART	2010 A 2013
IPTU	28874	IRACEMA ISCHILZE	2012 e 2013
IPTU	15770 E 69867	IRACEMA RICARDO	2011 A 2013
IPTU	20113	IRACEMA TEIXEIRA	2010 A 2013
IPTU	38775	IRACILDA AZEVEDO DE OLIVEIRA	2011 A 2013
IPTU	13729	IRENE DOS SANTOS AMORIM	2012 e 2013
IPTU	19543	IRENI ARGENA INTHURN	2009 A 2013
IPTU	9032	IRMAOS GUERBER E CIA	2010 A 2013
IPTU	37746	ISABEL PRADELLA DE SOUZA	2010 E 2011
IPTU	28893	ISABEL CRISTINA SILVA	2010 A 2013
IPTU	28213	ISAK FELSKI	2012 E 2013
IPTU	14608	ISMAEL JOSE SANTIAGO	2012 E 2013
IPTU	18766	ISOLETE DOS SANTOS	2012
IPTU	8906	ITAMAR SEBASTIAO DA COSTA	2011 E 2013
IPTU	39594	IVAIR LUIZ COSTA	2009 A 2013
IPTU	28901	IVAM DOS SANTOS VIEIRA	2007 A 2013
IPTU	18324	IVANDINA APARECIDA DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	61653	IVANIR MULLER DE RAMOS	2012 E 2013
IPTU	27520 E 71559	IVETE DA SILVA	2008 A 2013

IPTU	25760	IVO ALVES DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	5767	IVO DILLON GUERRA	2012 E 2013
IPTU	27003 E 26320	IVO PIVATTO	2012 E 2013
IPTU	5504	IVO SERGIO HARBS	2010
IPTU	22161	IVONE PAULO	2012 E 2013
IPTU	25076	IVONE SALLES LAMIN	2011 E 2013
IPTU	19506	IZALDA DE ASSUNÇÃO MAFRA SAGAZ	2012 E 2013
IPTU	18236	IZOLDE HELMANN CUNHA	2012 E 2013
IPTU	7776	JACI JOAO GIOSELE	2012
IPTU	26326 E 33810	JACIRA SOUZA DA VENTURA	2011 A 2013
IPTU	27989	JACY COSTA	2012 E 2013
IPTU	20051	JAILTON CARLOS MAIA	2011 a 2013
IPTU	11501	JAIME DE ANDRADE	2012 E 2013
IPTU	49542	JAIME DE OLIVEIRA	2012
IPTU	10696	JAIME MOSER	2012 E 2013
IPTU	18286	JAIR GUIMARAES	2007 A 2013
IPTU	12005	JAIR JOAO DA COSTA	2012 E 2013
IPTU	25396	JAIR ONEDA	2011 a 2013
IPTU	16849	JALDEMIR DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	21593	JAMES ROBERTO MAURICI	2011 a 2013
IPTU	27	JANAINA RACHEL COELHO	2012 E 2013
IPTU	28055 E 67581	JANDIR BESSA E LORIZETE RODRIGUES DA ROSA	2010 A 2013
IPTU	25302	JANIA MENECHELLI COSTA	2012 E 2013
IPTU	7628	JAQUELINE OLSCHOWSKY	2012 E 2013
IPTU	50589 E 50622	JARDEL PEDRO GONÇALVES	2012 E 2013
IPTU	50631 74571 74540 74591	JEAN CARLOS DA COSTA	2012 E 2013
IPTU	19112	JEAN MARCUS CRISPIM	2009 A 2013
IPTU	1609 E 73409	JEFFERSON HENRIQUE AUGUSTO CONCEICAO	2012 E 2013
IPTU	7204	JENNIFER SIMAS GOIS	2012 E 2013
IPTU	26728 E 26729	JERSON ROQUE DE MOURA	2012 E 2013
IPTU	37142	JOACIR MAIA	2009 A 2013
IPTU	24345 E 24546	JOAO AMANDIO MAFRA	2010 A 2013
IPTU	5946	JOAO BATISTA DE LIMA	2011 A 2013
IPTU E CM	33272	JOAO BATISTA MENDONCA	2009 A 2013

IPTU	1964 E 1963	JOAO BEZERRA DOS SANTOS E MARIA A.M. MAR	2012 E 2013
IPTU	8121	JOÃO CARLOS COSTA	2012
IPTU	34788 E 14279	JOAO CARLOS DA SILVA	2010 A 2013
IPTU	28156	JOAO CARLOS HAMESTER	2009 A 2013
IPTU	28243	JOAO CARLOS ZINK	2012 E 2013
IPTU	27286	JOAO CLAUDINEI CARDOSO	2010 A 2013
IPTU	26962	JOAO DANIEL DELFES	2009 A 2013
IPTU	18911	JOAO DILETO LEMOS HAUS	2011 A 2013
IPTU	3718	JOAO DONIZETTI FERREIRA ALVES	2012
IPTU	5359	JOAO EMILIO ROSA FILHO	2012
IPTU	29679	JOAO JOSE DELFINO	2009 A 2013
IPTU	16454 E 32991	JOAO JOSE FAGUNDES	2009 A 2013
IPTU	21722	JOAO LINDOLFO DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	17709	JOAO LUCIANO ROSA	2012 E 2013
IPTU	19607	JOAO LUIZ BOM	2011 A 2013
IPTU	16708 E 21434	JOAO MANOEL FLORES	2010 E 2013
IPTU	14440	JOAO PAULO COSTA SALATA	2012 E 2013
IPTU	33745	JOAO PAULO Z. PFELISTICKER	2010 A 2013
IPTU	7076, 53310 E 53308	JOAO PEDRO DA CUNHA	2010 A 2013
IPTU	36126	JOÃO RICARDO REBELO	2012 E 2013
IPTU	22898	JOAO SCHMIDT	2011 A 2013
IPTU	29306	JOAO VANDERLEI PEGORARO	2011 A 2013
IPTU	20372 E 20371	JOAO VANZUITA RAULINO	2010 A 2013
IPTU	808	JOAQUINA CONCEICAO	2012 E 2013
IPTU	37279, 69983, 69982 E 69981	JOEL ALVES TRINDADE	2008 A 2013
IPTU	35258	JOCENIR PERES	2010 A 2013
IPTU	20141	JORACI DE FATIMA DA CRUZ SILVA	2011 A 2013
IPTU	34898, 51634, 51443 E 39708	JOEL JOAO COUTO	2012 E 2013
IPTU	33886, 33885, 66436, 66444, 21349, 66431, 33884, 66440, E 37977	JOEL JOSE DOS ANJOS	2012 E 2013
IPTU	11998	JORGE JOAO FERNANDES DE OLIVEIRA	2010 A 2013
IPTU	34440	JORGE LUIZ PINHEIRO	2010 A 2013
IPTU	22425 E 22411	JORGE LUIZ REGIS	2012 E 2013

IPTU	33260	JOSE ADEMIR LOTERIO	2010 A 2013
IPTU	15240	JOSE ALFREDO BENTO	2012 E 2013
IPTU	22608	JOSE ALVES VALT	2010 A 2013
IPTU	8018	JOSE AUGUSTO C DOMINGUES	2012 E 2013
IPTU	14000	JOSE BERNARDINO PEIRAO	2007 E 2013
IPTU	7349	JOSE CARLOS BRYK	2012 E 2013
IPTU	14574 E 52146	JOSE CARLOS CABRAL	2010 A 2013
IPTU	10128	JOSE CARLOS CORREA DE LACERDA	2012 E 2013
IPTU	37384	JOSE CARLOS FERNANDES	2009 A 2013
IPTU	38411	JOSE CESAR PEREIRA	2012 E 2013
IPTU	19104	JOSE DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	13849	JOSE DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	20331 E 20334	JOSE GERALDO CALDONHO	2012 E 2013
IPTU	20852	JOSE GONCALVES	2012 E 2013
IPTU	7938 E 7939	JOSE ILTON DE OLIVEIRA	2012 E 2013
IPTU	21409	JOSE JESUS DA SILVA	2011 A 2013
IPTU	6856	JOSE LANA	2012 E 2013
IPTU	19595 E 52235	JOSE LINO FELICIO	2010 A 2013
IPTU	9716	JOSE LOPES BATISTA	2010 A 2013
IPTU	19355	JOSE LUIZ LEONALDO DE OLIVEIRA	2012 E 2013
IPTU	3205	JOSE LUIZ PEREIRA	2012 E 2013
IPTU	11233	JOSE MANOEL COELHO	2012 E 2013
IPTU	4411	JOSE MARCELINO DOS SANTOS NETO	2009 A 2012
IPTU	18612	JOSE MARTINS	2011 E 2013
IPTU	20586	JOSE MIGUEL VIEIRA	2012 E 2013
IPTU	17995, 17968 E 17969	JOSE NILO FELICIO	2010 A 2013
IPTU	15692	JOSÉ ORMIR ARRUDA	2010 A 2013
IPTU	38412	JOSE PAULO REINERT	2012 E 2013
IPTU	18994	JOSE PEDRO DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	20413	JOSE RUSSI	2011 A 2013
IPTU	16370	JOSE SALOME PACHECO	2012 E 2013
IPTU	24932	JOSE SATIRO DA SILVA FILHO	2011 A 2013
IPTU	3265	JOSE SAVIO TIRONI	2011
IPTU	17388	JOSETE THIEMES SILVA	2012
IPTU	3544	JOSIANE ELIAS NICOLODI	2012 E 2013
IPTU	37534	JOSIANE MARIA INOCENCIO	2010 A 2013

IPTU	2632	JOSUE FRANCISCO RODRIGUES	2012 E 2013
IPTU	24894 E 26769	JOSUE VALMOR DOS PASSOS	2009 A 2013
IPTU	19120 E 1039	JOZE DE BITTENCOURT	2012 E 2013
IPTU	20144	JUAREZ DE PINHO	2009 A 2013
IPTU	32001	JUBEA TEREZINHA KEPPEN	2009 A 2013
IPTU	16356 E 52053	JUCELMO PATRICIO	2012 E 2013
IPTU	21549 E 34012	JUCIANE DOS SANTOS COUTO	2009 A 2013
IPTU	11999	JUCIRIA DA SILVA	2011 A 2013
IPTU	21317	JULIANO CESAR GOBRI	2012
IPTU	50312 E 1939	JULIANO DJEIMES REBELO	2012 E 2013
IPTU	24247	JULIANO MANOEL ALEXANDRE	2010 A 2013
IPTU	890	JULIO CESAR AUGSBURGER	2010 E 2013
IPTU	332	JULIO CESAR MARQUES JUNIOR	2012 E 2013
IPTU	5863	JULIO CLAUDIO DOS ANJOS	2012 E 2013
IPTU	25167, 64387 E 64390	JULIO DE OLIVEIRA	2012 E 2013
IPTU	19877, 19874 E 50103	JUNIOR BATISTA	2012 E 2013
IPTU	23085 E 34247	JUNIVAL QUIRINO DOS SANTOS	2011 A 2013
IPTU	18366	JUREMA RODRIGUES DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	11986	JUSSARA MARIA MARTINELLO LANGE	2012 E 2013
IPTU	50006	JUSSARA RODRIGUES	2012 E 2013
IPTU	18357 E 35854	JUSTINO GONCALVES	2012 E 2013
IPTU	756	JUVENAL MANOEL MAFRA	2012 E 2013
IPTU	39878	KARIN FERREIRA RADLOFF	2012 E 2013
IPTU	14031	KARIN HILDEGARDE WEISE	2012 E 2013
IPTU	21004	KARIN MORAES DA CRUZ CORREA	2008 A 2013
IPTU	26359 E 66607	KARINA OLIVIA FERREIRA REGIS	2012 E 2013
IPTU	41106, 39253 E 41078	KARINE DE OLIVEIRA DE AMORIM	2011 A 2013
IPTU	40734, 50637, 40751 E 74582	KARLA THAIS DE MELLO	2010 A 2013
IPTU	26370	KATIA CILENE DOS SANTOS FERNANDES	2009 A 2013
IPTU	25268	KELTON HANSEN	2012 E 2013
IPTU	38080	KLEBER JUAN MARCELLINO E ESPOSA	2012 E 2013
IPTU	19946 E 51480	LACI DA SIVA MAIA	2012 E 2013
IPTU	22613	LAUDIENE DE OLIVEIRA	2010 A 2013
IPTU	15212	LAUREANO RAMOS DE SOUSA	2012 E 2013

IPTU	18484	LAURECI TRAMONTIN	2012 E 2013
IPTU	16906, 25414 E 32485	LAURO ALFREDO HORACIO SCHEUNEMANN SCHEEL	2007 A 2013
IPTU	35475	LEAMAR BERTAMONI PARTICHELI	2012 E 2013
IPTU	6995	LEANDRO AUGUSTO DA SILVA	2010 A 2012
IPTU	39497	LEANDRO CARLOS CABRAL	2011 A 2013
IPTU	15715	LEANDRO PERES	2010 A 2013
IPTU	28102 E 67530	LEDIR DE FREITAS	2011 A 2013
IPTU	5449 E 8826	LEOMAR JOAO CESARIO	2012 E 2013
IPTU	1456	LEONARDO BAA- DER	2012 E 2013
IPTU	33956	LEONIR MACARINI	2012 E 2013
IPTU	18184, 33279, 52945 E 52947	LEOPOLDO GUNZ - ESPÓLIO	2012 E 2013
IPTU	20602	LEVI CUNHA	2010 A 2012
IPTU	21950	LEVINO CAMPIGOTTO	2012
IPTU	17907 E 17906	LIANDRO PAULINA	2012 E 2013
IPTU	14190	LIERTE JOSE LAURENTINO	2010 A 2013
IPTU	37954 E 297	LILI FACHINI	2012 E 2013
IPTU	15046	LINTON MURARA	2011 A 2013
IPTU	50530	LIS MAIRA DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	35209 E 69558	LIVINA ALVES DE MIRANDA	2009 A 2013
IPTU	33464	LIZANDRA DESCOVI DORNELLES	2010 A 2013
IPTU	3480	LODIMAR HENSCHER	2011 A 2013
IPTU	15682	LORENCO TEODORO DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU	9712	LORIVAL JESUS	2010 A 2013
IPTU	20088	LORIVAL JOSE REIS E SILVIA	2010 A 2013
IPTU	29686 E 26639	LOTHER OLAV JAHNKE	2009 A 2013
IPTU	9634	LOURDES ALVES MACHADO	2010 A 2013
IPTU	29927 E 15027	LOURENCO ANTONIO DE SOUZA	2011 A 2013
IPTU	22744	LOURENCO DE ANDRADE	2012 E 2013
IPTU	18614	LOURIVALDO JOAO VIEIRA	2011 A 2013
IPTU	33770	LUCAS VIEIRA MARTINS	2009 A 2013
IPTU	33282	LUCEMAR MARTINS GONCALVES LOPES	2012 E 2013
IPTU	6404 E 32034	LUCI COELHO LEANDRO	2009 A 2013
IPTU	15663	LUCIA DE AZEVEDO	2010 A 2013
IPTU	25088	LUCIANA CARDOSO	2010 A 2013
IPTU	4489	LUCIANA DE OLIVEIRA GOMES	2010 A 2013

IPTU E TXFO	51421	LUCIANO DOMINGOS DA SILVA CLAUDINO E CLAUDIA R. CLAUDINO	2011 E 2013
IPTU	4687	LUCIANO FRANCISCO MARIA FILHO	2012 E 2013
IPTU	1962	LUCIANO ORANE MAIBUK	2012
IPTU	2232	LUCIANO SANTANA	2012 E 2013
IPTU	37353	LUCIANO TEIXEIRA DA SILVA	2011 A 2013
IPTU	25389	LUCY MARGARETH DE OLIVEIRA CORREA	2009 A 2013
IPTU	16782	LUIS CARLOS MONTIBELLER	2010 A 2013
IPTU	4541	LUIZ ALBERTO DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	8774	LUIZ ANTONIO DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	26771, 25764 E 25680	LUIZ ANTONIO TELLES	2010 A 2013
IPTU	17238 E 33214	LUIZ CARLOS AMORIM	2012 E 2013
IPTU	28199	LUIZ CARLOS ANASTACIO	2010 A 2013
IPTU	15725 E 28565	LUIZ CARLOS DE JESUS	2012 E 2013
IPTU	19458	LUIZ CARLOS HORNER	2012
IPTU	51639, 31710 E 51638	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA FACCIO	2012
IPTU	9473	LUIZ CARLOS PEREIRA DA COSTA	2007 A 2013
IPTU	22061	LUIZ CARLOS RODRIGUES	2011 A 2013
IPTU	49645, 20686 E 49648	LUIZ CLAUDIO DE SOUZA CRISPIM	2012 E 2013
IPTU	245	LUIZ FERNANDO DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	1386	LUIZ FERNANDO KINIZ E RONY B. RAMOS	2011 A 2013
IPTU	28396, 73475, 73476, 73473 E 73479	LUIZ FRANCISCO DIAS	2012 A 2013
IPTU	6680	LUIZ PAULO FERREIRA D'AVILA	2012 E 2013
IPTU	39399	LUIZ PROTAZIO DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	22219	LUIZA MARIA DIAS	2012 E 2013
IPTU	35546 E 35609	LURDES DE OLIVEIRA VAZ MOSSELIN	2010 A 2013
IPTU	21710	MAGDALENA BECKER BEGNINI	2010 E 2011
IPTU	20822 E 20821	MAICKON JEAN STEFFEN SOUZA	2012 E 2013
IPTU	9458	MAICON DA ROSA	2011 A 2013
IPTU	2384	MANOEL DA ROCHA	2012 E 2013
IPTU	22905	MANOEL DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU E CM	25497, 22183, 22184 E 40557	MANOEL FORMENTO	2009 A 2013

IPTU	18380	MANOEL INACIO PEREIRA	2010 A 2013
IPTU	36019 E 25985	MANOEL JOAO SEVERINO	2012 E 2013
IPTU	20674	MANOEL PEDRO DUARTE	2011 E 2012
IPTU	21122	MANOEL VITOR DA SILVA	2012
IPTU	15007	MANUEL JOAQUIM RODRIGUES	2012 E 2013
IPTU	3425	MARA GABRIELA FERREIRA	2012 E 2013
IPTU	4699 E 4676	MARA LUZ CORREA	2012 E 2013
IPTU	19856	MARA SILVA OLIVEIRA BUSATTO	2010 A 2013
IPTU	28125	MARCELA NUNES DA SILVA E JEFERSON DA SILVA TELLES	2010 A 2013
IPTU	5766	MARCELO BUENO DA SILVA	2012 E 2013
IPTU E CM	2445,2 446, 38344 E 1235	MARCELO MARCEL FRANCO JOSE DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	28041, 28040 E 28051	MARCELO ANTONIO ARRUDA COELHO	2012 E 2013
IPTU	18678	MARCIA DOS SANTOS GAYA	2012 E 2013
IPTU	35249 E 19913	MARCIA ELI CARVALHO	2010 A 2013
IPTU	15191	MARCIA PEREZ GARCIA	2012 E 2013
IPTU	12367 E 12368	MARCIA SOUZA	2012 E 2013
IPTU	15746	MARCIANI DOS SANTOS	2008 A 2013
IPTU	37715	MARCILIO FURKEM	2007 A 2013
IPTU	333	MARCILIO JOSE GONCALVES	2012 E 2013
IPTU	51224	MARCIO JOSE FRANCISCO	2010 A 2013
IPTU	38470	MARCIO VIEIRA	2012 E 2013
IPTU	25306	MARCIO ZEDRAL E LILIAN M. BORGES	2010 A 2013
IPTU	15201	MARCIONI VERGINIA CAPELLA CHAVES	2012 E 2013
IPTU	3490 E 39489	MARCIUS EDNEI LAURINDO	2011 A 2013
IPTU	25119	MARCO ANTONIO MOCELIN - ESPOLIO	2012 E 2013
IPTU	13925	MARCO AUGUSTO SADA	2012 E 2013
IPTU	19638	MARCOS ANTONIO VAZ	2010 A 2013
IPTU	40798,40831 E 40830	MARCOS AUGUSTO PIRES	2012 E 2013
IPTU	22232	MARCOS DO NASCIMENTO	2012 E 2013
IPTU	18880 E 18882	MARCOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	31588	MARCOS LEANDRO	2009 A 2013

IPTU	26719	MARCOS SIVIDANES CORDEIRO	2012 E 2013
IPTU	1465	MARCOS SOUTO E GISELA A. B. VIEIRA	2011 A 2013
IPTU	37625	MARGARETE DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU	31348	MARGARETE LUCIANO	2011 A 2013
IPTU	34324	MARGARIDA DA SILVA	2010 A 2013
IPTU	13339	MARGIT DESCHAMPS	2012 E 2013
IPTU	24464 E 24465	MARIA ALICE MEINERT MORONA	2012 E 2013
IPTU	621	MARIA ANGELICA DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	20794	MARIA APARECIDA DE LIMA	2011 A 2013
IPTU	28819	MARIA BATISTA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	7343	MARIA APARECIDA MACHADO VIEIRA E ANTONIO I. VIEIRA	2012 E 2013
IPTU	624	MARIA BATISTA VIEIRA	2012 E 2013
IPTU	4943	MARIA BORGES MICHELS	2012 E 2013
IPTU	32380	MARIA CELESTINA CRISTÓVÃO	2010 A 2013
IPTU	25740 E 20462	MARIA DE LOURDES KOWALKI KVIETKOVSKI	2010 A 2013
IPTU	28096 E 28095	MARIA DOLORES RODRIGUES DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	3215, 16931, 16934, 15381, 32787, 16938, 15380, 16936, 15438, 15382 E 16939	MARIA EDIR DE SOUZA VICENTE	2009 A 2013
IPTU	4204	MARIA EDIR GOTZINGER	2012 E 2013
IPTU	8405	MARIA EDUVIRGIS COUTO	2012 E 2013
IPTU	22737	MARIA ELINDA WALT	2009 A 2013
IPTU	24308	MARIA ESTELA DA SILVA CUNHA	2012 E 2013
IPTU	20425	MARIA FATIMA DA SILVA	2010 A 2013
IPTU	822	MARIA FELICIO INACIO	2011 A 2013
IPTU	4508	MARIA HERONDIANA DOS SANTOS REGIS	2012 E 2013
IPTU	7308	MARIA JOSE TOESCA TEIXEIRA	2012 E 2013
IPTU	27491	MARIA JULIA DA SILVA SANTOS	2008 a 2013
IPTU	19379	MARIA JUREMA MARTINS	2012 E 2013

IPTU	21022	MARIA LAUDEMA MARTINI DE OLIVEIRA	2012 E 2013
IPTU	28761	MARIA LORETI BATISTA	2012 E 2013
IPTU	21233	MARIA LUCIMAR RUSSI	2011 A 2013
IPTU	14506	MARIA LUIZA PIERRE AFONSO	2012 E 2013
IPTU	21382	MARIA M SILVA E FABIO DA S SIMIONATO	2012 E 2013
IPTU	14280	MARIA MADALENA COSTA	2012 E 2013
IPTU	3931	MARIA MAZILDA ALEXANDRE ANACLETO	2012 E 2013
IPTU	32766 E 31906	MARIA PINTO FLORES	2012 E 2013
IPTU	12281	MARIA ROSELI DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	39623	MARIA SABINA CRACCO	2012 E 2013
IPTU	40209	MARIA SALETE ANDREANI	2012
IPTU	35894	MARIA SALETE ESPER	2010 A 2013
IPTU	8059	MARIA SALETE REGIS	2012 E 2013
IPTU	15579	MARIA SPULDARO	2010 A 2013
IPTU	18242	MARIA TERESA HACHZ	2011 A 2013
IPTU	15275	MARIA TEREZA BARUFFI	2010 A 2013
IPTU	9799 E 8846	MARIA TEREZA DE SOUZA RIBEIRO ZIMMER	2011 A 2013
IPTU	17646,17662 E 17647	MARIA TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	14539	MARIA VERGILIO PEREIRA	2010 A 2013
IPTU	28829	MARIA VIEIRA SANTANA	2007 A 2009
IPTU	39641, 39646 E 39695	MARIA VOIGT	2010 A 2013
IPTU	15459	MARILAND DA SILVA SANCHEZ	2012 E 2013
IPTU	20271	MARILDA LOURDES DE ALCANTARA	2012 E 2013
IPTU	21463	MARILDA MARIA DE SOUZA	2011 A 2013
IPTU	17024	MARILEI MARLENE CIBULSKI	2010 A 2013
IPTU	8098	MARILENE SALVADOR	2009 A 2012
IPTU	25291	MARILUCIA JACINTO	2009 A 2012
IPTU	6833	MARINEI LEAL DE SOUZA	2011 A 2013
IPTU	18182	MARINES CARVALHO DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	29557	MARINEY APARECIDA MAZURECKI	2012

IPTU	7716	MARIO CESAR MORAES E ANA AP. FELICIO	2012 E 2013
IPTU	11767	MARIO DE TOFFOL	2010 A 2013
IPTU	50181 E 8815	MARIO GOEDERT	2012 E 2013
IPTU	35087	MARIO LUIS DE JESUS	2010 A 2013
IPTU	16053	MARIO TOTTENE	2011 A 2013
IPTU	14295 E 14294	MARISA DOTTO FREITAS E LUCAS OLIBONE FREITAS	2012 E 2013
IPTU	2500	MARISA LEA BRESOLIN	2012 E 2013
IPTU	28759	MARISA PATRICIO	2011 E 2013
IPTU	24443	MARISTELA LUCIANI	2012 E 2013
IPTU	18071	MARISTELA ODETE REGIS ROCHA	2012
IPTU	33397	MARITZA GONZAGA LIMA	2011 A 2013
IPTU	37819	MARIZETE NARIA DA SILVA FLORISBELO	2012 E 2013
IPTU	12588	MARLENE ANACLETO	2012 E 2013
IPTU	180	MARLENE DA COSTA DOS ANJOS	2012 E 2013
IPTU	26084	MARLENE DA SILVA LUIZ	2012 E 2013
IPTU	26045	MARLENE MIELKE DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	24807 E 50195	MARLENE PEREIRA DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	35202	MARLETE DA SILVA LUIZ	2012 E 2013
IPTU	28629	MARLETE VANZELLA DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU	35640 E 35642	MARLI DA SILVA VIEIRA	2012 E 2013
IPTU	25423 E 25209	MARLI FELICIO	2012 E 2013
IPTU	26768 E 24356	MARLIS DO NASCIMENTO	2012 E 2013
IPTU	15911 E 15912	MARLUCI GESSER E OUTROS	2012 E 2013
IPTU	28377	MATIAS TEODORO PEREIRA	2012 E 2013
IPTU	19336	MATILDE VIEIRA SIPPEL	2012 E 2013
IPTU	25809	MAURI MARIO RODRIGUES	2010 A 2013
IPTU	18354	MAURICIO AUGUSTO DE SOUZA	2010 A 2013
IPTU	71 E 57557	MAURICIO CASTRO	2012 E 2013
IPTU	19827	MAURICIO DE SOUZA - ESPÓLIO	2012 E 2013
IPTU	5381	MAURICIO FERREIRA DA SILVA	2012
IPTU	26159	MAURICIO MAURY NARDELI	2012 E 2013
IPTU	6709	MAURICIO ROSANELLI	2010 A 2013
IPTU	9927, 26386 E 22712	MAURICIO VIEIRA	2012 E 2013

IPTU	20290	MAURINA DE OLIVEIRA	2012 E 2013
IPTU	35552	MAURO MARCILIO CARDOSO	2010 A 2013
IPTU	15501	MAXIMILIANO PAIXAO DA SILVA	2011 A 2013
IPTU	38492	MAYCON RICARDO REBELO	2010 A 2013
IPTU	26122 E 26136	MAYTANE KAKU TIVIROLI	2012 E 2013
IPTU	29019	MAZILDA DOLZAN	2011 A 2013
IPTU	2938	MERE BOSSE	2012 E 2013
IPTU	29965	MESSIAS VIEIRA	2010 A 2013
IPTU	15576	MIGUEL LOPES	2012 E 2013
IPTU	36314	MIGUEL PRAXEDES DE SOUZA	2011
IPTU	3147	MIKE LU	2012 E 2013
IPTU	39308	MILENE CRISTINA DA SILVA SCHMITZ	2009 A 2013
IPTU	3925	MILITAO MACANEIRO	2012 E 2013
IPTU	37315 E 70052	MILTON MOACIR SOTHE	2010 A 2013
IPTU	33170	MIRO DE FREITAS	2012 E 2013
IPTU	503,7206 E 502	MIROSLAVA MARIN	2011 A 2013
IPTU	29792 E 29791	MOACIR ANTUNES LOPES	2011 E 2013
IPTU	22344	MOACIR JOSE DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	49674	MOACIR JOSE DA SILVA- ME	2012 E 2013
IPTU	37296, 70071 70012	MOISES DE MELLO	2010 A 2013
IPTU	35193	MOLNI SOUZA PEREIRA	2011 A 2013
IPTU	22067	MOURA FABRICA DE CORDAS LTDA	2012 E 2013
IPTU	7446, 7423, 9319, 9318, 7413, 7398, 9317, 9321, 7424, 9328, 9327 E 9326	MOURA INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCA LTDA	2010 A 2013
IPTU	6478	NADIR BRAZ LINHARES	2012 E 2013
IPTU	39600	NADIR DEMETRIO COUTO	2010 A 2013
IPTU	9668	NADIR GOBOSKI	2012 E 2013
IPTU	28553	NAGEL FERREIRA DA SILVA	2011 A 2013
IPTU	28905	NAIR RUOFF	2012 E 2013
IPTU	39614	NATALINO ROSSI	2011 E 2013
IPTU	26951, 20103 E 26952	NAZARENO VALTER DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	2307	NEI JANUARIO TEIXEIRA	2009 A 2012
IPTU	4785	NEIDE MARIA FISCHER	2012 E 2013
IPTU	21462 E 4709	NELCI VIEIRA	2010 A 2013
IPTU	22019 E 22020	NELSON DUARTE	2012 E 2013
IPTU	28429, 27628 E 71625	NELSON FABICHAKI	2006 A 2013
IPTU	20471	NELSON GERSINO JORGE	2012

IPTU	24625	NELSON JOSE RIBICKI	2010 A 2013
IPTU	15394 E 15345	NELSON MACHADO - ESPOLIO	2012 E 2013
IPTU	22638	NELSON MERELES GOETEN	2010 A 2013
IPTU	9705	NELSON VINTER	2010 A 2013
IPTU	34204	NELSON WIS-NIESKI	2011 E 2012
IPTU	26006	NERI HANG	2012
IPTU	7158	NEROSI SEIBERT	2012 E 2013
IPTU	33962, 33964, 15219, 33963, 27976, 70334, 15220, 15222 E 49930	NESTOR MANOEL COSTA	2012 E 2013
IPTU	15552	NEUZA ALVES DE SOUSA	2010 A 2013
IPTU	28485	NEUZA DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	802	NEY FONSECA DE AMORIM	2012 E 2013
IPTU	13036, 41100, 41079, 41093, 41085, 41096, 41075, 41089, 41084, 21834, 41088, 41080, 41099, 41076, 41095, 41098, 41101, 41072, 41094, 41097, E 41108	NICACIO HERMOGENES APARICIO	2012 E 2013
IPTU	6584	NICOLAU ANTONIO MATIAS	2011 A 2013
IPTU	22681	NILMA CRISPIM SCHNEIDER	2010 E 2013
IPTU	18348	NILSE VIEIRA	2012 E 2013
IPTU	16602	NILSON ESTEVAO GRIMES JUNIOR	2012 E 2013
IPTU E MSUR	13858	NILSON GEREMIAS	2011 E 2012
IPTU	35842 e 35840	NILTON SANTO COELHO	2010 A 2013
IPTU	9511	NILTON SOARES	2009 A 2013
IPTU	18964	NIVALDO DA COSTA	2012
IPTU E TXFO	27088 E 71945	NOELI DE SOUZA	2011 A 2013
IPTU	28773	NOELY KREISCHE	2011 A 2013
IPTU	15425	NORBERTO DE ALCANTARA	2011 A 2013
IPTU e MSUR	5952	NORBERTO PISKE	2010 e 2013
IPTU	39869	NORMA ESPINDOLA	2009 A 2013
IPTU	25610	NUTI ELOI PASQUALI	2009 A 2013
IPTU	17794 E 50281	OCEANIA DEMARCHI	2012 E 2013
IPTU	28805	ODAIR DOS SANTOS	2009 A 2013
IPTU	34578	ODILIA ANDRADE DE SOUZA	2010 A 2013
IPTU	27936	ODORICO MARCOS FRANCISCO	2006 A 2013

IPTU	38709, 38536, 38517, 38573, 38554, 38713, 38535, 38680, 38558, 38638, 38539, 38698, 38619, 38722, 38643, 38679, 38549, 38708,	NOVE DE JULHO EMPREENDIMENTOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38530, 38623, 38726, 38516, 38572, 38683, 38553, 38712, 38534, 38693, 38711, 38637, 38642, 38715, 38529, 38585,	NOVE DE JULHO EMPREENDIMENTOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38622, 38725, 38552, 38576, 38533, 38692, 38527, 38551, 38686, 38607, 38710, 38691, 38636, 38617, 38641, 38574,	NOVE DE JULHO EMPREENDIMENTOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38555, 38714, 38635, 38608, 38541, 38700, 38724, 38522, 38681, 38559, 38639, 38532,	NOVE DE JULHO EMPREENDIMENTOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38699, 38723, 38550, 38551, 38712, 38554, 38691, 38683, 38517, 38576, 38643, 38635, 38686, 38638	NOVE DE JULHO EMPREENDIMENTOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38539, 38708, 38700, 38550, 38679, 38553, 38690, 38623, 38516, 38642, 38693, 38535, 38680, 38530, 38522, 38699, 38573, 38533,	NOVE DE JULHO EMPREENDIMENTOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38710, 38584, 38536, 38713, 38555, 38724, 38558, 38617, 38529, 38698, 38572, 38639, 38532, 38709	NOVE DE JULHO EMPREENDIMENTOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38710, 38641, 38607, 38533, 38700, 38639, 38531, 38576, 38527, 38637, 38723, 38715, 38549, 38608, 38726, 38541, 38552, 38619	NOVE DE JULHO EMPREENDIMENTOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38681, 38531, 38622, 38582, 38622, 38582,	NOVE DE JULHO EMPREENDIMENTOS LTDA	2011 A 2013

IPTU	38641, 38692, 38574, 38534, 38711, 38585, 38636, 38722, 38714, 38725, 38607, 38559,	NOVE DE JULHO EMPREENDIMEN- TOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38698, 38608, 38574, 38553, 38709, 38532, 38585, 38638, 38686, 38617, 38551, 38530, 38541, 38573, 38552, 38708, 38539, 38584,	NOVE DE JULHO EMPREENDIMEN- TOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38637, 38550, 38529, 38582, 38635, 38527, 38683, 38572, 38559, 38715, 38517, 38636, 38726, 38623,	NOVE DE JULHO EMPREENDIMEN- TOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38549, 38558, 38714, 38693, 38516, 38725, 38622, 38643, 38535, 38691, 38723, 38681, 38713, 38536, 38692, 38679,	NOVE DE JULHO EMPREENDIMEN- TOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	38724, 38555, 38711, 38642, 38534, 38690, 38722, 38680, 38619, 38712, 38699, 38522 E 38554	NOVE DE JULHO EMPREENDIMEN- TOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	37712	OLANDIR WALTRIK	2012 E 2013
IPTU	27562	OLAVIO INACIO LEIDERS	2011 A 2013
IPTU	34780 E 67915	OLINDA TAMACO IAGUINUMA DUTRA	2011 A 2013
IPTU	1162, 1165, 1165, 23029, 23028, 1148, 1163, 1147 E 1166	OLDEMAR ALBERTO NUNES	2012 E 2013
IPTU	22273	OLINDINA DE SOUZA COSTA	2011 A 2013
IPTU	1946	OLINDINA SCHLEUMER	2010 A 2013
IPTU	26819	OLINDINO ZEZUINO FERNANDES	2011 A 2013
IPTU	20120	ONEZIO SIQUEIRA	2012 E 2013
IPTU	14316	ONOFRE RODRIGUES SOBRINHO	2012 E 2013
IPTU, RD, MSUR, TX-SUR, RECDI, TXCER	32005, 1050, 1243, 23040, 1146, 1232, 1006, 1055, 23039, 1132, 1614, 37957, 23044, 23042 E 23037	ORCS-ASSESSORIA NEGOCIO MERCANTIL LTDA	2010 A 2013
IPTU	19406	ORLANDO CORDI	2012 E 2013
IPTU	28489	ORLANDO INACIO DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	27096 E 36652	ORLANDO JOSE SOMARIVA	2010 A 2013

IPTU	28537	ORLANDO RINKUS	2007 A 2013
IPTU	12818	OSLINDA NEUBERGER	2012 E 2013
IPTU	15536 E 69694	OSMAR BARBOSA	2010 A 2013
IPTU	9745, 9744 E 59592	OSMAR DOROW	2010 A 2013
IPTU	35372	OSMAR DUTRA	2010 A 2013
IPTU	12718	OSMAR HAAG	2012 E 2013
IPTU	33262	OSMAR JOSE LUCIANO	2009 A 2013
IPTU	17517	OSMAR NASCIMENTO	2012 E 2013
IPTU	22082	OSMAR PAULO RODRIGUES	2012 E 2013
IPTU E TXFO	10992	OSMAR PERES JESUS	2011 E 2013
IPTU	26967 E 36831	OSMAR REICHERT	2012 E 2013
IPTU	28408	OSNI ADRIANO	2010 A 2013
IPTU	4077	OSNI JOAO MAREZANI	2012 E 2013
IPTU	3555	OSNI JOSE LUCIANO	2012 E 2013
IPTU	33036, 33033 E 8242	OSNI LUIZ DA COSTA	2012 E 2013
CM	2286	OSNI MULLER E OUTRO	2012
IPTU	39759 E 21232	OSNI OLAVO FERREIRA	2010 A 2013
IPTU	19441	OSNIR PEDROSA DE FREITAS	2010 A 2013
IPTU	12034	OSNY MACHADO DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	7121	OSVALDO CORREA DE MELLO	2011 A 2013
IPTU	15521	OSVALDO GIELOW	2010 A 2013
IPTU	4664	OSVALDO JOSE LUCIANO	2012 E 2013
IPTU	20349 E 35003	OSVALDO OSMUNDO ISENSEE	2012 E 2013
IPTU	699	OSVALDO RUDOLFO BRUSCH	2012 E 2013
IPTU	8118	OTACILIO REUTER	2012 E 2013
IPTU	18013	OZAIR VITORINO DOS SANTOS	2011 A 2013
IPTU	15707	PALMIRA SALETE HORN	2010 A 2013
IPTU	49525 E 49526	PANTERA NEGRA SEGURANCA PRIVADA LTDA ME -	2012 E 2013
IPTU	5001, 38112 E 38111	PASSAU ADM DE BENS E PARTICIPACOES LTDA	2012 E 2013
IPTU	23118	PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA	2009 A 2013
IPTU	9711 E 59642	PATRICIA GONÇALVES MARIA	2009 A 2013
IPTU	20029	PATRICIA LEANDRA SAGAS	2009 A 2013
IPTU	18948, 57674 E 61221	PATRICIA ZILDA DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU E MSUR	2870	PAULA REGINA FERREIRA DE ALMIRON	2012 E 2013
CM	4267	PAULO ALBERTO DIRSCHNABEL	2012

IPTU	17868	PAULO AMARO BUNDE	2012 E 2013
IPTU	32018	PAULO COSTA BARRETO	2011 A 2013
IPTU	15470 E 61161	PAULO DARI GOETZ E ROSE LEDI GOETZ	2012 E 2013
IPTU	21360	PAULO DOS SANTOS ZEFERINO	2012 E 2013
IPTU	49951	PAULO FELIX VIEIRA	2012 E 2013
IPTU	9528	PAULO HENRIQUE BRUCH	2008 A 2013
IPTU	4521	PAULO HENRIQUE WEISE	2011 A 2013
IPTU	11811	PAULO JOAO JACINTO	2012 E 2013
IPTU	20810	PAULO MENDES	2012 E 2013
IPTU	8614 e 8616	PAULO NEY LAURENTINO	2012 E 2013
IPTU	6035	PAULO PRAUN CUNHA	2012 E 2013
IPTU	2237	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	5781	PAULO SERGIO DE OLIVEIRA	2010 A 2013
IPTU	17768, 11752, 11750, 17766, 11749, 17765, 17829, 17763, 17764, 11755, 11756, 11754, 11753, 17759, 11751 E 17767	PAULO ROBERTO DOS SANTOS CONST	2010 a 2013
IPTU	5594	PAULO ROBERTO SCHRAMM	2012 E 2013
IPTU	24370	PAULO WEHMUTH	2012 E 2013
IPTU	58023, 5834, 58024, 58022, 58021, 54697, 58019, 58006, 54704, 54701 E 54708	PAULO ROMERO	2010 a 2013
IPTU	37513	PAWEL MACARINE	2012 E 2013
IPTU	18696	PEDRA DA MIRAGUAIA HOTEL E TURISMO LTDA	2012 E 2013
IPTU	35991, 29566 E 70726	PEDRO ADOLFO FREITAS	2010 A 2013
IPTU	4594	PEDRO ANTONIO DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	18320	PEDRO DA ROSA	2010 A 2013
IPTU	29254	PEDRO ESTEVAO PIVATTO	2011 A 2013
IPTU E MSUR	8396	PEDRO JOSE DA SILVA	2010 E 2013
IPTU	28164, 28165, 28166, 28187, 28198, 35462, 67540 E 67538	PEDRO EUGENIO MULLER E OUTROS	2009 A 2013
IPTU	17634	PEDRO LUCIO MILITAO	2010 A 2013
IPTU	20118	PEDRO MARTINS	2012 E 2013
IPTU	20097	PEDRO MOTTA SALAZAR	2010 A 2013

IPTU	23021	PEDRO ROMANI	2010 A 2013
IPTU	19399	PEDRO SANTANA	2012 E 2013
IPTU	20312	PEDRO VALMIR DE BORBA	2012 E 2013
IPTU	12308, 12309, 12310, 12312 E 12313	PEDRO ZUCCKI	2011 A 2013
IPTU	27983	PIERRE NEI OLIVEIRA CANABARRO	2012 E 2013
IPTU	50373, 74551 E 74581	PRISCILA ROSA DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	5073	R F TATON	2012 E 2013
IPTU	40199	RAFAEL ANDRADE	2010 E 2013
IPTU	39654	RAFAEL DE MELO	2010 A 2013
IPTU	8605	RAFAEL FRANCISCO PERA	2012 E 2013
IPTU	50433	RAFAEL GUISELLI LOPES	2012 E 2013
IPTU	2337	RAFAEL VARGAS E SORAYA ZARDO VARGAS	2012 E 2013
IPTU	7066	RAFAELA GALVEZ PINTO	2011 A 2013
IPTU	10877	RALF SCHUTZ	2012 E 2013
IPTU	11435	RAUL BACHMANN	2012 E 2013
IPTU	28126	RAULINO PADILHA	2011 A 2013
IPTU	20319 E 20318	REGIANE DELFINO	2011 A 2013
IPTU	19746	REGINA DE JESUS	2012 E 2013
IPTU	9464	REGINALDO PAULI	2010 A 2013
IPTU	22633	REINALDO KOLLN	2012 E 2013
IPTU E MSUR	29387	RENATO BAUER E EVALDO BAUER	2012 E 2013
IPTU	6822	RENATO BAUER FILHO	2011 E 2013
CM	5658	RENATO BURCKHART	2009
IPTU	13979	RENATO CATANEO FERREIRA	2012 E 2013
IPTU	50473	RENILDA FIDELIS GUTERRES	2012 E 2013
IPTU	18466 E 68804	RENILDE LUZIA CHIAMULERA LEAL	2011 E 2013
IPTU	28541	RENILDO MARCOS	2010 a 2013
IPTU	10181 E 10179	RICARDO KEUNECKE NETO	2012 E 2013
IPTU	8854	RICARDO LUIZ DA SILVA	2011 a 2013
IPTU	635	RICARDO PEDRO INACIO SCHUBERT	2010 a 2012
IPTU	5943 E 53464	RINO GUERRINI	2010 a 2013
IPTU	50665, 50664 E 39529	RIVAIL BRENGA E EVA DE SOUZA BRENGA	2012
IPTU	398	ROBERTO AMARAL CUNHA	2009 a 2013
IPTU	16853	ROBERTO CIDRAL	2012 E 2013
IPTU	7333	ROBERTO DOS SANTOS	2011 a 2013
IPTU	2009 A 2013	ROBERTO RAMOS GODOY	2009 A 2013

IPTU	3759, 31367, 3761, 31368, 59277, 3759, 3760 E 59276	ROBERTO SCHUBERT E ESPOSA	2011 A 2013
IPTU	27077 E 68296	RODRIGO GARCIA MACHADO	2012 E 2013
IPTU	8721	RODRIGO ZUCKI	2012 E 2013
IPTU	19962	ROGERIA MOREIRA INACIO	2009 A 2013
IPTU	31478	ROGERIO ELEOTERIO MACHADO	2012 E 2013
IPTU	14234	ROGERIO ROCHA	2012 E 2013
IPTU	12570	ROGERIO SEBOLD	2012 E 2013
IPTU	15824	ROLANDO DALLMANN	2012 E 2013
IPTU	54702	ROMEU CHRIST	2012 E 2013
IPTU	8751	RONALDO GAYA E ROSINETE PACHECO GAYA	2012 E 2013
IPTU	35333	ROQUE ROMILDO PEREIRA DA CRUZ	2009 A 2013
IPTU	33203	ROSA MARIA LOPES	2012 E 2013
IPTU	37441	ROSA MARIA VEIGA ARAUJO	2010 A 2013
IPTU	18309	ROSA PEREIRA DA CRUZ DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU	15589 E 70217	ROSA TELES	2010 A 2013
IPTU	38190	ROSALINA RODRIGUES	2012 E 2013
IPTU	39248	ROSAM MANOEL ALVES	2011 A 2013
IPTU	14852	ROSANE BODENMULLER ROMAO	2009 A 2013
IPTU	34070	ROSANE PIRES MARTINS DA ROCHA	2012 E 2013
IPTU	27233	ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA	2010 A 2013
IPTU	37885	ROSANGELA APARECIDA FELIX FARIAS	2012 E 2013
IPTU	21496	ROSANGELA DA ROSA MIRANDA	2012 E 2013
IPTU	29237	ROSELETE TEREZINHA DOS ANJOS	2012 E 2013
IPTU	25638	ROSELI DE FATIMA GONCALVES	2011 A 2013
IPTU	22687	ROSELI PEREIRA ERUTES	2012 E 2013
IPTU	15684	ROSELI TERESINHA MEIRELES DE MATOS	2011 A 2013
IPTU	16368	ROSEMERI DA SILVA DE SOUZA	2011 A 2013
IPTU	10051	ROSIMERE RAINERT E OUTROS	2011 A 2012
IPTU	14687	ROSIMERI GRACIA ZIMMERMANN	2011 E 2012
IPTU	5818	ROTARY CLUB DE NAVEGANTES	2012 E 2013
IPTU	29046 E 28949	ROZELI FATIMA BOAVENTURA	2009 A 2013
IPTU	16858 E 4511	RUBELIA DA ROCHA DUARTE WILSON O. DUART	2012 E 2013

IPTU	50421	RUBENS ADOLFO OELKE	2012 E 2013
IPTU	2871	RUDEVAL PISKE	2012 E 2013
IPTU	9637, 9636, 59705 E 59703	RUDI GONCALVES	2011 A 2013
IPTU	11340	RUDIBERT SINN	2011 A 2013
IPTU	2723	RUTH BAUMANN	2011 A 2013
IPTU	26906	RUTH PEDROZO	2008 E 2013
IPTU	7562 E 7561	RVM SERVICOS LTDA - ME	2012 E 2013
IPTU	22775	SADI FLORAM	2012 E 2013
IPTU	28391	SAGRES HOTEIS E TURISMO LTDA	2012 E 2013
IPTU	1984	SALESIO JOSE SCHAEFER	2009 E 2013
IPTU	19710	SALETE DO CARMO RIBEIRO	2012 E 2013
IPTU	26975	SALETTE RIBEIRO DE JESUS DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	20355, 35111, 68334, 68345, 68343, 68341, 68356, 35029, 35027 E 68347	SALVIO JOSE MATEUS	2012 E 2013
IPTU	5677	SAMIA HASSAN RESLAN	2012 E 2013
IPTU	29036	SAMUEL MARTINHO SEVERINO	2010 A 2013
IPTU	35210	SANDRA BARBOSA DE FARIAS	2009 A 2013
IPTU, MSUR E SERV	26018, 10905, 594, 10903, 571, 10904, 593, 10902, 558, 10901, 950, 10900, 674, 949 E 947	SANDRA CRISTINA DA SILVA	2011 E 2013
IPTU	17038	SANDRA DARON	2010 A 2013
IPTU	29753	SANDRA REGINA CARDOSO	2010 A 2013
IPTU	41129 E 39519	SANDRO ALEX PIRES MEURER	2011 E 2013
IPTU	37759	SANDRO FERNANDES GOMES	2009 A 2013
IPTU	22007 E 73706	SANTA ALBINO	2012 E 2013
IPTU	19371	SANTINO AMARAL	2009 A 2013
IPTU	37531	SAUL DE AUGUSTINHO	2012 E 2013
IPTU	50706 E 74583	SCHNEIDER TEIXEIRA	2012 E 2013
IPTU	27113	SEBASTIAO ALVES DE SOUZA	2010 A 2013
IPTU	24357	SEBASTIAO ALVES PADILHA	2009 A 2013
IPTU	15502 E 70085	SEBASTIAO DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU	27216	SEBASTIAO FOGACA JUNIOR	2010 A 2013
IPTU	5627	SEBASTIAO PEDRO DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	37317 E 37334	SEBASTIAO WALTER PIMHEIRO	
IPTU	25422 E 54177	SECUNDINO FRANCISCO DA COSTA NETO	2012 E 2013
IPTU	17170	SELENE EVARISTO	2011 a 2013

IPTU	18502	SELMA IZOLINA PINTO	2011 e 2013
IPTU E MSUR	38168	SELMA ROSALIA ADRIANO	2010 E 2013
IPTU	16420 E 16421	SERGIO ALBERTO FRANCA	2012 E 2013
IPTU	6031	SERGIO ALBERTO SEIDE	2012 E 2013
IPTU	25505	SERGIO BARON	2012 E 2013
IPTU	14999	SERGIO CRISPIM	2012 E 2013
IPTU	25876	SERGIO CUSTODIO	2008 A 2013
IPTU	9043	SERGIO DANIEL KRAHN	2012 E 2013
IPTU	50773	SERGIO DE A LEAO COUTINHO	2012
IPTU	3877	SERGIO JOSE SOARES E VANIA DOS NASCIMENTO SOARES	2012 E 2013
IPTU	25355	SERGIO SCHRAMM	2010 E 2013
IPTU	37866	SHEILA REGINA PONCIANO	2012 E 2013
IPTU	7161	SIDNEI MARCELO COTCHELLO	2012 E 2013
IPTU	20079	SIDNEIA BENTO	2011 E 2013
IPTU	27309 E 27352	SILAS FERNANDES	2012 E 2013
CM	6587	SILCEU ELIZEU C PEREIRA ALVES	2009
IPTU	28054	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS ALVES	2009 A 2013
IPTU	2137	SILVANA CUNHA DA LUZ	2012 E 2013
IPTU	50138	SILVANA DE OLIVEIRA	2011 E 2013
IPTU	27511	SILVIA APARECIDA ALVES VIEIRA	2006 A 2013
IPTU	28575	SILVIA APARECIDA VIEIRA SONDOS	2012 E 2013
IPTU	14636	SILVIA MARIA GUNTHER	2012
IPTU	17422	SILVINO BENTO FERREIRA	2012 E 2013
IPTU	16362	SILVIO EDGAR PACHECO	2012 E 2013
IPTU	66	SILVIO JOVITA	2010 a 2013
IPTU	38794	SIMONE CRISTINA PINHEIRO KFURI	2008 a 2013
IPTU	27567	SINEVALDO SANTOS DA SILVA	2010 A 2013
IPTU	33980	SINEZIO ANTONIO DOS SANTOS	2012 E 2013
IPTU	8717	SOLANGE DA COSTA OLIVEIRA ROSA	2011 A 2013
IPTU	20046	SOLANGE RAMOS	2012 E 2013
IPTU	15135	SONIA MARIA FASSBINDER	2011 A 2013
IPTU	37751	SONIA REGINA PINHEIRO	2011 A 2013
IPTU	16364	SONIA REGINA RODRIGUES BOTELHO	2011 A 2013
IPTU	29391	SPOT LIGHT PRODUCOES LTDA	2012 E 2013

IPTU	19421	SUELENE DOS SANTOS	2011 E 2013
IPTU	6608, 6607 E 6581	SUELI ALVES	2012 E 2013
IPTU	16244	SUELI SUSANA SEVERINO	2012 E 2013
IPTU	25153, 26626, 25170, 25173, 25163 E 64350	SUMMER-AIR COM E PROJ DE AR CO	2012 E 2013
IPTU	14776	SUZIE CRISTHINE BERNARDO	2012
IPTU	5778	TANIA MARIA CHAVES DE SOUZA	2011 A 2013
IPTU	26949	TANIA REGINA XAVIER	2010 A 2012
IPTU	21383	TARCISIO WEISE	2012
IPTU	40892	TARSO ROGERIO DONINI	2012
IPTU	16850	TASSIANE COLLA	2012 E 2013
IPTU	37962 E 64393	TATIANA FORTUNATO	2012 E 2013
IPTU	16676	TERESINHA DIVINA ASSINK DOS SANTOS FREITAS	2010 A 2013
IPTU	22879	TEREZA DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU E CM	2323	TEREZA PEREIRA CORREIA	2012 E 2013
IPTU	5603	TEREZA TEODORO PALUMBO	2011 E 2012
IPTU	24190	TEREZINHA IVONE FERREIRRA	2010 A 2013
IPTU E CM	19129	TEREZINHA MARIA	2009 A 2013
IPTU	7277	TEREZINHA VERGINEA IBA MORETI	2012 E 2013
IPTU	49577	THAYSE CRISTINE VIEIRA	2012 E 2013
IPTU	50769 E 20082	THIAGO MAXIMIANO DA SILVA E MARILISE A F MAXIMIANO DE SILVA	2012 E 2013
IPTU E CM	1590, 3459, 3460, 23045, 962, 1603, 1625, 1604, 1591, 23035, 23036, 10683, 23033, 1588, 1586 E 23032	THUANY IMOVEIS LTDA	2012 E 2013
IPTU	41050	TIAGO SANTOS DA SILVA	2012 E 2013
IPTU E TXFO	39072, 39071, 39067, 39078 E 61971	TR BENASSI EMP. IMOBILIARIOS LTDA	2011 A 2013
IPTU	28748	TURIBIO DA ROCHA PEREIRA	2010 A 2013
IPTU E CM	4657	UBALDO PARANGUA NETO	2009 A 2012
IPTU	12867	UDO BORK	2012 E 2013
IPTU	6979, 6985, 6984 E 6988	UNITEL INDUSTRIA ELETRONICA SA	2012 E 2013
IPTU	22090 E 22088	USATI SA REFINADORA DE ACUCAR	2012 E 2013
IPTU	12004	VALCI MAORIZZI	2012 E 2013
IPTU	20239	VALCILEIA ZIMMERMANN	2012 E 2013
IPTU	6908	VALDECI PEREIRA DOS SANTOS	2010 A 2013

IPTU	22148	VALDECIR AMARO FELICIO	2012 E 2013
IPTU	35161	VALDECIR CORREA DOS SANTOS	2011 E 2013
IPTU	4675	VALDECIR VICENTE DO SANTOS	2012 E 2013
IPTU	54808	VALDEMAR ALFREDO INACIO	2011 E 2013
IPTU	11783	VALDEMAR CLAUDINO	2012 E 2013
IPTU E MSUR	11477	VALDEMAR MACHADO	2011 E 2013
IPTU	28738	VALDEMIR DONIZETE LOURECO	2010 A 2013
IPTU	35192	VALDIR DA SILVA	2010 A 2013
IPTU	16977	VALDIR GOMES CARDOSO	2012 E 2013
IPTU	39410	VALDIR MIRANDA MUSOLINI JUNIOR	2012 E 2013
IPTU	19273	VALDIR REBELLO	2010 A 2013
IPTU	15758 E 34490	VALDIR ROSA	2010 A 2013
IPTU	35190	VALDIR SOARES	2010 A 2013
IPTU	10910	VALDIRIA DE AZEVEDO COUTO	2012 E 2013
IPTU	27032	VALDIVINO DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	18251	VALDOMIRO DE OLIVEIRA	2010 A 2013
IPTU	15542	VALERIO ANTONIO DA CRUZ	2010 A 2013
IPTU	13835	VALERIO SCHUMACHER	2012
IPTU E MSUR	2040	VALMIR GONCALVES DA SILVA	2012 E 2013
IPTU	35718, 35717 E 21948	VALMIR MACARINI	2012 E 2013
IPTU	34610 E 18378	VALMOR BRITO	2010 A 2013
IPTU	13460	VALMOR HINSHING	2012 E 2013
IPTU	3400	VALMOR PEYERL	2012 E 2013
IPTU	30396 E 30388	VALMOR RAHN	2011 A 2013
CM	2322	VALTER AUGUSTO KRAUSS	2012
IPTU	39133, 67631, 67632, 67630, 67629, 67637, 67633 E 67635	VALTER LOURENÇO VIEIRA	2011 A 2013
IPTU	25631	VANDELINO ANTONIO DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	28155	VANDERCI DIAS	2008 A 2013
IPTU	28176	VANDERLEI STOHR	2010 A 2013
IPTU	24623	VANER LUIS FAGUNDES	2011 E 2013
IPTU	14585	VANI FRANCISCA INACIO	2011 A 2013
IPTU	6026	VANI MERI LIMAS	2009 A 2013
IPTU	6931	VANI NOERNBERG DE MATOS	2010 A 2013
IPTU	9728, 2273 E 59627	VANIO DE ANDRADE	2011 A 2013
IPTU	39482	VANIR PEDRO DO NASCIMENTO	2012 E 2013

IPTU	29015, 28993, 28828, 28850, 28830, 28831, 28993, 28812, 28770, 28615, 28769, 28772, 28467, 28558, 28771, 28799, 28434, 28995, 26373, 28719, 28751, 29015, 28838, 28784, 28727, 28560, 28804, 28791, 28558, 28427, 28580, 73159, 28447, 28736, 28490, 29030, 28446, 28467, 28864 E 29126	VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	2010 A 2013
IPTU	28070	VERONICA LEITE CECHLLER	2012 E 2013
IPTU	24808	VERONICA RUDNIK	2009 A 2013
IPTU	18392	VICENTE CARLOS DOS SANTOS	2010 A 2013
IPTU	75053, 75054 E 10153	VICENTE COELHO	2012 E 2013
IPTU	24657	VICENTE FRANCISCO COELHO	2012 E 2013
IPTU	17309	VILMA FELICIO DE SOUZA	2010
IPTU	20844	VILMA MELLO MENDES	2010 A 2013
IPTU	8878	VILMA TEREZINHA ADRIANO	2012 E 2013
IPTU	9565 E 59795	VILMAR ANTONIO VARGAS E JOSE A EDEMUNDO	2011 A 2013
IPTU	34056	VILMAR CANDIDO	2012 E 2013
IPTU	15021	VILMAR ROBERTO CONSTANCIO	2011 A 2013
IPTU	3331	VILMAR SOARES E MARIA ROSELIA DA SILVA	2012 E 2013
IPTU E CM	3522	VIRGILINIA DE SOUZA	2012 E 2013
IPTU	25750	VITALINA CRSITO-FOLINI	2009 A 2013
IPTU	18133 E 49999	VITOR DIAS	2012 E 2013
IPTU	6714	VIVIANE BENTA DA CRUZ	2009 A 2013
IPTU	50274 E 3841	VONY SCHULER	2012 E 2013
IPTU	14303	WAGNER ALMEIDA ROSA	2011 A 2013
IPTU	28531	WAGNER DA ROZA WAGNER	2012 E 2013
IPTU	26673	WALACCE RODRIGUES ESPINDOLA	2011 A 2013
IPTU	5740	WALDECIR ANTONIO CUSTODIO	2012 E 2013
IPTU E MSUR	70568, 21987 E 21042	WALDECIR PEDROZZO	2011 A 2013
IPTU	40171	WALDIR ANTONIO BARBOSA	2012 E 2013
IPTU	24501	WALFREDO DSA-EGGER	2012 E 2013

IPTU	39908 E 39907	WALMIR ALVES JUNIOR	2009 A 2013
IPTU	26355	WANDERLEY COSTA FERREIRA	2011 A 2013
IPTU	38220, 38222, 38226, 38229, 38225, 70844, 40842, 40851, 40841, 40839, 40850, 70840, 70838, 70849, 70847, 70837, 70848, 39627, 70846, 70845, 37731, 70843 E 39627	WENCESLAU TEODORO PEREIRA	2010 A 2013
IPTU	6206, 6210 E 6209	WERNER WEISS F KAMCHEM H CLOTH	2012 E 2013
IPTU	29555	WILLIAM NASCIMENTO ASSIS	2012 E 2013
IPTU	109	WILLIAN VITOR SANTIAGO	2012 E 2013
IPTU	8477	WILSON HOSTIN GONCALVES	2012 E 2013
IPTU	28651	WILSON MALICHESKI	2006 A 2013
IPTU	24442	WILSON SCHAFER	2012 E 2013
IPTU	21451	ZENAIDE OSTIZ DOS SANTOS	2012
IPTU	32110 E 7341	ZILDA SOUZA ROCHA DA SILVA	2011 E 2013
IPTU	18457	ZILMA FRANCISCO ALBINO	2011 A 2013
OBS.: CASO SUA DÍVIDA JÁ TENHA SIDO QUITADA, FAVOR DESCONSIDERAR ESTE EDITAL.			
ANTÔNIO CARLOS ROMAO CARMONA			
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA			

Edital de Notificação 02/2014 de Cobrança de Dívida Ativa

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Avenida João Emilio, 100.
Centro - 88370-446 - Navegantes-SC
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 02/2014 DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA
REFERENTE À ISS/ ISSQN/ TLL/ MULTA/ RD/MULTC/RD/NTAV/RECDI/ TXFO/MSUR/ ISSRE E TXSUR
A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita do Município de Navegantes, comunica a todos os Contribuintes, devedores da Fazenda Pública Municipal referente a ISSQN, TLL, ISS, MULTA, MULTC RD, NTAV, RECDI, TXFO, MSUR, ISSRE E TXSUR foram inscritos em Dívida Ativa
O não pagamento da Dívida com o Município até o dia 04 de julho de 2014 implicará em cobrança Judicial.

O Contribuinte que quiser quitar seu débito ou parcelá-lo, antes da propositura da ação judicial deve procurar a Prefeitura Municipal, no Atendimento do Setor de IPTU ou pelo telefone 047 3342 9553.

EXECUÇÃO FISCAL 2014

RECEITA	CADASTRO	NOME	ANOS
NTAV	13270	ACAF - ASOC. CAT. DE AMPARO A FAMILIA	2009
TLL	10681	ADEMAR MARTINS	2009 A 2013
TLL, ISS E MULTA	17137	ADEMIR JOSE CARDOZO	2010 A 2013
TLL, ISSQN E MULTA	68722	ADJ REPRESENTAÇÕES LTDA	2012 E 2013
TLLEISS	66304	ADMA SILVA DE LIMA WOJCIK	2012 E 2013
RD E TLL	12300	ADR COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	2009 E 2013
RECDI	65161	ADRIANO BEILER ME	2012
TLL	10147	ADRIE - SALAO DE BELEZA	2009 A 2013
ISSQN E TLL	68626	AEP BORDADOS E DESIGNER LTDA ME	2012 E 2013
TLL E MULTA	66800	ALAIDE DE SOUZA VIEIRA ME	2012 E 2013
TLL E MULTA	14316	ALAN RANGUETTI ME	2010 A 2013
RECDI	65033	ALEKSANDRO MORONG	2010
TLL E MULTA	18565	ALEXANDRE BOY SAMPAIO ME	2012 E 2013
TLLEISS	11017	ALICE TERESINHA BINDER	2012 E 2013
NTAV	68840	ALLAN RAFAEL CAMPOS	2012
RD	14582	AMARILDO FERREIRA BOMFIM	2009
TLL	65232	AMAURI ALBERTO BUZZI	2012 E 2013
ISSQN	68769	AMORIN TREINAMENTOS & SERVICOS LTDA EPP	2012
TLL E MULTA	11915	ANDREA AMARAL FERNANDES ME	2011 E 2012
MULTC	14362	ANGRA ENGENHARIA LTDA	2011
NTAV E RD	2476	ANTONIO AMILTON NEVES DE MORAES	2009
MSUR E TXSUR	32283	ANTONIO BERNARDO SCHAUFFERT JR	2010 E 2011
TLLEISS	14841	ANTONIO MANOEL DOS SANTOS	2010 E 2013
TLL E MULTA	10246	APOCALIPSE TRANSPORTES E TURISMO LTDA	2010 A 2013
RD	11399	ARLISSON FLORESM - RICARDO	2009
ISSQN	69044	ARM TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S/A	2012
TLL	13772	ART OPTICA COM. DE OCULOS ME	2011 A 2012
MULTA E TLL	14631	B.G IND. DE ALIMENTOS CONGELADOS LTDA ME	2011 E 2013

MULTA	60661	BANCO BRADESCO SA	2013
ISSQN	70069	BLAST SUL JATEAMENTO E PINTURA NAVAL E INDUSTRIAL LTDA ME	2012
TXFO	19672	CAETANO SCHUMANN	2011
TLLEISS	64765	CARLOS ALBERTO MONTEIRO FERNANDES	2011 A 2013
NTAV	15454	CARLOS CESAR PEREIRA	2009
TXFO	35734	CARLOS WERNER RITZMANN	2010
NTAV	12576	CARLOS FRANCISCO DE SOUZA	2009
RD	14604	CARLOS GUIMARAES CORREA	2009
RD	17265	CARTORIO E REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS	2009
ISSQN E ISS-R	12741	CATARINA YACHTS ESTALEIRO NAVAL LTDA	2012 E 2013
ISSR	64339	CATEDRAL CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	2011 E 2012
NTAV	66422	CELIO ACACIO DELAGIUSTIN	2011
TLLEISS	67389	CELSO MINORU YUMOTO	2012 E 2013
RD	12361	CELSO ROBERTO DOS PASSOS	2009
RD	11594	CHAPLIM JOGOS DE DIVERS. ELETR. LTDA ME	2009
ISSR E TLL	65627	CHOICE BAG COMERCIAL LTDA	2012 E 2013
TLL E MULTA	12209	CHURRASCARIA FORMENTO LTDA	2012
MULTA E TLL	10969	CLAUDIANE RAMOS GAZANIGA ME	2010 A 2013
TLL	62025	CONSTRUTORA E INCORPORADORA CATIA LTDA	2012
MULTC	11529	CONSTRUTORA ITAJUBA LTDA	2011
RD	11714	CONSTRUTORA NORTE VELHO	2009
TLL E MULTA	17281	CRISTIANE CENSI REINERT ME	2011 E 2012
TLL E MULTA	11119	D' BRITTO MOVIMENTACOES DE CARGA LTDA ME	2009 E 2011
TLL E MULTA	65544	DALILA MARIA PEREIRA ME	2012 E 2013
RD	12270	DAIANE COSTA/EDUARDO M. FILHO	2009
RECDI	65176	DANIEL BLASKOSWY	2011
ISSQN	71677	DMX LOGISTICA LTDA	2012
ISSR	68492	ECHOSUL PROJETOS CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA	2012
TLL	9337	ED & GIL TREINAMENTOS LTDA ME	2010 E 2012
RECDI	12990	EDUARDO MANOEL ROCHA	2010

TLL E MULTA	16546	EFIGENIA MANSUR & MESQUITA RODRIGUES LTDA ME	2011
TLL	20971	EJB COMERCIO DE PISCINAS LTDA ME	2012
TLL E MULTA	18602	ELETRICA VANDAN LTDA ME	2011
ISSQN	68958	EMPIMOTOR MANUTENCAO DE EMPILHADEIRAS LTDA ME	2012
TLL	12173	ESTACIONAMENTO AMFC LTDA ME	2012
TLLEISS	31077	EUCLIDES ANTONIO DOS PASSOS	2012 E 2013
RECDI E RD	16421	FABIAN GONÇALVES DE OLIVEIRA	2009, 2012 E 2013
TLLEISS	66262	FABIANA GORGISK WERNER	2012 E 2013
TLLEISS	66062	FABIANO COLLATO	2012 E 2013
MULTA E TLL	64042	FERNANDO MORAES	2011 A 2013
TLL	9970	FERNANDO RIBEIRO DE ANDRADE	2009 E 2010
ISSR	14359	FERRO TECNICA ENGENHARIA LTDA	2010 E 2011
TLL	11105	FLY CONSULTORIA LTDA ME	2009 E 2010
TLL, ISSQN E MULTA	10020	FISIOSON CONSULTORIO DE FISIOTERAPIA LTD	2011
MULTA, TLLEISSQN	9140	FISIOTERAPIA NAVEGANTES LTDA	2009 A 2011
ISS, TLL E MULTA	10255	FLAVIO DA COSTA OLIVEIRA	2010 A 2013
TLL, ISSQN E MULTA	66349	FOXTROZ COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	2011 A 2013
TLLEISS	10852	FRANCISCO ENEVALDO ANSELMO	2009 A 2013
TLL	11663	FRAYA ADRIANA MEYER ME	2009 E 2010
TLL, ISS E MULTA	15393	FRANCISCO INACIO VERGUTZ	2010 A 2013
ISSQN E TLL	69617	FREDI GOMES DOS SANTOS FILHO ME	2012 A 2013
MULTA E TLL	5545	FRUTUOSO SOARES DA SILVA - ME	2011 A 2013
TLLEISS	18294	GABRIEL CORREIA DA LUZ	2010
TLL E MULTA	11285	GARDEN BRASIL IMPORTACAO E EXPORT. LTDA	2010 E 2011
RD	11964	GELRE TRAB. TEMPORARIO S/A	2009
TLL	15501	GENIVAL DOS SANTOS SACRAMENTO	2009 A 2011
TLL E MULTA	12892	GEROBOA RICARDO ROSA	2009 A 2012
TLL	9803	GERSON CORREA	2009 A 2012
TLL	14035	GERSON DE SOUZA	2009 A 2012
TLLEISS	64735	GERSON JOSE DE MATOS	2011 A 2013
TLL, ISSQN E ISS	13123	GETULIO MARTINS DA ROCHA	2009 A 2011

TLL E MULTA	19544	GIAN MARCOS PHILIPPS	2010 E 2011
TLL	18001	GIL FELIX MADALENA	2010
TLL	18066	GILBERTO PRIM ME	2010
TLL	69476	GILBERTO WIEST DOS ANJOS JUNIOR	2012 E 2013
TLL	20184	GILMAR FRANCISCO SEDREZ	2010 E 2011
TLL	15264	GILMARA CRISTINA DA SILVA	2009 E 2010
ISSQN	70297	GIOPAN TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA ME	2012 E 2013
RD	12053	GTA DO SUL SERV. AUX A CONSTR. CIVIL	2009
RD	11565	GUINNESS- SERV. TECNOS INDS. LTDA	2009
TXFO	42926	HENRIQUE KADES	2012
MULTA, TLL	65312	HI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA EPP	2012 E 2013
TLL E MULTA	67943	INOVA PALLET INDUSTRIA E COMERCIO DE PALLETS LTDA ME	2012 E 2013
TLL	20888	IRINEU FIORAVANTE SALVATOR	2012 E 2013
MULTA E TLL	19603	ISABELA DORNELES MORAES RANGUETTI ME	2011 A 2013
TLL	17701	IVONE SALETE VIEIRA ME	2010
ISSRE	14705	J AMERICO ELETRICA LTDA	2008
ISSQN, TLL E MULTA	19244	J PRIFTIS REPRESENTAÇÕES LTDA	2010 A 2012
ISSQN E TLL	70459	J.C. MARTINS LTDA ME	2012 E 2013
TLL E MULTA	16922	JAQUELINE CALDEIRA ME	2012
ISSQN	14678	JCM SERVICO DE MANUTENCAO IND. E NAVAL LTDA ME	2010 A 2013
TLL	19403	JEANE DE AMORIM BUSANA BIANCHI	2012 E 2013
ISSQN	14866	JFM SERVICOS MEDICOS LTDA	2012 E 2013
TLL E MULTA	5718	JIBRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PESCADOS LTDA	2011 A 2013
RD	13672	JORGEANE WOSNIAK	2009
MULTA E TLL	5652	JOSE CARLOS BRYK	2010 E 2013
TLL	13767	JOSE CARLOS DA SILVA CARNEIRO	2011 E 2012
RD	11805	JOSE DIAS BORBOREMA	2009
TLL	11660	JOSE MIRANDA	2011 E 2012
RECDI	71758	JOSE REINALDO VIEIRA ROSA	2012
RECDI	43906	JOSEFA DA SILVA	2011
RD	11804	JULINHO FRANCISCO DE OLIVEIRA	2009
TLL	13790	KAIO DE OLIVEIRA FERNANDES	2011 E 2012

ISSQN E TLL	70083	L & M CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP	2012 E 2013
TLL	65408	L.W. EMBALAGENS LTDA ME	2012
TLL E MULTA	11955	LAIZA COM. ESQUADRIA DE ALUM. E VIDROS TEMP.LTDA ME	2011
ISSQN	14908	LANCE ENGENHARIA LTDA	2012
TLL	9625	LENIR SCHEIDT CANDIDO	2004 A 2013
ISSQN E TLL	68773	LOPES & GOMES - LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA. ME	2012 E 2013
RD	54012	LOTEADORA TUPPY SC LTDA	2010
TLL, ISS E RECDI	67162	LUCIANA PAULA CARDOSO SAGAZ	2012 E 2013
NTAV	12077	LUCIANO ROBERTO VELHO	2009
TLL, ISS E MULTA	5769	LUIZ CARLOS RUDNICK	2012 E 2013
MSURB	16040	LUIZ GONZAGA MENDONÇA	2010
ISSQN E TLL	70111	M. HOCH REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.	2012 A 2013
TLL	70148	MARA RUBIA TEIXEIRA	2012 A 2013
TLL	13777	MARCIA CASATTI	2011 E 2012
RD	11784	MARCIA ROSELANE CAMARGO VALENTIM	2009
RD	16931	MARCIO HENRIQUE DE MATOS BARBOSA	2009
ISSRE	11957	MARCON SERVICOS DE DESPACHOS EM GERAL LTDA	2010
RD E RECDI	14544	MARCONDES ALVES MEDEIROS	2009 E 2013
RD	13711	MARCOS PAULO ALVES DE MEDEIROS	2009
TLL	67999	MARISTELA BATISTA PEREIRA DE SOUZA	2012 E 2013
TLL E MULTA	13379	MARLI CIRSTOVAM MIRANDA	2011 A 2013
TLL E MULTA	63642	MATEUS MOVEIS LTDA	2012 E 2013
TLL E MULTA	5834	MAURI DA SILVA LECO ME	2011 E 2013
ISS	13971	MAURICIO MIRANDA MUSOLINI	2010 E 2011
TLL, ISS E MULTA	31592	MAURICIO SACAVEM	2012
TLL	65933	MAURO ANDERSON DELFIN	2012 E 2013
ISSRE	14383	MBP ISOBLOCK SISTEMAS TERMOISOLANTES S/A	2010
ISSRE	14533	MM GAZANIGA MONTAGEM NAVAL LTDA ME	2012
RD	16928	MOISES JOSE GOU-LART	2009
TLL	70468	MONTEIRO & FILHO LTDA ME	2012 E 2013

TLL	18371	MORAIS EMPRESA DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	2012
ISSQN E ISS-R	17720	MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA	2012 E 2013
ISSRE	15187	MULTISEAS AGENCIAMENTOS MARÍTIMOS LTDA	2008
TLL E MULTA	10648	NATURAMEL CASA DE PROD. NATURAIS LTDA M	2012 E 2013
TLL	10129	NEZIR FACHINI DA ROCHA ME	2010
MULTA E TLL	18500	NOELI MARIA DUARTE ME	2011 A 2013
ISSRE	15179	NYK LINE DO BRASIL LTDA	2008
TLL	13219	OB CAR AUTOMOVEIS LTDA	2010
ISSQN	13593	OCEAN PORT DESPACHOS ADUAN. AGENCIA. E LOGISTICA LTDA	
ISSRE	14652	OCEANUS AGENCIA MARITIMA SA	2008
NTAV	11522	OLAVO CESAR COELHO	2009
ISSQN	20879	OPALA CONCRETO LTDA	2012 E 2013
TLL E MULTA	5946	ORGANAVE ESCRITORIO DE CONTABILIDADE LTDA	2009 E 2011
RD	12068	ORSEG ORG. E SEGURANCA EMPRES. LTDA	2009
ISSRE	14219	OSNIR FORST JUNIOR	2007
TLL, ISSQN E MULTA	63300	PABLO GONZALEZ LIMA ME	2010 A 2012
TLL	13791	PAULINA CAMPOS DA SILVA	2011 E 2012
RECDI	11827	PAULO CESAR PACHECO	2010 E 2011
RD	12997	PAULO CESAR SILVEIRA ROSA	2009
TLL E MULTA	10924	PAULO DARI GOETZ ME	2012 E 2013
TLL	10067	PAULO MARCOS THOMAZELLI	2010 a 2013
TLL	8359	PEDRINA ANA COMUNELLO	2010 A 2013
TXFO	20491	PEDRO CANISIO DIAS	2010
TLL E MULTA	17577	PORTAL MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA	2012 E 2013
TLL	6008	POSTO SAO DOMINGOS LTDA	2012 E 2013
ISSQN	67897	R P ATIVIDADES AUXILIARES AO TRANSPORTE AEREO LTDA EPP	2012 E 2013
TLLEISS	67544	RAFAEL DE MORAES THOMÉ	2012 E 2013
ISSQN, TLLEISSQN	71175	RC 10 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	2012 E 2013
ISSQN E TLL	6022	ROBERTO AMARAL CUNHA ME	2006 E 2012

TLL, ISSQN, NTAV, ISS E MULTA	6024	ROBERTO RAMOS GODOY	2009 A 2013
TLLEISS	67248	RODRIGO LAMIM	2012 E 2013
ISSQN	64050	ROLDEN COM. E REP. COMERCIAL DE MOTOS LTDA	2010
RECDI	71087	RONAN DE CASTRO MACEDO	2012
TLL E MULTA	68698	RONDINELLI WERNER ME	2012 E 2013
TLL	14084	ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS	2009 A 2013
RECDI	65147	ROSANGELA DE ARAUJO	2010
TLL	63857	RPJ INDUSTRIAL LTDA - ME	2012
RD	19243	SALETE MARIA DA SILVA	2011
TLL E MULTA	67376	SAMI COMERCIO ATACADISTA, VAREJISTA E IMPORTADORA DE FRUTAS	2012 E 2013
TLL E MULTA	63606	SAMUEL FRANCISCO DA SILVA	2011 A 2013
NTAV	13214	SANDRO LUIZ GAYA	2009 A 2011
TLL E MULTA	66710	SERGIO SCHNEIDER ME	2012 E 2013
ISSRE	14489	SERVENG CIVILSAN S/A	2007
RD	12083	SINASC SINAL. E CONSERV. DE RODOV. LTDA	2009
ISSQN	63260	SMT = SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	2010
TLL E MULTA	20780	SOL DO VALE TRANSPORTES LTDA ME	2012 E 2013
RD	13594	SOLANGE APARECIDA DE MORAIS SINKUS	2009
TLL	12012	SOLANGE BENTO MACANEIRO	2010 A 2013
TLL	13763	SOLANGE TEREZINHA BEBBER	2011 E 2012
ISSRE	7566	SOLMAR MONTAGENS E ISOLAMENTO LTDA	2008 A 2010
ISSRE	15287	SULCOMPANY REFRIGERAÇÃO LTDA	2008
ISSRE	14884	SULNORTE SERVICOS MARITIMOS LTDA	2008 A 2013
ISSRE	16860	SUNLOG LOGISTICA LTDA	2009
TXFO	17842	TATIANA OECHSLER	2012
NTAV	3722	TATIANE APARECIDA CORREA DE JESUS	2009
ISSQN	18141	TATIANE LEMOS DE LIMA ME	2012 E 2013
ISSQN	62599	TECPOSTO SERVICOS LTDA	2012
ISSRE, ISSR E ISSQN	20402	TERMOTEC MONTAGENS LTDA	2010 E 2011
ISSRE	19104	TIME LOG AGENCIAMENTOS LTDA	2009
TLL E MULTA	64820	TRANSPORTES L.A.L. LTDA ME	2012 E 2013

ISSRE	15040	UNIMAR AGENCIA- MENTOS MARITIMOS LTDA	2008
NTAV	14875	VALCIR DA SILVA	2009 A 2011
TXFO	53142	VALDOMIRO ANTONIO DE SOUZA	2012
TLL E MULTA	64777	VALERIA ALBINO DA CRUZ ME	2012 E 2013
ISSQN	69406	VELOZ COMERCIO E IMPRESSAO DE MATE- RIAL PUBLICITARIO LTDA	2012 E 2013
MULTC	66564	VICTOR HUGO MANU- TENÇÕES LTDA	2011
TXFO	51360	VILSON ZABEL	2011
TLLISSQN	20495	VISAO SOLUÇÕES CONTABEIS ME	2012
TLL	6167	VITORIA WGTAL	2011 A 2013
TLL	64181	VIVO S.A	2012
TLL, RECDI E MULTA	14020	WALDIR ANASTACIO PEREIRA	2009 A 2013
RD	12410	WILSON P. LEHINKOLL	2009
ISSQN	17562	WILSON SONS AGEN- CIA MARITIMA LTDA	2010

Obs.: CASO SUA DÍVIDA JÁ TENHA SIDO QUITADA, FAVOR DESCONSIDERAR ESTE EDITAL.

ANTÔNIO CARLOS ROMAO CARMONA

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

Extrato Contrato Nº 150/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 150/2014

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: Maria Odete Pereira Seara

Licitação: Dispensa 41/2011

Objeto.: Sexto termo Aditivo referente reajuste no valor da locação do contrato 96/2011 , conforme índice de IGPM de 7,3087% do IGPM-FGV do mês 04/2014.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Ata de Julgamento de Recurso Referente Tomada de Preço 06/2014 FUMREBOM (Santa Fé)

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE

TOMADA DE PREÇO Nº 006/2014 FUNREBOM

Aos 04 dias de junho de 2014, às 10:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Tomada de Preço nº 006/2014, cujo objeto OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO

QUARTEL DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR, LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO DOMINGOS, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES/SC.

Protocolado pela empresa CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA - CNPJ: 95776761/0001-46.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 02/06/2014.

Em síntese, manifesta-se a empresa CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA através de recurso arguindo que a mesma não deveria ser inabilitada pois possui qualificação/experiência em execução de obras de maiores dimensões, solicitando inclusive que a comissão verifique as obras já executadas pela mesma no município.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado não merece provimento, pois a licitante não atendeu as exigências do edital, conforme mencionado em ata do dia 29/05/2014 a empresa SANTA FÉ apresentou certidão de acervo técnico e atestado de capacidade técnica sem ser compatível com o objeto da licitação desatendendo os itens 5.4.2 e 5.4.3.

Desta forma foram desatendidos os princípios básicos da isonomia, legalidade e vinculação ao instrumento convocatório.

Lei 8666/93 , Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Quanto à compatibilidade do objeto, mesmo a recorrente mencionando que executou obras maiores, este fato não a credencia a executar outras obras em que não tem sua comprovação por atestados ou outras formas, conforme mencionado em ata, quanto a questão de executarem obras maiores, foi verificada com a secretaria de governo e com o departamento jurídico os quais mantiveram o posicionamento adotado da comissão de que as obras apresentadas no atestado de capacidade técnica e no acervo técnico são incompatíveis com o objeto da licitação que por sua vez possui um índice relevante de pré-moldado.

Corroborando segue descrição do inciso I, §1º, artigo 30, da lei 8666/93:

- capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

Uma vez não apresentada a capacitação quanto a execução de serviço com pré-moldado, não atendendo a exigência do edital e da lei 8666/93 não há possibilidade de habilitação do recorrente. Ementa: REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. DOCUMENTOS INCOMPLETOS. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRIMENTO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E IGUALDADE ENTRE OS

LICITANTES. Não apresentados os documentos necessários e suficientes à comprovação da qualificação técnica do licitante, des-cabe buscar suprir a falta a si imputável por ocasião do recurso administrativo. Providência que viola o princípio da vinculação ao edital, pois desatende o quanto lá determinado, e também o princípio da igualdade, ao prejudicar injustificadamente os licitantes que diligenciaram para satisfazer, a tempo e a contento, os requisitos constantes na lei fundamental do certame. Concessão da ordem que se impunha. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Reexame Necessário Nº 70050947910, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 30/04/2013)

Desta forma caso a administração publica abrisse exceções para empresas que não apresentem documentação conforme exigência do edital se habilitarem, estaria prejudicando não só a vinculação ao edital, mas também os outros licitantes que apresentaram os documentos corretamente.

Desta forma: mantem-se a inabilitação da licitante CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA
Mantem-se a abertura dos envelopes de propostas para o dia 09/06/2014 as 17:00h.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 04 de junho de 2014.
DOUGLAS LEMOS
Presidente

Membros:
MARIA BENEDITA CORREA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORRÊA

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93

Ratificando:
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato Ata Corrência Nº 22/2014 FMS - Deserta Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA CORRÊNCIA Nº 22/2014 FMS - DESERTA
OBJETO : CONCORRENCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) ELEVADORES DEVIDAMENTE INSTALADOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC - QUARTA ETAPA DA AMPLIAÇÃO - DATA DE ACONTECIMENTO 04/06/2014 AS 09:00H

RESULTADO - LICITAÇÃO FOI DESERTA.

NOVA DATA SERÁ PUBLICADA FUTURAMENTE.

Douglas Lemos
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
Navegantes, 04 de junho de 2014

Lei Complementar 204 Altera Parágrafo Único do Art. 65 da Lc 07

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 204 DE 4 DE JUNHO DE 2014

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 65 DA LEI COMPLEMENTAR N º 7 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono seguinte lei complementar:

Art. 1 º O Parágrafo Único do art. 65 da lei complementar n º 7 de 11 de novembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único: Os valores da gratificação de que trata este artigo serão fixados entre 5% (cinco por cento) e 95% (noventa e cinco por cento) do vencimento padrão do servidor investido em função de chefia, assessoramento ou assistência e integrarão os cálculos para os devidos fins em conformidade com a lei complementar nº 106 de 02/08/2011.

Art. 2 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA.

Lei Complementar 205 Institui Gratificação Navegantesprev

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
LEI COMPLEMENTAR N º 205 DE 4 DE JUNHO DE 2014
INSTITUI, NO AMBITO DO MUNICIPIO, GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLEGIADA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE NAVEGANTES, AUTARQUIA GESTORA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que lhe faculta a Lei Orgânica do Município. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:
TÍTULO ÚNICO

Regulamenta a Gratificação para Órgãos Colegiados do Instituto de Previdência Social do Município

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares e dos Objetivos

Art. 1 º Fica instituído, nos termos desta lei, a Gratificação para Órgãos de deliberação coletivos do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes - NAVEGANTESPREV, autarquia de personalidade jurídica própria, de direito público interno.

Art. 2 º Para os fins desta Lei, considera-se:

§ 1 º São Órgão de deliberação coletiva: todo conselho, comitê ou órgão assemelhado que tenha sido instituído por lei, decreto ou resolução e possua deliberação colegiada.

§ 2 º Membro nato: condição estabelecida na legislação para determinados cargos ou entidades que participam do órgão de deliberação coletiva, desde a sua instituição, independentemente de quem ocupe.

Art.3 º A Gratificação ora instituída tem por objetivo a busca de permanente dedicação, capacitação e empenho dos membros dos respectivos Colegiados.

Art.4 º São órgãos de deliberação coletivos abrangidos pela presente lei::

- I - Conselho de Administração
- II - Conselho Fiscal
- III- Comitê de Investimentos

Paragrafo Único: Poderão ser integrados novos órgãos de deliberação coletiva, desde que sua implementação seja obrigatória por determinação de legislação Federal, Ministério da Previdência Social ou Municipal relacionadas a Regime Próprios de Previdência - RPPS.

Art. 5 º Os membros efetivos e com direito a votos, dos órgãos de deliberação coletiva, terão a título de gratificação pela participação em órgão de deliberação do Instituto de Previdência Social do município de Navegantes, a serem pagos na mesma data do pagamento dos salários da Prefeitura de Navegantes:

- I - Presidentes - 05 U.F.M (Unidade Fiscal do Município) ;
- II - Demais conselheiros - 03 U.F.M.

§ 1 º - A gratificação do Presidente e demais Conselheiros será devida somente durante o exercício das funções.

§ 2 º - A gratificação disposta no caput deste artigo não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos, ficando excluída da base de cálculo do adicional de tempo de serviço, bem como de quaisquer outros percentuais que incidam sobre a remuneração dos servidores, não sofrendo a incidência de contribuição previdenciária nem sendo utilizada como base de cálculo para proventos de inatividade ou pensões.

§ 3 Para o conselheiro nomeado a exercer atividades de secretariado durante as sessões terá direito a perceber um adicional de 1 UFM.

Art.6 º Aos Conselheiros que por ventura participam ou virem a participar de mais de um Conselho respectivamente fica vedada a acumulação das respectivas gratificações;

Art.7 º Os Conselheiros somente receberão a Gratificação com a comprovação de efetiva participação em pelo menos 1(uma) reunião mensal, podendo ser Ordinária ou Extraordinária, através de envio da copia da Ata à Unidade Gestora dentro do mês de competência.

§ 1 º Aos Conselheiros que por ventura participam ou virem a participar de mais de um Conselho respectivamente, a presença

mensal em 1(um) dos Conselhos já será suficiente, para ter direito a sua Gratificação.

§ 2 º As reuniões deverão ser realizadas fora do horário normal de trabalho do Município, ou seja, após as 17h30min..

§ 3 º Será aplicada exceção ao § 2 º quando a reunião de qualquer dos Conselhos seja solicitado pelo Chefe do Executivo ou do Presidente do Legislativo.

Da Perda do Mandato

Art. 8 º Será passível de perda do mandato de Conselheiro aquele que:

- I - Incurrir em desídia no cumprimento do mandato;
 - II - Praticar ato lesivo aos interesses do Sistema de Previdência do Servidor do Município de Navegantes - SC;
 - III - For condenado por crime doloso, em sentença criminal transitada em julgado;
 - IV - Incurrir em infração ao disposto na lei federal n º 9.717 de 27 de novembro de 1998 ou posteriores alterações.
- § 1º Configura-se a hipótese do inciso, dentre outros modos, pela falta, sem prévia ou posterior justificativa, a 3 (três) sessões consecutivas ou a 5 (cinco) sessões alternadas, no período de 12 (doze) meses.
- § 2º A perda do mandato somente poderá ocorrer por decisão da maioria dos membros dos órgãos de deliberação, em procedimento que lhe assegure ampla defesa e o contraditório.

§ 3º Excetua-se do disposto neste as ausências, quando comprovadas, relativas a:

- I - Gozo de férias regulamentares;
- II - Viagens a Serviço;
- III - licenças para tratamento de saúde, inclusive de pessoas da família, gala, nojo, paternidade e gestante;
- IV - Serviços obrigatórios por lei.

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 9 º As despesas com a gratificação dos membros dos Colegiados correrão por conta do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes.

Art. 10º O pagamento das gratificações será operacionalizado por meio de Nota de Empenho, que deverá discriminar o conselho e ou órgão a que se refere.

Art. 11º O Numero de reuniões será fixado de acordo com a necessidade do órgão colegiado, devendo, obrigatoriamente, ser realizada no mínimo uma reunião mensal.

Art. 12º Os órgãos de deliberação coletiva autárquica cujos regimentos internos não se adequem a esta lei terão o prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta lei para providenciar as alterações necessárias.

Paragrafo Único: O disposto no caput se aplica aos órgãos de deliberação coletiva que não providenciaram os respectivos regimentos.

Art. 13 º Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei Complementar 206 Dispõe Sobre Plano de Cargos E Carreiras do Navegantesprev

LEI COMPLEMENTAR N º 206 DE 4 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, AUTARQUIA GESTORA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Art. 1 º O Plano de Cargos e Carreiras do NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes obedece ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Município de Navegantes, incluindo o Estatuto do Servidor Público e Legislação correlata acerca dos direitos, deveres e prerrogativas do servidor público e estrutura-se em quadro permanente de pessoal, aprovado nesta Lei Complementar, com os respectivos grupos ocupacionais e classes.

Art. 2 º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I. Quadro Permanente de Pessoal: o conjunto de classes de cargos de carreira;

II. Cargo público: o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo de vagas e vencimento pago pelos cofres públicos;

III. Cargo de Carreira: aquele que se escalona em padrões de vencimento para acesso privativo de seus titulares;

IV. Cargo em Comissão: aquele declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

V. Classe de Cargos: o agrupamento de cargos de mesma natureza funcional e grau de responsabilidade, mesmo padrão inicial de vencimento, mesma denominação e substancialmente idênticos quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade para o seu exercício;

VI. Carreira: o desenvolvimento funcional do servidor por meio de promoções horizontal ou vertical;

VII. Grupo Ocupacional: o conjunto de cargos de carreira com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de conhecimento exigido para seu desempenho;

VIII. Faixa de Vencimentos: a escala vertical de padrões de vencimento atribuídos a uma determinada categoria;

IX. Interstício: o lapso de tempo fixado para que o servidor se habilite às promoções horizontal e vertical.

X. Gratificação: As gratificações são espécie de vantagem pecuniária e constituem acréscimos de estipêndio, que juntamente com o vencimento formam a remuneração do servidor público.

Art. 3 º Os cargos de carreira do Quadro Permanente de Pessoal do NAVEGANTESPREV Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes são os constantes dos Anexos II que contém suas categorias, denominações, grupos ocupacionais, quantidades, jornadas semanais de trabalho, faixas de vencimentos e padrões de vencimento.

Art. 4º Os cargos de carreira do Quadro Permanente de Pessoal integram os seguintes grupos ocupacionais:

I. Grupo Especialista (GE);

II. Grupo Técnico (GT);

III. Grupo Operacional (GO).

§ 1º O Grupo Especialista abrange os cargos cujas tarefas requerem elevado grau de atividade mental, que exigem conhecimentos teóricos e práticos de nível superior.

§ 2º O Grupo Técnico compreende os cargos que exigem conhecimentos profissionais com qualificação técnica de nível técnico a superior para o seu desempenho.

§ 3º O Grupo Operacional reúne os cargos que exigem formação em nível médio, cujas tarefas requerem o conhecimento prático do trabalho, voltados a rotinas administrativas ou predominância do esforço físico.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DAS CLASSES DE CARGOS DE CARREIRA

Art. 5º A classificação das classes de cargos de carreira do Quadro Permanente de Pessoal e sua remuneração, são resultante de avaliação sobre a natureza, o grau de responsabilidade e complexidade, bem como as peculiaridades de cada cargo, observados os seguintes fatores:

I. Instrução;

II. Iniciativa/complexidade;

III. Supervisão recebida;

IV. Esforço mental e visual;

V. Impacto de erros;

VI. Responsabilidade por contatos;

VII. Responsabilidade por patrimônio;

VIII. Responsabilidade por supervisão exercida;

IX. Ambiente de trabalho;

X. Riscos/segurança.

CAPÍTULO III

DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

Art. 6º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I. A nacionalidade brasileira;

II. A idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

III. Idade máxima de 64 (sessenta e quatro) anos completos;

IV. O gozo dos direitos políticos;

V. A quitação com as obrigações militares e eleitorais;

VI. Gozar de aptidão física e mental, comprovadas mediante prévia inspeção médica oficial;

VII. Ter boa conduta;

VIII. Ter atendido às condições especiais prescritas para provimento do cargo;

IX. Possuir aptidão para o exercício das atribuições;

X. Ter sido aprovado em concurso público, para os cargos de provimento efetivo.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º A convocação dos candidatos dentro do quantitativo previsto no edital ocorrerá nos interesses do NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, por sua conveniência e oportunidade, devendo ocorrer durante o prazo de validade do concurso público, permitida sua prorrogação nos termos da legislação vigente.

§ 3º A limitação imposta na alínea III do presente art. 6, é em função da imposição pelo artigo 40, inciso III da Constituição Federal, que exige a efetiva ocupação do cargo por no mínimo 5 (cinco)

anos antes de viabilizar a aposentadoria.

Art. 7º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos de carreira cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma da Lei Complementar 07/2003 e Lei Federal 8.112/90.

Art. 8º Os cargos públicos classificam-se em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

CAPÍTULO IV

DOS CARGOS DE CARREIRA EFETIVA

Art. 9º Os cargos de carreira de provimento efetivo, constantes do Quadro Permanente de Pessoal, serão preenchidos:

I. Por nomeação, precedida de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

II. Pelas demais formas de provimento previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Navegantes.

Parágrafo Único - O provimento dos cargos de carreira no âmbito do NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, dar-se-á por ato do Diretor Presidente.

Art. 10º Os valores dos padrões de vencimento, gratificação e faixas de vencimento dos cargos de carreira são os constantes do Quadro Permanente de Pessoal, previsto nos Anexos II e III desta lei.

CAPÍTULO V

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 11º Os cargos de provimento em comissão, nas quantidades, denominações, subsídios e vencimentos, são regidos conforme previsão da Lei Complementar nº 152 de 25 de maio de 2012.

CAPÍTULO VI

DAS CARREIRAS

Art. 12º O ingresso na carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento da faixa I do cargo para o qual o servidor foi concursado e nomeado, conforme respectivas tabelas de vencimentos.

Art. 13º O desenvolvimento na carreira dos servidores integrantes do quadro efetivo dar-se-á por meio da promoção vertical ou das promoções horizontal e vertical, conforme previsto nos anexos II e III.

Art. 14º Serão consideradas para fins da primeira promoção vertical as titulações adquiridas pelo servidor depois do ingresso no NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, após conclusão do estágio probatório.

CAPÍTULO VII

DOS CARGOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 15º Compete ao PROCURADOR AUTÁRQUICO PREVIDENCIÁRIO:

I. Elaborar, analisar minutas de projetos de leis, pareceres, portarias e outros atos normativos em matéria e emitir parecer sobre atos da Autarquia;

II. Analisar a conformação jurídica de contratos, convênios, licitações, em especial na concessão de benefícios e outros ajustes;

III. Coordenar as atividades técnicas jurídicas, acompanhar processos administrativos e judiciais;

IV. Realizar análises e interpretações de legislações, jurisprudência e doutrinas das diversas especialidades jurídicas, estudando-as, a fim de assessorar, assistir e aprimorar a legislação previdenciária da Autarquia;

V. Prestar atendimento jurídico à autarquia, sugerindo as medidas judiciais, estudando e propondo, em juízo, as ações pertinentes, acompanhando-as até final decisão;

VI. Elaborar petições, objetivando a defesa da autarquia nas ações que lhe forem propostas, promovendo todos os atos judiciais necessários, até final da demanda;

VII. Acompanhar, junto aos cartórios, o andamento dos feitos, manifestando-se nos processos, juntando os documentos requeridos

pelo Poder Judiciário e peticional, sempre que o caso assim o exigir;

VIII. Executar demais atividades correlatas, pertinentes ao cargo relativas ao perfeito andamento legal da Autarquia.

IX. Analisar e emitir pareceres demandados pelas áreas nos processos administrativos, manter as pastas de acompanhamento das ações devidamente atualizadas em consonância com o andamento judicial e desempenhar outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de seu cargo.

Art. 16º Compete ao TÉCNICO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO:

I. Executar e/ou coordenar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários, prezando pela ordem e fácil localização;

II. Realizar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisa legislativa e jurisprudencial;

III. Gerenciar estágios, desenvolvendo relatórios de frequência dos estagiários para a Diretoria Executiva e encaminhar avaliações de estágio para a Instituição responsável;

IV. Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e a legislação aplicável;

V. Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;

VI. Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando seguir os preceitos da instituição, atuando com respeito ao indivíduo e comunidade;

VII. Atender o expediente normal da unidade, efetuando abertura, recebimento, registro, distribuição de processos, correspondências interna e externa;

VIII. Efetuar atividades relacionadas a gestão de pessoas;

IX. Realizar atendimento ao público;

X. Redigir memorandos, cartas, relatórios e/ou mensagens simples, ofícios, cotas em processos, termos de juntada de documentos em expedientes, e outros documentos;

XI. Realizar atividades que envolvam encargos sociais;

XII. Alimentar sistemas de processamento de dados;

XIII. Auxiliar na elaboração de minutas e expedir portarias, apostilas e certidões;

XIV. Instruir processos de aposentadoria e pensões e outros expedientes em geral, inclusive os tramites de envio de informações ao Tribunal de Contas, Ministério da Previdência e outros;

XV. Proceder levantamentos de dados, elaborar relatórios de atividades, elaborar planilhas, tabelas, quadros, gráficos gerenciais das atividades afetas a sua unidade;

Art. 17 COMPETE AO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:

I. Executar e/ou coordenar trabalhos relacionados a organização e atualização de arquivos e fichários, prezando pela ordem e fácil localização dos materiais.

II. Redigir e encaminhar instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos;

III. Expedir registros e demais documentos sob orientação superior, sempre que necessário e/ou solicitado.

IV. Efetuar e ou auxiliar no lançamento/gerar as declarações DCTF, SEFIP, IR, RAIS, DIRF entre outras.

V. Auxiliar na apuração dos balancetes mensais e na elaboração do balanço geral do exercício;

VI. Auxiliar na elaboração do Plano de Contas;

VII. Auxiliar nos lançamentos e controles financeiros;

VIII. Auxiliar no controle da arrecadação.

IX. Prestar orientações e o devido encaminhamento ao servidor público municipal no que diz respeito aos processos relacionados ao Ministério de Previdência Social.

X. Auxiliar nas atividades relativas a serviços contábeis e orçamentários;

XI. Zelar pelo correto arquivamento e organização dos documentos contábeis, efetuando o arquivo, controle e organização dos

materiais correspondentes à área.

XII. Contribuir com o fluxo de trabalho do almoxarifado, auxiliando no controle de entradas e saídas de materiais do Instituto.

XIII. Auxiliar no controle do ativo imobilizado.

XIV. Auxiliar nas atividades relativas a aplicações financeiras;

XV. Desempenhar outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de seu cargo;

XVI. Proceder levantamentos de dados, elaborar relatórios de atividades, elaborar planilhas, tabelas, quadros, gráficos gerenciais das atividades afetas a sua unidade;

XVII. Realizar atendimento ao público;

XVIII. Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos e desenvolver outras atividades previstas no Regimento Interno ou determinadas pela Diretoria Executiva, desde que compatíveis com suas atribuições legais.

Art. 18 Compete ao CONTADOR PREVIDENCIÁRIO:

I. Organizar os serviços de contabilidade em geral, traçando o plano de contas de acordo com a legislação vigente de RPPS, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração;

II. Promover a execução orçamentária do NAVEGANTESPREV e dos registros contábeis e das despesas e receitas;

III. Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

IV. Executar a escrituração de livros contábeis como Diários, Registro de Inventários, Razão, Conta-Corrente, Caixa e outros;

V. Elaborar o PPA, LDO, LOA e demais demonstrações financeiras observando a legislação contábil em vigor;

VI. Emitir empenhos e ordens bancárias e relacionar notas de empenho, subempenho e estorno; emitidos no mês, com as somatórias para fechar com despesas orçamentárias.

VII. Controlar os trabalhos de análise e conciliação de contas;

VIII. Efetuar ou supervisionar os cálculos de reavaliação do ativo;

IX. Assegurar que os balancetes mensais e o balanço final reflitam corretamente a realidade econômico-financeira da Autarquia;

X. Organizar relatórios sobre a situação geral, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres técnicos;

XI. Assinar como responsável técnico o balanço, balancetes e demais peças contábeis estatísticos e emitindo pareceres técnicos;

XII. Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes;

XIII. Elaborar mapas demonstrativos com elementos retirados do razão de toda a movimentação financeira e contábil e atualizar as fichas de despesas e receitas, e os arquivos de registros contábeis;

XIV. Elaborar demonstrativo da despesa de pessoa e dos recursos recebidos a qualquer título;

XV. Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação;

XVI. Coordenar e controlar as prestações de contas;

XVII. Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da Autarquia;

XVIII. Controlar os recursos extras orçamentários provenientes de convênios;

XIX. Auxiliar ao setor financeiro da Autarquia referente às questões relacionadas a pagamentos e outras transações bancárias, bem como utilização de novas formas de gerenciamento.

XX. Atender as exigências contidas na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Portarias do Ministério da Previdência Social, que dispõe do tratamento específico sobre a contabilidade dos Regimes Próprios de Previdência.

XXI. Encaminhar aos órgãos competentes informações e demonstrações contábeis conforme legislação vigente.

Art. 19 Compete ao MOTORISTA;

I. Conduzir veículos sempre que solicitado pela Diretoria ou pela chefia imediata, nos municípios de Santa Catarina ou fora dele, levando ou trazendo pessoas e entregando ou buscando documentos e encomendas, em destinos previamente agendados;

II. Preencher o relatório de utilização do veículo e ficha de controle da quilometragem, locais percorridos, horários de saída e retorno

às dependências, bem como o registro de qualquer anormalidade no seu funcionamento e necessidade de reparos, com a finalidade de fornecer dados para cálculos dos custos e apreciação de irregularidades;

III. Responsabilizar-se pela conservação do veículo, mantendo-o em condições de uso, substituindo pneumáticos e peças simples em caso de emergência, controlando sua manutenção;

IV. Executar outras tarefas correlatas e solicitadas pela Chefia;

V. Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria mínima "B".

VI. Manter sempre uma boa apresentação pessoal e cordialidade com as pessoas.

Art. 20 Compete a Secretária Recepcionista - Telefonista:

I. Secretariar, recepcionar / controlar visitantes;

II. Encaminhar visitantes para os funcionários da Autarquia;

III. Responder perguntas gerais sobre a organização ou direcionar as perguntas para outros funcionários qualificados a responder;

IV. Enviar e receber correspondências ou produtos;

V. Processar a correspondência recebida (pacotes, telegramas, faxes e mensagens), organizá-los e distribuir para o destinatário;

VI. Executar arquivamento de documentos;

VII. Executar trabalhos de digitação;

VIII. Organizar viagens;

IX. Marcar reuniões;

X. Controlar as chaves;

XI. Registrar informações;

XII. Utilizar o computador e impressoras da recepção;

XIII. Utilizar a máquina copiadora;

XIV. Utilizar o fax;

XV. Manter atualizado os livros de registros de correspondência e registro de fax;

XVI. Efetuar telefonemas, atender telefone e transferir chamadas telefônicas;

XVII. Anotar recados de visitantes ou de chamadas telefônicas e enviá-los para os funcionários;

XVIII. Saber usar o correio de voz;

XIX. Saber agendar e fazer reuniões por telefone;

XX. Manter em ordem e limpo o local de trabalho;

XXI. Reportar falhas do equipamento telefônico;

XXII. Conhecer os aspectos legais da profissão;

XXIII. Atuar com ética no exercício da função: imagem profissional, imagem da organização, sigilo profissional, relacionamento com colegas e superiores;

XXIV. Saber utilizar os serviços das companhias concessionárias de atendimento público (informações, consertos, auxílio de telefonistas, etc.)

XXV. Coordenar e gerenciar as atividades de atendimento e recepção.

CAPÍTULO VIII

DOS VENCIMENTOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 21 Para os efeitos desta Lei Complementar, compreende-se como:

I. Vencimento: a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei;

II. Remuneração: o vencimento do cargo efetivo fixado em lei acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter temporário e permanente.

Art. 22 A remuneração dos servidores públicos do NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, somente poderá ser fixada ou alterada por lei, observada a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, assegurada a revisão e reajuste geral anual na mesma data do funcionalismo do Executivo Municipal.

Art. 23 A fixação dos padrões de vencimento e demais componentes do sistema de remuneração dos servidores do NAVEGANTESPREV

- Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes observará:

I. A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos que compõem o Quadro Permanente de Pessoal;

II. Os requisitos para a investidura nos cargos;

III. As peculiaridades dos cargos;

Art. 24 O NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes publicará anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos públicos, conforme dispõe o art. 39, § 6º da Constituição da República Federativa do Brasil.

CAPÍTULO IX

DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO

Art. 25 A jornada semanal de trabalho dos cargos de carreira integrantes dos Grupos Especialista, Técnico e Operacional é a prevista nos Anexos II.

Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente da Autarquia autorizar a extensão ou redução temporária da jornada semanal, observados os critérios de oportunidade e conveniência da administração autárquica e os limites previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

CAPÍTULO X

DA MANUTENÇÃO DOS QUADROS PERMANENTES DE PESSOAL

Art. 26 Novos cargos poderão ser criados no Quadro Permanente de Pessoal, observadas as disposições deste Capítulo.

Art. 27 Da proposta de criação deverão constar:

I. Denominação, quantitativo, padrão de vencimento, jornada semanal de trabalho, atribuições e requisitos de instrução para provimento dos cargos;

II. Justificativa de sua criação;

III. Aprovação do Conselho de Administração, na forma da lei vigente.

Parágrafo Único - O padrão de vencimento dos cargos será definido observado a disposição do art. 24 desta lei.

Art. 28 O Diretor Presidente do NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes analisará as respectivas propostas e verificará a existência de dotação orçamentária para a criação dos cargos, observados os critérios da Lei Complementar nº 152/2012.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 Fica estabelecido para os Estagiários do NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, a bolsa de estágio no valor de 100% (cem por cento) de 01 (um) salário mínimo nacional, considerando-se 85% (oitenta e cinco por cento) de bolsa e o equivalente a 15 % (quinze por cento) é a título de vale transporte e independe da necessidade do estagiário.

§ 1º Fica garantida a revisão e o reajuste anual do valor da bolsa hora de estágio na mesma data, proporção e índices assegurados para a revisão do salário mínimo nacional.

§ 2º A carga horária diária de estágio superior será de 04 (quatro) horas.

Art. 30 Ficam estendidas aos servidores do NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes as mesmas vantagens econômicas, pessoais e sociais garantidas aos servidores efetivos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Navegantes/SC.

Art. 31 Fica assegurado ao servidor público efetivo do NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, a concessão de bolsas de estudo para cursar pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado, na forma e nos limites fixados em lei para o serviço público municipal,

observada a estrutura e disponibilidade orçamentária do NAVEGANTESPREV, conforme decreto 365 de 15/05/2012 e 15/05/2012 e decreto 320 de 1/02/2013.

Art. 32 As despesas decorrentes da implantação desta Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias dos orçamentos do NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, suplementadas se necessário.

Art. 33 Integram esta Lei Complementar os Anexos:

I. Anexo I: Requisitos mínimos de Ingresso no cargo de provimento efetivo;

II. Anexo II: Relação de cargos de cargo de provimento efetivo;

III. Anexo III: tabela de vencimentos de cargos de provimento efetivo;

Art. 34 Os casos omissos verificados nesta Lei Complementar poderão ser regulamentados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO I

REQUISITOS DE INGRESSO NOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	REQUISITOS DE INGRESSO	CARGA HORÁRIA
CONTADOR PREVIDENCIÁRIO	CURSO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E REGISTRO NO CONSELHO DA CLASSE COMPETENTE	40 H
PROCURADOR AUTÁRQUICO PREVIDENCIÁRIO	CURSO SUPERIOR DIREITO E REGISTRO NO CONSELHO DA CLASSE COMPETENTE	40 H
TECNICO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO	CURSO SUPERIOR	40 H
TECNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	CURSO SUPERIOR	40 H
MOTORISTA	CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE NÍVEL MÉDIO, DEVENDO POSSUIR MINIMO CNH "B"	40 H
SECRETÁRIA RECEPTIONISTA - TELEFONISTA	CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE NÍVEL MÉDIO	40 H

ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	SIMBOLO	VAGAS	VENCIMENTOS
CONTADOR PREVIDENCIARIO	(GE) -C40H	01	R\$ 2.694,85
PROCURADOR AUTARQUICO PREVIDENCIARIO	(GE) -CJC1	01	R\$ 4.790,84
TECNICO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIARIO	(GT) - T.AP1	02	R\$ 2.694,85
TECNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	(GT) - T.AF1	02	R\$ 2.694,85
MOTORISTA	(GO) - M.A	01	R\$ 923,05
SECRETÁRIA RECEPTIONISTA	(GO) - S.R.T	01	R\$ 1.150,00

ANEXO III
QUADRO DE CATEGORIA FUNCIONAL

Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior					
Cargo: Contador Previdenciário 40 h					
Salário Inicial: R\$ 2.694,85		Código: (GE) - C40H		Carga Horária: 40 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 2.775,70	R\$ 2.858,97	R\$ 2.944,74	R\$ 3.033,08	R\$ 3.124,07	R\$ 3.217,79
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 3.314,33	R\$ 3.413,76	R\$ 3.516,17	R\$ 3.621,65	R\$ 3.730,30	R\$ 3.842,21
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 3.957,48	R\$ 4.076,20	R\$ 4.198,49	R\$ 4.324,44	R\$ 4.454,18	
Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior					
Cargo: Procurador Autárquico Previdenciário 40 h					
Salário Inicial: R\$ 4.790,84		Código: (GE) - C40H		Carga Horária: 40 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 4.934,57	R\$ 5.082,60	R\$ 5.235,08	R\$ 5.392,13	R\$ 5.553,90	R\$ 5.720,51
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 5.892,13	R\$ 6.068,89	R\$ 6.250,96	R\$ 6.438,49	R\$ 6.830,59	R\$ 7.035,51
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 7.246,58	R\$ 7.463,97	R\$ 7.687,89	R\$ 7.918,53	R\$ 8.156,08	
Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior					
Cargo: Técnico Administrativo Previdenciário					
Salário Inicial: R\$ 2.694,85		Código: (GT) - T.PA1		Carga Horária: 40 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 2.775,70	R\$ 2.858,97	R\$ 2.944,74	R\$ 3.033,08	R\$ 3.124,07	R\$ 3.217,79
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 3.314,33	R\$ 3.413,76	R\$ 3.516,17	R\$ 3.621,65	R\$ 3.730,30	R\$ 3.842,21
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	

R\$ 3.957,48	R\$ 4.076,20	R\$ 4.198,49	R\$ 4.324,44	R\$ 4.454,18	
Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior					
Cargo: Técnico Administrativo Financeiro					
Salário Inicial: R\$ 2.694,85		Código: (GT) T.PF1		Carga Horária: 40 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 2.775,70	R\$ 2.858,97	R\$ 2.944,74	R\$ 3.033,08	R\$ 3.124,07	R\$ 3.217,79
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 3.314,33	R\$ 3.413,76	R\$ 3.516,17	R\$ 3.621,65	R\$ 3.730,30	R\$ 3.842,21
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio					
Cargo: Secretária Recepcionista					
Salário Inicial: R\$ 1.150,00		Código: (GO) - S.R.T		Carga Horária: 40 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 1.184,50	R\$ 1.220,04	R\$ 1.256,64	R\$ 1.294,34	R\$ 1.333,17	R\$ 1.373,16
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 1.414,35	R\$ 1.456,79	R\$ 1.500,49	R\$ 1.545,50	R\$ 1.591,87	R\$ 1.639,63
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia	
R\$ 1.184,50	R\$ 1.220,04	R\$ 1.256,64	R\$ 1.294,34	R\$ 1.333,17	
Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio					
Cargo: Motorista					
Salário Inicial: R\$ 923,05		Código: (GO) A.A		Carga Horária: 40 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 950,05	R\$ 979,26	R\$ 1.008,64	R\$ 1.038,90	R\$ 1.070,07	R\$ 1.102,17
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 1.135,24	R\$ 1.169,29	R\$ 1.204,37	R\$ 1.240,50	R\$ 1.277,72	R\$ 1.316,05
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 1.355,53	R\$ 1.396,20	R\$ 1.438,08	R\$ 1.481,22	R\$ 1.525,66	

Extrato Contratual Nº 151/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 151/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA.

Valor : 148.344,80 (cento e quarenta e oito mil trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

Vigência : Início: 04/06/2014. Término: 02/09/2014.

Licitação : Tomada de Preço Nº.: 068/2014.

Recursos : Dotação: 2.065.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Elétrica para execução dos serviços de Deslocamento de Postes com fornecimento de materiais para a Rede de Distribuição de Energia Elétrica de diversos logradouros do Município de Navegantes/SC, conforme Tomada de Preço nº 068/2014.

Navegantes, 04 de junho de 2014.

Extrato Contratual Nº 136/2014 - Ret.

Extrato Contratual PMN 136/2014 - Ret.

Contrato Nº.: 136/2014 - Ret

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: Elaine Cristina da Costa.

Vigência : Início: 21/05/2014 Término: 31/12/2014.

Valor....: R\$ 17.680,00* (dezessete mil seiscentos e oitenta reais).

Licitação : Dispensa de Licitação nº 115/2014.

Recursos : Dotação 2.033 3.3.90.00.00.00..00

Objeto : Contrato de Locação de Imóvel para Sede do Abri-
go Municipal Anildo de Souza, localizado na Rua João Domingos
da Costa nº31, centro do Município de Navegantes/SC, através da
Dispensa de Licitação nº 115/2014.**Nova Trento****PREFEITURA****Processo Nº 064/2014 - Pregão Presencial Nº 036/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 064/2014 - Pregão Presencial nº 036/2014

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para consultoria na área educacional e administrativa, com intuito de auxiliar na elaboração da reforma estatutária do magistério e estatuto dos servidores, além de elaboração/atualização do Regimento Escolar, conforme Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 18/06/2014 às 13:45 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 - e.mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Decreto Nº 098/2014

DECRETO Nº 098 / 2014

Declara Ponto Facultativo no dia 20 de junho de 2014, em virtude da celebração da " Festa de Corpus Christi ".

O Senhor Josemar Guilherme Franzói Prefeito Municipal em exercício, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

Considerando-se que dia 19 de junho de 2014, é Feriado Municipal (Lei nº 364/1967 e que a Igreja Católica comemora a Festa de Corpus Christi;

Considerando, que outras esferas de governo estão tomando a mesma medida, DECRETA:

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarado Ponto Facultativo, em todas as repartições públicas municipais e sua autarquia, inclusive, o dia 20 de junho de 2014 (sexta-feira), em virtude da celebração da " Festa de Corpus Christi ", comemorada no dia 19 de junho de 2014.

Art. 2º Excetuam-se do disposto no artigo 1º deste Decreto, os serviços públicos considerados essenciais e imprescindíveis, que serão atendidos por meio de plantão organizado pelas respectivas chefias, assegurando inclusive, os serviços de saúde e funcionamento das creches.

Parágrafo Único - No dia 20 de junho, (Sexta Feira-Ponto Facultativo), as creches municipais, funcionarão em horário normal de trabalho, sendo a carga horária dos servidores em atividades, compensada de acordo com a Lei Complementar nº 590, de 25 de maio de 2012.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de maio de 2014.

Josemar Guilherme Franzói

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças.

Decreto Nº 101/2014

DECRETO Nº 101 / 2014

Estabelece Horário Especial de Funcionamento nas Repartições Públicas Municipais na Primeira Fase dos Jogos da Seleção Brasileira, na Copa do Mundo de 2014 e dá outras providências.

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol de 2014, a realizar-se no Brasil; e

Considerando que, no horário da realização dos jogos disputados pela Seleção Brasileira, todas as atenções estarão voltadas para esse evento;

DECRETA:

Art. 1º O expediente nas repartições públicas municipais nos dias dos jogos da Seleção Brasileira durante a primeira fase da Copa do Mundo de Futebol de 2014, será o seguinte:

I - dia 12 de junho (quinta-feira) - Abertura da Copa do Mundo: das 7 às 13 horas;

II - dia 17 de junho (terça-feira) - período vespertino: das 13:30 às 15 horas;

III - dia 23 de junho (segunda-feira) - período vespertino: das 13:30 às 16 horas.

Art. 2º Nos dias 12, 17 e 23, não haverá aula nos Núcleos Escolares, e no Centro de Educação Infantil Pe. Rossi (Pré-Escolar), no período vespertino.

Parágrafo Único: Nos dias 12, 17 e 23, o corpo docente dos Núcleos Escolares, cumprirão os seguintes horários:

I - dia 12 de junho (quinta-feira) - Abertura da Copa do Mundo, não haverá expediente;

II - dia 17 de junho (terça-feira) - período vespertino: reunião entre os professores de cada núcleo, até às 15 horas;

III - dia 23 de junho (segunda-feira) - período vespertino: reunião entre os professores de cada núcleo, até às 16 horas;

Fls.02 Decreto nº 101/2014

Art. 3º As creches municipais, nos dias acima estabelecidos, funcionarão em horário especial de trabalho, conforme segue e inclusive, em regime de plantão, até às 18h30min.

I - no dia 12 de junho (quinta-feira), até às 16h50min.

II - no dia 17 de junho (terça-feira), até às 15h50min.

III - dia 23 de junho (segunda-feira), até às 16h50min.

Parágrafo Único: Se necessário, os servidores serão compensados pelas horas trabalhadas, de acordo com a Lei Complementar nº 590, de 25 de maio de 2012.

Art. 4º Caberá às autoridades competentes de cada Secretaria Municipal fiscalizar o cumprimento das disposições deste decreto.

Art. 5º Cabe ao Diretor do SAMAE, adequar o disposto deste decreto à autarquia que dirige.

Art. 6º Os demais serviços considerados de natureza essencial, serão mantidos normalmente.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, em 04 de junho de 2014.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado em livro próprio e publicado no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

Contrato Nº 086/2014

CONTRATO Nº 086/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 051/2014. Inexigibilidade nº 003/2014. Homologação: 29/05/2014. Contratante: Fundo ,Municipal de Saúde de Nova Trento, inscrito no CNPJ nº 08.858.200/001-91, com sede na Rua Nereu Ramos 164, Centro, CEP 88270-000. Contratada: DR. ANTONIO SERAFIM VENZON, inscrito no CPF nº 216.819.619-20, CRM/SC nº 3078. Objeto do Contrato: Credenciar MÉDICOS, pessoa física ou jurídica, nas especialidades indicadas, para realização de cirurgias eletivas no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Nova Trento, conforme disposto no Termo de Compromisso de Adesão ao Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas PT GM/MS 1.340, de 29/06/2012 e Portaria SES/SC nº 669, de 08/08/2012. Vigência de 2 (dois) anos.

Nova Trento, 29 de maio de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 050/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 050/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: VISOLI CONSTRUTORA LTDA-EPP

Valor : 45.297,99 (quarenta e cinco mil duzentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 04/06/2014 Término: 15/10/2014

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014

Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00 (87) Saldo: 55.000,00

Objeto : Contratação de empresa especializada à execução da obra de engenharia Contratação para Construção de 01 (uma) edificação unifamiliar em alvenaria, com área total de 36,00 m2 (trinta e seis metros quadrados), a ser construída na Rua Adélia Mazzucco Pandini, Centro, cidade de Novo Horizonte/SC, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, para fins de residência do Médico pertencente ao Programa Nacional mais Médicos.

Novo Horizonte, 4 de Junho de 2014

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 034/2014 - CV 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2014

CONVITE Nº 009/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 04/06/2014

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA-EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Contratação de empresa Especializada à execução de obra de engenharia para Construção de 01 (uma) edificação unifamiliar em alvenaria, com área total de 36,00 m2 (trinta e seis metros quadrados), a ser construída na Rua Adélia Mazzucco Pandini, Centro, cidade de Novo Horizonte/SC, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, para fins de residência do Médico pertencente ao Programa Nacional mais Médicos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 45.297,99 (quarenta e cinco mil duzentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos)

DATA: 04/06/14

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

Aviso de Licitação 72/2014 Pregão Presencial

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL 72/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA E UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA. Recebimento das Propostas: até o dia 18/06/2014 às 13:45m.

Abertura das Propostas: dia 18/06/2014, as 14h:00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 04 de Junho de 2014.

Aviso de Licitação 73/2014 Pregão Presencial

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014.

Tipo: Menor Preço/por Item

Objeto: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL E TELEFONIA RURAL SEGUNDO EDITAL EM ANEXO.

Recebimento das Propostas: até o dia 11/06/2014 às 16h45minm.

Abertura das Propostas: dia 11/06/2014, às 17h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 04 de Junho de 2014.

Decisão Administrativo Pregão Presencial 18/14

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014

Tipo : Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.

OS ATOS ESTÃO DISPONÍVEIS PARA VISTA DE INTERESSADOS NO SEGUINTE endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 04 de Junho de 2014.

3.695 - Altera O Anexo I do Decreto 3.604 de 26/9/2013.

DECRETO Nº 3.695 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

"ALTERA O ANEXO I DO DECRETO N. 3.604 DE 26/09/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no Art. 68, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Art. 68, VII e Art. 72-A da Lei 1.929, de 20 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I do Decreto n. 3.604 de 26/09/2013, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor as demais cláusulas não alteradas por este Decreto.

Orleans/SC, 2 de junho de 2014; 129º anos da Fundação e 100º anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário Interino de Administração

ANEXO I
TABELA DE DIÁRIAS

GRUPOS	VALOR DA DIÁRIA ALIMENTAÇÃO E DIÁRIA COM PERNOITE				
	NO ESTADO (R\$)		FORA DO ESTADO (R\$)		EXTERIOR (US\$)
	REGIÃO DA AMUREL E AMREC	OUTRAS REGIÕES	PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL	OUTROS ESTADOS	
1º GRUPO Prefeito, Vice-Prefeito e Coordenador de Governo	Pernoite - 300,00 Alimentação - 200,00	Pernoite - 300,00 Alimen. - 200,00	Pernoite - 400,00 Alimen. - 200,00	Pernoite - 700,00 Alimen. - 400,00	Pernoite - 600,00 Alimen. - 300,00
2º GRUPO Secretários	Pernoite - 200,00 Alimentação - 100,00	Pernoite - 250,00 Alimentação - 150,00	Pernoite - 300,00 Alimentação - 200,00	Pernoite - 400,00 Alimen. - 200,00	Pernoite - 250,00 Alimen. - 100,00
3º GRUPO Assessores, Nível ANS e demais categoriais funcionais	Pernoite - 200,00 Alimentação - 100,00	Pernoite - 250,00 Alimentação - 100,00	Pernoite - 250,00 Alimentação - 100,00	Pernoite - 300,00 Alimen. - 100,00	Pernoite - 200,00 Alimen. - 100,00

MARCO ANTONIO BERTRONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

EDUARDO BERTONCINI
Secretário Interino de Administração

2.554 - Autoriza Transferir Recursos Rede Feminina de Combate ao Câncer de Orleans

LEI N. 2.554 DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar recursos financeiros para a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Orleans, até o montante de R\$ 12.000,00(doze mil reais).

Parágrafo Único. O valor do repasse será de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), repassados para a Entidade em parcelas iguais de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo que o primeiro repasse se dará no mês de junho valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e os demais nos meses subsequentes.

Art.2.º A Entidade beneficiada com a presente Lei, fica obrigada a apresentar até o dia 31 de dezembro de 2013, a respectiva prestação de contas dos recursos repassados na forma da Lei, que deverá conter:

Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;

Comprovante de despesas;

Extrato bancário;

Conciliação bancária;

Outras informações pertinentes.

Art.3.º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art.4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 04 de junho de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativo.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

3.696 - Abre Credito Suplementar

DECRETO N.º 3.696 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.527 de 03 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01- Fundo Municipal de Assistência Social

2.028 - Manutenção das Atividades de Assistência Social

F.R. - 01.0186 - Transf. de Convênios Estado - Social

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 32.680,00

TOTAL R\$ 32.680,00

Art.2º. Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação do Convênio n. 2014TR 000639 com Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional na - SDR 21, na seguinte Rubrica Orçamentária:

4.2.4.7.2.99.01.00 - Convênio Estado - Social

F.R. - 01.0186 - Transf. de Convênios Estado - Social R\$ 32.680,00

TOTAL R\$ 32.680,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 02 de junho de 2014; 129º anos da Fundação e 100º anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

23 - Avis de Licitação Aquisição de Material de Higiene

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

Tipo : Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE LIMPEZA.

Recebimento dos Envelopes: até o dia 18/06/2014 às 08h45min horas.

Abertura das Propostas: dia 18/06/2014 às 09h00min horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, 13:30 às 17:30 (Atendimento ao Público) horas, pelo fone (048) 3886.0100, ou através do email licitacao@orleans.sc.gov.br

ORLEANS, 04 de Junho de 2014.

74 - Aviso de Licitação Máquinas Social

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PROJETOS SOCIAIS, DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS

Recebimento das Propostas: até o dia 18/06/2014 às 15h45minm.

Abertura das Propostas: dia 18/06/2014, às 16h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 04 de Junho de 2014.

Edital de Chamamento Processo Seletivo Nº005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº005/2014, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 005/2014, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº005/2014 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 005/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
Cristini Feltrin Canever	Professor	10h

Orleans, 04 de junho de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Edital de Chamamento Nº009/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº009/2013, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 009/2013, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282,

centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº009/2013 (disponível no sítio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 009/2013, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
Cintia Moraes Matos	Professor	40h

Orleans, 04 de junho de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Edital de Chamamento Nº010/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº010/2013, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 010/2013, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº010/2013 (disponível no sítio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 010/2013, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
Jesiane de Jesus Ricardo	Auxiliar de Serviços Gerais Femininos	40h

Orleans, 04 de junho de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato de Homologação Inscrição

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

PROCESSO SELETIVO Nº 0001/2014

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE OURO VERDE TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no Mural de Publicações do Município e site www.concurssos1.com.br, EDITAL QUE DIVULGA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, LOCAL DA PROVA OBJETIVA E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA.

Ouro Verde, 04 de junho de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 4.048, de 28 de Maio de 2014.

LEI Nº 4.048, DE 28 DE MAIO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Revoga a Lei nº 3.696, de 19 de julho de 2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 3.696, de 19 de julho de 2012, que denomina Via Pública a Servidão Valmira de Oliveira de Souza, por tratar-se de um terreno particular, localizada no Centro do Município de Palhoça.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 28 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra E Venda de Imóvel Nº 137/2006.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL Nº 137/2006.

Termo Aditivo que entre si celebram o Município de Palhoça e a empresa Trento Materiais de Construção Ltda.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, município de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, doravante denominado VENDEDOR, e, de outro lado, a empresa TRENTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ/MF sob o n. 80.967.193/0001-93, com endereço na Rua Cruz e Souza, s/n, Bairro Jardim Eldorado, no município de Palhoça/SC, representada neste ato pelo se presidente e/ou representante legal, Sr. JOCELITO PARIZI TRENTA, doravante denominado COMPRADOR, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.005, de 11 de março de 2005, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Clausula Primeira do Contrato de Compra e Venda de Imóvel nº 137/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA

O VENDEDOR é senhor e legítimo proprietário do terreno situado no Município de Palhoça cuja área “B”, “LOTE 03”, totaliza 7.920,00

m², resultante de desmembramento de área maior, matriculado no Registro de Imóveis sob o nº 28695, Livro 3S, em 26/11/1973, decorrente de doação autorizada pela Lei Municipal nº 2005, de 11/03/2005, através da liminar judicial emanada nos autos da Ação de Desapropriação, em tramite perante a 2ª Vara Cível de Palhoça/SC.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas permanecem inalteradas

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais.

Palhoça, 22 de maio de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

TRENTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
Jocelito Parizi Trento
Representante legal da empresa

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Palmitos

PREFEITURA

Processo 73/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 73/2014. Modalidade: Dispensa de licitação Nº 19/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE 250 (DUZENTAS E CINQUENTA) UNIDADES DE GUIA PARA JARDIM, MEDINDO 80CM X 20CM X 4CM, EM CONCRETO, DESTINADOS A DIVISÃO DE CANTEIROS. Contratada: Mauro Henrique Trentini. Vigência: 31/07/2014.

Palmitos 03/06/2014.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

Processo 74/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 74/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SEGURANÇA PRIVADA, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E ESTRUTURA DE PALCO, DIVULGAÇÃO POR MEIOS DE COMUNICAÇÃO E EQUIPE DE LIMPEZA PARA EVENTOS, CONFORME DESCRIÇÃO EM ANEXO. Data da entrega dos envelopes: 17/06/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 17/06/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 04 de Junho de 2014.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

Processo 75/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 75/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MUSICAIS, CONFORME DESCRIÇÃO EM ANEXO. Data da entrega dos envelopes: 23/06/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 23/06/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 04 de Junho de 2014.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 078/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2014. Objeto: Contratação de serviços de um Instrutor de Banda. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 18 de junho de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 18/06/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 04 de junho de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****Portaria Nº 220/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº220/2014

EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Nº 1609/2014 Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Fernanda Pereira Botega, brasileira, Ensino Médio Completo, residente e domiciliado na cidade de Paulo Lopes - SC, portadora do CPF nº 059.607.489-16, matrícula nº11031, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessora de Planejamento e Projetos de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 02 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 219/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº219 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 027/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Andressa Caroline Carneiro Pinheiro, brasileira, portadora do CPF nº 044.397.099-82, Ensino Superior Completo, matrícula nº11030, para atuar no Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/06/2014 até 30/08/2014, ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha**PREFEITURA****Decreto Nº 2045/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2045/2014

Nomeia: CRISLAINNY MERY FISCHER, ao cargo em comissão de COODERNADOR DE AGRICULTURA, da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 04 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2046/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2046/2014

Nomeia: ISABELA CAPO DOS SANTOS, ao cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE PESCA I, da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 04 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Aditivo Nº 107/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Termo Aditivo nº 107/2014 - PMP ao Contrato nº 104/2013 - PMP.

Contratada: A&C CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA - ME

Processo Licitatório: Processo Adm. nº 16/2013 - PMP modalidade Pregão Presencial Nº 08/2013 - PMP

Objeto: prestar serviços para a PREFEITURA, de procedimentos para Consulta, Raio X e Cirurgia de esterilização, com objetivo de continuar prestando assistência de atendimento e castração de cães e gatos no município de Penha. Os animais deverão ser retirados na secretaria de pesca e agricultura e após o procedimento e ou consulta devolvido na mesma secretaria.

Penha, 05 de junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Aditivo Nº 13/2014 Fumtur

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ADITIVO Nº 13/2014 - FUMTUR AO CONTRATO Nº 10/2014 -FUMTUR

CONTRATADA: JOSÉ CARLOS REINERT - ME

OBJETO: prestação de serviços de pintura do portal de entrada da cidade onde está sediada a secretaria de turismo.

ADITIVO: As quantidades previstas na Cláusula Primeira ficam alteradas, perfazendo um total de supressão do item 2, e acréscimo do item 07.

Penha, 04 de junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
PELA PREFEITURA

Decreto Nº 2047/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2047/2014

Nomeia: MARCOS VINICIUS DA SILVA, ao cargo em comissão de COORDENADOR DE FROTAS, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 04 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2048/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2048/2014

Nomeia: MOACIR EURICO DOS PASSOS, ao cargo em comissão de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 04 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão de Contrato
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido a pedido o Contrato nº 385/2013 - PMP, firmado entre a Sr. JULIANA ROSA JORGE e esta PREFEITURA, em 04 de junho de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 04 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Contrato Nº 339/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTRATO Nº 339/2014 - RH/PMP
Contratado (A): FABIO FERNANDOVITORINO PAZ DE LIMA, na função de Professor I - Projeto, início em 05/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 05 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2049/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2049/2014

Nomeia: JANAINA NEIDE DE SOUZA, ao cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, da escola Básica Municipal João Antônio Pinto, Secretaria Municipal de Saúde, percebendo uma gratificação de 25% (cinte e cinco), com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 04 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão de Contrato
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido a pedido o Contrato nº 328/2013 - PMP, firmado entre a Sra. LAURETE CRESCENCIO e esta PREFEITURA, em 04 de junho de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 04 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Contrato Nº 337/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO Nº 07/2013
CONTRATO Nº 337/2014 - RH/PMP
Contratado (A): LAURETE CRESCENCIO, na função de Servente/Merendeira, início em 05/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 05 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Contrato Nº 338/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO Nº 07/2013
CONTRATO Nº 338/2014 - RH/PMP
Contratado (A): JULIANA SUZENA DA SILVA, na função de Servente/Merendeira, início em 05/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 05 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 340/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 340/2014 AO CONTRATO Nº135/2014

Contratado (A) DAMARIS BEUTER DO PRADO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no E.B.M. João Antônio Pinto, no período de 05/06/2014 a 19/12/2014.

Penha/SC, 05 de junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 341/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2041/2014

Nomeia: CASSIA REGINA DE CAMARGO, ao cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO CEFIR I, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 03 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Peritiba**PREFEITURA****Resumo de Licitação 09/2014 FMS Errata**

ERRATA - Processo de Licitação 09/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA FMS

Onde se lê: "RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO"

Leia-se: "RESUMO DE INEXIGIBILIDADE"

Onde se lê: "Processo de Licitação 09/2014 - Dispensa de Licitação 01/2014."

Leia-se: "Processo de Licitação 09/2014 - Inexigibilidade 01/2014."

Município de Peritiba - SC em 04 de Junho de 2014.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Mun. de Saúde e Bem Estar Social

Resumo de Licitação 10/2014 FMS Errata

ERRATA - Processo de Licitação 10/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA FMS

Onde se lê: "RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO"

Leia-se: "RESUMO DE INEXIGIBILIDADE"

Onde se lê: "Processo de Licitação 10/2014 - Dispensa de Licitação 02/2014."

Leia-se: "Processo de Licitação 10/2014 - Inexigibilidade 02/2014."

Município de Peritiba - SC em 04 de Junho de 2014.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Mun. de Saúde e Bem Estar Social

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 4.017, de 30 de Maio de 2014

DECRETO Nº 4.017, DE 30 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica o Fundo Municipal de Saúde, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 33.684,68 (Trinta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com qualidade

Atividade: 2053 - Manutenção Piso Atenção Básica (Estado)

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 0364

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o recurso de R\$ 33.684,68 (Trinta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2013, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. Co-financiamento Estadual.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
EM 30 DE MAIO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

LRF 1º Bimestre 2014 LRF, Art. 48 - Anexo 14**Município de Pinheiro Preto - SC**SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Jan a Fev/2014	Até Fev/2014	
RECEITAS			
Previsão inicial	-----	13.423.924,00	
Previsão atualizada	-----	13.423.924,00	
Receitas realizadas	2.629.982,84	2.629.982,84	
Déficit Orçamentário	-----	0,00	
Saldo de exercícios anteriores (Utilizados para créditos adicionais)	-----	734.743,56	
DESPESAS			
Dotação Inicial	-----	13.423.924,00	
Créditos Adicionais	-----	802.450,21	
Dotação Atualizada	-----	14.226.374,21	
Despesas empenhadas	3.107.216,68	3.107.216,68	
Despesas liquidadas	1.848.571,53	1.848.571,53	
Superávit Orçamentário	-----	781.411,31	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Jan a Fev/2014	Até Fev/2014	
Despesas empenhadas	3.107.216,68	3.107.216,68	
Despesas liquidadas	1.848.571,53	1.848.571,53	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até Fev/2014	
Receita Corrente Líquida		11.710.236,74	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Jan a Fev/2014	Até Fev/2014	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas previdenciárias realizadas (IV)	216.228,50	216.228,50	
Despesas previdenciárias liquidadas (V)	85.049,44	85.049,44	
Resultado previdenciário (VI) = (IV - V)	131.179,06	131.179,06	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o bimestre	% em Relação à Meta
	(a)	(b)	(b/a)
Resultado Nominal	450.000,00	-2.368.103,53	-526,25
Resultado Primário	88.098,00	667.971,14	758,21

Continua 1 / 2

Município de Pinheiro Preto - SC

SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	34.378,83	0,00	34.378,83	0,00
Poder Executivo	34.378,83	0,00	34.378,83	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	34.378,83	0,00	34.378,83	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Fev/2014	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Fev/2014	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na MDE		521.432,72	25,00	24,29
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		51.904,95	60,00	27,44
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Fev/2014	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Fev/2014	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		329.861,21	0,00	15,37
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0042) LRF 2014 (04.00.11.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 03/06/2014
Hora de emissão: 17:31

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

LRF 1º Bimestre 2014 RREO - Anexo 12**Município de Pinheiro Preto - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro/2014

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	432.700,00	432.700,00	40.658,99	9,40
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	94.000,00	94.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	1.702,27	2,84
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	130.000,00	130.000,00	18.465,40	14,20
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140.000,00	140.000,00	17.713,20	12,65
Imposto Territorial Ruaral - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	1.500,00	1.500,00	115,34	7,69
Dívida Ativa de Impostos	5.000,00	5.000,00	1.860,86	37,22
Multas e Juros de Mora e Outros Encargos Dívida Ativa	2.200,00	2.200,00	801,92	36,45
RECEITAS DE TRANSFÊRENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.013.000,00	11.013.000,00	2.106.090,58	19,12
Cota-parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	1.230.024,26	20,16
Cota-parte ITR	3.000,00	3.000,00	6,15	0,21
Cota-parte do IPVA	420.000,00	420.000,00	60.747,61	14,46
Cota-parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	799.741,08	18,18
Cota-parte do IPI - Exportação	64.000,00	64.000,00	12.106,56	18,92
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos de Transferências Constitucionais	26.000,00	26.000,00	3.464,92	13,33
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.000,00	26.000,00	3.464,92	13,33
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.445.700,00	11.445.700,00	2.146.749,57	18,76
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	462.004,00	462.004,00	59.820,89	12,95
Proveniente da União	419.002,00	419.002,00	54.546,92	13,02
Proveniente dos Estados	43.002,00	43.002,00	5.273,97	12,26
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	462.004,00	462.004,00	59.820,89	12,95

Continua 1 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.732.655,00	2.736.686,26	734.399,70	26,84	382.145,55	13,96
Pessoal e encargos sociais	1.352.000,00	1.352.000,00	189.756,73	14,04	187.508,49	13,87
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	1.380.655,00	1.384.686,26	544.642,97	39,33	194.637,06	14,06
DESPESAS DE CAPITAL	83.205,00	168.342,00	73.211,99	43,49	4.300,00	2,55
Investimentos	83.205,00	168.342,00	73.211,99	43,49	4.300,00	2,55
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (IV)	2.815.860,00	2.905.028,26	807.611,69	27,80	386.445,55	13,30

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf x 100)	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg x 100)
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	464.904,00	554.072,26	126.231,70	15,63	56.584,34	14,64
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	464.904,00	554.072,26	126.231,70	15,63	56.584,34	14,64
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDUALMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELAS DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	464.904,00	554.072,26	126.231,70	15,63	56.584,34	14,64

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.350.956,00	2.350.956,00	681.379,99	28,98	329.861,21	14,03
--	---------------------	---------------------	-------------------	--------------	-------------------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIIi / IIIf x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	15,37
---	--------------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIIi - (15 x IIIf)/100]	7.848,77
--	-----------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)					RS 1,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2014		0,00	0,00
Inscritos em 2013		0,00	0,00
Inscritos em 2012		0,00	0,00
Inscritos em 2011		0,00	0,00
Inscritos em 2010		0,00	0,00
Anteriores a 2010		0,00	0,00
Total (VIII)		0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2013		0,00	0,00
Inscritos em 2012		0,00	0,00
Inscritos em 2011		0,00	0,00
Inscritos em 2010		0,00	0,00
Inscritos em 2009		0,00	0,00
Anteriores a 2009		0,00	0,00
Total (IX)		0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m)x 100
Atenção Básica	2.773.559,00	2.862.727,26	804.840,69	99,66	385.274,55	99,70
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	20.200,00	20.200,00	1.738,00	0,22	138,00	0,04
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	1.033,00	0,13	1.033,00	0,27
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)						R\$ 1,00
Outras subfunções	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.815.860,00	2.905.028,26	807.611,69	100,00	386.445,55	100,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0042) LRF 2014 (04.00.11.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 03/06/2014
Hora de emissão: 17:16

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último
- ² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
- ⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23da LC 141/2012.

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

LRF 1º Bimestre 2014 RREO - Anexo 08**Município de Pinheiro Preto - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
1-Receita de impostos	432.700,00	432.700,00	40.658,99	40.658,99	9,40
1.1-Receita resultante do IPTU	101.000,00	101.000,00	2.662,78	2.662,78	2,64
1.1.1-IPTU	94.000,00	94.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	1.860,86	1.860,86	46,52
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	801,92	801,92	40,10
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.2-Receita resultante do ITBI	60.000,00	60.000,00	1.702,27	1.702,27	2,84
1.2.1-ITBI	60.000,00	60.000,00	1.702,27	1.702,27	2,84
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.3-Receita resultante do ISS	131.700,00	131.700,00	18.580,74	18.580,74	14,11
1.3.1-ISS	130.000,00	130.000,00	18.465,40	18.465,40	14,20
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	500,00	500,00	115,34	115,34	23,07
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.4-Receita resultante do IRRF	140.000,00	140.000,00	17.713,20	17.713,20	12,65
1.4.1-IRRF	140.000,00	140.000,00	17.713,20	17.713,20	12,65
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	11.013.000,00	11.013.000,00	2.106.090,58	2.106.090,58	19,12
2.1-Cota Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	20,16
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.100.000,00	6.100.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	20,16
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	799.741,08	799.741,08	18,18
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	26.000,00	26.000,00	3.464,92	3.464,92	13,33
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	12.106,56	12.106,56	18,92
2.5-Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	6,15	6,15	0,21
2.6-Cota-Parte IPVA	420.000,00	420.000,00	60.747,61	60.747,61	14,46
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	11.445.700,00	11.445.700,00	2.146.749,57	2.146.749,57	18,76

Continua 1 / 5

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1-Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	30.400,00	30.400,00	14.721,97	14.721,97	48,43
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	30.400,00	30.400,00	14.721,97	14.721,97	48,43

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.202.600,00	2.202.600,00	421.217,67	421.217,67	19,12
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	246.004,78	246.004,78	20,16
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	880.000,00	880.000,00	159.948,02	159.948,02	18,18
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	5.200,00	5.200,00	692,98	692,98	13,33
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	2.421,31	2.421,31	18,92
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	1,23	1,23	0,21
10.6-Cota Parte IPVA (20% de 2.6)	84.000,00	84.000,00	12.149,35	12.149,35	14,46
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.045.000,00	1.045.000,00	189.143,26	189.143,26	18,10
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.040.000,00	1.040.000,00	188.906,28	188.906,28	18,16
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	236,98	236,98	4,74
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.162.600,00	-1.162.600,00	-232.311,39	-232.311,39	19,98

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRASNSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100

Continua 2 / 5

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)					R\$ 1,00
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	836.000,00	836.000,00	51.904,95	51.904,95	6,21
13.1-Com Educação Infantil	107.000,00	107.000,00	9.168,60	9.168,60	8,57
13.2-Com Ensino Fundamental	729.000,00	729.000,00	42.736,35	42.736,35	5,86
14-OUTRAS DESPESAS	209.000,00	210.932,78	22.490,13	22.490,13	10,66
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	209.000,00	210.932,78	22.490,13	22.490,13	10,66
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.045.000,00	1.046.932,78	74.395,08	74.395,08	7,11

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
16.1- FUNDEB 60%					0,00
16.2- FUNDEB 40%					0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					1.932,78
17.1- FUNDEB 60%					0,00
17.2- FUNDEB 40%					1.932,78
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					1.932,78
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹					72.462,30
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					27,44
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					10,87
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					61,69
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					1.932,78
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					1.932,78

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³	2.861.425,00	2.861.425,00	536.687,39	536.687,39	18,76
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	202.001,00	504.044,57	23.589,50	23.589,50	4,68
23.1-Creche	112.001,00	414.044,57	11.663,60	11.663,60	2,82
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	107.000,00	107.000,00	9.168,60	9.168,60	8,57
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	5.001,00	307.044,57	2.495,00	2.495,00	0,81
23.2-Pré-escola	90.000,00	90.000,00	11.925,90	11.925,90	13,25
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	90.000,00	90.000,00	11.925,90	11.925,90	13,25
24-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	2.061.627,00	2.092.572,32	267.701,59	267.701,59	12,79
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	938.000,00	939.932,78	65.226,48	65.226,48	6,94
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.123.627,00	1.152.639,54	202.475,11	202.475,11	17,57
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-Ensino Profissional não integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 5

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28) 2.284.628,00 2.617.616,89 291.291,09 291.291,09 11,13

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	-232.311,39
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)	236,98
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	1.932,78
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	0,00
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem dispon financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino ⁴	0,00
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)	0,00
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-230.141,63
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	521.432,72
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %	24,29

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	1.244.628,00	1.575.684,11	217.932,01	217.932,01	13,83
41-Custeadas com contrib social salário-educação	110.500,00	130.583,73	1.864,00	1.864,00	1,43
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	60.000,00	60.000,00	5.600,00	5.600,00	9,33
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	1.415.128,00	1.766.267,84	225.396,01	225.396,01	12,76
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	3.699.756,00	4.383.884,73	516.687,10	516.687,10	11,79

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1.932,78	0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	188.906,28	0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	64.079,00	0,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ empenhos extras)	64.079,00	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ empenhos extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	236,98	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	126.997,04	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0042) LRF 2014 (04.00.11.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 03/06/2014
Hora de emissão: 17:04

Continua 4 / 5

Município de Pinheiro Preto - SC

*RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro*

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

- 1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 3 Caput do art. 212 da CF/1988
- 4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

LRF 1º Bimestre 2014 RREO - Anexo 07

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 07 (LRF, Art. 53, inciso V)		R\$ 1,00									
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.378,83	34.378,83	34.378,83	0,00	0,00
EXECUTIVO											
Município de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.378,83	34.378,83	34.378,83	0,00	0,00
LEGISLATIVO											
Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTO) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I +II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.378,83	34.378,83	34.378,83	0,00	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0042) LRF 2014 (04.00.11.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 03/06/2014
Hora de emissão: 16:58

Euzébio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

LRF 1º Bimestre 2014 RREO - Anexo 06**Município de Pinheiro Preto - SC**

*RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro*

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.124.000,00	2.247.855,66	2.247.855,66	0,00
Receitas tributárias	578.000,00	55.078,09	55.078,09	0,00
IPTU	94.000,00	0,00	0,00	0,00
ISS	130.000,00	18.465,40	18.465,40	0,00
ITBI	60.000,00	1.702,27	1.702,27	0,00
IRRF	140.000,00	17.713,20	17.713,20	0,00
Outras Receitas Tributárias	154.000,00	17.197,22	17.197,22	0,00
Receitas de Contribuições	1.299.800,00	149.673,43	149.673,43	0,00
Receitas Previdenciárias	1.067.800,00	115.522,93	115.522,93	0,00
Outras Receitas Contribuições	232.000,00	34.150,50	34.150,50	0,00
Receita Patrimonial Líquida	40.000,00	3.799,78	3.799,78	0,00
Receita patrimonial	339.900,00	125.625,23	125.625,23	0,00
(-) Aplicações Financeiras	299.900,00	121.825,45	121.825,45	0,00
Transferências Correntes	11.014.400,00	2.011.120,48	2.011.120,48	0,00
FPM	4.880.000,00	984.019,48	984.019,48	0,00
ICMS	3.520.000,00	639.793,06	639.793,06	0,00
Convênios	110.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.504.400,00	387.307,94	387.307,94	0,00
Demais Receitas Correntes	191.800,00	28.183,88	28.183,88	0,00
Dívida Ativa	7.500,00	10.998,11	10.998,11	0,00
Diversas Receitas Correntes	184.300,00	17.185,77	17.185,77	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	24,00	260.301,73	260.301,73	0,00
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	56.102,47	56.102,47	0,00
Transferências de Capital	22,00	204.199,26	204.199,26	0,00
Convênios	22,00	204.199,26	204.199,26	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	22,00	204.199,26	204.199,26	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	13.124.022,00	2.452.054,92	2.452.054,92	0,00

Continua 1 / 2

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.573.582,67	1.701.120,38	1.701.120,38	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.887.452,78	874.559,78	874.559,78	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	68.000,00	14.129,17	14.129,17	0,00
Outras despesas Correntes	5.618.129,89	812.431,43	812.431,43	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	12.505.582,67	1.686.991,21	1.686.991,21	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.462.991,54	147.451,15	147.451,15	0,00
Investimentos	1.141.991,54	97.092,57	97.092,57	0,00
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	320.000,00	50.358,58	50.358,58	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	1.142.991,54	97.092,57	97.092,57	0,00
Reserva de Contingência (XVI)	189.800,00	-----	-----	-----
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	13.838.374,21	1.784.083,78	1.784.083,78	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-714.352,21	667.971,14	667.971,14	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-----	-----	734.743,56 D	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			88.098,00	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0042) LRF 2014 (04.00.11.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 03/06/2014
Hora de emissão: 16:53

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

LRF 1º Bimestre 2014 RREO - Anexo 05**Município de Pinheiro Preto - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	666.053,03	666.053,03	615.727,45
Deduções (II)	1.115.738,47	1.115.738,47	3.433.516,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.115.738,47	1.115.738,47	3.431.594,40
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	1.922,02
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-449.685,44	-449.685,44	-2.817.788,97
Receita de Privatizações (IV)		0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-449.685,44	-449.685,44	-2.817.788,97

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-2.368.103,53	-2.368.103,53

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	450.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	1.704.615,31	1.704.615,31	1.704.615,31
Passivo Atuarial	0,00	0,00	1.704.615,31
Demais Dívidas	1.704.615,31	1.704.615,31	0,00
Deduções (VIII)	3.963.025,60	3.963.025,60	4.038.877,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.963.025,60	3.963.025,60	0,00
Investimentos	0,00	0,00	4.038.877,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	-2.258.410,29	-2.258.410,29	-2.334.262,58
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	-2.258.410,29	-2.258.410,29	-2.334.262,58

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0042) LRF 2014 (04.00.11.0001)

Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto

Data de emissão: 03/06/2014

Hora de emissão: 16:51

Continua 1 / 2

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

LRF 1º Bimestre 2014 RREO - Anexo 04**Município de Pinheiro Preto - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)

PLANO FINANCEIRO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	450.000,00	450.000,00	149.842,92	149.842,92	36.024,86
RECEITAS CORRENTES	450.000,00	450.000,00	149.842,92	149.842,92	36.024,86
Receitas de contribuições dos segurados	250.000,00	250.000,00	49.137,35	49.137,35	17.406,91
Pessoal Civil	250.000,00	250.000,00	49.137,35	49.137,35	17.406,91
Ativo	250.000,00	250.000,00	49.137,35	49.137,35	17.406,91
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	120.000,00	120.000,00	94.866,51	94.866,51	13.360,85
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de valores mobiliários	120.000,00	120.000,00	94.866,51	94.866,51	13.360,85
Outras receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	80.000,00	80.000,00	5.839,06	5.839,06	5.257,10
Compensação previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas correntes	80.000,00	80.000,00	5.839,06	5.839,06	5.257,10
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens, direitos e ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	817.800,00	817.800,00	66.385,58	66.385,58	26.731,36
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)	1.267.800,00	1.267.800,00	216.228,50	216.228,50	62.756,22

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
DESPESAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (IV)	945.000,00	945.000,00	85.049,44	85.049,44	63.703,46
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	945.000,00	945.000,00	85.049,44	85.049,44	63.703,46
Pessoal Civil	0,00	0,00	81.616,06	81.616,06	63.703,46
Aposentadorias	0,00	0,00	69.436,50	69.436,50	52.407,26
Pensões	0,00	0,00	12.179,56	12.179,56	11.296,20
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 3

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)

PLANO FINANCEIRO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

Outras despesas previdenciárias	945.000,00	945.000,00	3.433,38	3.433,38	0,00
Compensação prev. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	945.000,00	945.000,00	3.433,38	3.433,38	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	945.000,00	945.000,00	85.049,44	85.049,44	63.703,46
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	322.800,00	322.800,00	131.179,06	131.179,06	-947,24

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	177.800,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Bimestre anterior	Período de Referência	
		2014	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos conta movimento	2.855,80 D	0,00	2.855,80 D
Investimentos	3.960.169,80 D	4.038.877,89 D	3.960.169,80 D
Outros bens e direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	817.800,00	817.800,00	66.385,58	66.385,58	26.731,36
Receita de Contribuições	817.800,00	817.800,00	66.385,58	66.385,58	26.731,36
Patronal	817.800,00	817.800,00	66.385,58	66.385,58	26.731,36
Pessoal Civil	817.800,00	817.800,00	66.385,58	66.385,58	26.731,36
Ativo	817.800,00	817.800,00	66.385,58	66.385,58	26.731,36
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para cobertura déficit atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)

PLANO FINANCEIRO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

Em regime débito e parcelamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI) = (VIII + IX - X)	817.800,00	817.800,00	66.385,58	66.385,58	26.731,36

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0042) LRF 2014 (04.00.11.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 03/06/2014
Hora de emissão: 16:46

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

LRF 1º Bimestre 2014 RREO - Anexo 03

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Março/2013 a Fevereiro/2014

Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses										R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO		Março/2013	Abril/2013	Maió/2013	Junho/2013	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013		
RECEITAS CORRENTES (I)										
Receitas tributárias		954.427,00	1.137.872,76	1.225.944,67	1.097.746,84	991.162,05	1.074.327,46	1.145.522,15		
IPTU		48.401,13	134.062,30	53.598,39	41.141,46	45.433,28	29.036,93	26.299,63		
ISS		5.873,75	69.087,48	4.643,11	2.212,33	2.780,61	583,73	627,79		
ITBI		14.053,76	6.958,50	6.360,19	16.242,42	5.887,17	7.111,71	8.922,64		
IRRF		6.253,32	980,85	13.996,91	6.139,24	2.541,69	1.404,82	1.110,40		
Outras receitas tributárias		12.307,78	13.083,89	12.805,67	11.821,48	12.175,89	11.596,12	12.377,13		
Receita de contribuições		9.912,52	43.951,58	15.792,51	4.725,99	22.047,92	8.340,55	3.261,67		
Receita Patrimonial		28.697,68	29.964,10	32.314,69	31.074,11	31.063,64	31.303,84	32.242,46		
Receita Agropecuária		31.103,41	-7.899,35	18.409,31	20.802,84	45.828,17	25.645,33	49.591,61		
Receita Industrial		60,00	90,00	60,00	96,00	30,00	60,00	90,00		
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências Correntes		1.310,00	3.225,00	2.517,00	3.300,00	2.150,00	4.030,00	6.390,00		
Cota-Parte FPM		835.095,65	939.118,83	1.110.485,57	995.164,52	857.870,40	974.819,26	1.022.978,04		
Cota-Parte do ICMS		355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29		
Cota-Parte do IPVA		300.202,46	361.977,76	359.725,27	336.948,77	334.475,35	350.688,65	372.601,58		
Cota-Parte do ITR		37.085,82	37.053,60	43.412,69	45.784,42	53.619,34	44.263,19	36.369,65		
Transferências da LC 87/1996		0,00	0,00	26,10	0,00	0,00	0,00	359,85		
Transferências da LC 61/1989		0,00	6.586,37	1.646,59	1.646,59	1.646,59	1.646,59	1.646,59		
Transferências do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências correntes		70.548,28	82.281,90	86.727,75	78.325,59	75.858,40	81.872,24	82.529,96		
Outras receitas correntes		71.445,13	69.438,85	70.380,70	74.794,21	66.354,90	70.218,82	176.792,12		
DEDUÇÕES (II)		9.759,13	39.311,88	8.559,71	6.167,91	8.786,56	9.432,10	7.930,41		
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		164.314,31	183.874,38	220.047,60	197.095,59	171.896,85	193.530,77	182.630,86		
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.		24.845,07	25.616,51	28.325,54	27.596,54	27.691,72	27.836,19	28.854,59		
Dedução de receita para formação do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)		139.469,24	158.257,87	191.722,06	169.499,05	144.205,13	165.694,58	153.776,27		
		790.112,69	953.998,38	1.005.897,07	900.651,25	819.265,20	880.796,69	962.891,29		

Continua 1 / 3

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Março/2013 a Fevereiro/2014

Continuação

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2014
	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.056.177,06	1.208.363,43	1.515.059,14	1.314.191,63	1.410.321,57	14.131.115,76	14.808.700,00
Receitas tributárias	27.252,14	28.021,15	28.866,34	21.160,50	33.917,59	517.190,84	578.000,00
IPTU	265,49	1.437,10	1.124,36	0,00	0,00	88.635,75	94.000,00
ISS	6.722,93	7.780,96	-715,91	11.455,84	7.009,56	97.789,77	130.000,00
ITBI	3.175,04	2.530,44	0,00	1.702,27	0,00	39.834,98	60.000,00
IRRF	13.620,16	13.008,23	25.167,23	1.700,35	16.012,85	155.676,78	140.000,00
Outras receitas tributárias	3.468,52	3.264,42	3.290,66	6.302,04	10.895,18	135.253,56	154.000,00
Receita de contribuições	33.192,59	14.981,28	78.578,38	39.189,46	44.098,39	426.700,62	482.000,00
Receita Patrimonial	43.053,63	29.749,05	22.663,08	27.394,22	98.231,01	404.572,31	339.900,00
Receita Agropecuária	120,00	30,00	0,00	0,00	0,00	636,00	1.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.040,00	5.307,00	6.275,00	2.660,00	1.125,00	42.329,00	30.000,00
Transferências Correntes	938.470,62	1.108.483,36	1.366.869,87	1.212.550,20	1.219.787,95	12.581.694,27	13.217.000,00
Cota-Parte FPM	352.683,71	490.575,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	5.427.827,11	6.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	362.257,71	397.812,48	396.125,55	409.591,17	390.149,91	4.372.556,66	4.400.000,00
Cota-Parte do IPVA	38.281,76	38.450,27	7.075,67	28.655,37	32.092,24	442.144,02	420.000,00
Cota-Parte do ITR	863,08	12,83	6,00	6,15	0,00	1.274,01	3.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.646,59	1.646,59	1.646,59	1.732,46	1.732,46	23.224,01	26.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	6.556,05	5.550,51	12.106,56	64.000,00
Transferências do FUNDEB	80.196,06	90.273,37	89.807,51	95.559,49	93.346,79	1.007.327,34	1.040.000,00
Outras Transferências correntes	102.541,71	89.711,94	366.214,89	75.618,15	61.723,14	1.295.234,56	1.164.000,00
Outras receitas correntes	10.048,08	21.791,59	11.806,47	11.237,25	13.161,63	157.992,72	160.800,00
DEDUÇÕES (II)	181.247,34	197.775,80	258.110,50	239.120,45	231.234,57	2.420.879,02	2.452.600,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	28.983,59	10.836,85	74.616,42	30.846,18	18.291,17	354.340,37	250.000,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	152.263,75	186.938,95	183.494,08	208.274,27	212.943,40	2.066.538,65	2.202.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	874.929,72	1.010.587,63	1.256.948,64	1.075.071,18	1.179.087,00	11.710.236,74	12.356.100,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Intraorçamentárias.

Continua 2 / 3

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Março/2013 a Fevereiro/2014

Continuação

R\$ 1,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0042) LRF 2014 (04.00.11.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 03/06/2014
Hora de emissão: 16:44

Euzébio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rebuska Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controlador Interno

LRF 1º Bimestre 2014 RREO - Anexo 02

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")		DESPESAS EMPENHADAS					DESPESAS LIQUIDADAS			RS 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	No Bimestre	Até o Bimestre (b/a)	%	SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre							
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (I)	12.606.124,00	13.400.474,21	3.041.996,34	3.041.996,34	1.783.351,19	1.783.351,19	96,47	13,31	11.617.123,02		
LEGISLATIVA	566.200,00	566.200,00	64.897,32	64.897,32	64.897,32	64.897,32	3,51	11,46	501.302,68		
Ação Legislativa	566.200,00	566.200,00	64.897,32	64.897,32	64.897,32	64.897,32	3,51	11,46	501.302,68		
ADMINISTRAÇÃO	1.915.000,00	2.021.661,00	582.843,78	582.843,78	295.788,81	295.788,81	16,00	14,63	1.725.872,19		
Administração Geral	1.915.000,00	2.021.661,00	582.843,78	582.843,78	295.788,81	295.788,81	16,00	14,63	1.725.872,19		
SEGURANÇA PÚBLICA	47.400,00	65.896,74	11.137,45	11.137,45	1.658,62	1.658,62	0,09	2,52	64.238,12		
Policimento	18.900,00	20.361,00	8.631,20	8.631,20	1.232,37	1.232,37	0,07	6,05	19.128,63		
Defesa Civil	28.500,00	45.535,74	2.506,25	2.506,25	426,25	426,25	0,02	0,94	45.109,49		
ASSISTÊNCIA SOCIAL	767.202,00	817.195,04	135.207,79	135.207,79	74.906,35	74.906,35	4,05	9,17	742.288,69		
Assistência à Criança e Ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00		
Assistência Comunitária	757.202,00	807.195,04	135.207,79	135.207,79	74.906,35	74.906,35	4,05	9,28	732.288,69		
PREVIDÊNCIA SOCIAL	950.000,00	950.000,00	85.049,44	85.049,44	85.049,44	85.049,44	4,60	8,95	864.950,56		
Previdência Do Regime Estatutário	950.000,00	950.000,00	85.049,44	85.049,44	85.049,44	85.049,44	4,60	8,95	864.950,56		
SAÚDE	2.625.960,00	2.715.128,26	806.809,83	806.809,83	385.643,69	385.643,69	20,86	14,20	2.329.484,57		
Atenção Básica	2.583.659,00	2.672.827,26	804.038,83	804.038,83	384.472,69	384.472,69	20,80	14,38	2.288.354,57		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00		
Vigilância Sanitária	20.200,00	20.200,00	1.738,00	1.738,00	138,00	138,00	0,01	0,68	20.062,00		
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	1.033,00	1.033,00	1.033,00	1.033,00	0,06	8,61	10.967,00		
Abastecimento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00		
EDUCAÇÃO	2.095.628,00	2.428.616,89	409.772,11	409.772,11	278.059,73	278.059,73	15,04	11,45	2.150.557,16		
E ensino Fundamental	1.842.627,00	1.873.572,32	332.062,83	332.062,83	250.071,07	250.071,07	13,53	13,35	1.623.501,25		
E ensino Superior	60.000,00	60.000,00	5.600,00	5.600,00	5.600,00	5.600,00	0,30	9,33	54.400,00		
Educação Infantil	172.001,00	474.044,57	72.109,28	72.109,28	22.388,66	22.388,66	1,21	4,72	451.655,91		
Educação Especial	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00		
CULTURA	122.500,00	122.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.500,00		
Difusão Cultural	122.500,00	122.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.500,00		
URBANISMO	263.904,00	353.492,41	60.628,38	60.628,38	41.724,86	41.724,86	2,26	11,80	311.767,55		
Infra-estrutura Urbana	38.004,00	127.592,41	17.450,71	17.450,71	17.450,71	17.450,71	0,94	13,68	110.141,70		

Continua 1 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	
RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
R\$ 1,00									
Serviços Urbanos		225.900,00	225.900,00	43.177,67	43.177,67	24.274,15	24.274,15	1,31	10,75
HABITAÇÃO		20.001,00	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana		20.001,00	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO		5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano		5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL		3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental		3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA		558.002,00	558.002,00	123.623,64	123.623,64	94.252,00	94.252,00	5,10	16,89
Extensão Rural		538.000,00	538.000,00	123.623,64	123.623,64	94.252,00	94.252,00	5,10	17,52
Promoção Da Produção Agropecuária		20.002,00	20.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA		5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial		5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS		10.000,00	10.000,00	2.649,26	2.649,26	2.599,36	2.599,36	0,14	25,99
Turismo		10.000,00	10.000,00	2.649,26	2.649,26	2.599,36	2.599,36	0,14	25,99
TRANSPORTE		1.836.524,00	1.943.977,87	645.514,51	645.514,51	348.864,99	348.864,99	18,87	17,95
Transporte Rodoviário		1.836.524,00	1.943.977,87	645.514,51	645.514,51	348.864,99	348.864,99	18,87	17,95
DESPORTO E LAZER		102.001,00	102.001,00	21.667,52	21.667,52	17.710,71	17.710,71	0,96	17,36
Desporto Comunitário		102.001,00	102.001,00	21.667,52	21.667,52	17.710,71	17.710,71	0,96	17,36
ENCARGOS ESPECIAIS		523.000,00	523.000,00	92.195,31	92.195,31	92.195,31	92.195,31	4,99	17,63
Outros Encargos Especiais		523.000,00	523.000,00	92.195,31	92.195,31	92.195,31	92.195,31	4,99	17,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		189.800,00	189.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva De Contingência		189.800,00	189.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		817.800,00	825.900,00	65.220,34	65.220,34	65.220,34	65.220,34	3,53	7,90
TOTAL (III) = (I + II)		13.423.924,00	14.226.374,21	3.107.216,68	3.107.216,68	1.848.571,53	1.848.571,53	100,00	12,99

Continua 2 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")				R\$ 1,00				
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	

Euzebio Calisto Vleceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

LRF 1º Bimestre 2014 RREO - Anexo 01

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO	
			No Bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.606.124,00	12.606.124,00	2.563.597,26	20,34	2.563.597,26	20,34	10.042.526,74	
Receitas Correntes	12.606.100,00	12.606.100,00	2.303.295,53	18,27	2.303.295,53	18,27	10.302.804,47	
Receta Tributária	578.000,00	578.000,00	55.078,09	9,53	55.078,09	9,53	522.921,91	
Impostos	424.000,00	424.000,00	37.880,87	8,93	37.880,87	8,93	386.119,13	
Taxas	124.000,00	124.000,00	17.197,22	13,87	17.197,22	13,87	106.802,78	
Contribuição de Melhoria	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Receitas de Contribuições	482.000,00	482.000,00	83.287,85	17,28	83.287,85	17,28	398.712,15	
Contribuições Sociais	430.000,00	430.000,00	74.940,53	17,43	74.940,53	17,43	355.059,47	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	52.000,00	52.000,00	8.347,32	16,05	8.347,32	16,05	43.652,68	
Receta Patrimonial	339.900,00	339.900,00	125.625,23	36,96	125.625,23	36,96	214.274,77	
Recetas Imobiliárias	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
Recetas de Valores Mobiliários	299.900,00	299.900,00	121.825,45	40,62	121.825,45	40,62	178.074,55	
Outras Receitas Patrimoniais	38.000,00	38.000,00	3.799,78	10,00	3.799,78	10,00	34.200,22	
Receta Agropecuária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Receta de Serviços	30.000,00	30.000,00	3.785,00	12,62	3.785,00	12,62	26.215,00	
Transferências Correntes	11.014.400,00	11.014.400,00	2.011.120,48	18,26	2.011.120,48	18,26	9.003.279,52	
Transferências Intergovernamentais	10.904.400,00	10.904.400,00	2.011.120,48	18,44	2.011.120,48	18,44	8.893.279,52	
Transferências de Convênios	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	
Outras Receitas Correntes	160.800,00	160.800,00	24.398,88	15,17	24.398,88	15,17	136.401,12	
Multas e Juros de Mora	22.400,00	22.400,00	3.036,24	13,55	3.036,24	13,55	19.363,76	
Indenizações e Restituições	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	
Receta da Dívida Ativa	7.500,00	7.500,00	10.998,11	146,64	10.998,11	146,64	-3.498,11	
Receitas Diversas	125.400,00	125.400,00	10.364,53	8,27	10.364,53	8,27	115.035,47	
Receitas de Capital	24,00	24,00	260.301,73	1.084,590	260.301,73	1.084,590	-260.277,73	
Operações de Crédito	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Operações de Crédito Internas	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Alienação de Bens	0,00	0,00	56.102,47	0,00	56.102,47	0,00	-56.102,47	

Continua 1 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação									
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									R\$ 1,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	25.150,00	0,00	25.150,00	0,00	0,00	0,00	-25.150,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	30.952,47	0,00	30.952,47	0,00	0,00	0,00	-30.952,47
Transferências de Capital	22,00	22,00	204.199,26	928.178,4	204.199,26	928.178,4	204.199,26	928.178,4	-204.177,26
Transferências de Convênios	22,00	22,00	204.199,26	928.178,4	204.199,26	928.178,4	204.199,26	928.178,4	-204.177,26
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	817.800,00	817.800,00	66.385,58	8,12	66.385,58	8,12	66.385,58	8,12	751.414,42
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.423.924,00	13.423.924,00	2.629.982,84	19,59	2.629.982,84	19,59	2.629.982,84	19,59	10.793.941,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)									
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.423.924,00	13.423.924,00	2.629.982,84	19,59	2.629.982,84	19,59	2.629.982,84	19,59	10.793.941,16
DÉFICIT (VI)							0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.423.924,00	13.423.924,00	2.629.982,84	19,59	2.629.982,84				
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(Utilizados para créditos adicionais)									
Superavit Financeiro					734.743,56		734.743,56		
Reabertura de créditos adicionais							0,00		
Continua 2 / 4									

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	12.606.124,00	794.350,21	13.400.474,21	3.041.996,34	3.041.996,34	1.783.351,19	1.783.351,19	13,31	11.617.123,02
Despesas Correntes	11.657.500,00	90.182,67	11.747.682,67	2.710.806,89	2.710.806,89	1.635.900,04	1.635.900,04	13,93	10.111.782,63

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)	R\$ 1,00									
Pessoal e Encargos Sociais	6.032.220,00	29.332,78	6.061.552,78	823.789,77	823.789,77	809.339,44	809.339,44	13,35	809.339,44	13,35
Juros e Encargos da Dívida	68.000,00	0,00	68.000,00	14.129,17	14.129,17	14.129,17	14.129,17	20,78	14.129,17	20,78
Outras Despesas Correntes	5.557.280,00	60.849,89	5.618.129,89	1.872.887,95	1.872.887,95	812.431,43	812.431,43	14,46	812.431,43	14,46
Despesas de Capital	758.824,00	704.167,54	1.462.991,54	331.189,45	331.189,45	147.451,15	147.451,15	10,08	147.451,15	10,08
Investimentos	437.824,00	704.167,54	1.141.991,54	280.830,87	280.830,87	97.092,57	97.092,57	8,50	97.092,57	8,50
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	320.000,00	0,00	320.000,00	50.358,58	50.358,58	50.358,58	50.358,58	15,74	50.358,58	15,74
Reserva de Contingência	189.800,00	0,00	189.800,00	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Reserva de Contingência	189.800,00	0,00	189.800,00	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN.) (IX)	817.800,00	8.100,00	825.900,00	65.220,34	65.220,34	65.220,34	65.220,34	7,90	65.220,34	7,90
SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)	13.423.924,00	802.450,21	14.226.374,21	3.107.216,68	3.107.216,68	1.848.571,53	1.848.571,53	12,99	1.848.571,53	12,99
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.423.924,00	802.450,21	14.226.374,21	3.107.216,68	3.107.216,68	1.848.571,53	1.848.571,53	12,99	1.848.571,53	12,99
SUPERÁVIT (XIII)	-----	-----	-----	-----	-----	781.411,31	781.411,31	-----	-----	-----
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.423.924,00	802.450,21	14.226.374,21	3.107.216,68	3.107.216,68	1.848.571,53	1.848.571,53	12,99	1.848.571,53	12,99

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA			SALDO	
			No Bimestre	%	Até o bimestre	%	(a-c)
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
RECEITAS	817.800,00	817.800,00	66.385,58	8,12	66.385,58	8,12	751.414,42
Receitas correntes intra-orçamentárias	817.800,00	817.800,00	66.385,58	8,12	66.385,58	8,12	751.414,42

Continua 3 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)										Continuação													
Receitas de Contribuições										R\$ 1,00													
Contribuições Sociais										751.414,42													
TOTAL										751.414,42													
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO							
										DOTAÇÃO INICIAL		CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO ATUALIZADA				No Bimestre		Até o Bimestre		% (g/f)	
										(d)		(e)		(f)=(d+e)		No Bimestre		Até o Bimestre		(g)			
Despesa										817.800,00		8.100,00		825.900,00		65.220,34		65.220,34		65.220,34		7,90	
Despesas Correntes										817.800,00		8.100,00		825.900,00		65.220,34		65.220,34		65.220,34		7,90	
Pessoal e Encargos Sociais										817.800,00		8.100,00		825.900,00		65.220,34		65.220,34		65.220,34		7,90	
TOTAL										817.800,00		8.100,00		825.900,00		65.220,34		65.220,34		65.220,34		7,90	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0042) LRF 2014 (04.00.11.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 03/06/2014
Hora de emissão: 16:39

Euzebio Calisto Vleceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

Pomerode

SAMAE

Ata Registro de Preço 013/2014

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 09/2014 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 011/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO RADIOFÔNICA EM RÁDIO AM E/OU FM COM ABRANGÊNCIA EM POMERODE PARA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO SAMAE POMERODE SC.

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 013/2014

Validade: A partir de 03.06.2014 validade (12 MESES).

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO.	INSERÇÃO		2.000,00000	R\$22,0000	R\$44.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$44.000,0000
Total Geral dos Itens:						R\$44.000,0000

POMERODE (SC), 03 de JUNHO de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Ata Registro de Preço 012/2014

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 010/2014 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE AREIA MÉDIA SUJA (TIPO DE RIO) PARA ENVELOPAMENTO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE POMERODE

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 012/2014

Validade: A partir de 02.06.2014 validade (12 MESES).

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	AREIA MEDIA SUJA (TIPO DE RIO)	M3		320,00000	R\$30,0000	R\$9.600,0000
Total do Fornecedor:						R\$9.600,0000
Total Geral dos Itens:						R\$9.600,0000

POMERODE (SC), 04 de JUNHO de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Porto Belo

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2014

CONTRATO Nº 001/2014

OBJETO: Cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Concursos Públicos e Licitações) por este fornecidos, dispostos no site www.LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

VALOR GLOBAL: R\$ 8.181,92 (Oito mil, cento e oitenta e um reais e noventa e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 29/01/2014

Porto Belo, 04 de Junho de 2014.

CHILEY LAURENCIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Notificação Nº 02/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Prezados Senhores,

O Poder Executivo Municipal, pelas atribuições da Lei 1873/2010, tem pelo presente Edital à finalidade de NOTIFICAR os responsáveis pelos túmulos abaixo relacionados, para que em 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, executem os serviços necessários à identificação e conservação da sepultura localizada no Cemitério Municipal de Porto Belo/SC, vez que tais sepulturas não possuem nenhuma identificação e encontram-se em estado de abandono e/ou ruína.

Lei. 1873/2010.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, constatando o abandono ou ruína da sepultura em qualquer das hipóteses do art. 1º, elaborará laudo de vistoria e notificará o responsável pela sepultura ou seu representante legal, para que no prazo de 10 (dez) dias execute os serviços necessários à identificação ou conservação indicados no laudo.

§ 1º Se não for conhecido ou encontrado o responsável pela sepultura ou o seu representante, a notificação será feita por meio de Edital publicado por três vezes no órgão de imprensa oficial do Município, em intervalos de sete dias e, uma vez em órgão de imprensa oficial do Estado, para que os serviços ou obras indicadas na vistoria sejam realizados no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º Se os serviços ou obras não forem realizados no prazo previsto neste artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à exumação dos restos mortais, colocando-os em ossuário ou outro local apropriado.

Relação de Sepulturas:

a) Sepultura B-102 - Localizada entre o B-89 e B-103 (número de localização 01):

b) Sepultura B-118 - Localizada entre o B-114 e o B-127 (Número de localização 02):

c) Sepultura B-96 (número de localização 03):

d) Sepultura localizada ao lado direito de C-260 (número de localização 04):

e) Sepultura localizada no lado Direito C-270 (número de localização 05):

f) Sepultura localizada em frente ao C-249 (número de localização 06):

g) Sepultura localizada em frente ao C-247 (número de localização 07):

h) Sepultura localizada em C-277 (número de localização 08):

i) Sepultura Localizada atrás de C-277 (número de localização 09):

j) Sepultura localizada ao lado direito de C-114 (número de localização 12):

k) Sepultura localizada atrás do E-41 (número de localização 14):

l) Sepultura localizada atrás de E-49 (número de localização 15):

m) Sepultura localizada em frente de E-226 (número de localização 17):

n) Sepultura localizada em frente ao Ossário Municipal (número de localização 18):

o) Sepultura E-143 (número de localização 19):

p) Sepultura ao lado de E-208 (número de localização 20):

q) Sepultura ao lado de E-139 (número de localização 21):

r) Sepultura localizada atrás de E-139 (número de localização 22)

Caso as providências já tenham sido tomadas, favor desconsiderá-la, ficando este ente Municipal a inteira disposição de V. Senhoria para dirimir quaisquer dúvidas.

Valmor Guerreiro Filho

Procurador Geral

OAB/SC 21.189

Porto Belo/SC, 21 de maio de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL**Edital de Convocação de Audiência Pública 01/2014**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

JOÃO MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município, vem através deste convocar a quem possa interessar especialmente aos moradores de Porto Belo, que fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA, para apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 009/2014, que dispõe sobre a Regularização de Obras no Município de Porto Belo (SC).

Local: Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, sito na Rua Capitão Gualberto Leal Nunes, nº 330, Centro, Porto Belo.

Data: 25/06/2014

Horário: 19:00

Informamos que cópia do referido projeto poderá ser consultada e retirada na sede do Poder Legislativo ou no site WWW.camarapb.sc.gov.br

Porto Belo (SC), 04 de junho de 2014.

João Mendes

Presidente

Rio do Sul**PREFEITURA****Portaria Nº 0654/RH**

PORTARIA N. 0654/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando SMA/GAB n. 079/2014 emitido pela Secretaria Municipal de Administração e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 014/2014, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde, Giany Carla Garcia, matrícula n. 222631/2, contratada temporariamente para designar as funções de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, em tese, teria transgredido o Art.158, inciso I, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar a possível irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0655/RH

PORTARIA N. 0655/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando SMA/GAB n. 080/2014 emitido pela Secretaria Municipal de Administração e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 015/2014, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde, José Adalberto Duarte, matrícula n. 273112/1, contratado em cargo comissionado para designar as funções de Assistente de Manutenção do Centro de Eventos, em tese, teria transgredido o Art.158, inciso I, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar a possível irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0656/RH

PORTARIA N. 0656/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando SMA/GAB n. 081/2014 emitido pela Secretaria Municipal de Administração e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 016/2014, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde, Valdete Maria Muniz do Amaral, matrícula n. 176184/1, contratada para designar as funções de Agente Comunitário de Saúde, em tese, teria transgredido o Art.158, inciso I, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar a possível irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0659/RH

PORTARIA N. 0659/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Depoimento por escrito do Inspetor da Guarda Municipal Gerson Pasqualini Schmidt, o Boletim de Ocorrência 00015-2014-02892 emitido pela Delegacia de Polícia de Rio do Sul, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 018/2014, a fim de averiguar os fatos relatados nos documentos supracitados, envolvendo as servidoras Sara Priscila Ramos Becker e Mariana Coninck.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar tais fatos e eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0662/RH

PORTARIA N. 0662/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Termo de Remessa emitido pelo Departamento de Controle Interno ao final dos autos da Sindicância Administrativa Nº 019/2013 (fls. 40 e 41), e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 019/2014, para apurar os fatos relatados no Memorando Depto. de Patrimônio Nº 121/2013, onde, Nildo Alves, matrícula n. 104531/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, em tese, teria transgredido o Art. 157, incisos III, VI e VII, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar os suplentes da Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar tais fatos e eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Contrato Administrativo Nº 316/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 316/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAIR MARIA SCHWARZ MULLER, portador(a) do CPF nº 636.674.529-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Euclides Ataídes da Costa, nº 238 - Bairro Bremer - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais,

com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Arvino Walter Gaertner, em substituição a Karla Kardauke, que está em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.100,51 (dois mil cem reais e cinquenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/06/2014 e encerrando-se em 02/07/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 26 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CLAIR MARIA SCHWARZ MULLER
Contratado (a)

Edital de Alteração da Concorrência Pública 084/2014

EDITAL DE ALTERAÇÃO
Concorrência Nº 084/2014

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, comunicam aos interessados que fica alterado o item 6.3.8 - HABILITAÇÃO TÉCNICA, do Edital de Concorrência Nº 084/2014, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

"6.3. HABILITAÇÃO TÉCNICA
.....

6.3.8. Anulado;
... .."

Rio do Sul, 04 de junho de 2014
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Edital de Alteração da Concorrência Pública 085/2014

EDITAL DE ALTERAÇÃO
Concorrência Nº 085/2014

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, comunicam aos interessados que fica alterado o item 6.3.8 - HABILITAÇÃO TÉCNICA, do Edital de Concorrência Nº 085/2014, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

"6.3. HABILITAÇÃO TÉCNICA
.....

6.3.8. Anulado;
... .."

Rio do Sul, 04 de junho de 2014
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Edital de Alteração da Concorrência Pública 086/2014

EDITAL DE ALTERAÇÃO
Concorrência Nº 086/2014

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, comunicam aos interessados que fica alterado o item 6.3.8 - HABILITAÇÃO TÉCNICA, do Edital de Concorrência Nº 086/2014, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

"6.3. HABILITAÇÃO TÉCNICA
.....

6.3.8. Anulado;
... .."

Rio do Sul, 04 de junho de 2014
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**Editais de Pregão Presencial 23/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 23/2014

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para atender as necessidades do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) do Município de Rio do Sul - SC.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 16 de junho de 2014 às 08:30 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 08:30 do dia 17 de junho de 2014, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 12:00 e 13:00 às 16:30 de 2º à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail: elizeu.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 05 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso**PREFEITURA****Decreto Nº 025/2014, de 03 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 025/2014, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DE PROJETO, ESTABELECIDO NA LEI MUNICIPAL 1.351/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável:

DECRETA

Art. 1º. Fica através deste Decreto nomeada a Comissão para Análise de Viabilidade Técnica e Econômica de Projeto, especificada na Lei Municipal 1.351/2009.

Art. 2º. Fazem parte da Comissão: Paulo Hoffelder, Ivan Elias Brunetta e Nelói Angelo Zapelini.

Parágrafo Único. Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Art.4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 03 de junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

Santa Cecília

PREFEITURA

Extrato Pregão Presencial 038/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2014

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 18 de Junho de 2014 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica para aquisição de um veículo tipo minibus, teto alto, 0KM, ano mínimo de fabricação 2014, capacidade mínima de 16 passageiros incluindo o motorista, potencia mínima de 125CV, na cor branca, para ser utilizado na remoção de pacientes para o tratamento fora do município, através do convenio com o Governo do Estado de Santa Catarina, programa de transferência 2014003035 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente pelo interessado junto à prefeitura municipal.

Santa Cecília, 04 de Junho de 2014.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

Anulação de Processo Licitatorio 058/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2013

A Prefeitura Municipal de Santa Cecília comunica a ANULAÇÃO do processo de licitação nº 058/2013, na modalidade de Tomada de Preço 002/2013, tendo por objetivo a Pavimentação com lajotas sextavadas de concreto, com área total a ser pavimentada de 2.571,53m², das Ruas Simpliciano Belli e Francisco Arbegaus, conforme contrato Ministério das Cidades/Gestão da Política do Desenvolvimento Urbano nº0366474-62/2011, convenio nº 758560/2011 Ministério das Cidades. O mesmo se faz devido a irregularidades na documentação exigida pelo Ministério das Cidades.

Santa Cecília, 04 de Junho de 2014
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Aviso de Edital Nº 60/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO Nº 60/2014 - TP nº 60/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada no ramo pertinente para construção de Cobertura de uma Quadra poliesportiva, com área de 627,00m², na localidade de Peroba no município de Santa Rosa do Sul/SC, tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro. Com recebimento da documentação e proposta até às 08h:15mts do dia 20/06/2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30horas. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.
Fone:(0xx48)3534-1113,e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 04 de junho de 2014.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Aviso de Edital Nº 61/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO Nº 61/2014 - TP nº 61/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada no ramo pertinente para construção de uma Quadra poliesportiva, com área de 980,40m², na Cidade de Santa Rosa do Sul/SC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro. Com recebimento da documentação e proposta até às 10h:15mts do dia 20/06/2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento as 10:30horas. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul. Fone:(0xx48)3534-1113,

e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 04 de junho de 2014.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Aviso de Edital Nº 62/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 62/2014 - TP nº 62/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia para construção e Edificação de uma Escola Urbana, com área de 854,00m², na Cidade de Santa Rosa do Sul/SC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro. Com recebimento da documentação e proposta até às 13h:45mts do dia 20/06/2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento as 14:00horas. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Rau-pp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul. Fone:(0xx48)3534-1113, e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 04 de junho de 2014.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

São Bento do Sul**PREFEITURA****Portarias/Semed Nº 0876 À 0917/2014**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 0876, de 08 de maio de 2014. Concede Gozo de Férias. Edina Claucia Weber. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0877, de 08 de maio de 2014. Concede Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Josefa Keretch Balak. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0878, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Alberto Antonio Bertotto. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0879, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Abegair Agar Terres Vepech. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0880, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Adriana Garcia Correa. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0881, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Francisca Luzia Pires de Lima da Silveira. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0882, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Enivia Natzke Fleischmann. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0883, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Karin Regina Batista Czieczek. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 0884, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Isabel Gruber. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0885, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Berenice dos Passos. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0886, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Marina Grabas Rodrigues de Souza. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0887, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Regiane Pinto Dias. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 0888, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Fabiane de Souza. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0889, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Luciane Stawny Sampaio. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0890, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Edenilson Grein. Auxiliar de Biblioteca.

Portaria/SEMED nº 0891, de 08 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Noeli Ressel Siqueira. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0892, de 16 de maio de 2014. Concede Auxílio Doença - INSS. Adriane Terezinha Franz. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0893, de 16 de maio de 2014. Concede Auxílio Doença - INSS. Alessandra de Lima Ribeiro. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0894, de 16 de maio de 2014. Concede Licença Maternidade. Ana Claudia Machado. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0895, de 16 de maio de 2014. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Ana Claudia Machado. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0896, de 16 de maio de 2014. Concede Licença Maternidade. Celene Karla Tiehm Mielke. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 0897, de 16 de maio de 2014. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Celene Karla Tiehm Mielke. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 0898, de 16 de maio de 2014. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Daniela Aparecida Petreça. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0899, de 16 de maio de 2014. Concede Licença Maternidade. Daniele Maria Wedderhoff. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0900, de 16 de maio de 2014. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Daniele Maria Wedderhoff. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0901, de 16 de maio de 2014. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Flavia Taís Silva Oliveira Camargo. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0902, de 16 de maio de 2014. Concede Auxílio Doença - INSS. Jacirlene Dalpra. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0903, de 16 de maio de 2014. Concede Auxílio Doença - INSS. Márcia Hamtschel Moura. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0904, de 16 de maio de 2014. Concede Readaptação Funcional. Zenilda Maria Rodrigues da Luz Rank. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0905, de 16 de maio de 2014. Revoga Portaria/SEMED nº 0816, de 11 de março de 2014, que concede licença para tratar de interesses particulares, à servidora Joseli da Silva e Souza Menezes da Costa, a pedido da mesma.

Portaria/SEMED nº 0906, de 16 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Sebastiana Schroeder. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0907, de 16 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Dirce Malachowski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0908, de 16 de maio de 2014. Concede Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Susana de Oliveira Dreveck. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0909, de 16 de maio de 2014. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Viviane Maria Vieira Tureck. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0910, de 16 de maio de 2014. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Erani Kriger Vargas. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0911, de 27 de maio de 2014. Concede Redução de Carga Horária. Marli Martins Cordeiro. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0912, de 27 de maio de 2014. Concede Licença Prêmio. Margareth Dal Piva Simonetti. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0913, de 02 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio. Antonio Carlos Sebold. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0914, de 02 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio. Fábio Luiz de Aguiar. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 0915, de 02 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio. Dinacir de Fátima Machado dos Santos. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0916, de 02 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio. Rosana Rodrigues. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0917, de 02 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio. Maristela Gomes. Atendente Educativo.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Decreto Nº 575/2014

DECRETO Nº 0575, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Turismo de São Bento do Sul-SC-COMTUR.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1298, de 17 de maio de 2005, e alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Turismo de São Bento do Sul - COMTUR e seus respectivos suplentes:

I - Representantes do Departamento de Turismo:

a) Jocelito Pierin - Presidente

b) Rafael Muehlbauer - Suplente

II - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

a) Roberto Correa da Silva - Titular

b) Geraldo Weihermann - Suplente

III - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

a) Aline Luize Bail - Titular;

b) Abel Moro - Suplente;

IV - Representantes das Agências de Turismo Receptivo:

a) Sueli Zierhut Witt - Titular

b) Luiz Augusto Kuczman - Suplente

V - Representantes dos Bares, Restaurantes e Similares:

a) Rogério Aparecido Pereira - Titular

b) Silamar Aparecida Friedrich Pfeiffer - Suplente

VI - Representantes dos Hotéis:

a) Solange Petris - Titular

b) Manoel Rodrigues - Suplente

VII - Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL:

a) Adrian Marcel Kobs - Titular

b) Sandro Antonio Adriano - Suplente

VIII - Representantes do Turismo Ecológico e Rural:

a) Valmir Pilz - Titular

b) Edeltraud Rutzen Jung - Suplente

IX - Representante do Consórcio Quiriri:

a) Mauro Fernandes Bacsfalusi - Titular

b) Henry Henkels - Suplente

X - Representantes da Fundação Cultural de São Bento do Sul:

a) Braulio Hantschel - Titular

b) Marília Crispi de Moraes - Suplente

XI - Representantes da Promosul:

a) Cintia Emanuele Paneitz - Titular

b) Ildefonso Tremel de Lacerda - Suplente

XI - Representantes dos Clubes de Entretenimento:

a) Edson Erzinger - Titular

b) Rivair Antonio Siqueira - Suplente

XII - Representantes da Associação Empresarial de São Bento do Sul:

a) Jonathan Roger Linzmeyer - Titular;

b) Marcelo Cavinatti - Suplente;

Art. 2º. O mandato do Conselho, nomeado pelo presente, é de 01 (um) ano, compreendendo o período de 01 de abril de 2014 à 31 de março de 2015, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 3º. Ficam revogados os Decretos nº 0210/2013, 0268/2013 e 0506/2014.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2014.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 576/2014

DECRETO Nº 0576, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL. FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3377, de 22 de maio de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

22.661.0007.3.3.50.41.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 102.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Operação Especial: 0.049 - Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e outras entidades

28.845.0002.3.3.50.41.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 102.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 577/2014

DECRETO Nº 0577, DE 02 DE JUNHO DE 2014

Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,3286, a partir de 01 de junho de 2014, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 5719/2014

PORTARIA Nº 5719, DE 30 DE MAIO DE 2014

Revoga Portaria nº 3831/2000

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 01 de junho de 2014, a Portaria nº 3831/200 que designou IRENE LEONI DA SILVA BROSOWSKI como Secretária da Junta do Serviço Militar de São Bento do Sul, em decorrência da aposentadoria da referida servidora.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5720/2014

PORTARIA Nº 5720, DE 30 DE MAIO DE 2014

Designa Secretária

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL e Presidente da Junta do Serviço Militar da cidade de São Bento do Sul usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com amparo no § 5º, do art. 29 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar)

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 01 de junho de 2014, a servidora MARIA ENEIR CORREA SCHPAK como Secretária da Junta do Serviço Militar de São Bento do Sul.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5722/2014

PORTARIA Nº 5722, DE 30 DE MAIO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor JOEL PADILHA VAZ, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Transporte e Trânsito, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Bongo Frontier, placa MIN 0873.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5725/2014

PORTARIA Nº 5725, DE 02 DE JUNHO DE 2014

Corrige Portaria nº 5292/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CORRIGIR a Portaria nº 5292/2014 que demitiu Servidora Temporária SILVANA DE OLIVEIRA, no tocante ao cargo de "Auxiliar de Serviços" para "Professor Educação Especial", na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de abril de 2014.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5726/2014

PORTARIA Nº 5726, DE 02 DE JUNHO DE 2014

TORNA NULA PORTARIA Nº 1807/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar nula, a partir de 31 de maio de 2014, a Portaria nº 1807, de 05 de outubro de 2009, que suspendeu os efeitos do ato de anulação da aposentadoria da servidora LOURDES HUBL, mantendo hígida a Portaria de anulação do ato aposentatório nº 1485, de 07 de julho de 2009, em virtude das restrições apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, processo nº SPE 03/00351399 e do trânsito em julgado da ação judicial nº 2010.036775-0.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de maio de 2014.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5727/2014

PORTARIA Nº 5727, DE 02 DE JUNHO DE 2014
TORNA NULA PORTARIA Nº 1591/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar nula, a partir de 01 de junho de 2014, a Portaria nº 1591, de 10 de julho de 2009, que suspendeu os efeitos do ato de anulação da aposentadoria do servidor CELESTINO LUDWINSKI, mantendo hígida a Portaria de anulação do ato aposentatório nº 0971, de 17 de abril de 2009, em virtude das restrições apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, processo nº SPE 02/10217081 e do trânsito em julgado da ação judicial nº 2010.033655-9.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5728/2014

PORTARIA Nº 5728, DE 02 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de junho de 2014, aposentadoria por invalidez proporcional à segurada TERESA PIASKOWSKI NECZYPOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe D, matrícula nº 22500, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1654/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5729/2014

PORTARIA Nº 5729, DE 02 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de junho de 2014, aposentadoria por invalidez proporcional à segurada SANDRA ELIETE SANT'ANNA PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional - Assistência Educacional, Nível II, Classe A, matrícula nº 2290, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1535/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5730/2014

PORTARIA Nº 5730, DE 02 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de junho de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao servidor ANTONIO SIQUEIRA DE CARVALHO FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, Grupo Ocupacional 3, Nível I, Classe G, matrícula nº 7750, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características

apresentadas no processo nº 2799/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5731/2014

PORTARIA Nº 5731, DE 02 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de junho de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à servidora IRENE LEONI DA SILVA BROSOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Digitador, Grupo Ocupacional 2 - em extinção, Nível I, Classe F, matrícula nº 4061, lotada no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 3257/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5732/2014

PORTARIA Nº 5732, DE 02 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, I, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de junho de 2014, aposentadoria por invalidez integral ao segurado HILÁRIO HARRI HUTTL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 3, Nível I, Classe G, matrícula nº 1270, lotado na Secretaria Municipal de Administração. Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1454/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5733/2014

PORTARIA Nº 5733, DE 03 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 02 de junho de 2014, ANDREIA PRUSSAK BACHEL, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 03 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

São Domingos

PREFEITURA

Decreto Nº 285, de 23 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 285, DE 23 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL DOS VENCIMENTOS MENSIS DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Resolução nº 001/2011, de 29/03/2011, que dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria da Câmara de Vereadores; e: Considerando o disposto no art. 23 da Resolução nº 001/2011, que estabelece que os reajustes dos valores dos vencimentos mensais do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal serão efetuados com base no reajuste geral, na mesma época e na mesma proporção dos demais servidores municipais, os quais serão efetivados através de Decreto Legislativo, expedido pelo Presidente da Câmara; Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1737 de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais dos salários dos empregados públicos municipais e dos subsídios dos agentes políticos, mediante a aplicação de 5,81%;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual dos vencimentos mensais dos servidores desta Câmara Municipal de Vereadores, na ordem de 5,81% (cinco vírgula oitenta e um por cento), em conformidade com a Lei Municipal nº 1737 de 23 de maio de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de maio de 2014.

José Altair Marques
Presidente

Registrado e publicado em data supra.

Flavio Triches
1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 286, de 23.05.2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, de 23.05.2014.

DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO EM RAZÃO DA NOMEAÇÃO DECORRENTE DE CONCURSO PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 0045/2012 e Resolução nº 001/2011.

Considerando que a estabilidade é um direito Constitucional para quem possui cargo público efetivo (art. 41 da CF/88) e será adquirida após 3 (três) anos de efetivo exercício;

Considerando que foram realizadas as avaliações do estágio

Probatório e que a aprovação é um dos requisitos para a aquisição da estabilidade;

Considerando que foi cumprido o período de 3 (três) anos de efetivo exercício do servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada ESTÁVEL a servidora pública Municipal, Beatriz Hennerich, ocupante do cargo de Agente Legislativa, em virtude de ter completado o período de Estágio probatório.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, 23 de maio de 2014.

José Altair Marques
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

Flavio Triches
1º SECRETÁRIO

Decreto Legislativo Nº 287, de 23.05.2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 287, de 23.05.2014.

DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO EM RAZÃO DA NOMEAÇÃO DECORRENTE DE CONCURSO PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 0045/2012 e Resolução nº 001/2011.

Considerando que a estabilidade é um direito Constitucional para quem possui cargo público efetivo (art. 41 da CF/88) e será adquirida após 3 (três) anos de efetivo exercício;

Considerando que foram realizadas as avaliações do estágio Probatório e que a aprovação é um dos requisitos para a aquisição da estabilidade;

Considerando que foi cumprido o período de 3 (três) anos de efetivo exercício do servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada ESTÁVEL a servidora pública Municipal, Paula Andreia Baldissera, ocupante do cargo de Agente Legislativa, em virtude de ter completado o período de Estágio probatório.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, 23 de maio de 2014.

José Altair Marques
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

Flavio Triches
1º SECRETÁRIO

Decreto Legislativo Nº 288, de 23.05.2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 288, de 23.05.2014.

DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO EM RAZÃO DA NOMEAÇÃO DECORRENTE DE CONCURSO PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 0045/2012 e Resolução nº 001/2011.

Considerando que a estabilidade é um direito Constitucional para quem possui cargo público efetivo (art. 41 da CF/88) e será adquirida após 3 (três) anos de efetivo exercício;

Considerando que foram realizadas as avaliações do estágio Probatório e que a aprovação é um dos requisitos para a aquisição da estabilidade;

Considerando que foi cumprido o período de 3 (três) anos de efetivo exercício do servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada ESTÁVEL a servidora pública Municipal, Roselei Vieira Bullé Szczepkowski, ocupante do cargo de Agente de Manutenção e Limpeza, em virtude de ter completado o período de Estágio probatório.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, 23 de maio de 2014.

José Altair Marques
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

Flavio Triches
1º SECRETÁRIO

Decreto Legislativo Nº 289, de 28.05.2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, de 28.05.2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 0045/2012 e Resolução nº 001/2011.

Considerando a necessidade de avaliação periódica bem como avaliação para progresso do servidor na carreira:

Considerando o disposto no artigo 25 da Resolução nº 001/2011, Organização Administrativa da Secretaria, Quadro de Pessoal, Gratificações, Vencimentos Mensais, Descrição dos Cargos dos Servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos/SC e

dá outras Providências:

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 045/2012, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Domingos, Autarquias e Fundações Públicas Municipais e Dá Outras Providências.

Considerando o parecer jurídico do advogado desta Casa Legislativa.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor como membros da Comissão de Avaliação de desempenho funcional as seguintes servidoras públicas municipais:

Beatriz Hennerich - Presidente
Marcio Luiz Bigolin Grosbelli- Membro
Nilva De Marco - Membro
Paula Andreia Baldissera - Suplente

Art. 2º A Comissão será responsável pela avaliação de todos os servidores da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Domingos.

Art. 3º Que dentre os fatores a serem analisados pela Comissão deverá ser observado a produtividade, responsabilidade, dedicação ao servidor público, disciplina, assiduidade e pontualidade, idoneidade moral, criatividade e zelo.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, 29 de maio de 2014.

José Altair Marques
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

Flavio Triches
1º SECRETÁRIO

Decreto Legislativo Nº 290, de 30.05.2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 290, de 30.05.2014.

CONCEDE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO A SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Resolução nº 001/2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretaria, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, e dá outras providências,

- Considerando que a progressão por merecimento será concedida após a realização de avaliação de desempenho funcional por comissão específica;
- Considerando o relatório apresentado pela comissão designada pela Decreto nº 289 de 30/05/14;
- Considerando que o adicional pela Progressão por Merecimento é devido aos servidores públicos municipais;
- Considerando que a concessão do adicional pela Progressão por Merecimento ocorre a cada 3 (três) anos de serviços prestados, com início da contagem de tempo a partir da data de admissão através de concurso público;

- Considerando que o adicional pela Progressão por Merecimento será concedido na razão de 3% (três por cento), aos servidores que atingirem a média igual ou superior a 07 (sete), sobre o vencimento base do cargo para o qual o servidor foi admitido.
- Considerando que o adicional é direito do servidor;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido ADICIONAL PELA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO, nos termos da legislação citada acima, na ordem de 3% (três por cento) sobre o vencimento base dos Servidores Câmara de Vereadores, conforme segue:

Servidor (a)	Cargo	Entrada em exercício	Período avaliado	%
Roselei Vieira Bullé Szczepkowski	Agente de Man. e Conservação	01/12/2010	01/12/2010 a 01/12/13	3 %
Beatriz Hennerich	Assessora Legislativa	03/12/2010	03/12/2010 a 03/12/13	3 %
Paula Andreia Baldissera	Assessora Legislativa	03/12/2010	03/12/2010 a 03/12/13	3 %

Art. 2º - A servidora Beatriz Hennerich tem direito, contudo, por estar atualmente ocupando cargo Comissionado, somente ira receber a progressão quando retornar ao cargo efetivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, 30 de maio de 2014.

José Altair Marques

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

lavio Triches

1º SECRETÁRIO

Primeiro Termo Aditivo: Prefe Nº 018 de 14/04/2014

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: ABRIL/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 018 de 14/04/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n 005/2013, Pregão Presencial n. 004/2013

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e da CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR do contrato PREFE n. 013 de 18/02/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREFE n. 013 de 18/02/2014

VALOR DO ADITIVO: R\$ 1.135,38

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n.28.784-b

CONTRATADOS: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIAS

CPF/CNPJ: 61.198.164/0001-60

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 17/02/2015

São José**PREFEITURA****Abertura da Tomada de Preços Nº 013/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2014 - Processo nº 131/2014 Objeto: Contratação de empresa especializada para execução/construção da cobertura da quadra poliesportiva do Centro Educacional Municipal Araucária, localizado no bairro Serraria, Município de São José. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 20 de junho de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 20 de junho de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

Portaria Nº 043/2014/Sf

PORTARIA Nº 043/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete da

Prefeita

10 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos Próprios R\$ 50.000,00

6 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 50.000,00

8 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,

Recursos Próprios R\$ 79.000,00

Total desta Atividade R\$ 179.000,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.02 - SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0105.2.455 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Projetos Especiais

32 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 135.000,00

Total desta Atividade R\$ 135.000,00

Total do Órgão R\$ 314.000,00

12.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
12.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 - Funcionamento e Manutenção dos Cemitérios Públicos Municipais
606 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Recursos Próprios R\$ 386.000,00
Total desta Atividade R\$ 386.000,00
Total do Órgão R\$ 386.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 700.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), das dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA
02.02 - SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.19.572.0105.1.318 - Implantação de Tecnologia da Informação com Suporte à Gestão Digital
15 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 4.240,00
Total deste Projeto R\$ 4.240,00

02.02.15.452.0109.1.327 - Elaboração e Implementação do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
21 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 30.000,00
Total deste Projeto R\$ 30.000,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA
02.05 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 - Funcionamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município
68 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 10.500,00
Total desta Atividade R\$ 10.500,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA
02.07 - CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

02.07.04.124.0107.2.458 - Funcionamento e Manutenção da Chefia de Controle Interno e Auditoria
89 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 9.000,00
Total desta Atividade R\$ 9.000,00
Total do Órgão R\$ 53.740,00

05.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS
05.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01.04.123.0105.2.014 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Finanças
140 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 150.000,00
Total desta Atividade R\$ 150.000,00
Total do Órgão R\$ 150.000,00

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

19.01.15.453.0112.1.102 - Implantar Sistema de Transporte Coletivo Municipal
368 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 80.000,00
Total desta Atividade R\$ 80.000,00
Total do Órgão R\$ 80.000,00

12.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
12.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.057 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Serviços Públicos
616 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00
Total do Órgão R\$ 10.000,00

13.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
13.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01.04.122.0108.1.319 - Elaboração de Projetos, Estudos Estratégicos e Apoio à Gestão Municipal
661 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 200.000,00
Total desta Atividade R\$ 200.000,00

13.01.19.571.0105.1.551 - Complementação do Sistema de Geoprocessamento
644 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00

13.01.04.121.0105.2.008 - Funcionamento e Manutenção da SEPLANGE

669 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 5.000,00

13.01.04.121.0105.2.229 - Elaboração de Estudos e Projetos

636 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão R\$ 355.000,00

26.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
26.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.01.482.0106.2.316 - Promoção de Regularização Fundiária e Urbanística - do Governo Federal

26 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 21.260,00
Total desta Atividade R\$ 21.260,00
Total do Órgão R\$ 21.260,00

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0113.1.328 - Elaboração e Implementação de Projeto para Revitalização do Centro Histórico

36 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria, Recursos Próprios R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00
Total do Órgão R\$ 30.000,00
Total da Anulação R\$ 700.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Portaria Nº 044/2014/Sf

PORTARIA Nº 044/2014/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 199.200,00 (cento e noventa e nove mil e duzentos reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, a seguir especificada:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0207.2.498 - Projeto Cultural e Manutenção da Fundação de Cultura e Turismo - FCT
25 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 199.200,00
Total desta Atividade R\$ 199.200,00
Total do Órgão R\$ 199.200,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 199.200,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 199.200,00 (cento e noventa e nove mil e duzentos reais), das dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, a seguir especificadas:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0207.2.406 - Realização de Carnaval

11 - 3.3.50.42.00.00.0080 - Auxílios, Recursos Próprios R\$ 149.200,00
12 - 3.3.90.31.00.00.0080 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e outras Recursos Próprios R\$ 50.000,00

Total desta Atividade R\$ 199.200,00
Total do Órgão R\$ 199.200,00
Total da Anulação R\$ 199.200,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Portaria Nº 045/2014/Sf

PORTARIA Nº 045/2014/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 - Promoção e Funcionamento da Rede Municipal de Saúde
127 - 3.3.90.32.00.00.0082 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00

25.01.10.301.0102.2.150 - Fornecimento de Medicamentos e Outros

167 - 3.3.90.32.00.00.0334 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00
Total do Órgão R\$ 100.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 - Promoção e Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

124 - 3.3.90.30.00.00.0082 - Material de Consumo, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00

25.01.10.301.0201.2.142 - Programa Saúde da Mulher

51 - 3.3.90.39.00.00.0334 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 50.000,00

Total desta Atividade R\$ 50.000,00

Total do Órgão R\$ 100.000,00

Total da Anulação R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de junho de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preço Nº66/2014.

MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº66/2014.

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 66/2014, Edital de Tomada de Preço Nº 66/2014, Objeto: Contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para execução de pavimentação com pedras irregulares, calçada e drenagem pluvial na Rua das Camélias e na Rua Salete Uliana, do Loteamento Beckencamp, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto, conforme projeto, memorial descritivo e orçamento anexo. Recurso proveniente do contrato de repasse nº1.003.774-96/2013/MCIDA-DES/CAIXA e próprios do município. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 23/06/2014. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 23/06/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail - compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.

Antonio Plínio de Castro Silva

Prefeito Municipal.

Lei Nº 4.242, de 03 de Junho de 2014

LEI Nº 4.242, DE 03 DE JUNHO DE 2014

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas, no valor de até R\$1.000,00 (um mil reais), com o transporte das integrantes do movimento Mulheres Camponezas, até a cidade de Dionísio Cerqueira - SC, nos dias 30 e 31 de julho do corrente ano e contratação de profissional para realização de seminário de agroecologia no Município no ano de 2014.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizadas as dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente;

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL BENIN ZEN,
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.243, de 03 de Junho de 2014

LEI Nº 4.243, DE 03 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$94.400,00 (noventa e quatro mil e quatrocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"191"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$78.600,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"251"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$15.800,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$94.400,00 (noventa e quatro mil e quatrocentos reais), das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.016 AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIP. AGRÍCOLAS

"175"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$29.000,00

1.020 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS CEDRENSES

"180"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$35.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

"234"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$14.600,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

1.048 AMPLIAR/REFORMAR MÓDULO/QUADRAS ESPORTIVAS

"240"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$15.800,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL BENIN ZEN,
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.244, de 03 de Junho de 2014

LEI Nº 4.244, DE 03 DE JUNHO DE 2014

“CRIA SÍMBOLO MUNICIPAL PARA O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SEMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o símbolo municipal, logotipo, marca para o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto do Município de São José do Cedro - SC, conforme anexo I da presente Lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL BENIN ZEN,
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

ANEXO I



Lei Nº 4.245, de 03 de Junho de 2014

LEI Nº 4.245, DE 03 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$64.974,00 (sessenta e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO DE CULTURA

2.028 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS DE SJCEDRO

"173"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$64.974,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$64.974,00 (sessenta e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO DE CULTURA

1.071 CONSTRUÇÃO DE ÁREA CULTURAL COBERTA

"161"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$25.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

1.030 OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS

"279"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$9.974,00

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO

"286"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$15.000,00

"287"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL BENIN ZEN,
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.246, de 03 de Junho de 2014

LEI Nº 4.246, DE 03 DE JUNHO DE 2014

"DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS AO QUINQUAGÉSIMO SEXTO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) com a contratação de serviços de empresas para fornecimento de shows artísticos, bandas, segurança, som, locação de imóvel, serviços de terceiros P. Jurídica, divulgação dos eventos, compreendendo a impressão de folders, banners, produção de material áudio visual, serviço de projeção, material publicitário, divulgação em rádio e jornal, fotografias, filmagens, ornamentação, material de consumo, pagamento de premiação e despesas gerais relativas a todos os eventos alusivos aos "56 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA" de São José do Cedro - SC.

Parágrafo único. A organização do evento ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. As despesas mencionadas no artigo anterior correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO. DE CULTURA

2.028 FEST.MUNIC.OFICIAIS/DE SJCEDRO.

"170"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo

"171"3.3.90.31.00.00.1.0000 Premiações Culturais, Artist, Cientif. Despor. E outros

"172"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

"173"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo de programas executados ou em execução.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL BENIN ZEN,
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.247, de 03 de Junho de 2014

LEI Nº 4.247, DE 03 DE JUNHO DE 2014

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BENS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a alienar bens pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, relacionados a seguir:

MADEIRA

DISCRIMINAÇÃO

VALOR CONTÁBIL

Madeira de 73 Pinheiros Araucária, que representam um volume total de 88,2643 R\$: 0,01
Madeira de 49 Eucaliptos Vermelhos, que representam um volume total de 48,7123.... R\$: 0,01

Art. 2º - Fica autorizado o Executivo Municipal a alienar, através de leilão público, os bens que forem possíveis, relacionados no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL BENIN ZEN,
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.419, de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.419, DE 02 DE JUNHO DE 2014

DECRETA HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DA COPA DO MUNDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos IX e XXXVI do Art.69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. O regime de trabalho, por ocasião da Copa do Mundo 2014 e dos jogos da Seleção Brasileira será operacionalizado da seguinte forma:

Nos dias em que os jogos da Seleção Brasileira acontecerão às 17 horas (dias 12/06/2014 e 23/06/2014), o atendimento ao público funcionará até às 16 horas e 30 minutos;

Nos dias em que os jogos da Seleção Brasileira serão realizados às 16 horas (dia 17/06/2014), o atendimento ao público funcionará até às 15 horas e 30 minutos;

Parágrafo primeiro. As escolas municipais não terão atendimento nas tardes em que ocorrerão os jogos citados no caput deste artigo.

Parágrafo segundo. As creches farão o mesmo horário dos demais órgãos da administração.

Parágrafo terceiro. Os serviços emergenciais na área da saúde estarão de plantão para qualquer eventualidade, junto à Associação Beneficente Hospitalar de Cedro.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 02 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.420, de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.420, DE 02 DE JUNHO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado LUIS AGOSTINO REOLON, para exercer o cargo de Motorista, carga horária 176 horas mensais, Regime Jurídico Estatutário, de acordo com Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, tendo em vista a sua aprovação no Concurso Público, Edital nº 001/2010, de 03 de maio de 2010, homologado através do Decreto nº 4.821/2010, de 26 de agosto de 2010, classificado em 15º lugar, média final 5,90, a partir de 02 de junho de 2014, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 02 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.421, de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.421, DE 02 DE JUNHO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, LOURDES FÁTIMA LERMESE, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, carga horária 160 horas mensais, Regime Jurídico Estatutário, de acordo com Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, tendo em vista a sua aprovação no Concurso Público, Edital nº 001/2010, de 03 de maio de 2010, homologado através do Decreto nº 4.806/2010, de 06 de agosto de 2010, classificada em 16º lugar, média final 5,20, a partir de 02 de junho de 2014, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 02 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.422, de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.422, DE 02 DE JUNHO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, CRISTIANE PREVIDI BANFI, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, carga horária de 160 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 2º lugar, média final 8,40, a partir de 02 de junho de 2014, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 02 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.423, de 03 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 5.423, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
"REGULAMENTA PRAZO PARA PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 21 de junho de 1990, e a Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o prazo para o pagamento de contribuição de melhoria da pavimentação asfáltica, com revestimento em CBQU (concreto betuminoso quente usinado), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares na Rua José João Grando, de acordo com os Artigos 306, 307 e 308, da Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, e em conformidade

com o Edital nº 023/2013, de 26 de novembro de 2013, fixando o pagamento para o dia 30 de julho de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 03 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.424, de 03 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.424, DE 03 DE JUNHO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada DEBORA SCHEIN FULBER, para exercer o cargo de Monitor de Creche, carga horária 120 horas mensais, Regime Jurídico Estatutário, de acordo com Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, tendo em vista a sua aprovação no Concurso Público, Edital nº 002/2012, de 03 de maio de 2012, homologado através do Decreto nº 5.120/2012, de 28 de junho de 2012, classificada em 13º lugar, média final 6,60, a partir de 03 de junho de 2014, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 03 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.425, de 03 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.425, DE 03 DE JUNHO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, ROSALINA MARIA SIMONI, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, carga horária de 160 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 2º lugar, média final 7,20, a partir de 03 de junho de 2014, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 03 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.426, de 03 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.426, DE 03 DE JUNHO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, DAIANE DOS SANTOS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 176 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 3º lugar, média final 8,20, a partir de 03 de junho de 2014, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 03 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.427, de 03 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 5.427, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

“FIXA DATA DE VENCIMENTO DA TAXA DE VISTORIA PARA O EXERCÍCIO DE 2014.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso XI do Art.69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei Complementar nº. 009/2005, de 27 de setembro de 2005, do Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fixa a data de vencimento do pagamento da Taxa de Vistoria para o dia 30 de setembro de 2014, conforme dispõe o § 2º do Artigo 243 da Lei Complementar nº. 009/2005, de 27 de setembro de 2005, do Código Tributário Municipal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 03 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.428, de 03 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.428, DE 03 DE JUNHO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, CAMILA DAIANE CANCELIER, para exercer o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, carga horária de 160 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 2º lugar, média final 7,00, a partir de 03 de junho de 2014, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 03 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.429, de 04 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.429, DE 04 DE JUNHO DE 2014

"LIBERA CAUÇÃO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica liberada a caução, garantida pelo Lote Urbano nº 33, da Matrícula nº 11.702 e Lote Urbano Nº34, da Matrícula nº 11.703 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, todos do Loteamento José Alberto Kasper, Município de São José do Cedro/SC, de propriedade do Senhor Jorge Luiz Salles Dedeco, CPF nº 364.487.880-34, tendo em vista o cumprimento das exigências constantes na Lei Complementar nº029, de 08 de novembro de 2011.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 087/2014 - Sf

DECRETO Nº. 087/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.243/2014 de 03/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$94.400,00 (noventa e quatro mil e quatrocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"191"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$78.600,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"251"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$15.800,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$94.400,00 (noventa e quatro mil e quatrocentos reais), das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.016 AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIP. AGRÍCOLAS

"175"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$29.000,00

1.020 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS CEDRENSES

"180"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$35.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

"234"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$14.600,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

1.048 AMPLIAR/REFORMAR MÓDULO/QUADRAS ESPORTIVAS

"240"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$15.800,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 03 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 088/2014 - Sf

DECRETO Nº. 088/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.245/2014 de 03/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$64.974,00 (sessenta e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO DE CULTURA

2.028 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS DE SJCEDRO

"173"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$64.974,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$64.974,00 (sessenta e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO DE CULTURA

1.071 CONSTRUÇÃO DE ÁREA CULTURAL COBERTA

"161"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$25.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

1.030 OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS

"279"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$9.974,00

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO

"286"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$15.000,00

"287"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de junho de 2014.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 03 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.879, de 04 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.879, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

Declara de Utilidade Pública bens imóveis de propriedade do Senhor Isaias Dalla Vecchia, para fins de avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade se avaliar os bens imóveis, descritos nos incisos I e II do art. 1º deste Decreto, de matrícula nº 12.090, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, de propriedade do Sr. Isaias Dalla Vecchia, para que o Município de São Lourenço do Oeste possa, respectivamente, adquiri-lo e recebê-lo em doação;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, os bens imóveis a seguir relacionados, de propriedade do Sr. Isaias Dalla Vecchia:

I - parte do lote rural, número 2-A, com área de 9.409,82 m² (nove mil, quatrocentos e nove reais e oitenta e dois metros quadrados), sem benfeitorias, situado na seção São Lourenço, na Fazenda Saudades, neste Município de São Lourenço do Oeste, conforme medidas e confrontações detalhadas no memorial descritivo, planta topográfica e matrícula de nº 12.090, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constantes do Anexo Único deste Decreto.

II - parte do lote rural, número 2-A, com área de 4.235,00 m² (quatro mil, duzentos e trinta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, situado na seção São Lourenço, na Fazenda Saudades, neste Município de São Lourenço do Oeste, conforme medidas e confrontações detalhadas, memorial descritivo, planta topográfica e matrícula de nº 12.090, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública a fim de promover as medições e levantamentos que se fizerem necessários.

§ 1º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, inscrito no CREA-SC sob nº 066134-5, para expedir Laudo de Avaliação dos imóveis de que trata o art. 1º, deste Decreto.

§ 2º O Engenheiro deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Decreto.

§ 3º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionados no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da execução deste Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo Licitatório Nº 084/2014, CC Nº 003/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/07/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2014, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 003/2014, OBJETO: CONCESSÃO À PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA, COPA E COZINHA DURANTE A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 23, 24, 25 E 26 DE JULHO DE 2014. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 26 A 30/05/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 26/05/2014 até 30/05/2014

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		651.726,31
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	291.231,24
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	287.106,24
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	287.028,67
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	172.217,20
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	71.757,17
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	43.054,30
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	77,57
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	46,53
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	19,40
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	11,64
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.125,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	4.125,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	320.416,31
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	320.416,31
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	192.249,78
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	128.166,53
4.1.7.6.1.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	97.500,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	97.500,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-57.421,24
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-57.421,24
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-57.405,73
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-15,51

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 04/06/2014

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Contrato N.º 060/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 060/2014

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado Senhora FERNANDA BENTA NUNES GAMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob Nº 837.715.819-15, residente e domiciliada a Rua Alcino dos Navegantes Moreira, nº 400 - Barra do Arirú - Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/06/2014, findando no dia do término da licença para tratamento de saúde da servidora titular Scheila Cristina Schmitz, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

FERNANDA BENTA NUNES GAMA
CONTRATADA

Testemunhas:

Portaria N.º 253/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 253/2014

CONCEDE AJUDA DE CUSTO AO SERVIDOR LUIZ CARLOS LUCHINI.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei Complementar 95/2014,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor LUIZ CARLOS LUCHINI ocupante do cargo de Operador de Máquina II, ajuda de custo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 254/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 254/2014

Admite em Caráter Temporário FERNANDA BENTA NUNES GAMA para o cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, FERNANDA BENTA NUNES GAMA para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 060/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 255/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 255/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EUNICE APARECIDA PAULI HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

EUNICE APARECIDA PAULI HOFFMANN - PROFESSORA III - LETRA I.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 256/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 256/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA GISELE HOFFMANN KOERICH.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

GISELE HOFFMANN KOERICH - PROFESSORA III - LETRA H.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 257/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 257/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR OSMAR EGER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

OSMAR EGER - MOTORISTA II - LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 258/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 258/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR DANIEL SILVEIRA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

DANIEL SILVEIRA - ENGENHEIRO AGRÔNOMO - LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 259/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 259/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR WALDIR JULIO DE MELO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

WALDIR JULIO DE MELO - OPERADOR DE MÁQUINA III - LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 260/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 260/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR AUDI SCHVAMBACH.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

AUDI SCHVAMBACH - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - LETRA F.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 261/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 261/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA ERONI SCHMITT SCHELL.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

ERONI SCHMITT SCHELL - PROFESSORA II - MATRÍCULA 1311 - LETRA H.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 262/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 262/2014

Exonera ANDRÉ LUIS DE SOUZA FERNANDES do cargo de Médico Clínico Geral.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido do servidor, ANDRÉ LUIS DE SOUZA FERNANDES do cargo de Médico Clínico Geral, contrato de trabalho nº. 040/2014.

Art. 2.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Deserta E Repetição Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 41/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/2014-PMS
PROCESSO Nº. 93/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 04 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando a aquisição de alevinos de várias espécies para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 41/2014-PMS, realizar-se-á em 25 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 04 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Resolução Nº. 005/2014-Cms

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 005/2014-CMS

APROVAÇÃO DAS CONTAS DOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 04 de junho de 2014 RESOLVE APROVAR a prestação de contas referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Schroeder.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal

nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 04 de junho de 2014.

Valmor Heins Stricker

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Nº. 006/2014-Cms

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 006/2014-CMS

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 04 de junho de 2014 RESOLVE APROVAR a o Relatório Anual de Gestão - Período de Janeiro a Dezembro de 2013 da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 04 de junho de 2014.

Valmor Heins Stricker

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Nº. 007/2014-Cms

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 007/2014-CMS

APROVAÇÃO DOS NOVOS VALORES DOS CONVÊNIOS COM HOSPITAIS DE JARAGUÁ DO SUL

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 04 de junho de 2014 RESOLVE APROVAR os novos valores a serem pagos nos convênios com os hospitais de Jaraguá do Sul.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 04 de junho de 2014.

Valmor Heins Stricker

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Ata Pregão Presencial 41/2014-PMS (Sequência 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 93/2014 Data do Processo: 20/05/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 61/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de alevinos de várias espécies para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC.

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 4 de Junho de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 110/2014

DECRETO Nº 110/2014 DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NOS DIAS 12, 17 E 23 DE JUNHO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido turno único nas repartições públicas municipais de Serra Alta/SC nos dias 12, 17 e 23 de junho de 2014.

Art. 2º Na data especificada no art. 1º, as repartições públicas municipais funcionarão no horário das 7h30min às 13h30min, exceto as escolas municipais que farão horário das 7h30min às 11h30min. e a creche CI Primeiros Passos que atenderá das 7h00min às 12h00min.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2014

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

63 2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
16/05/2014	Município de Siderópolis	Librelato S A Implem. Rodoviários	Aquisição de Carroceria Metálica Basculante nova, com capacidade de mínima 12 m³ para adaptação em caminhão pertencente à frota da Prefeitura Municipal de Siderópolis.	R\$ 32.200,00	Até o adimplemento da obrigação

Extrato do Contrato PMS nº63/2014

64/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
30/05/2014	Município de Siderópolis	LDF CONS-TRUÇÕES EIRELLI EPP	Contratação de empresa especializada para Construção de uma academia ao ar livre no bairro Patrimônio no município de Siderópolis, conforme Convênio n. 2013TR003128 entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e Prefeitura Municipal de Siderópolis, através do processo n. SDR21 00004839/2013.	R\$ 38.516,20	Até 60 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº64/2014

65/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
29/05/2014	Município de Siderópolis	CONFER CONS-TRUTORA FERNANDES LTDA	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da rua OLI MANOEL RODRIGUES no município de Siderópolis, numa extensão de 303,65m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.	R\$ 38.516,20	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº65/2014

66/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
29/05/2014	Município de Siderópolis	CONFER CONS-TRUTORA FERNANDES LTDA	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da rua DR. LUIZ DA FONSECA GIRON no município de Siderópolis, numa extensão de 344,099m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.	R\$ 181.968,38	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº66/2014

67/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
29/05/2014	Município de Siderópolis	CONFER CONS-TRUTORA FERNANDES LTDA	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade RIO KUNTZ (2ª etapa) no município de Siderópolis, numa extensão de 1.060,93m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.	R\$ 531.894,87	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº67/2014

68/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
29/05/2014	Município de Siderópolis	CONFER CONS-TRUTORA FERNANDES LTDA	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade ESTRADA GERAL RIO MANIN no município de Siderópolis, numa extensão de 640,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.	R\$ 274.857,30	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº68/2014

69/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
29/05/2014	Município de Siderópolis	Construtora Nunes LTDA	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica no ENTRONCAMENTO DE SIDEROPOLIS/ ALTO RIO MAINA - DIVISA SIDEROPOLIS/ NOVA VENEZA no município de Siderópolis, numa extensão de 2.100,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/ FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.	R\$ 1.437.603,05	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº69/2014

70/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
29/05/2014	Município de Siderópolis	CONFER Construtora Fernandes	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da RUA QUATRO no município de Siderópolis, numa extensão de 380,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.	R\$ 202.955,71	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº70/2014

71/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
29/05/2014	Município de Siderópolis	CONFER Construtora Fernandes	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade SANTO ANTONIO no município de Siderópolis, numa extensão de 441,99m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/ FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.	R\$ 206.632,98	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº71/2014

72/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
30/05/2014	Município de Siderópolis	CONFER Construtora Fernandes	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da RUA OITENTA E NOVE no município de Siderópolis, numa extensão de 70,13m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/ FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.	R\$ R\$ 39.551,89	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº72/2014

73/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
30/05/2014	Município de Siderópolis	CONFER Construtora Fernandes	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade ALTO RIO MAINA no município de Siderópolis, numa extensão de 1700,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.	R\$ 1.093.038,88	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº73/2014

74/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
30/05/2014	Município de Siderópolis	MADEZUCHI - IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA ME	Aquisições de madeiras para eventuais reparos nas pontes dentre outros serviços da Secretaria de Obras e Serviços Municipais do município de Siderópolis, durante o exercício de 2014.	R\$ 23.587,00	Até 31/12/2014

Extrato do Contrato PMS nº74/2014

75/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
30/05/2014	Município de Siderópolis	INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS FJF LTDA ME	Aquisições de madeiras para eventuais reparos nas pontes dentre outros serviços da Secretaria de Obras e Serviços Municipais do município de Siderópolis, durante o exercício de 2014.	R\$ 39.525,00	Até 31/12/2014

Extrato do Contrato PMS nº75/2014

76/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
02/06/2014	Município de Siderópolis	PAIS & FILHOS TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA ME	Contratação de empresa especializada em serviços de hora máquina para recuperação de estradas e ruas do município de Siderópolis conforme proposta de transferência nº 0000012566, entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis.	R\$ 398.000,00	Até 31/12/2014

Extrato do Contrato PMS nº76/2014

77/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
02/06/2014	Município de Siderópolis	CONFER CONS-TRUTORA FERNANDES LTDA	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica em 18 ruas, do município de Siderópolis/SC, conforme convênio entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis.	R\$ 1.484.530,51	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº77/2014

78/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
05/06/2014	Município de Siderópolis	CONFER CONS-TRUTORA FERNANDES LTDA	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na Rua Renato Melilo, numa extensão de 270,17m no município de Siderópolis/SC, conforme proposta de transferência nº 0000012554, entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis.	R\$ 141.125,37	Até 150 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº78/2014

79/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
02/06/2014	Município de Siderópolis	PONTO CERTO CONSULTORES LTDA ME	Contratação de empresa especializada em serviços de construção de quadra escolar coberta, destinada à escola Miguel Lazzarini, proveniente do TERMO DE COMPROMISSO PAC 208877/2014 entre o município de Siderópolis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.	R\$ 504.902,00	Até 120 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº79/2014

80/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
02/06/2014	Município de Siderópolis	VC CONSULTORES LTDA EPP	Serviços de recolocação do paralelepípedo com assentamento do piso sobre uma camada de 6 cm de contrapiso na calçada do perímetro da igreja matriz e na calçada do perímetro da praça central.	R\$ 69.600,00	Até 60 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº80/2014

Contrato de Locação 05/2014

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 05/2014

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, com sede na rua Presidente Dutra, 01 - Paço Municipal - Siderópolis-SC, inscrito no CGC/MF sob o No. 82.929.407/0001-62, neste ato representado pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, de outro lado, como LOCADOR, O Sr. Elias Martins, CPF.: 377.245.769-04, neste ato representado por sua procuradora LOCATIVA EMPREENDIMENTOS

IMOBILIÁRIOS LTDA, com endereço à Rua João pessoa, nº 320, esquina com a Rua São José, Criciúma, CEP 88801-530, inscrita no CNPJ sob o nº 00.200.174/0001-06, resolvem celebrar o presente contrato de locação, conforme Processo de Licitação nº 18/2014, Dispensa de Licitação nº 1/2014, o qual reger-se-á, nos termos da Lei nº 8245/91 e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Locação de imóvel, localizado no condomínio residencial "IAGO", com área privativa de 83,73m² (oitenta e três metros e setenta e três centímetros quadrados) e área real global de 92,95 m² (noventa e dois metros e noventa e cinco centímetros quadrados), com banheiro e fachada de vidro, matrícula 12.884 no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Criciúma, com a finalidade de instalação do Conselho Tutelar do município de Siderópolis, conforme de art. 24, inciso X da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 atualizada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98 e alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes:

É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

1.2 A vigência do Contrato para a locação do imóvel será a partir da assinatura do Contrato até 12 meses podendo ser prorrogado nos termos do art.57 da Lei 8666/93.

1.3. A Comissão Municipal de Avaliação nomeada pelo Chefe do Poder Executivo realizou avaliação do imóvel, ficando o mesmo nos limites fixados pela supra comissão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 O prazo de locação será de 12 meses, iniciados a partir da data de assinatura desta avença, podendo ser prorrogado nos termos da lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Se o LOCATÁRIO, usando da faculdade que lhe confere o artigo 4º. da lei n.º 8.245 de 18 do outubro de 1991, devolverem o imóvel locado antes do decorrido o prazo ajustado no caput desta cláusula, pagará ao LOCADOR a multa compensatória correspondente a 03 (três) meses de aluguel em vigor, reduzida proporcionalmente ao tempo do contrato já cumprido, na base de um doze 1/12 (um doze avos) para cada mês já transcorrido.

Parágrafo Segundo: Findo prazo acima ajustado, se o LOCATÁRIO continuar no imóvel por mais de 30 (trinta) dias, sem oposição do LOCADOR, ficará a locação prorrogada automaticamente por prazo indeterminado, nas mesmas bases contratuais; mas poderá ser devolvido pelo LOCATÁRIO a qualquer tempo, sem a incidência de qualquer multa por este motivo ou ter o pedido de desocupação, desde que mediante comunicação prévia, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, da data da restituição do imóvel locado, sob pena de pagar a quantia correspondente a um mês de aluguel e encargos vigentes.

Parágrafo Terceiro: O período de vigência contratual, não exime a Administração contratante da comprovação de existência de recursos orçamentários aprovados por lei, nos termos do artigo 167, inciso II da CF, para efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FINALIDADE

3.1 O imóvel é locado para uso exclusivo descrito no item 1.1 deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O valor do aluguel, mencionado no item 4.11 deverá ser pago até o trigésimo dia útil do mês seguinte ao fato gerador, em moeda corrente, na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Siderópolis, ou através de depósito bancário, conforme indicação da locadora da Locadora.

4.2. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis-SC,

postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

4.3 O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

4.4 A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4.5 A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

4.6 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.7. As despesas correrão por conta de Dotações Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

4.11. O valor global será de até R\$ 7.800,00, distribuídos em 12 meses de R\$ 650,00.

CLÁUSULA QUINTA - DO ATRASO NO PAGAMENTO

5.1 Os aluguéis e encargos que não forem quitados dentro desse prazo serão corrigidos monetariamente e acrescidos de multa de 10% (dez por cento), juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo INPC, estando sujeitos a LOCATÁRIA a ter seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE DO ALUGUEL

6.1 É vedado ao LOCADOR(A) pleitear qualquer reajuste ou alteração no valor da contraprestação da locação, salvo após o período de 12(doze) meses, por forma expressa e mediante termo aditivo, na forma da lei, conforme Lei n. 10.192/91, pelo índice IGP-M, a fim de que se mantenha o Equilíbrio Econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO USO DO IMÓVEL

7.1 O LOCATÁRIO obriga-se a manter o imóvel locado em boas condições de higiene, limpeza e conservação, mantendo em perfeito estado as suas instalações elétricas e hidráulicas, afim de restituí-lo no estado em que recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do uso normal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

8.1 As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, bem como as úteis, deverão ter autorização expressa do proprietário.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO, SUBLOCAÇÃO E EMPRÉSTIMO

9.1 A locatária não poderá transferir este contrato, ou sublocar o imóvel no todo ou em parte, sem prévia autorização por escrito da locadora.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DESPESAS DE CONSUMO E TAXAS

10.1 Todas as despesas decorrentes da locação, quais sejam, consumo de luz, telefone, IPTU, seguros, condomínio dentre outras que se fizerem necessárias, desde que devidamente comprovadas e autorizadas pelo setor competente, ficam a cargo do LOCATÁRIO, cabendo-lhe efetuar diretamente esses pagamentos nas devidas épocas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA OBRIGAÇÃO DA LOCADORA

A LOCADORA é obrigada a, nos termos do art.22 da Lei n.8245/91:

I - entregar ao locatário o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina;

II - garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III - manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

IV - responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

V - fornecer ao LOCATÁRIO, caso estas solicitem, descrição

minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
VI - fornecer ao LOCATÁRIO nota fiscal discriminada das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica;
X - pagar as despesas extraordinárias de condomínio.

Parágrafo único. Por despesas extraordinárias de condomínio se entendem aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, especialmente:

- a) obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;
- b) pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;
- c) obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;
- d) indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;
- e) instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;
- f) despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;
- g) constituição de fundo de reserva.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA OBRIGAÇÃO DO LOCATÁRIO

Ao LOCATÁRIO é obrigado a, art.22 da Lei n.8245/91:

- I - pagar pontualmente o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, no prazo estipulado ou, em sua falta, até o 30º dia útil do mês seguinte ao vencido, no imóvel locado, quando outro local não tiver sido indicado no contrato;
- II - servir - se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu;
- III - restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;
- IV - levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- V - realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, familiares, visitantes ou prepostos;
- VI - não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do locador;
- VII - entregar imediatamente ao locador os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, locatário;
- VIII - pagar as despesas de telefone e de consumo de força, luz, IPTU, seguros, condomínio, dentre outras que se fizerem necessárias, desde que devidamente comprovadas e autorizadas pelo setor competente;
- IX - permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27;
- X - cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

10.4 O presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial e sem que assista a nenhuma das partes o direito a qualquer indenização, ficando as partes, daí por diante, desobrigadas por todas as cláusulas deste contrato, nos seguintes casos:

- a) Processo de desapropriação total ou parcial do imóvel locado;
- b) Ocorrência de qualquer evento ou incêndio do imóvel locado que impeça a sua ocupação, havendo ou não culpa do locatário e dos que estão sob sua responsabilidade; ou
- c) Qualquer outro fato que obrigue o impedimento do imóvel locado, impossibilitando a continuidade da locação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL

15.1 A entrega das chaves do imóvel será comprovada através de RECIBO DE ENTREGA DE CHAVES DO IMÓVEL que será fornecida

pelo Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Siderópolis.

15.2 O aluguel e encargos da locação, previstos no presente contrato, somente cessarão quando o imóvel locado encontrar-se nas mesmas condições do termo de vistoria inicial.

15.5 O LOCATÁRIO deverá restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que recebeu conforme vistoria inicial, devendo fazer os reparos e a pintura que forem necessários para repô-lo no estado em que foi locado.

15.5.1 No momento de entrega das chaves pelo LOCATÁRIO o LOCADOR(A), esta fará a vistoria final, que será apresentada ao locatário, podendo optar pelo pagamento do valor apresentado, obtido através de orçamento, ou realizar os reparos por sua conta, com base no termo, de vistoria final, sendo que a realização dos reparos deverá ser executada por prazo de 15 dias, a contar da apresentação da vistoria final.

15.5.2 No momento de entrega da chave o LOCADOR(A), é obrigação do locatário fornecer o seu novo endereço.

15.6 Não poderá o LOCATÁRIO fazer no imóvel locado, quaisquer benfeitorias ou modificações salvo mediante autorização do LOCADOR(A), manifestada por escrito, sendo que estas ficarão incorporadas ao mesmo, e o locatário não terá direito a indenização por parte do LOCADOR(A), inclusive as necessárias se autorizado.

15.7 Em caso de venda ou alienação do imóvel, objeto do presente, fica desde já o LOCADOR, ou a quem ela determinar, autorizado pelo LOCATÁRIO a mostrar o imóvel "in loco" para os interessados durante todo o horário comercial, ou seja, das 8h às 18 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACORDO

16.1 As obrigações assumidas neste contrato obrigam as partes entre si, bem como seus herdeiros e sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1 E, por estarem as partes acordadas entre si, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que surta os devidos efeitos legais.

17.2 As partes de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Criciúma - SC., renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, a fim de dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Instrumento Particular de Contrato de Locação.

Siderópolis, 14 de março de 2014.

LOCATIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
LOCADOR

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL
LOCATÁRIO

TESTEMUNHAS:

1: _____ 2: _____

Contrato de Locação 06/2014

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 06/2014

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, com sede na Rua Presidente Dutra, 01 - Paço Municipal - Siderópolis-SC, inscrito no CGC/MF sob o No. 82.929.407/0001-62, neste ato representado pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, de outro lado, como LOCADOR, CLAUDETE FLORENTINO DE SILVESTRE, CPF Nº 686.390.749-68, resolvem celebrar o presente contrato de locação, o qual reger-se-á, nos termos da Lei nº 8245/91 e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Locação de imóvel composto por uma casa de alvenaria, localizado na Rua Engenheiro Augusto Batista Pereira, nº 47,

Siderópolis/SC, com área de 290m² com 03 dormitórios, suíte, 02 salas de estar, sala de jantar conjugada com cozinha e demais dependências, matriculado sob o número 2.762, fls01no Registro de imóveis da Comarca de Urussanga, destinado à instalação provisória da Unidade de Saúde São Lucas em virtude da reforma nas instalações (conforme processo de licitação n. 21/2014), conforme de art. 24, inciso X da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 atualizada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98 e alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes:

É dispensável a licitação:

X -para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

1.2 A vigência do Contrato para a locação do imóvel será a partir da assinatura do Contrato até 08 meses podendo ser prorrogado nos termos do art.57 da Lei 8666/93.

1.3. A Comissão Municipal de Avaliação nomeada pelo Chefe do Poder Executivo realizou avaliação do imóvel, ficando o mesmo nos limites fixados pela supra comissão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 O prazo de locação será de 08 meses, iniciados a partir da data de assinatura desta avença, podendo ser prorrogado nos termos da lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Se o LOCATÁRIO, usando da faculdade que lhe confere o artigo 4º. da lei n.º 8.245 de 18 do outubro de 1991, devolverem o imóvel locado antes do decorrido o prazo ajustado no caput desta cláusula, pagarão ao LOCADOR a multa compensatória correspondente a 03 (três) meses de aluguel em vigor, reduzida proporcionalmente ao tempo do contrato já cumprido, na base de um doze 1/12 (um doze avos) para cada mês já transcorrido.

Parágrafo Segundo: Findo prazo acima ajustado, se o LOCATÁRIO continuarem no imóvel por mais de 30 (trinta) dias, sem oposição do LOCADOR, ficará a locação prorrogada automaticamente por prazo indeterminado, nas mesmas bases contratuais; mas poderá ser devolvido pelo LOCATÁRIO a qualquer tempo, sem a incidência de qualquer multa por este motivo ou ter o pedido de desocupação, desde que mediante comunicação prévia, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, da data da restituição do imóvel locado, sob pena de pagar a quantia correspondente a um mês de aluguel e encargos vigentes.

Parágrafo Terceiro: O período de vigência contratual, não exime a Administração contratante da comprovação de existência de recursos orçamentários aprovados por lei, nos termos do artigo 167, inciso II da CF, para efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FINALIDADE

3.1 O imóvel é locado para uso exclusivo descrito no item 1.1 deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após emissão da nota de empenho e mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

4.2 A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Setor de Compras, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

4.3 Na nota fiscal deverá constar, necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

9.4. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

4.5 A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos a Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS) e certificado de regularidade perante a justiça do trabalho, devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

4.6 O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

4.7 A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4.8 A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

4.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.10. As despesas correrão por conta de Dotações Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

4.11. O valor global será de até R\$ 6.400,00, distribuídos em 08 meses de R\$ 800,00.

CLÁUSULA QUINTA - DO ATRASO NO PAGAMENTO

5.1 Os aluguéis e encargos que não forem quitados dentro desse prazo serão corrigidos monetariamente e acrescidos de multa de 10% (dez por cento), juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo INPC, estando sujeitos a LOCATÁRIA a ter seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE DO ALUGUEL

6.1 O aluguel pactuado na cláusula anterior não sofrerá reajuste, salvo justificativa da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO USO DO IMÓVEL

7.1 O LOCATÁRIO obriga-se a manter o imóvel locado em boas condições de higiene, limpeza e conservação, mantendo em perfeito estado as suas instalações elétricas e hidráulicas, afim de restituí-lo no estado em que recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do uso normal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

8.1 As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício da retenção.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO, SUBLOCAÇÃO E EMPRÉSTIMO

9.1 A locatária não poderá transferir este contrato, ou sublocar o imóvel no todo ou em parte, sem prévia autorização por escrito da locadora.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DESPESAS DE CONSUMO E TAXAS

10.1 Todas as despesas decorrentes da locação, quais sejam, consumo de luz, telefone, IPTU, seguros, condomínio dentre outras que se fizerem necessárias, desde que devidamente comprovadas e autorizadas pelo setor competente, ficam a cargo do LOCATÁRIO, cabendo-lhe efetuar diretamente esses pagamentos nas devidas épocas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA OBRIGAÇÃO DA LOCADORA

A LOCADORA é obrigada a, nos termos do art.22 da Lei n.8245/91:

I - entregar ao locatário o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina;

II - garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III - manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

IV - responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

V - fornecer ao LOCATÁRIO, caso estas solicitem, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

VI - fornecer ao LOCATÁRIO nota fiscal discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica;

X - pagar as despesas extraordinárias de condomínio.

Parágrafo único. Por despesas extraordinárias de condomínio se entendem aquelas que não se referam aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, especialmente:

a) obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;

b) pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;

c) obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;

d) indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;

e) instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;

f) despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;

g) constituição de fundo de reserva.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA OBRIGAÇÃO DO LOCATÁRIO

Ao LOCATÁRIO é obrigado a, art.22 da Lei n.8245/91:

I - pagar pontualmente o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, no prazo estipulado ou, em sua falta, até o 30º dia útil do mês seguinte ao vencido, no imóvel locado, quando outro local não tiver sido indicado no contrato;

II - servir - se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá - lo com o mesmo cuidado como se fosse seu;

III - restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

IV - levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

V - realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, familiares, visitantes ou prepostos;

VI - não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do locador;

VII - entregar imediatamente ao locador os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, locatário;

VIII - pagar as despesas de telefone e de consumo de força, luz, IPTU, seguros, condomínio, dentre outras que se fizerem necessárias, desde que devidamente comprovadas e autorizadas pelo setor competente;

IX - permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27;

X - cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial e sem que assista a nenhuma das partes o direito a qualquer indenização, ficando as partes, daí por diante, desobrigadas por todas as cláusulas deste contrato, nos seguintes casos:

a) Processo de desapropriação total ou parcial do imóvel locado;

b) Ocorrência de qualquer evento ou incêndio do imóvel locado que impeça a sua ocupação, havendo ou não culpa do locatário e dos que estão sob sua responsabilidade; ou

c) Qualquer outro fato que obrigue o impedimento do imóvel locado, impossibilitando a continuidade da locação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VENDA OU ALIENAÇÃO

15. Em caso de venda ou alienação do imóvel, objeto do presente, fica desde já o LOCADOR, ou a quem ela determinar, autorizado pelo LOCATÁRIO a mostrar o imóvel "in loco" para os interessados durante todo o horário comercial, ou seja, das 8h às 18 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACORDO

16.1 As obrigações assumidas neste contrato obrigam as partes entre si, bem como seus herdeiros e sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1 E, por estarem as partes acordadas entre si, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que surta os devidos efeitos legais.

17.2 As partes de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Criciúma - SC., renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, a fim de dirimirem qualquer dúvida oriunda do presente Instrumento Particular de Contrato de Locação.

Siderópolis, 14 de maio de 2014.

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL
LOCATÁRIO

CLAUDETE FLORENTINO DE SILVESTRE
LOCADORA

TESTEMUNHAS:

Retificação Edital FMAS 03/2014

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE EDITAL RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMAS Nº. 003/2014 / PREGÃO PRE-
SENCIAL FMAS Nº 001/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que promoveu a ALTERAÇÃO do edital acima especificado, cuja finalidade é a Aquisição de um veículo para transporte de passageiros zero km com capacidade de no mínimo 07 lugares para Secretaria de Assistência Social do município, conforme proposta de transferência 0000013062 entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis, portanto inclui-se na especificação a cor branca e retifica-se a descrição do tanque de combustível passando a vigorar com a seguinte redação: tanque de combustível com capacidade mínima de 52 litros. Demais cláusulas permanecem inalteradas, inclusive quanto à data de abertura do certame. O edital retificado já está disponível na Secretaria de Administração do Município ou através de solicitação no e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br. Maiores Informações: (48) 3435 3188. Siderópolis, 04 de junho de 2014.

Fabíola Cardoso Comin
Pregoeira

81/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
04/06/2014	Município de Siderópolis	VC CONS-TRUÇÕES LTDA EPP	Contratação de empresa especializada em construção de campo de futebol suíço com grama sintética, conforme Convênio entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e Prefeitura Municipal de Siderópolis.	R\$ 249.717,04	Até 90 dias após expedição da Ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº81/2014

Timbó

PREFEITURA

Portaria Nº Timboprev-019, de 23 de Maio de 2014

PORTARIA Nº TIMBOPREV-019, DE 23 DE MAIO DE 2014

Constitui a Comissão Especial de avaliação dos servidores em Estágio Probatório no TIMBOPREV.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e §4º do art.17, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e, com fundamento no art.30 da Lei Complementar nº 01, de 22 de Outubro de 1993, alterado pela Lei Complementar nº 139, de 02 de Julho de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 90, de 11 de Agosto de 1998,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro e sem ônus para o TIMBOPREV, constituírem a Comissão Especial, encarregada de proceder a avaliação semestral dos servidores em Estágio Probatório, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes:

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV	
NOME	CARGO/FUNÇÃO
Norma Conzatti Kades	Oficial de Serviços Administrativos
Osmair de Castilho	Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV
Joel Ricardo Reiter	Representante do Poder Legislativo - Conselho Fiscal TIMBOPREV

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

Lei Complementar Nº 447, de 05 de Junho de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 447, DE 05 DE JUNHO DE 2014

Altera o item 2 do Anexo Único da Lei Complementar nº 409 de 16 de Dezembro de 2011.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O item 2 do Anexo Único da Lei Complementar n. 409, de 16 de Dezembro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

2. DOS REQUISITOS:

EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS
AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO	- Alfabetizado

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2719, de 05 de Junho de 2014

LEI Nº 2719, DE 05 DE JUNHO DE 2014

Altera a Lei n. 2561, de 03 de abril de 2012, que instituiu o Plano de Amortização para equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Timbó - TIMBOPREV e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 4º da Lei n. 2561, de 03 de abril de 2014, que instituiu o Plano de Amortização para equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Timbó, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. A alíquota suplementar incidirá sobre o salário de contribuição dos segurados, tal como a contribuição obrigatória de custeio previdenciário.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Extrato da Inexigibilidade N.º 05 2014 Fumtran

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Trânsito.

CONTRATADO: IPOG - Instituto de Pós-Graduação & Graduação Ltda EPP.

OBJETO: Contratação de curso de especialização MBA em Infraestrutura de Transportes e Rodovias para a funcionária Luciana Hartmann, engenheira civil lotada na Secretaria de Planejamento trânsito e Meio Ambiente.

VALOR TOTAL: R\$ 13.930,00 (treze mil, novecentos e trinta reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 20 (vinte) meses

TIMBO (SC), 04/06/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento Trânsito e Meio Ambiente

Termo de Esclarecimento Pregão Presencial Nº 02 2014 Fumtran - Manutenção Sinalização Vertical E Horizontal

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2014 FUMTRAN
TERMO DE ESCLARECIMENTO

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Trânsito, esclarece aos interessados no Edital de Pregão Presencial n.º 02/2014 que trata da CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL) DAS PRINCIPAIS VIAS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, que devido ao descrevo sucinto do objeto e o seu detalhamento preciso no termo de referência, deve este último prevalecer, tendo-se como correto a ser considerado pelas empresas as especificações constantes do aludido termo de referência, esclarecendo-se a parte final do descrevo sucinto e equivocado constante do anexo I e II do edital, que passam a ser os seguintes para os subitens 1.00005 e 1.00006:

1.00005	250	UN	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TACHA BI-DIRECIONAL (10X10X2, 5CM), NA COR BRANCA/AMARELA COM REFLETIVO, CONFECCIONADO DE RESINA POLYESTER COM DOLOMITO, COM PARAFUSO ZINCADO DE 5/16 X 2 , > 15.000 KGF - LAUDO TÉCNICO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
1.00006	125	UN	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TACHÃO BI-DIRECIONAL (25X15X5CM), NA COR AMARELA/ BRANCA COM REFLETIVO. CONFECCIONADO DE RESINA POLYESTER COM DOLOMITO, COM 2 PARAFUSOS ZINCADO DE 3/8 X 3 , > 15.000 KGF - LAUDO TÉCNICO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

TIMBO/SC, 04 de junho de 2014
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 16/2014

Portaria Nº 16/2014

Dispõe sobre o expediente na Câmara Municipal de Timbó nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da FIFA de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições legais, considerando a participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol nos meses de Junho e Julho de 2014 e para proporcionar aos servidores do Poder Legislativo Municipal a possibilidade de acompanhar os respectivos jogos, resolve:

Art. 1º Nos dias 12, 17 e 23 de Junho, bem como nas demais fases da Copa do Mundo da FIFA 2014, havendo jogo da Seleção Brasileira de Futebol, o expediente na Câmara Municipal de Timbó será das 7h às 13h.

Parágrafo único. O servidor impedido por qualquer motivo de cumprir os horários fixados no caput deste artigo deverá cumprir o horário normal de expediente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 03 de Junho de 2014.
Jorge Augusto Kruger
Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 68/2014

EXTRATO DE CONTRATO 68/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: LUANA COLOMBO THALER.

OBJETO: MONITOR SOCIAL DE ATIVIDADES RECREATIVAS para atender os grupos de idosos, adolescentes e crianças, junto Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário de Treze Tílias - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO: Credenciamento: 38/2014

VIGÊNCIA: 30/05/2014 - 31/12/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ 8.750,000

DATA ASSINATURA: 30/05/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10.03.2.304.33.90.00.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 30 de Maio de 2014.

Trombudo Central

PREFEITURA

Pregão Presencial FMS Nº 15/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 15/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 15/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO. AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO 0KM, ANO/MODELO 2014, COM CAPACIDADE MINIMA DE 14 PESSOAS (13 PASSAGEIROS + MOTORISTA) PARA SECRETARIA DE SAÚDE. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 11:00h. do dia 17 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 04 de junho de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 41/2014 Pmtc

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 41/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 41/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM visando a AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0KM, ANO/MODELO 2014, COM CAPACIDADE MINIMA DE 19 PASSAGEIROS + MOTORISTA, PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 17 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30min as 17:30min, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 04 de junho de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Dispensa. Chamada Publica 02/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014
CHAMADA PUBLICA Nº 02/2014

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o primeiro semestre de 2014 no município de TUNÁPOLIS/SC.

JUSTIFICATIVA: Em atendimento ao artigo 18 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações. A aquisição da merenda escolar poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços compatíveis com os vigentes no mercado local e que atendam as exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas sanitárias. Em nosso município a agricultura familiar esta organizado através do Sindicato/Agricultores, para o atendimento das exigências do mercado local. Os produtos da Agricultura Familiar serão gêneros alimentícios, como: espinafre, pepino salada, rabanete, espeiga de milho, rúcula, beterraba, cebola, batata inglesa, batata doce, mandioca, feijão preto, abobora moranga, alho, couve manteiga, tempero verde, laranja comum, bergamota, ovos, alface, brócolis, limão, aboborinha brasileira, acelga, cenoura, chuchu, repolho, vagem, banana prata, e couve flor.

Os agricultores cadastradas atenderam todas as exigências do Edital de Chamamento para aquisição de produtos da agricultura familiar, considerados HABILITADOS e poderão ser contratados através de dispensa de licitação para aquisição de gêneros alimentícios destinado para o programa de Merenda Escolar por satisfazer a Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, os pressupostos do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

Tunápolis - SC., 02 de junho de 2014.

Vianeí Hammerschmitt

Secretário Municipal da Educação, Cultura, e Esportes

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014
CHAMADA PUBLICA nº 02/2014

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o primeiro semestre de 2014 no município de TUNÁPOLIS/SC.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: - A presente dispensa de licitação tem sua fundamentação legal na Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 e no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e os pressupostos do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

Tunápolis- SC., 02 de junho de 2014

Comissão Permanente de Licitações

Sheila Bieger
Membro

Vanderlei Stoffel
Membro

Patricia Meotti
Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014
CHAMADA PUBLICA Nº 02/2014

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o primeiro semestre de 2014 no município de TUNÁPOLIS/SC.

FORNECEDOR:
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS/ AGRICULTORES
CNPJ: 84.3376.458/0001-30;

ODAIR BRIXIUS

CLAUDIA INÊS MULLER

VERÔNICA ZOZ

ALOISIO STULP

MARIO JOSÉ KREUZBERG

JOSÉ ELIO VIERA

SELVINO ALFREDO NICODEM

Valor Contratado: R\$ 9.082,26(nove mil, oitenta e dois reais e vinte seis centavos).

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais\Agricultores foram escolhidos por serem fornecedores de gêneros alimentícios para merenda escolar, da Agricultura Familiar, para atender as necessidades das escolas do município.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço ajustado para aquisição desses gêneros alimentícios é compatível com os valores praticados na região, estipulados através de pesquisa de preço realizada pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado de acordo com o edital de chamamento após a entrega dos produtos de acordo com o cronograma de entrega da Nutricionista.

Tunápolis - SC., 02 de junho de 2014.

Comissão Permanente de Licitações

Sheila Bieger
Membro

Vanderlei Stoffel
Membro

Patricia Meotti
Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014
CHAMADA PUBLICA Nº 02/2014

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o primeiro semestre de 2014 no município de TUNÁPOLIS/SC.

ENCAMINHAMENTO

Sr. Prefeito

Encaminhamos à Vossa Excelência para ratificação, o Processo Licitatório nº 72/2014 na Modalidade de Dispensa de Licitação, e Chamada Pública nº 02/2014 para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Tunápolis - SC., 02 de junho de 2014.

Comissão Permanente de Licitações

Sheila Bieger
Membro

Vanderlei Stoffel
Membro

Patricia Meotti
Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014
CHAMADA PUBLICA Nº 02/2014

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o primeiro semestre de 2014 no município de TUNÁPOLIS/SC.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade na aquisição de gêneros alimentícios para a Merenda Escolar, da Agricultura Familiar, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Tunápolis - SC., 02 de junho de 2014.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Processo Nº 82/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82/2014

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 09/2014

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a contratação de serviços de assessoria técnica na área de saneamento e meio ambiente para o município de Tunápolis, durante o exercício financeiro de 2014.

Entrega das propostas até as 13h15min do dia 23/06/2014.
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo,telefone(0xx493)632-11-22, 91365329

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços ao Processo de Licitação Nº 36/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 36/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para de aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde, para o exercício financeiro de 2014.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
1	25.000,00	Litro	Óleo diesel	Charrua	2,45	61.250,00
			Total geral			61.250,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2014, o Fundo Municipal da Saúde do Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado por seu gestor Sr. Bruno José Heberle, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 36/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 01 a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ nº 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis/FMSAÚDE, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 36/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 23/2013.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2014.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente

contrato.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, devendo constar o CNPJ nº 12.273.240/0001-49, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 36/2013, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2014.

ENOI SCHERER
Prefeito municipal

LUIZE SCHROEDER
representante legal
ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Ata de Registro de Preços ao Processo de Licitação Nº 117/2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 117/2013.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de óleo diesel destinado ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
1	400.000,00	Litro	Óleo diesel	Charrua	2,45	980.000,00
Total geral						980.000,00

Aos dois dias do mês de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 117/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 01 a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 117/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 88/2013.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os

pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2014.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto da presente ata de registro de preço.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 117/2013, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até 31/12/2014.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2014.

ENOI SCHERER
Prefeito municipal

LUIZE SCHROEDER
representante legal
ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Ata de Registro de Preços ao Processo de Licitação Nº 122/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 122/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Tubo de concreto 20cm x 1m.	300	19,85	5.955,00
2	Tubo de concreto 30cm x 1m	800	26,45	21.160,00
3	Tubo de concreto 40cm x 1m	800	34,65	27.720,00
				54.835,00

Aos 02 de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111,

neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 122/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item (s) 01, 02, 03, a empresa Artefatos de Cimento Fronteira LTDA -ME inscrita sob o CNPJ n.º 10.494.614/0001-20, estabelecida na Estrada Linha Pitangueira, s/n, Interior, no Município de Tunápolis/SC neste ato representado Marino Anschau, sócio administrador portador do RG n.º 2457348 e do CPF n.º 691.043.529-04.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 122/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 92/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos ao vencedor será efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 122/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de janeiro de 2014.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Artefatos de Cimento Fronteira Ltda - ME
Marino Anschau
Sócio administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Ata de Registro de Preços ao Processo de Licitação Nº 122/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 122/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
5	Tubo de concreto de 100 x 100 com ferragem	30	301,85	9.055,50

Aos 02 de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 122/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 06, a empresa Caibí Artefatos de Cimento LTDA - ME inscrita sob o CNPJ nº 12.683.308/0001-68, estabelecida na Rua Egidio Ferronato, 161, centro, no Município de Caibí/SC neste ato representado por Jaison Cadoná, representante legal portadora do RG nº 3.583.202 e do CPF nº 062.281.639-06.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 122/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 92/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 122/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de janeiro de 2014.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Caibí Artefatos de Cimento LTDA - ME

Jaison Cadoná

Representante legal

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

Ata de Registro de Preços ao Processo de Licitação Nº 122/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 122/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR Máximo R\$	VALOR TOTAL R\$
7	TUBO DE CONCRETO DE 1,50m X 1 m PA2	36	537,50	19.350,00
				19.350,00

Aos 02 de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 122/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir

relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 07, a empresa Pré moldados Maravilha LTDA -EPP inscrita sob o CNPJ n.º 86.739.364.0001-03, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 63, centro, no Município de Maravilha/SC neste ato representado Anivo Jung, credenciado como representante legal portador do RG n.º 1.382.170 e do CPF n.º 460.171.439-72.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 122/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 92/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 122/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de janeiro de 2014.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Pré moldados Maravilha LTDA -EPP
Anivo Jung
Representante legal

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Ata de Registro de Preços ao Processo de Licitação Nº 122/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 122/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR unitario R\$	VALOR TOTAL R\$
6	Tubo de concreto de 0,80 cm x 1m pa1	80	152,85	12.228,00

Aos 02 de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 122/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 06, a empresa Ruscheinsky e Cia LTDA - ME inscrita sob o CNPJ n.º 79.409.579/0001-09, estabelecida na Rua Santos Dumont, 695, centro, no Município de Iporã do Oeste/SC neste ato representado por Alexandre Ruscheinsky, representante legal portadora do RG n.º 3.678.401 e do CPF n.º 039.993.969-54.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 122/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 92/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10

DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 122/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o

Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de janeiro de 2014.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Ruscheinsky e Cia LTDA - ME
Alexandre Ruscheinsky
Representante legal

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Ata de Registro de Preços ao Processo de Licitação Nº 36/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 36/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para de aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde, para o exercício financeiro de 2014.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
1	25.000,00	litro	Óleo diesel comum	Potencial	2,45	61.250,00
2	5.000,00	Litro	Álcool	Potencial	2,49	12.450,00
3	12.000,00	Litro	Óleo diesel S 10	Potencial	2,63	31.560,00
4	25.000,00	Litro	Gasolina comum	Potencial	3,11	77.750,00
			Total geral			183.010,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2014, o Fundo municipal da Saúde do município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado por seu gestor Sr. Bruno José Heberle, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 36/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ nº 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis, telefone: (49) 36321108.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis/FMSAÚDE, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 36/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante

o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 23/2013.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2014.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, devendo constar o CNPJ nº 12.273.240/0001-49, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 36/2013, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro de 2014.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo
CONTRATANTE

Auto Posto Canarinho Ltda EPP
CONTRATADA
Canísio Thomas
SÓCIO ADMINISTRADOR

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Ata de Registro de Preços ao Processo de Licitação Nº 117/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 117/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10, Álcool e gasolina comum destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
1	10.000,00	Litro	Álcool	Potencial	2,49	24.900,00
2	30.000,00	Litro	Óleo diesel S 10	Potencial	2,63	78.900,00
3	60.000,00	Litro	Gasolina comum	potencial	3,11	186.600,00
			Total geral			290.400,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 117/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ nº 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 117/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 88/2013.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2014.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS COMBUSTÍVEIS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade ATÉ O DIA 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 117/2013, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até o dia 31/12/2014.

7.3 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº. 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro de 2014.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Auto Posto Canarinho Ltda EPP
Fornecedor Registrado
Canísio Thomas
Sócio Administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório Nº 63/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA O ANO 2014.

Aos 16 dias do mês de abril de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 656.321.769/91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 63/2014 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 05/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município e Fundo, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor ADRIANA SCHMUCK - ME inscrito sob o CNPJ nº 14.533.140/0001-30, com sede na Rua Padre Balduino Rambo, nº505, centro no Município de Tunápolis, telefone: (49) 36321213, neste ato representado por Crisleine Eidt, portadora do RG nº. 3.719.219 e do CPF nº. 008.884.489-70.

b)

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Desconto ofertado	Valor final
01	Passagens aéreas nacionais e internacionais	Global	01	17,4%	41.300,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 05/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 44/2014 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições

contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS APOS O FORNECIMENTO dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O prazo de entrega dos bilhetes será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação do município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo de 12 meses a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Imediatamente após a entrega das passagens aéreas, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade DE 12 meses, a contar da data da assinatura da mesma.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.44/2014

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 44/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 16 de abril de 2014.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ADRIANA SCHMUCK - ME
CONTRATADA
CrisleineEidt
SÓCIA PROPRIETÁRIA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Ata Registro de Registro de Preço ao Processo Nº 38/2014

Ata registro de Registro de Preço ao Processo nº 38/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS E ILUMINAÇÃO (INTERNAS), BEM COMO ASSISTÊNCIA EM BOMBAS DE ÁGUA, REBOBINAGENS, MEDIANTE EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Aos vinte dias do mês de março de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 38/2014., sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 04/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I do edital nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor : FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA -ME inscrito sob o CNPJ n.º85.377.422/0001-33 , com sede na Avenida Cerro Largo,515 centro, no Município de Tunápolis.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Qtd.	Horas	Características Principais	Preço
1	1.000	horas	Mão-de-obra referente serviços de instalações Elétricas prediais e iluminação (internas) em todos os estabelecimentos municipais	25,00
2	300	horas	Conserto, manutenção, recuperação, e rebobinagem, efetuados em bombas de água no interior e sede do município.	30,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2014

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2014 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados ATE O QUINTO DIA DO MES SUBSEQUENTE a execução dos serviços. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 - O contratado deverá apresentar Notas Fiscais no valor dos serviços prestados, acompanhado de relatório das atividades executadas, devidamente vistada pelos responsáveis pelo seu acompanhamento.

4.3 - O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95.

4.4 - Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 12 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação

exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DA EXECUÇÃO

6.1 - Todos os materiais necessários para a execução do objeto ora licitado serão fornecidos pelo Município.

6.2 - Os serviços ora licitados englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações de qualquer serviço inerente ao objeto licitado.

6.3. - Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

9.3.1 - A empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis as solicitações para as providências relativas à manutenção e correção. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

6.3.2 - Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir caixa de ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços e telefone móvel.

6.3.3 - O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

6.3.4 - A prestação dos serviços de forma inadequada que não atenderem as exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

6.3.5 - A empresa deverá, durante a contratualidade:

a) Fornecer, as suas expensas, os veículos para o transporte do pessoal, as ferramentas, equipamentos, necessários a execução dos serviços;

b) Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e

demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

9.3.7 - As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

6.3.8 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

6.3.9 - Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

6.3.10 - A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

6.3.11 - Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

6.3.12 - Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

9.3.13 - A contratada deverá dar ampla divulgação dos serviços contratados, bem como do nº do telefone que será utilizado pelo município para realizar suas solicitações, através de diversos meios de comunicação.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município ficará obrigado a:

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

c) Fornecer todos os materiais destinados para a prestação dos serviços.

8.2- O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.3 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

8.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções.

9. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A presente Ata terá validade até 12 meses, a contar da data da assinatura.

9.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.12 do Edital de Pregão Presencial n. 27/2014.

10.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

10.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

10.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

10.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

12. DO FORO

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 27/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

12.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 20 de março de 2014.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal
Contratante

FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA -ME
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Minuta da Ata de Registro de Preços ao Processo 02/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 07.625.024/0001-85, com sede na Avenida Cerro Largo,99, Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Bernildo José Bourscheidt, portadora do RG n.º4.219.458 e do CPF n. 039.595.539-45.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	600,00	HRS	31,50	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PREVENTIVOS, CORRETIVOS E ELETRONICO PARA VEICULOS LEVES

2	200,00	HRS	41,00	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES E MICRO ONIBUS
---	--------	-----	-------	---

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM

ATE 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta

Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 02/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n. 02/2014.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e

impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 02/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

Contratante

AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME

Bernildo José Bourscheidt

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

Minuta da Ata de Registro de Preços ao Processo 02/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEMANTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo

sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 72.378.052/0001-07, com sede na Rua Caaro,190 Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pela representante legal Sra. Neiva Griebeler, portadora do RG n.4.255.606 e do CPF n. 052.091.239-01.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
4	40	UN	73,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS MÉDIOS
5	60	UN	76,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS RODA LIGA LEVE
6	60	UN	64,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS RODA SIMPLES

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de

Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos

preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 02/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n 02/2014

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 02/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC,. 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

Contratante

AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME

Ivo Pedro Griebeler

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

Minuta da Ata de Registro de Preços ao Pregão 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 17/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2014

REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PREGÃO 13/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros.

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis,SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 17/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros do pregão presencial nº 13/2014, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: TRANSPORTE RODOVIARIO NOVA MICHELIN LTDA, inscrito sob o CNPJ nº 12.664.445/0001-55 estabelecido à Rod SC-493, Km 20,50, s/n, interior no Município de Santa Helena-SC, neste ato representado pelo Sr. Ademir Juarez Casanova, portadora do RG nº 3109574 e do CPF nº 904.798.319-04.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Quant	Unid.	Especificação	Valor Maximo
1	3.500,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade deste município, em viagens, municipais, interestaduais, com micrônibus convencional com ar condicionado para no mínimo 15 passageiros. .	3,00
3	10.000,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade e outros deste município, com ônibus leito turismo equipado com ar condicionado para no mínimo 44 passageiros.	4,05

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2014.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 13/2014 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será feito por quilometro (Km) rodado, 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, e planilha específica emitida pela Secretaria responsável pela execução dos serviços de transporte, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

4.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou

parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1 Para atender ao objeto do presente contrato, o Licitante vencedor deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades da municipalidade. O Município encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 05 (cinco) dias consecutivos de antecedência.

6.2 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.3 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.4 O Licitante vencedor fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

6.5. Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias a correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

6.6 O Licitante vencedor é responsável pela prestação total dos serviços ora contratados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;

6.7 O Licitante vencedor é responsável pelos danos que possa causar ao Município ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus para a Prefeitura ou a terceiros;

6.8 O Licitante vencedor é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

6.9 Deverá o Licitante vencedor manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no Pregão Presencial nº 13/2014.

6.10 A Licitante vencedora deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

6.11 O Licitante vencedor é responsável por formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como

todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos com alimentação e estadia dos motoristas.

6.12 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.13 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.14 O Licitante vencedor do certame deverá providenciar junto ao DER/SC o ATR - Autorização de Transporte Rodoviário para cada viagem ficando por sua inteira responsabilidade a retirada de tal documento, além de pegar junto a secretaria correspondente a listagem dos passageiros a serem transportados

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 17/2014 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial n.13/2014.

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos

prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 13/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Forneceador registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 17 de Fevereiro de 2014.
Prefeito Municipal
Contratante

TRANSPORTE RODOVIARIO NOVA MICHELIN LTDA
Contratada

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34
Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Ata de Registro de Preços N.º 21/2013 do Pregão Nº 93/2013.

PROCESSO DE COMPRA Nº123/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2013
REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2013 DO PREGÃO Nº 93/2013.

OBJETO: aquisição de MATERIAIS DE INSEMINAÇÃO, utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis - SC, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	PREÇO Mx R\$	PREÇO TOTAL
01	400,00	pac	Bainhas p/ inseminação artificial, pacotes com 50 unidades tipo francesa.	11,00	4.400,00
02	17.000,00	un	Luvas plásticas cano longo 5 dedos, p/ inseminação artificial em bovinos	0,26	4.420,00
03	4.000,00	lt	Nitrogênio liquido / entrega quinzenal	3,90	11.600,00
			Total Geral		20.420,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2014 o Município de Tunápolis,

pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 123/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE INSEMINAÇÃO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - Nitrosem Produtos Agropecuários Ltda EPP empresa vencedora dos itens 01,02,e 03 conforme ata do pregão presencial anexa, inscrito sob o CNPJ n.º 85.093.524.0001-27, com sede na Avenida Senador Salgado Filho, 3846, no Município de Curitiba-PR neste ato credenciado o Sr. Jacinto Adam portadora do CPF n.º 002.516.589-53.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 123/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 93/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos materiais e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os materiais a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 8 (oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 123/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de Janeiro de 2014.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Nitrosem Produtos Agropecuários Ltda EPP
Sandro Henrique Borella
Contratado

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Minuta da Ata de Registro de Preços ao Processo 02/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEMANTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor CLEDIR ANTONIO SANDRI, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 12.216.391/0001-65, com sede na Rua Santo Angelo, SN Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Cledir Antonio Sandri, portador do RG n.3678579 e do CPF n. 037.342.559-70.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
3	200,00	HRS	12,90	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO, DE VEICULOS LEVES

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATE 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios,

defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejudicado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 02/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n 02/2014

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 02/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

CLEDIR ANTONIO SANDRI
CONTRATADO

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Minuta da Ata de Registro de Preços Processo Nº 03/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM TODOS OS VEICULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Aos 29 dias do mês de janeiro de 2014, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 03/2014 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva, geometria e balanceamento, chaparias com pintura, polimento em todos os veículos pertencentes ao fundo municipal da saúde, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA - ME, inscrito sob o CNPJ nº 72.378.052/0001-07, com sede na Rua Caaró, nº 190, centro do Município de Tunápolis/SC, telefone: (49)3632 1071.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Unid.	Quant	Discriminação	Preço Unit R\$	Preço Total R\$
1	Hrs	600	Horas de mão de obra de serviços mecânicos preventivos, corretivos e eletrônico para veículos leves	31,00	18.600,00
2	Hrs	200	Horas de mão de obra de serviços mecânicos para manutenção de veículos pesados	41,00	8.200,00
4	Unid	40	Prestação de serviços e manutenção de balanceamento, geometria, veículos médios	73,00	2.920,00
5	Unid	60	Prestação de serviços e manutenção de balanceamento, geometria, veículos roda liga leve	76,00	4.560,00
6	Unid	60	Prestação de serviços e manutenção de balanceamento, geometria, veículos roda simples	64,00	3.840,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 03/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65

da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATE 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

6.2 - O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - O Fundo Municipal da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 03/2014 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Fundo Municipal da Saúde, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial nº 03/2014.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Fundo Municipal da Saúde poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Fundo Municipal da Saúde poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 03/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 29 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo
CONTRATANTE

AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259-60

Minuta da Ata de Registro de Preços do Processo Nº 03.2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM TODOS OS VEICULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Aos 29 dias do mês de janeiro de 2014, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 03/2014 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva, geometria e balanceamento, chaparias com pintura, polimento em todos os veículos pertencentes ao fundo municipal da saúde, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor CHAPEAÇÃO STULP LTDA - ME, inscrito sob o CNPJ nº 18.387581/0001-21, com sede na Rua Albino Frantz, nº 36, centro do Município de Tunápolis/SC.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Unid.	Quant	Discriminação	Preço Unit R\$	Preço Total R\$
3	Hrs	200	Horas de mão de obra de serviços para recuperação de chaparias com pintura, polimento, de veículos leves e pesados.	25,00	5.000,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de

Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 03/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos

insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

6.2 - O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - O Fundo Municipal da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE lista das peças com seus

respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 03/2014 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Fundo Municipal da Saúde, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial nº 03/2014.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Fundo Municipal da Saúde poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Fundo Municipal da Saúde poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 03/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 29 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE CHAPEAÇÃO STULP LTDA - ME
Gestor do Fundo CONTRATADA
CONTRATANTE

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Processo Nº 82.2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82/2014

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 09/2014

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a contratação de serviços de assessoria técnica na área de saneamento e meio ambiente para o município de Tunápolis, durante o exercício financeiro de 2014.

Entrega das propostas até as 13h15min do dia 23/06/2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, 91365329

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Extrato do Termo de Rescisão N. 0062/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0062/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0103/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IZOLETE CASTILHO DOS SANTOS
CPF: 029.143.949-77
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 15 de maio de 2014.

Pregão Presencial Nº 81/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014-PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 81/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DOS ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DOS JOGOS INTERCOLEGAIS QUE SERÃO REALIZADOS DURANTE O ANO DE 2014, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 01/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 03 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Ata Nº 185

ATA - 185 - Aos três dias do mês de junho de dois mil e catorze, às quatorze horas, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado na Rua Lauro Muller 288 (duzentos e oitenta e oito), bairro Alvorada, cidade de Videira, Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para deliberarem sobre os seguintes assuntos de pauta. 1) Recomendação do Ministério Público quanto à jornada de trabalho do Conselho Tutelar. Dando início aos trabalhos, fez-se a acolhida aos presentes e passou-se a explicar sobre o motivo desta reunião extraordinária. A Presidente retomou a última reunião, quando este Conselho Deliberou pela Resolução 006/2014, a qual solicitava adequações do horário de trabalho do Conselho Tutelar do município, uma vez que este não vinha cumprindo a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Quanto aos horários de plantão, resolveu-se também naquela reunião, que o conselheiro que permanecesse de plantão à distância fosse no decorrer da semana, ou nos sábados, domingos e feriados, teria direito a um banco de horas que seria convertido em folga mediante a comprovação do serviço efetivamente prestado SIPIA/WEB, considerando-se como tal o período entre o início e a conclusão da ocorrência. Porém, nova recomendação foi direcionada pelo Ministério Público ao Poder Executivo, aos cuidados do Prefeito Municipal entendendo a adequação de outra forma, solicitando que através de decreto fosse regularizada a situação. Mediante ao exposto, em conversa com a Assessoria Jurídica do município optou-se por esta reunião extraordinária, onde nos certificamos da participação do Conselho

Tutelar, para que juntos discutíssemos uma melhor proposta para o cumprimento das 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, mais os períodos de sobreaviso. Vale destacar que conforme regimento interno, este Conselho de Direitos pode solicitar assessoria, que nesta reunião se caracterizaram pela presença do Secretário Jurídico da Prefeitura Sr. Rubens Márcio Pavarin, a Secretária de Saúde e Ação Social, Sra. Maria Eneida FurlinDresch e, Sra. Justina Inês Fruet de Lima, Diretora do Departamento de Ação Social. Deu-se a palavra ao Conselho Tutelar, que nesta reunião estava representado pela Srta. Juliana Weber e pelo Sr. Eduardo Alisson Sporr, que expuseram suas opiniões sobre o assunto, dizendo que quando eles assumiram os trabalhos o modelo de horário apresentado foi o de compensação de todas as horas que estivessem no sobreaviso, que entendem a recomendação, mas que consideram desumano o modelo de trabalhar 40 (quarenta) horas, sem compensar os períodos de sobreaviso, enfim, que gostariam que isto fosse revisto. A assessoria fez suas considerações dizendo que, conforme as pesquisas que fez, e o seu entendimento jurídiconão existe a possibilidade do não cumprimento das 40 (quarenta) horas, e quanto à compensação, pode-se buscar uma nova conversação com o Ministério Público, uma vez que esta seja sobre as horas de efetivo trabalho e não do período em que encontram-se em suas casas de posse do telefone celular. Muito se discutiu sobre o assunto e chegou-se a seguinte proposta: O cumprimento de 40 (quarenta) horas semanais, para cada Conselheiro Tutelar, ou seja, 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira. Horário de atendimento ao público das 8h00min às 17h30min, com intervalo de almoço para os conselheiros, em dois turnos, ou seja, nos horários que compreendam das 11h00min às 14h00min, de modo que todos cumpram às 8 (oito) horas de trabalho diárias. O regime de sobreaviso dos sábados e domingos, não deverá ser realizado pelo mesmo conselheiro, o qual esteve de sobreaviso de segunda à sexta-feira. Ao Conselheiro que estiver no regime de sobreaviso, de segunda a sexta-feira, no horário das 17h30min às 08h00min, que seja concedida uma folga de oito horas, a ser gozado na semana subsequente, não podendo esta ser cumulativa. E, ao Conselheiro que estiver no regime de sobreaviso, aos sábados e domingos, que seja também concedida uma folga de oito horas, a ser gozada na semana subsequente, não podendo ser cumulativa. O dia de folga gozado pelo Conselheiro que esteve de sobreaviso na semana anterior de segunda à sexta-feira, não pode coincidir com a do conselheiro que esteve de sobreaviso no sábado e domingo. Desta forma a Presidente submeteu este modelo em votação, o qual foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros de direitos presentes. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Senhora Katiâni Guaraci de Moraes, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Esther, lavei a presente ata que será assinada por mim.

Resolução Nº 010/2014

RESOLUÇÃO Nº 010/2014

Dispõe sobre reorganização de jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares do Município de Videira.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais sobre ata nº 185/14, do dia 03 de junho de 2014.

RESOLVE:

Art.(1º) Deliberar pela reorganização da jornada de trabalho do Conselho Tutelar do Município de Videira, considerando os seguintes aspectos:

- O cumprimento de 40 (quarenta) horas semanais, para cada Conselheiro Tutelar, ou seja, 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira.

- Horário de atendimento ao público das 8h00min às 17h30min, com intervalo de almoço para os conselheiros, em dois turnos, ou seja, nos horários que compreendam das 11h00min às 14h00min, de modo que todos cumpram às 8 (oito) horas de trabalho diárias.

- O regime de sobreaviso dos sábados e domingos, não deverá ser realizado pelo mesmo conselheiro, o qual esteve de sobreaviso de segunda à sexta -feira.

- Ao Conselheiro que estiver no regime de sobreaviso, de segunda a sexta-feira, no horário das 17h30min às 08h00min, que seja concedida uma folga de oito horas, a ser gozada na semana subsequente, não podendo esta ser cumulativa.

- E, ao Conselheiro que estiver no regime de sobreaviso, aos sábados e domingos, que seja também concedida uma folga de oito horas, a ser gozada na semana subsequente, não podendo ser cumulativa.

- O dia de folga gozado pelo Conselheiro que esteve de sobreaviso na semana anterior de segunda à sexta-feira, não pode coincidir com a do conselheiro que esteve de sobreaviso no sábado e domingo.

Videira, 03/06/2014

Katiani G. de Moraes

Presidente do CMDCA

Vitor Meireles**PREFEITURA****1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 014/2013**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2013

Contrato que entre si celebram a PARÓQUIA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DA PAZ, sob CNPJ nº 10.406.671/0001-00, localizada na Rua Santa Catarina, 2.269, município de Vitor Meireles, neste ato representada pela sua Presidente Sra. VERA LUCIA LUTKE, portadora da Carteira de Identidade de nº 1.429.740 e CPF nº 550.440.849-89, residente e domiciliado na localidade de Salto Dollmann, Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, de ora em diante denominado simplesmente de LOCADOR, e de outro lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de Direito público, cadastrada no CNPJ (MF) 79.372.520/0001-85, situada na Rua Santa Catarina, 2266, centro, Município de Vitor Meireles, SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15 residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada LOCATÁRIO, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

Cláusula Terceira: O presente contrato terá prazo de validade de 12 (doze) meses, sendo que o valor do aluguel mensal será de R\$ 161,97 (Cento e sessenta e um Reais e noventa e sete centavos), cujo pagamento será através de depósito bancário na conta corrente do LOCADOR, conforme segue:

Conta poupança nº. 4.418.552-9, Agência nº 5438-0 do Banco do Brasil de Vitor Meireles.

Em caso de renovação o valor do aluguel será corrigido pelo índice oficial IGP-M acumulado no período de doze meses.

Fica convencionado que o LOCATÁRIO deverá fazer o pagamento dos aluguéis mensais pontualmente até o dia 10 (dez) de cada mês seguinte ao vencimento, ficando esclarecido que, passado esta prazo, estará em mora, sujeito às penalidades impostas neste contrato.

Para o pagamento das parcelas será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

0301 - ADMINISTRAÇÃO

2004 - Segurança Pública

33903910 - Locação de Imóveis

10.000 - Ordinário

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 26 de maio de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PAROQUIA EVANGELICA DE CONFISSÃO LUTERANA DA PAZ
VERA LUCIA LUTKE
Locador

Testemunhas:
DÁRIO MONTAGNA
CPF: 310.374.619-91

CLAUDINEI FELICIANO
CPF: 042.800.449-02

Xavantina

PREFEITURA

PP 38/2014 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2014 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços para consertar Pá Carregadeira Michigan W18, pertencente à frota do Departamento de Transportes, conforme relação de Lote, itens e especificações de peças e serviços constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 17/06/2014.

Abertura: dia 17/06/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 04 de junho de 2014.
MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Contrato Nº 81/2014 Pmxv

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.
Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.
Número do Contrato: 81/2014 - PMXV
Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO DE VEÍCULO.
Data da Assinatura: 03/06/2014.
Vigência: 16/01/2014.

Valor: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Xaxim

PREFEITURA

Contratos 051/2014 Á 077/2014 E Aditivos
Ad01ct0013/2014 - Ad01ct0109/2013
-Ad03ct0200/2013

Contrato Nº.: CT0051/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
 Valor : 84.376,00 (oitenta e quatro mil trezentos e setenta e seis reais)
 Vigência : Início: 25/03/2014 Término: 31/08/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
 Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (63)
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias Municipais destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.
 Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0052/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: MODELO PNEUS LTDA
 Valor : 67.680,00 (sessenta e sete mil seiscentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 25/03/2014 Término: 31/08/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
 Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (63)
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias Municipais destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.
 Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0053/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: PARANA EQUIPAMENTOS S A
 Valor : 44.200,00 (quarenta e quatro mil e duzentos reais)
 Vigência : Início: 25/03/2014 Término: 31/08/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
 Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (63)
 Objeto : Constitui-se objeto do presente contrato a aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias Municipais destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.
 Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0054/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA
 Valor : 223.738,00 (duzentos e vinte e três mil setecentos e trinta e oito reais)
 Vigência : Início: 25/03/2014 Término: 31/08/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
 Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (63)

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias Municipais destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.
 Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0057/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: MECANICA BORTOLANZA LTDA - ME
 Valor : 48.174,45 (quarenta e oito mil cento e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 28/03/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2014
 Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (63)
 Objeto : Contratação de empresa para recuperação dos veículos Fiat Uno MEY 1868 - Infra, Fiat Uno MCQ 2273 Adm, Transit MIB 0868 Saúde e Master MFL 6991 Saúde, conforme o edital e seus anexos
 Xaxim, 4 de Junho de 2014

Aditivo Nº : AD03CT0200/2013 - Contrato Nº: 0200/2013
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: ECGT CONSTRUÇOES LTDA - EPP
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 10/02/2014 Término: 15/05/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONFORME SOLICITAÇÃO DO SR. RICARDO GUIZZI CONFORME ANEXO A ESTE.
 Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0059/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: L.F. CAMINHÕES LTDA
 Valor : 720.000,00 (setecentos e vinte mil e reais)
 Vigência : Início: 31/03/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2014
 Recursos : Dotação: 1.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (59) Saldo: 2.680.000,00
 Objeto : Constitui-se objeto da presente, a contratação de empresa visando aquisição de retroescavadeira, rolo compactador, escavadeira hidráulica, trator de esteiras e caminhão equipado com caçamba basculante, NOVOS, através do Convênio 2014TR000029 - FUNDAM - Processo SEF 649/2014, destinados as atividades operacionais do poder Executivo Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao edital.
 Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0060/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
 Valor : 339.600,00 (trezentos e trinta e nove mil e seiscentos reais)
 Vigência : Início: 31/03/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2014
 Recursos : Dotação: 1.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (59) Saldo: 2.680.000,00
 Objeto : Constitui-se objeto da presente, a contratação de empresa visando aquisição de retroescavadeira, rolo compactador, escavadeira hidráulica, trator de esteiras e caminhão equipado com caçamba basculante, NOVOS, através do Convênio 2014TR000029 - FUNDAM - Processo SEF 649/2014, destinados

as atividades operacionais do poder Executivo Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao edital.
Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0061/2014
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: PAVIMÁQUINAS COM. PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (MATRIZ)
Valor : 491.400,00 (quatrocentos e noventa e um mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 31/03/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2014
Recursos : Dotação: 1.014.4.4.90.00.00.00.00 (59) Saldo: 2.680.000,00
Objeto : Constitui-se objeto da presente, a contratação de empresa visando aquisição de retroescavadeira, rolo compactador, escavadeira hidráulica, trator de esteiras e caminhão equipado com caçamba basculante, NOVOS, através do Convênio 2014TR000029 - FUNDAM - Processo SEF 649/2014, destinados as atividades operacionais do poder Executivo Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao edital.
Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0062/2014
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : 656.000,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil reais)
Vigência : Início: 31/03/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2014
Recursos : Dotação: 1.014.4.4.90.00.00.00.00 (59) Saldo: 2.680.000,00
Objeto : Constitui-se objeto da presente, a contratação de empresa visando aquisição de retroescavadeira, rolo compactador, escavadeira hidráulica, trator de esteiras e caminhão equipado com caçamba basculante, NOVOS, através do Convênio 2014TR000029 - FUNDAM - Processo SEF 649/2014, destinados as atividades operacionais do poder Executivo Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao edital.
Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0063/2014
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: BMC HYUNDAI S.A.
Valor : 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil e reais)
Vigência : Início: 31/03/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2014
Recursos : Dotação: 1.014.4.4.90.00.00.00.00 (59) Saldo: 2.680.000,00
Objeto : Constitui-se objeto da presente, a contratação de empresa visando aquisição de retroescavadeira, rolo compactador, escavadeira hidráulica, trator de esteiras e caminhão equipado com caçamba basculante, NOVOS, através do Convênio 2014TR000029 - FUNDAM - Processo SEF 649/2014, destinados as atividades operacionais do poder Executivo Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao edital.
Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0064/2014
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: FREI BRUNO CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Valor : 6.377,84 (seis mil trezentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 01/04/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:

18/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de seguro predial para a Escola do Bairro Santa Terezinha, Dom Bosco, Cecilia Meireles, Ari Moacir Lunardi e Ginasio Bairro Santa Terezinha de acordo com a solicitação e proposta anexa a este Processo.
Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0065/2014
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: MARIA ANA PIANA - ME
Valor : 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 30/04/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2014
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (33) Saldo: 287.301,92
Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de pneus em caráter emergencial para uso dos veículos do transporte escolar, da secretaria municipal de educação.
Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0067/2014
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: FELTRIN TRANSPORTES & TURISMO LTDA - ME
Valor : 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
Recursos : Dotação: 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (92) Saldo: 286.004,97
Objeto : Contratação Empresa para prestar serviço de quilômetros rodados de Ônibus e Microônibus, destinados ao transporte de atletas que representarão o município em competições e eventos oficiais em nível, microrregional, regional e estadual e até em outros estados, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos
Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0068/2014
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: LEITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME
Valor : 53.200,00 (cinquenta e três mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
Recursos : Dotação: 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (92) Saldo: 286.004,97
Objeto : Contratação Empresa para prestar serviço de quilômetros rodados de Ônibus e Microônibus, destinados ao transporte de atletas que representarão o município em competições e eventos oficiais em nível, microrregional, regional e estadual e até em outros estados, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos
Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0069/2014
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ANDREIA LORENZI - ME
Valor : 3.245,45 (três mil duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014
Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00 (9), 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (37), 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (38), 2.025.4.4.90.00.00.00.00 (47), 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (109)

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às diversas Secretarias Municipais.

Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0070/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada.: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME

Valor : 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (9),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (37), 2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (38),
2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (47),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às diversas Secretarias Municipais.

Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0071/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada.: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME

Valor : 37.544,00 (trinta e sete mil quinhentos e quarenta e quatro reais)

Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (9),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (37), 2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (38),
2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (47),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às diversas Secretarias Municipais.

Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0072/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada.: COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA EPP

Valor : 2.115,20 (dois mil cento e quinze reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (9),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (37), 2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (38),
2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (47),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às diversas Secretarias Municipais.

Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0073/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada.: COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA IRACE-MINHA LTDA

Valor : 284.825,00 (duzentos e oitenta e quatro mil oitocentos e vinte e cinco reais)

Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (9),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (37), 2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (38),
2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (47),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a

aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às diversas Secretarias Municipais.

Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0074/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada.: FRANCIELI HAIDUK RIGO - ME

Valor : 7.605,40 (sete mil seiscentos e cinco reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (9),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (37), 2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (38),
2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (47),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às diversas Secretarias Municipais.

Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0075/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada.: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Valor : 8.709,00 (oito mil setecentos e nove reais)

Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (9),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (37), 2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (38),
2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (47),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às diversas Secretarias Municipais.

Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0076/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada.: ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

Valor : 259.050,00 (duzentos e cinquenta e nove mil e cinquenta reais)

Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (9),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (37), 2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (38),
2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (47),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às diversas Secretarias Municipais.

Xaxim, 4 de Junho de 2014

Contrato Nº.: CT0077/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada.: JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Valor : 120.243,00 (cento e vinte mil duzentos e quarenta e três reais)

Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (9),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (37), 2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (38),
2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (47),
2.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às diversas Secretarias Municipais.

Xaxim, 4 de Junho de 2014.

Aditivo Nº : AD01CT0013/2014 - Contrato Nº: CT0013/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: AGENOR RAYMUNDO CERATTO - ME
Valor : 5.271,86 (cinco mil duzentos e setenta e um reais e oitenta e seis centavos)
Vigência : Início: 28/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (33) Saldo: 246.699,52
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar considerando 200 dias do ano letivo de acordo com o itinerário disposto na solicitação e edital partes integrantes deste processo.
Xaxim, 4 de Junho de 2014.

Aditivo Nº : AD01CT0109/2013 - Contrato Nº: 0109/2013
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 105.423,49 (cento e cinco mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos)
Vigência : Início: 25/04/2014 Término: 03/05/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2013
Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 114.622,75
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços especializados na área de informática, incluindo licenciamento de sistemas de gestão pública integrados, não exclusivo, com acesso simultâneo de usuários, conforme Processo Licitatório nº094/2013, Tomada de Preços nº003/2013 e Contrato nº109/2013 (Período: Maio/2014 a Abril/2015).
Xaxim, 4 de Junho de 2014

Associações

AMAVI

Extrato do Contrato Nº 02/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2014

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Credenciada: Rádio Belos Vales Ltda.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação em rádio AM do programa jornalístico "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, com periodicidade diária, no horário das 17h15min, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 01/2014.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2014, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 02/06/2014.

Assinam: José Constante, Presidente da AMAVI e Fabio Ayres Marchetti, representante legal da Rádio Belos Vales Ltda.

Extrato do Contrato Nº 03/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2014

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Credenciada: Rádio Difusora Alto Vale Ltda. - Super Difusora AM.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação em rádio AM do programa jornalístico "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, com periodicidade diária, no horário das 11h45min, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 01/2014.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2014, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 02/06/2014.

Assinam: José Constante, Presidente da AMAVI e Humberto Ohf de Andrade, representante legal da Rádio Difusora Alto Vale Ltda. - Super Difusora AM.

Extrato do Contrato Nº 04/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2014

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Credenciada: Rádio Difusora Alto Vale Ltda. - Amanda FM.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação em rádio FM do programa jornalístico "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, com periodicidade diária, no horário das 22 horas, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 01/2014.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2014, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 02/06/2014.

Assinam: José Constante, Presidente da AMAVI e Humberto Ohf de Andrade, representante legal da Rádio Difusora Alto Vale Ltda. - Amanda FM.

Extrato do Contrato Nº 05/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2014

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Credenciada: Rádio Mirador Ltda. EPP.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação em rádio AM do programa jornalístico "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, com periodicidade diária, no horário das 12h20min, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 01/2014.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 82,00 (oitenta e dois reais) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2014, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 02/06/2014.

Assinam: José Constante, Presidente da AMAVI e Iolanda Weise Gonçalves, representante legal da Rádio Mirador Ltda. EPP.

Extrato do Contrato Nº 06/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2014

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Credenciada: Rádio Aliança 93 Ltda. EPP.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação em rádio FM do programa jornalístico "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, com periodicidade diária, no horário das 21h30min, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 01/2014.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2014, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 02/06/2014.

Assinam: José Constante, Presidente da AMAVI e Renee Gonçalves, representante legal da Rádio Aliança 93 Ltda. EPP.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 245 - PGT - Novo Horizonte

Extrato de Contrato nº 245/2014

Programa de Gestão Tributária - Novo Horizonte

CONTRATANTE: Município de Novo Horizonte

CNPJ: 95.990.115/0001-87

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 002/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada); gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 29 de maio de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 246 - PGC - Chapadão do Lageado

Extrato de Contrato nº 246/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Chapadão do Lageado

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

CNPJ: 02.030.843/0001-66

CONTRATO Nº: 05/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.254,00 (um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 247 - PGC - Vitor Meireles

Extrato de Contrato nº 247/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Vitor Meireles

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Vitor Meireles

CNPJ: 79.373.460/0001-15

CONTRATO Nº: 003/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 30 de maio de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 248 - PGT - São Domingos

Extrato de Contrato nº 248/2014

Programa de Gestão Tributária - São Domingos

CONTRATANTE: Município de São Domingos

CNPJ: 83.009.894/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 044/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada); gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 04 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 249 - Dom - Palhoca

Extrato de Contrato nº 249/2014

Contrato de Rateio - Palhoca

CONTRATANTE: Município de Palhoca

CNPJ: 82.892.316/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 042/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Palhoca e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 003/2012.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 2.685 (dois mil e seiscentos e oitenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

Resolução Nº 093, de 30 de Abril de 2014 - Republicado por Incorreção No Texto Anterior

RESOLUÇÃO Nº 093, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Abre Crédito Adicional Especial por conta de Excesso do Arrecadação no valor de R\$475.896,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$475.896,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil oitocentos e noventa e seis reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.002.0017.0511+0002.2002 - Gestão de Saneamento Básico
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 40.306,52
3339000000000000 - Aplicações Diretas R\$363.529,90
3449000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 72.059,58
Total R\$475.896,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de abril de 2014.
Hartwig Persuhn
Presidente

**Resolução Nº 094, de 30 de Abril de 2014 -
Republicado por Incorreção No Texto Anterior**

RESOLUÇÃO Nº 094, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$130.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.002.0017.0511.0002.2002 - Gestão de Saneamento Básico
3449000000000000 - Aplicações Diretas R\$130.000,00
Total R\$130.000,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de abril de 2014.
Hartwig Persuhn
Presidente

**Resolução Nº 095, de 30 de Abril de 2014 -
Republicado por Incorreção No Texto Anterior**

RESOLUÇÃO Nº 095, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Abre Crédito Adicional Especial por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$17.636,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$17.636,00 (dezessete mil seiscentos e trinta e seis reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.003.0004.0695.0006.2003 - Gestão de Turismo
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$17.636,00
Total R\$17.636,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de abril de 2014.
Hartwig Persuhn
Presidente

**Resolução Nº 096, de 30 de Abril de 2014 -
Republicado por Incorreção No Texto Anterior**

RESOLUÇÃO Nº 096, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$58.747,03.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$58.747,03 (cinquenta e oito mil setecentos e quarenta e sete reais e três centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.003.0004.0695.0006.2003 - Gestão de Turismo
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$58.506,27
3449000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 240,76
Total R\$58.747,03

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de abril de 2014.
Hartwig Persuhn
Presidente

CIS/AMURES

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014 - CIS/AMURES

A Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: CENTRO DE DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS DIGESTIVAS E PSICOLÓGICAS LTDA. Objeto: prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor de R\$ 275,00 (Duzentos e setenta e cinco reais) por Exames de Colonoscopia e R\$ 190,00 (Cento e noventa reais) por exames de Endoscopia Digestiva Alta diversos. Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Lages, 21 de Maio de 2014.
Neiva Gláucia Fernandes Ribeiro,
Presidente Comissão Licitação (Pregoeira).

CISAMA**Convocação de Assembleia Geral Ordinária - CISAMA**

Ofício 61/2014 Lages (SC), 03 de junho de 2014.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência e o(a) Vice Prefeito para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA a ser realizada no dia 10 de junho de 2014 (terça-feira) com início às 09:00 horas e encerramento às 12:00 horas na Sede da AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Centro - Município de Lages tendo a seguinte pauta:

1. Leitura, discussão e aprovação da ata anterior;
2. Apresentação do Plano de Ação para a gestão integrada dos resíduos sólidos;
3. Revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico;
4. Situação dos projetos de esgotamento sanitário junto à FUNASA e encaminhamentos;
5. Adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção: situação e encaminhamentos;
6. Apresentação, discussão e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias do CISAMA;
7. Assuntos Gerais;

Atenciosamente

José Valdori Hemkemeier

Presidente do CISAMA